

**Luiz Antonio Ferreira**  
organizador

**Inteligência  
retórica**

**ETHOS**

# **Inteligência retórica: o *ethos***

**Luiz Antonio Ferreira**  
organizador

**2019**

**Inteligência retórica: o *ethos***

© 2019

Editora Edgard Blücher Ltda.

Revisão Técnica:

Nathalia Melati

Diagramação e Capa:

Fernando Bertolo

Conselho Editorial:

Ana Cristina Carmelino - UNIFESP

Ana Lúcia Magalhães - FATEC

Ana Paulo Pinto - Universidade Católica de Portugal

Cândido Oliveira Martins - Universidade Católica de Portugal

Eliana Magrini Fochi - FATEC

João Hilton Sayeg-Siqueira - PUC-SP

Lia Cupertino Duarte Albino - FATEC

Luiz Antonio Ferreira - PUC-SP

Maria Cecília de Miranda N. Coelho - UFMG

Maria Flávia Figueiredo - UNIFRAN

Orlando R. Kelm - Universidade do Texas

---

**Blucher**

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar  
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil  
Tel 55 11 3078-5366

**contato@blucher.com.br**  
**www.blucher.com.br**

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.  
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,  
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por  
quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

---

Todos os direitos reservados pela Editora  
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Inteligência retórica : o *ethos* / Luiz Antonio Ferreira (org.).  
-- São Paulo : Blucher, 2019.  
270 p.

Bibliografia  
ISBN 978-85-8039-412-2 (e-book)  
ISBN 978-85-8039-413-9 (impresso)

1. Análise do discurso 2. Retórica 3. Ethos I. Ferreira, Luiz  
Antonio

19-2369

CDD 401.41

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso

# Sumário

<b>Prefácio: O percurso encantado de mostrar-se pelo discurso</b> Ana Lucia Magalhães.....	5
<b>Introdução: Inteligência retórica e vocalidade: constituição e manutenção do <i>ethos</i></b> Luiz Antonio Ferreira.....	9
 <b>Parte 1: <i>Ethos</i>: natureza retórica e discursiva</b>	
 <b>Artimanhas do <i>ethos</i></b> Ana Lucia Magalhães.....	29
<b>Em torno do <i>ethos</i> discursivo e de questões de identidade</b> Jarbas Nascimento .....	45
<b>O <i>ethos</i> em uma autobiografia poética</b> João Sayeg-Siqueira e Tiago Mattos .....	63
<b>O <i>ethos</i> do advogado. O que é mais significativo na conquista do acordo - <i>phrónesis, areté</i> ou <i>eúnoia</i>?</b> Acir Gomes e Márcia Freitas.....	77
<b>Educação e violência verbal: o <i>ethos</i> do professor diante desse impasse</b> Claudia Abuchaim e Claudia Nascimento .....	95
<b>A manifestação do <i>ethos</i> nos gêneros retóricos</b> Joelma Ribeiro e Mariano Magri.....	111

## **Parte 2: A inteligência persuasiva do *ethos***

### **Liberdade de expressão *versus* limites do humor: a constituição do *ethos* na polêmica**

Ana Cristina Carmelino ..... 126

### **A (des)constituição do *ethos* do professor pelas vias dos textos midiáticos**

Andreia Cunha e Janete Nhoque ..... 145

### **A igreja como espaço retórico para o ato da pregação e o fortalecimento do *ethos* do(a) pastor(a)**

Elizabeth Lyra e Fabíola Silva ..... 159

### **A virtude como parte do *ethos* da balbúrdia universitária**

Nathalia Melati ..... 171

### ***Ethos* institucional e *phrónesis* na construção de discursos**

Elioenai Piovezan e Roberta Piovezan ..... 185

### **O *ethos* do orador na mídia virtual: o razoável e o honesto postos à prova**

Kathrine Butieri e Ricardo Mesquita ..... 203

### **Polêmica e o *ethos* do administrador público**

João Barros Neto ..... 219

**Sobre os autores..... 255**

**Prefácio:**

## **O percurso encantado de mostrar-se pelo discurso**

**E**ste livro é um esforço para observar a natureza discursiva do homem. Visto como modelador e escultor de si, todo ser humano possui vocação para descobrir-se e desvendar o outro. Nessa perspectiva, é impossível que não se revele pelo discurso. Mostrar-se (e também esconder-se), pois, é atributo natural de oradores durante os atos retóricos muito necessários para estabelecer gestos comunicativos e interacionais. Sim, a retórica é propriedade articuladora de argumentatividade que requer gestos persuasivos e inteligência verbal e comunicativa. A persuasão, função complexa presente nas polêmicas e na simplicidade da comunicação diária, implica, pela própria complexidade, a existência de uma tríade que produz consistência discursiva: *ethos*, *pathos* e *logos*. A profundidade significativa desses termos constitui um universo de pesquisa que se estende ao longo de séculos na tentativa sadia de desvendar o poder discursivo da palavra, do discurso e, sobretudo, do próprio homem em prática de interação com seus semelhantes.

Este livro procura reproduzir em seus artigos as reflexões dos membros do grupo ERA – Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos – e convidados a respeito de uma dessas partes da tríade retórica: o *ethos*, que tem sido objeto de investigação desde os antigos gregos e romanos, atravessou os séculos com algumas interrupções e alcançou nossos dias nas aplicações em diversas áreas do conhecimento.

Historicamente parece ter sido Isócrates o primeiro filósofo a se preocupar com o *ethos* quando comenta, em “Elogio a Helena”, que o discurso, além de unir elegância, originalidade e clareza, distingue seu enunciador. Em “Ad Demonicum” (380 a.C.), orienta que o orador deve guardar-se “contra as acusações mesmo que sejam falsas porque a multidão é ignorante da verdade e olha só a reputação do orador”. O filósofo, como era característica em sua época, reforça, dessa maneira, a necessidade de se criar uma boa imagem de si durante o ato retórico, por se preocupar com a formação do homem grego como ser ético e político

Aristóteles dedica especial atenção ao *ethos*, liga-o às qualidades morais do orador e enfatiza que é componente importante da argumentação, prova fundamental para a criação de um julgamento favorável do orador e da adesão do auditório a determinado ponto de vista. Na esteira desse pensamento ligado à moral e à ética, Cícero centra sua reflexão sobre a apresentação do orador na boa demonstração do caráter e Quintiliano, por sua vez, reforça a importância da integridade do orador e da necessidade de uma vida reta, honrada e justa para, como reflexo retórico, fortalecer os mecanismos persuasivos do discurso.

Mais modernamente, com a retomada dos estudos retóricos, novos estudiosos se dedicaram a investigar o *ethos*: Perelman e Olbrechts-Tyteca, Meyer, Eggs, Ferreira, Reboul, Woerther, Zumthor, Bazerman, Amossy, Maingueneau, entre outros, têm escrito sobre o assunto.

É interessante lembrar que Woerther, em estudo semântico sobre a palavra *ethos*, afirma que não existe, na obra de Aristóteles, uma padronização de seu uso e extensão significativa. Não encontrou, também, uniformidade em outros tratados que a empregam e, assim, não fica difícil entender o motivo de continuarmos a explorar a magnitude do termo sem alcançarmos um consenso. Essa riqueza de estudos é salutar e necessária. De qualquer forma, em retórica, ao menos, tem-se afirmado que o *ethos* é visto como representação de si do orador no ato retórico. É, pois, produto e reflexo do próprio discurso enunciado para um auditório.

Essa diversidade de perspectivas e as intrigantes arestas significativas do termo *ethos* e suas referências discursivas levaram os integrantes do Grupo ERA e seus convidados a analisarem, sob diversos ângulos de aplicabilidade, a natureza retórica e discursiva dessa palavra tão em moda e nem sempre bem compreendida. Além de teorização sob vários pontos de vista, os leitores encontrarão, neste volume, diversas aplicações e análises de gêneros do texto e grau de influência persuasiva do *ethos* em cada um deles: a construção poética do *ethos* em autobiografia, o discurso religioso como fortalecimento do *ethos* do pastor, os reflexos dos discursos institucionais para a criação e manutenção do *ethos* dos oradores. A polêmica, ponto central dos estudos da retórica na contemporaneidade, é, aqui, tratada sob diversos ângulos analíticos que envolvem liberdade de expressão, a potência predatória de fake news e aspectos humorísticos do discurso. O discurso pedagógico e seus reflexos sociais e políticos envolvidos na construção do profissional de ensino na modernidade é, também, cuidadosamente pensado sob a perspectiva da retórica da confiança.

Produto de estudos criteriosos dos membros do grupo, feitos ao longo de todo o ano de 2019, o presente volume nasceu de inquietudes e de compromissos

com os estudos retóricos e seus reflexos sociais na contemporaneidade. Aos textos do grupo, juntam-se produções de professores convidados de diversas instituições superiores de ensino, todos envolvidos pela instigante magia da retórica e de seus envolventes problemas teóricos.

O livro, como verão os leitores, procura esclarecer e instigar na mesma medida.

*Ana Lúcia Magalhães*





## Introdução:

# Inteligência retórica e vocalidade: constituição e manutenção do *ethos*

Luiz Antonio Ferreira

O aparecimento do homem na Terra, segundo Toynbee<sup>1</sup>, não é marcado pela afirmação de uma determinada característica anatômica, nem pela aquisição de habilidades puramente práticas, mas, sim, pelo momento histórico do aparecimento da percepção como processo mental consciente. De acordo com as reflexões do historiador, esse despertar foi tão imenso e o esforço exigido deve ter sido tão árduo que não causa surpresa o fato de que a ele se seguisse um período de mais ou menos um milhão de anos de torpor, antes de o homem começar a exercer ativamente o poder espiritual e material que a construção da consciência lhe permitia. O torpor se justifica plenamente: o homem precisou experimentar em si o sentimento da existência para construir sua identidade humana. Não havia (como não há) uma consciência “ideal” de si, mas uma constante descoberta, menos ou mais consciente, de “ser” num contexto sensorial (que tem o corpo como uma instância primária, um lugar de imanência) e intelectual (que permite ao homem compreender, conhecer e exteriorizar estados e vertentes de si) para, como bem ressalta Vigarello<sup>2</sup>, ser um modelador e escultor de si mesmo.

---

1 Toynbee, 1978.

2 Vigarello, 2016.

Se falta estrutura à percepção, o homem, no decorrer do tempo, procurou interpretá-la, revesti-la de coerência e sentido para tomar consciência de um espaço, de seu corpo e de suas propriedades, a fim de elaborar pela mente o exequível e confortável para a vida em sociedade.

O homem possui vocação para a descoberta de si e do outro. Essa tendência ontológica pode explicar o porquê de, um dia, em algum momento do passado, ao conscientizar-se de que, nas relações sociais, o verbo pode ser bem mais importante do que a força física, fez emergir em si o autor de sua própria fala e compreendeu (ato inteligente) o poder e as funções da voz, a tradutora das línguas. Onomatopeias, grunhidos, articulações mais sofisticadas, léxico, sintaxe e semântica conformaram-se gradativamente em línguas, em atos de fala que envolviam sensibilidade e racionalidade. Essa percepção e consciência de fala intuitiva ganhou corpo ao longo do tempo. Ao entender-se como um ator inserido em contextos sociais, históricos, políticos, ideológicos, culturais e cognitivos, fez emergir de si uma outra consciência de fala, mais reflexiva e intencional, que culminou na invenção da retórica, a propriedade humana articuladora de argumentatividade que requer gestos persuasivos e, evidentemente, inteligência verbal e comunicativa. A percepção, entendimento, conhecimento de mundo e prática da linguagem encontram-se, de modo incondicional e indelével, imbricados na *praxis* humana.

Pela palavra, espriamos nosso mundo de pensamentos, de compreensão de realidades, de entendimento de nossa comunidade e entrelaçamos emoções e racionalização em nossas relações sociais. Não se trata, pois, apenas de ecoarmos oralmente. Entendida como produto de uma vocação humana, a palavra, por virtude histórica, não só indica as coisas do mundo, mas carrega toda espécie de sentimentos e regula o tipo de relacionamento que o homem quer manter com seus semelhantes. Há muitos outros fatores envolvidos no dizer e todos eles concentram-se na vocalidade, termo evocado por Zumthor<sup>3</sup> para significar a historicidade de uma voz: seu uso. Há, na vocalidade, uma ação atávica da voz, um efeito discursivo que ultrapassa o limite da palavra para a conquista de um outro espaço significativo em que todo corpo se envolve no dizer, de forma menos ou mais consciente, numa dependência direta da capacidade persuasiva do falante.

A vocalidade, então, possui um percurso histórico que nasce na percepção de si e, gradativamente, se traduz em inteligência: a elaboração mental dos

---

3 Zumthor, 1993.

fenômenos do mundo. É pela inteligência que o homem interpreta, reveste de coerência e sentido o que, a princípio, era apenas sensação. A vocalidade, entendida como produto histórico de verbalização de si, exige ação humana inteligente e consciência de fala: propriedade de combinações dos poderes da língua para transmitir ideias novas e precisas que atingem e podem mover a mente do outro. Se a percepção é um instinto para adquirir uma arte, a vocalidade, ao exteriorizar o poder inestimável do verbo, é o exercício da própria arte retórica, aquela que admite a racionalidade e o percurso das emoções em nós de forma previamente articulada, aquela que perscruta o dizer para revelar o humano ou esconder o desumano em nós. É pela vocalidade que mostramos nosso “jeito” de expressão em momentos singulares, nossa propriedade de, por meio de formas adaptativas, congregar os homens em decisões de toda ordem, nem sempre fáceis em função da complexidade do estar no mundo. Nas polêmicas ou na simplicidade do dia a dia, nossa vocalidade nos irmana e nos diferencia.

Este texto objetiva ressaltar a vocalidade como componente intrínseco do ato retórico. Pretende, também, exaltar a retórica como arte e, simultaneamente, como um conjunto de técnicas argumentativas de que o orador se vale para angariar “autoridade” por meio da própria voz. A vocalidade, então, é vista como um recurso retórico que, associado a outros recursos (também retóricos) de demonstração de personalidade e caráter do orador (*phrónesis, areté, eúnoia*), atribuem ao próprio orador um poder simbólico que constitui e mantém seu *ethos*.

## **Inteligência retórica e vocalidade**

Um orador, ao atuar em meio às situações polêmicas e conflituosas do existir em sociedade, vale-se de inúmeras competências e habilidades humanas para agir sobre o mundo por meios persuasivos. Ao exercer um ato retórico (a retórica é material, dinâmica, ativa) e exteriorizar uma proposição, oferece ao outro um compromisso de decisão e, por assim proceder, coloca em jogo o seu próprio ser social. Ao mostrar-se publicamente, vincula seu dizer a uma estratégia discursiva ligada à conveniência, sempre com uma intenção humana que busca atingir a confiança e provocar o *fazer-saber* para *fazer-querer* e, por fim, *fazer-fazer*. Nesse plano, a inteligência, essa aptidão intelectual singular, traduz-se, indissociavelmente, em vocalidade. É preciso

repertório histórico, no plano dos processos gerais e comuns, para revelar compreensão do mundo, capacidade de adaptação às mudanças das circunstâncias, capacidade de resolver problemas sem violência, extrair inferências, raciocinar sobre si e sobre o outro para, enfim, persuadir. Praticar a retórica é, sim, uma arte, mas também um gesto técnico de racionalizar os caminhos em busca de um resultado associativo que se expande para muito além da troca de informações. A eficácia retórica se consolida quando o orador consegue imprimir ao dizer o seu poder de influência. Por isso, praticar a retórica é, com o auxílio forte da percepção, entender, pelo intelecto, que “podemos moldar eventos nos cérebros uns dos outros com primorosa precisão<sup>4</sup>”.

Como verdades e mentiras são conceitos complexos e oscilantes, no ato retórico, razão e emoção convergem para demonstração do verossímil. Quando há tensividade retórica, o orador, num contexto em que se situa uma questão, precisa persuadir e para realizar esse intento precisa, como afirma Aristóteles (Retórica, I, cap. II), encontrar as provas de persuasão fornecidas pelo discurso, que são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador (*ethos*); outras, no modo como se dispõe o ouvinte (*pathos*); e outras, no próprio discurso (*logos*), por aquilo que demonstra ou parece demonstrar.

Neste texto, trataremos apenas da primeira dimensão, o *ethos*. É importante, porém, ainda que de modo resumido, pensarmos na contribuição de *logos* e *pathos* para a construção da confiança, esse sentimento de segurança que alguém desperta em nós e que, por sua palavra, nos obriga a colocarmos-nos “em suas mãos”. Quem desperta confiança em nós faz parecer que a palavra que ouvimos vem de nós mesmos, de nossa “jurisdição interna”. Nesse estado de espírito, como auditório, obedecemos<sup>5</sup>.

A racionalidade é articulada no *logos*, termo que, durante séculos, significou palavra escrita ou falada, verbo, discurso. A partir dos estudos de Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.), filósofo pré-socrático, passou a ter o conceito de razão ou exercício da razão. Em sentido amplo, todo discurso se constrói em torno de um tema que é problematizado e gera questões. O *logos* é um espaço discursivo propício para a demonstração das estratégias persuasivas adotadas pelo orador para impressionar positivamente o auditório e demonstrar, de modo explícito ou não, pela linguagem, sua capacidade de enfatizar, ilustrar, confirmar, negar ou corroborar ideias. No *logos* imbricam-se, indissociavelmente, a força argumentativa do orador, os sentidos

---

4 Pinker, 2004, p. 5.

5 Angenot, 2019, p. 21.

explícitos ou implícitos, figurativos ou literais da linguagem utilizada para atingir, por força da criação da verossimilhança, o acordo com o auditório.

*Pathos*, por sua vez, refere-se às emoções e paixões despertadas no auditório. Por força do conviver, os homens estão envolvidos em múltiplas tonalidades do sentir: amam, odeiam, tornam-se esperançosos, desanimados, calmos ou desesperados, revelam e escondem desejos. Entre o prazer e o desprazer cotidianos, o ser humano modula a intensidade de suas paixões pelo que acredita ser justo, injusto, moral, imoral, certo, errado, belo e feio. É justamente aí que reside a força do *pathos*, entendido como a habilidade do orador de despertar o auditório para as emoções pretendidas e decorrentes de seu discurso. Assim, diante de um auditório, o orador pode provocar paixões disfóricas ou eufóricas por meio de sua capacidade de levar o outro a aderir, recusar, completar, modificar, calar-se, aprovar, reprovar, demonstrar interesse ou desinteressar-se por um evento do mundo que requer uma posição estética, deliberativa ou judiciária e a intensidade de qualquer uma dessas ações é sempre estabelecida pela força persuasiva provocada pelo orador<sup>6</sup>.

Por fim, o *ethos*, considerado por muitos estudiosos como a mais importante das provas retóricas, implica vocalidade e virtuosidade. Na perspectiva aristotélica, no *ethos* reside a força de autoridade que se impõe ou não sobre o auditório, pois se liga a um processo de apresentação do orador diante de ouvintes (ou leitores) identificados por características universais ou particulares e, quando o ato retórico é adequadamente dirigido, como um recurso de identificação que provoca adesão e acordos favoráveis às intenções persuasivas do próprio orador. De modo amplo, *ethos* é a revelação, no ato retórico, do poder moral do orador. Os caminhos constitutivos da credibilidade e da confiança no orador exigem artifícios (*ethos* é representação) que, de modo sucinto, trataremos a seguir, a partir das concepções aristotélicas.

## **Constituição e manutenção do *ethos***

Como afirma Woerther, o estudo semântico da palavra *ethos*, feito de maneira sistemática ao longo de todo *corpus* aristotélico, demonstrou que essa noção nunca foi utilizada de forma padronizada pelo estagirita e, em função disso, não encontrou uniformidade em outros tratados que a empre-

---

6 Figueiredo; Ferreira, 2016.

garam, uma vez que a abrangência e os significados desse termo variam em função do objeto estudado. Dessa maneira, a autora, por meio das evidências levantadas, rejeita a ideia de que o pensamento aristotélico se aproxima de um sistema em seus tratados biológicos, ético-políticos, poéticos e retóricos. Para ela, há, sim, “um duplo movimento de apropriação e ressystematização a partir desse conceito heurístico que é o *ethos*”<sup>7</sup>.

De qualquer modo e de forma definitiva, em retórica, o *ethos* é visto, primeiramente, como a representação que o orador imprime de si no ato retórico. É efeito, resultado obtido pelo discurso e seu fim, como entendiam os gregos, é criação de uma impressão de si, elaborada pelo próprio orador e no próprio discurso para mostrar-se digno de confiança. Encontrar traços de honestidade e de virtude é o desejo natural de um auditório. Por isso, a credibilidade, como afirma Aristóteles (Retórica, II - II, 2.4), é conseguida de modo eficiente quando o orador mostra em seu discurso que possui equidade (*epieikeia*), senso de justiça, imparcialidade, isenção, neutralidade. Nesse sentido, *ethos* liga-se, na origem, a um princípio moral, que expõe virtudes no discurso e revela um jeito de difundir as concepções do existir de modo reto e aceitável socialmente (ética). Há, como afirma Eggs, outro aspecto mais neutro e objetivo possível de análise do *ethos*, ligado à *hexis* (disposição), hábito, tipo social, modo de exprimir adequadamente os temas e estilos que são moldados no planos de expressão (*elocutio* e *actio*), mutável em função do contexto retórico e da problematização em foco, produto das escolhas (*hexeis*) efetuadas *in actu*<sup>8</sup>. Em nossa perspectiva, Eggs fala da vocalidade e de todas as implicações históricas, sociais, ideológicas e pragmáticas que o termo pode contemplar em si. É a vocalidade que carrega elementos ligados à personalidade, ao caráter, aos traços comportamentais e a todos os elementos que se aglutinam no ato retórico como maneira de sentir e apresentar signos corporais, gestos e maneiras de falar. Para a constituição do *ethos*, afirma Eggs, “não é preciso “se dar a aparência” de ser honesto e sincero, mas apresentar-se honesto e sincero para que o verdadeiro e o justo se imponham”<sup>9</sup>. É preciso apresentar-se (e ser percebido) como competente, razoável, equânime, sincero e solidário, demonstrar integridade discursiva e retórica<sup>10</sup>, que, aqui, chamamos de inteligência retórica manifestada pela vocalidade.

---

7 Woerther, 2007, p. 304.

8 Eggs, 2005, p. 35.

9 Ibid., p. 38.

10 Ibid., p. 39.

Se considerarmos o *ethos* como um exercício da vocalidade intencional de um orador sobre um auditório, podemos levar em conta três fatores interligados e interferentes que se amalgamam para a conquista da eficácia retórica e que resumimos em três verbos fundamentais: ser, poder e saber.

## **a. Ser e parecer ser: a constituição oratória da dignidade do orador**

A eficácia de um discurso – fim último da Retórica - deriva da potencialidade oratória do orador para oferecer ao auditório uma imagem digna de si durante um ato retórico. Para Aristóteles (Retórica, II, 2.4), as pessoas de bem “inspiram confiança mais eficazmente” e a demonstração de bom caráter constitui “a prova determinante por excelência”. Sob essa visão, a probidade demonstrada pelo orador é componente intrínseco da constituição do *ethos*. Como o *ethos* atua no universo discursivo das aparências, o orador precisa realçar, racionalmente, traços de seu caráter em contextos pragmáticos.

Para a constituição da representação de si, se considerarmos o sentido etimológico do termo *ethos*, a palavra é utilizada como honra ontológica do homem. Não seria, portanto, indiferente trair sua vocação por meio de manobras oratórias. Nem todo homem, porém, é virtuoso e bom. Seja qual for o seu caráter “de fato”, estabelece pela palavra a relação do homem com outro homem e com seu próprio ser<sup>11</sup>. A demonstração de dignidade, nesse sentido, é um exercício de conquista do auditório pelo discurso porque, no universo verbal das aparências, o uso da palavra permite formas sutis de exteriorização da moralidade assim como propicia, nas artimanhas do dizer, o disfarce sutil da imoralidade. É o tom das relações interpessoais estabelecidas que alicerça a legitimação pela fala e faz ecoar no auditório a crença em um caráter mostrado e meticulosamente estudado pela inteligência retórica, pela posição institucional e ideológica do orador, pelo bom domínio da corporalidade e das relações que estabelece com o auditório. Essa conformação da palavra em ato retórico persuasivo requer demonstração de um saber prático e oportuno para revelar características ligadas ao ser ou parecer ser. Afiançar-se pelo discurso requer virtudes, estudadas por Aristóteles em Ética a Nicômaco:

---

11 Manon, 1992.



a.1. *Phrónesis* é a sensatez, a prudência, a sabedoria prática refletida no bom uso da mediania entre virtudes e vícios, na confirmação de capacidade de valer-se da reta razão em circunstâncias singulares e necessárias para uma ação pretendida. *Phrónesis*, a parte mais elevada da alma racional (razão prática) do homem, a parte calculativa da alma é interdependente das virtudes do caráter. É uma virtude intelectual que permite “a avaliação correta das circunstâncias singulares das quais depende a efetiva realização de cada ação virtuosa<sup>12</sup>”. No ato retórico, a demonstração da *phrónesis* indica que o orador estabelece raciocínios sobre as “realidades” que poderiam ser diferentes e desvela uma “verdade” construída no e pelo discurso. O discernimento, assim, é qualidade racional que leva à crença em uma dada “verdade” quando os argumentos se concentram nas ações relacionadas com os bens humanos<sup>13</sup>. Por isso, a *phrónesis* vale-se de uma explícita demonstração de inteligência (valor cognitivo) aliada a um projeto prático de mover o auditório. É por isso que no ato retórico, num contexto sensorial, o orador faz emergir estados e vertentes de si para demonstrar as verdades contingentes necessárias para levar o auditório a fazer escolhas que dependem de valores culturais, de contexto imediato e da natureza da questão imposta. O orador trabalha as questões que não são resolvidas nem pela ciência nem pela lógica analítica, mas que podem ser solucionadas pela demonstração do discernimento e da experiência.

Como a retórica se vale de apelos, de estratégias simbólicas para provocar uma resposta emocional e um comprometimento do auditório a uma causa, a *phrónesis* traz em si um caráter prescritivo quando promove ação a partir da capacidade do orador de bem identificar as particularidades da questão sobre a qual delibera.

a.2. *Areté* é a virtude, a disposição que faz um homem bom e o leva a desempenhar sua função com retidão e probidade. Nesse sentido, o homem virtuoso cumpre o ato determinado, conhece o que faz e o executa voluntariamente como resultado de uma disposição permanente. *Areté* era para os gregos o grau de excelência no exercício de uma capacidade que um ser possui como próprio<sup>14</sup>.

---

12 Aristóteles, EN, 1142i 23-20; 1143a 32-33.

13 Aristóteles, EN, VI, 5, 1140b 16-17.

14 Silverira, s/d.

Já a partir de sua origem etimológica, o *ethos* se conforma por princípios éticos e morais. Situa-se, de modo inalienável, nas virtudes humanas (éticas e dianoéticas na filosofia aristotélica) que precisam ser evidenciadas no discurso. Além da racionalidade prática (*phrónesis*), a *areté* (virtude) se exterioriza positivamente quando o orador revela *mesotês* que, para Aristóteles, reside na justa medida, no meio termo entre as virtudes e os vícios, entre o excesso e a deficiência de conduta. Não é natural nem inatural no homem, mas adquirida pela capacidade prática, pela ação: a prática de atos justos nos torna justos. Na *mesotês*, a norma é a regra geral e a virtude é o justo meio, a justa medida relativamente aos atos humanos. O virtuoso não se mostra covarde (vício por falta) ou temerário (vício por excesso), pois conhece a justa medida entre esses dois vícios e encontra, na coragem, o meio termo favorável para seus propósitos. Não se mostra insensível (vício por falta) ou intransigente (vício por excesso), uma vez que conhece e demonstra temperança, parcimônia, moderação, sobriedade, aspectos de virtuosidade contidos na mediania. Não é apático (vício por falta) ou agressivo e colérico (vícios por excesso), mas, amável, atencioso, benévolo, educado, polido e respeitoso, qualidades de mediania entre a apatia e a agressividade. A *areté* estabelece o grau quantitativo necessário para bem demonstrar as tendências humanas que conduzem à boa ação.

a.3. *Eúnoia* é a benevolência. No exercício de ser e parecer no discurso, a generosidade, o altruísmo, a condescendência e a magnanimidade traduzem conformações de amizade característicos da *eúnoia* pelo gesto solidário de simpatia que se infiltra no discurso como um caminho para mover o auditório a partir de um plano de expressão nitidamente patético e fundamentado no corpo dos recursos persuasivos que provocam efeitos discursivos positivos às intenções do orador.

Eggs bem resume o termo *eúnoia* a partir de suas reflexões sobre Ética a Nicômaco: “a *eúnoia* constitui, na verdade, com *charis* e *phília*, isto é com obsequiosidade e amabilidade, um campo semântico”. A base comum não se restringe à simpatia, mas atesta uma “disposição ativa para prestar serviço ao outro, caso ele necessite<sup>15</sup>”.

Nesse plano do ser, o ato retórico é um processo de constituição fundamentado na moralidade em que o orador se demonstra competente, equânime, sincero e solidário. Visto por esse ângulo, a questão moral do *ethos* ultrapassa os limites do “parecer ser” para efetivar-se a partir de um

---

15 Eggs, 2005, p. 39.

princípio antropológico sempre aceito e respeitado: o homem tem tendência natural para o verdadeiro, o bom e o justo<sup>16</sup>. Como, primeiramente, afirmou Aristóteles, “o verdadeiro e o melhor são por natureza mais fáceis de provar e mais convincentes<sup>17</sup>”.

## **b. O caráter documental e social do *ethos*: o poder**

No plano da vocalidade constitutiva do *ethos* é preciso levar em conta que, para além da instância subjetiva que se exterioriza pelos gestos morais do orador, O *ethos* não se desvincula dos atributos sociais constituintes da vocalidade e relativos a um poder de fala adquirido do exterior para o interior.

Há, no nível da fala social, um lugar sedimentado pelo poder institucional. Inevitavelmente, qualquer orador traz em si as marcas das instituições a que pertence e o lugar que ocupa na hierarquia institucional. São os graus hierárquicos que determinam, qualitativa e quantitativamente, o discurso autorizado. A título de exemplo, ainda que o Papa, o cardeal, o bispo, o monsenhor, o cônego e o pároco pertençam à instituição Igreja, o “peso” de suas falas diante de um auditório é maior ou menor em função da questão que se impõe ao auditório. Todos possuem discurso autorizado institucionalmente e essa base comum os torna “competentes” para dizer o que dizem, mas, também, determina os limites para o “como” dizer. O discurso autorizado também possui limites e a retórica dos representantes institucionais (da Igreja, do Judiciário, do Estado, da família, da Escola) é sempre guiada por princípios estabelecidos autoritariamente pelas próprias instituições.

A retórica dos “competentes”, dessa maneira, está alicerçada no poder e não é, necessariamente, sensata. Ainda que as instituições esforcem-se por demonstrar uma gama de princípios éticos e de boas intenções para bom cumprimento moral do dever estabelecido, podem criar, no seio social e pelo discurso, um mito de eficiência, ainda que em plano menos explícitos baseiem sua prática em conceitos meramente concorrenciais ou triunfalistas, repletos de ideologias e interesses nem sempre reveláveis. De qualquer modo, o discurso autoritário das instituições assegura e promove o discurso dos

---

16 Ibid., p. 39.

17 Aristóteles, Retórica, I, 1355a 37.

“competentes” e, por reflexo, o discurso dos “fracassados”. Atos retóricos são proferidos por homens e desvelam as virtudes e vícios humanos. Por essa razão, o discurso autorizado pode camuflar-se, muitas vezes, em discurso competente porque é natural em nossa sociedade premiar aqueles que ganham, por exemplo, evidência profissional, intelectual, esportiva ou política, sem que se leve em conta os meios pelos quais os premiados atingiram o status a eles outorgado.

Enfim, os “competentes” têm direito assegurado de dizer e infiltram sua vocalidade no discurso dominante porque sustentam-se num discurso que os antecede: o discurso autoritário das instituições (as leis, os dogmas, a validade da ciência) e regem a vida em sociedade, pela sedimentação de hábitos, valores e crenças. O discurso dos “competentes” vem, por esse motivo, previamente assegurada no plano persuasivo e autoriza o orador a atuar, com relativa segurança, no universo da *doxa*, quando o objetivo é solucionar ou amenizar situações polêmicas. Os “competentes” transformam seus argumentos em afirmações plausíveis, em respostas para questões em debate porque amparam o seu dizer na autoridade discursiva que emana das instituições.

Por esse ponto de vista, o *ethos*, visto como reflexo histórico e social da vocalidade, atua no interior do discurso polêmico para impor, pela autoridade e poder institucional, o discurso dominante, aquele que determina valores e molda o viver em sociedade. Um orador “não competente” pode, sim, abalar o discurso dominante, mas precisará encontrar um lugar de fala que imponha a rebeldia, a contestação e, provavelmente, irá querer livrar-se do inevitável estigma que o conforma socialmente. Provavelmente, precisará iniciar um processo retórico de desconstrução daquilo que é consolidado historicamente para, pela discussão provocada, remodelar conceitos sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, o legal e o ilegal, o nobre e o vil, o certo e o errado num determinado contexto posto em questão<sup>18</sup>.

Esse esforço do orador para solidificar o já dito ou para construir o inusitado socialmente requer real competência oratória, inteligência retórica e, sobretudo, excelência no uso de recursos expressivos, de escolhas discursivas e de provas retóricas (éticas ou patéticas, externas ou internas à retórica) para levar o auditório ao crível. O *ethos*, nessa perspectiva da vocalidade social que o orador traz indelevelmente em si, cumpre a incumbência de dar uma resposta à questão levantada e de levar o auditório a partilhar a tese do

---

18 Ferreira, 2010.

orador. Por fim, qualquer orador possui um poder natural angariado pela autoridade institucionalizada, mas, se não se sentir confortável nesse lugar institucional, pode, pela transgressão do estabelecido, promover um outro lugar retórico (e bem mais difícil de alcançar) para consolidar sua própria voz revolucionária até torná-la verossímil e crível. Cria, desse modo, o discurso instituinte, que nasce nos subterrâneos sociais para, pela prática da retórica, ganhar contornos verossímeis e capazes de estabelecer acordos sociais.

O poder, que também possui graus de atuação efetiva, infiltra-se no *ethos* como produto da *inventio* – o termo latino ligado ao verbo *invenire*, que em latim significa achar, encontrar, descobrir – parte do sistema retórico em que o orador encontra as provas necessárias para seus propósitos e seleciona o que vai estabelecer e sustentar no discurso. Infiltra-se, também, na *dispositio*, um momento de reflexão crítica sobre como utilizar o material da invenção, a fim de ordenar e enfatizar as ideias concebidas (*que loco dicat*), harmonizar logicamente as partes requeridas pelo tema para, transformada em texto completo, revelar-se em plenitude no instante da *actio*.

### **c. A vocalidade e a negociação do relacionamento: o saber**

O saber demonstrado pelo orador implica uma representação considerada adequada no exercício de interpretação de uma realidade posta em juízo e aceita como útil e desejável para um determinado auditório. Muitos fatores se conjugam na demonstração do saber para um propósito persuasivo e todos são importantes para a construção de um acordo: a experiência de vida, o conhecimento de um tema complexo, a demonstração prática e teórica da educação recebida, o entendimento clarificado e pautado na tradição e no contexto a partir de hábitos, crenças e valores aceitos por uma sociedade, o conhecimento científico e acadêmico. Num plano restrito, mas não menos importante, o saber é a demonstração do que é útil e virtuoso para um determinado auditório. Por isso, é o ponto máximo da revelação de inteligência retórica. Como em retórica razão e sentimento são inseparáveis<sup>19</sup>, o *ethos* conforma-se ao *docere, movere e delectare* e cumpre as funções básicas de

---

19 Reboul, 2005, p. xiii.

toda a retórica: o aspecto heurístico, hermenêutico, educativo e, sobretudo, utilitário do ato de falar e impressionar um auditório.

Como, por princípio, um discurso retórico precisa ser intenso, expressivo e agradável ao auditório, o *ethos* de um orador, nessa perspectiva da vocalidade – que é histórica e atuante –, pode ser medido pela habilidade de atrair o interesse, prolongar a atenção e ativar as paixões do auditório para o estabelecimento do acordo pretendido por meio da demonstração de um saber enciclopédico e de um saber vivencial. Para que seus propósitos sejam cumpridos, o orador precisa vincular a construção e manutenção de seu *ethos* a vários outros “saberes” que realçam as demais virtudes: a) a virtude do estilo, que se liga à clareza, à adequação, ao decoro, à correção e à ornamentação adequada; b) a virtude oratória que envolve a eloquência, a elegância, a competência verbal, a segurança e o comedimento.

## **Considerações finais**

O *ethos* é, em resumo, um conjunto de traços de caráter, de personalidade que o orador mostra ao auditório para causar boa impressão de si. Incluem-se nessa construção de um perfil social de si as atitudes, os costumes, a moralidade, elementos que aparecem na disposição do orador e que constituem sua historicidade. Nessa perspectiva, portanto, a vocalidade é elemento fundamental para a demonstração dos traços de caráter do orador, pois reúne um elemento pré-discursivo, que é o currículo (aqui entendido como todos os traços históricos, sociais e culturais que envolvem o contexto retórico), um elemento discursivo propriamente dito que se consolida e se vincula indelevelmente ao próprio ato retórico, e, por fim, um componente retórico de manutenção que ocorre, naturalmente, a partir de outros atos retóricos que emanam do próprio orador. *Ethos*, por conseguinte, é uma dimensão construída do orador e pelo orador que, por ser humano, possui um passado conhecido ou não, um presente em que demonstra ou não competência oratória e um futuro que se sustenta a partir dos efeitos de sentido obtidos em um ou mais atos retóricos precisados temporal e espacialmente, responsáveis pela promoção e manutenção do “status” que se atribui a um sujeito-orador.

A eficácia de um discurso deriva, fundamentalmente, da vocalidade que, por sua vez, implica competência pessoal e alicerça-se sobre uma fonte social que valida o falar. Como a retórica se caracteriza por apelos, estratégias simbólicas e

aspectos discursivos do orador, os efeitos de sentido provocam, no auditório, uma resposta emocional ou racional traduzida em comprometimento do auditório. Como o orador atua no exercício consciente de exploração dos diversos gêneros da própria retórica, suas atitudes retóricas são perspectivas dadas de si e, como qualquer perspectiva (*per* = através; *specere* = olhar), fornecem uma visão parcial do todo, pois cada faceta brinda o auditório com uma ênfase particular e deliberada. A reunião dessas atitudes virtuosas constitui o *ethos* e pretendem moldar a maneira como pensamos a respeito de um orador. O ato discursivo, quando assim visto, representa a exploração, por meio da inteligência retórica, das emoções do auditório. O *movere*, o *delectare* e o *docere* atuam como uma refletida prática discursiva alicerçada numa base dinâmica sobre a qual o juízo do outro se move. É pela ação da voz que o orador ultrapassa os limites da palavra para a conquista de um espaço significativo e revela sua consciência persuasiva. Se o objetivo do *ethos* é a conquista favorável dos pensamentos e das emoções do auditório, o orador precisa ter consciência de como administrar o peso de sua historicidade de sua própria voz em cada discurso submetido à interpretação do auditório. É, pois, a inteligência retórica que explora, no interior consciente do orador, a potencialidade e eficácia da palavra. Um orador consciente sabe, com Górgias (485-380 a.C.), que a linguagem é um instrumento capaz de exercer uma coação violenta sobre a alma, comparável à ação das drogas sobre o corpo<sup>20</sup>.

Em conclusão, o *ethos* se forma e se mantém na *práxis*, é ato deliberativo, implica princípios (*phraísis*), cálculo, desejo e disposição para mostrar-se e levar o outro a admitir o que se julga salutar para uma determinada sociedade. Sob esse ângulo, o *ethos*, é uma criação demonstrada de si e amalgama, nesse criar, arte (*techné*), ciência (*epistéme*), discernimento (*phrónesis*), sabedoria (*sophia*), inteligência (*nous*) e poder. Como afirma Meyer<sup>21</sup>, o *ethos* é um domínio, um nível, uma estrutura que almeja a persuasão. A palavra definitiva de Aristóteles, porém, é a que resume o conceito de forma muito reveladora: há três razões que levam à convicção, independentemente das demonstrações: o bom senso, a prudência, a sabedoria prática (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*). Em função delas, quando presentes, os homens podem aproximar-se da verdade; na falta delas, afastar-se. “Não há nenhum outro caso<sup>22</sup>”. O que remanesce está na vocalidade, na intencionalidade e na perícia retórica do orador.

20 Górgias, Elogio a Helena, 1995.

21 Meyer, 2007, p. 35.

22 Aristóteles, Retórica, II, I, V=VI, 1378<sup>a</sup>.

## Referências

ANGENOT, M. **Retórica de la confianza y la autoridad**. In VITALE, M. A.; PIRIS, E. L.; CARRIZO, A. E.; AZEVEDO, I. C. M. (orgs.). **Estudios sobre Discurso y Argumentación**. Coimbra, Portugal: Grácio Editor, 2019. P. 17-36.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica**. Trad. de Antonio Pinto Carvalho. 15. ed., Rio de Janeiro. Tecnoprint, s/d.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini – São Paulo: Edipro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Rhétorique**. Paris: Librairie Générale Française, 1991.

EGGS, E.. **Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna**. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56

FERREIRA, L. A.. **Leitura e Persuasão – Princípios de Análise Retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

GÓRGIAS. **Elogio de Helena**. In: CASSIN, B. **O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica, literatura**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira; Maria Cristina Franco Ferraz; Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 1995.

MANON, S. **Platão**. Trad. de Flávia Cristina de Souza Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MEYER, M. **Questões de retórica: linguagem, razão, sedução**. Lisboa/Portugal: EDI-ÇÕES 70, 2007.

PINKER, S. **O Instinto da Linguagem - Como a mente cria a linguagem**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SILVEIRA, D. **As Virtudes em Aristóteles**. In revista de Ciências Humanas, volume 1, no. 1, disponível em <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/203>, consultada em 9 de outubro de 2019.

TOYNBEE, A. **A Humanidade e a Mãe-Terra: uma história narrativa do mundo**. Trad. Helena Maria Camacho Martins Pereira e Alzira Soare da Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIGARELLO, G. **O sentimento de Si – História da Percepção e do Corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

WOERTHER, F. **L'èthos aristotélicien: genèse d'une notion rhétorique**. Paris: VRIN, 2007.

ZUMTHOR, P. **A Letra e a Voz: a literatura medieval**. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.





Parte 1

***Ethos*: natureza  
retórica e discursiva**



# Artimanhas do *ethos*

**Ana Lúcia Magalhães**

O *ethos* tem sido objeto de minhas inquietações e, por isso, de muitas leituras. Considerando que são vários os autores que procuram explicá-lo, busquei, neste texto, promover a compreensão de alguns conceitos com destaque ao denominado *ethos* prévio, pré-discursivo ou imanente. Aristóteles, o sistematizador da retórica, afirma que o *ethos* é moldado pelas qualidades do orador, pelo seu discurso; Isócrates alega que uma linguagem bem cuidada compõe o *ethos* do orador; Meyer fortalece a importância [do *ethos*] e comenta a respeito de uma divisão em imanente/projetivo e efetivo; Amossy comprova, por meio da análise de alguns discursos, a existência do *ethos* prévio.

Tendo em vista tais afirmações, surge a questão: se o *ethos* é moldado no discurso e por meio da linguagem, como se comprova a existência do *ethos* prévio, ou seja, aquele anterior à enunciação do discurso? O objetivo deste texto, então, é esclarecer tais conceitos e mostrar as instâncias em que ocorrem.

A motivação para o estudo do assunto surgiu a partir de discussões e observações sobre fatos e pessoas da política brasileira e internacional na segunda década do século XXI. A retórica exercida pelos diversos atores políticos tem se mostrado impregnada de concepções que merecem aprofundamento, notadamente a possibilidade de *ethos* prévio, aquele que se mostra anterior ao discurso. Outro estímulo, mais pessoal, está relacionado ao magistério e à posição que meus alunos têm revelado quando estudamos o assunto. Por isso também, a opção pela pesquisa junto a eles para este trabalho.

Para efeito deste texto, tomamos a palavra discurso em duas acepções: (1) como maneira subjetiva de apreender a linguagem, ela própria entendida

como capacidade, competência inata de se comunicar e (2) como manifestação oral ou escrita, ou seja, o discurso articulado, o ato retórico.

Como parte de um protocolo de estudo tomei como questão principal: “se o *ethos* prévio é moldado no discurso e por meio da linguagem, como se comprova sua existência, ou seja, aquele anterior à sua enunciação?”. Os dados utilizados para ilustrar os conceitos foram, assim, as respostas a questionários propostos a alunos em um contexto acadêmico. As questões se estenderam a professores, para verificar se haveria diferenças.

Foram estudadas as concepções de Isócrates, Aristóteles, Cícero, Quintiliano e autores mais recentes: Maingueneau, Meyer e Amossy, esta última que particularmente associa o conceito de *ethos* prévio à política em diversas instâncias, ainda que este não seja um texto sobre política. A aplicação dos conceitos estudados a um contexto real e contemporâneo motivou, portanto, a pesquisa de campo.

## *Ethos*

Historicamente Isócrates (436-338 a.C.) parece ter sido o primeiro filósofo a se preocupar com o *ethos* quando comenta, em “Elogio a Helena”, que a originalidade do discurso não é um valor em si e não pode, portanto, ser dissociada da harmonia entre os períodos, da sintaxe clara e bem articulada dos elementos acessórios. Para o filósofo, o discurso une elegância, originalidade e clareza; distingue seu enunciador. E a linguagem é o ponto capital que diferencia os homens dos animais, os cidadãos de estilo mais elevado dos que se contentam com o falar cotidiano.

A citação do filósofo “guarde-se contra as acusações mesmo que sejam falsas porque a multidão é ignorante da verdade e olha só a reputação” (obra “Ad Demonicum”, c. 380 a.C.) já mostra o cuidado com o *ethos* quando comenta sobre a imagem do orador. Na obra “Contra os Sofistas”, Isócrates defende a retórica como núcleo essencial de uma formação e ataca aquela meramente formalista e erística praticada pelos sofistas. Combate a filosofia platônica, que julga inapta para a formação ética e política do homem grego. Ao se preocupar com a formação do homem grego como ser ético e político reforça atenção para com a imagem.

Aristóteles (384-322 a.C.) dedica especial atenção ao *ethos* do orador. Concorda que o *ethos* se molda por meio das qualidades morais do orador, mas não é fruto de uma imagem pública, exterior ao discurso. Enquanto

em Isócrates<sup>1</sup> tais qualidades morais moldam o discurso, em Aristóteles o discurso constrói o orador.

Aristóteles, no livro II da Retórica, parte do pressuposto de que o objetivo de toda retórica é obter um julgamento favorável a determinado ponto de vista. Afirma que não basta zelar pelo discurso, é preciso se apresentar perante o auditório de forma a despertar uma disposição favorável. Para o filósofo, o *ethos* (1) pressupõe o *logos* (2) e o *pathos* (3): o segundo, ligado especificamente ao orador, é sua capacidade de convencer por meio do conhecimento, sua capacidade argumentativa, sua lógica; o terceiro, associado ao auditório, seria a habilidade do orador em despertar a emoção no auditório, movê-lo pelo sentimento que provoca.

O Estagirita distingue o exercício da *phrónesis* (ter o aspecto de pessoa ponderada), da *areté* (assumir atitude de um homem de fala franca, que diz a verdade crua) e da *eunoia* (oferecer uma imagem agradável de si mesmo)<sup>2</sup>. O *ethos* seria construído por meio de tais distinções, ou seja, três espécies de *ethé*.

O filósofo pretendia uma *techné* que visasse a examinar não apenas o que é persuasivo nos indivíduos, mas para este ou aquele tipo de indivíduo. A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão por meio da construção dos seus discursos, fornecer uma imagem de si capaz de convencer o auditório e ganhar sua confiança. Embora o *ethos* do orador seja preponderante no discurso, não há como separá-lo do *pathos*, pois os discursos são dirigidos a um auditório. Para isso, é preciso predispor o ouvinte a aderir às ideias e a justificativa fornecida pelo filósofo da retórica é clara:

[...] não se veem as coisas com o mesmo olhar quando se ama e quando se é movido pelo ódio, nem quando se está encolerizado e quando se está calmo; mas tudo se mostra de outra forma ou recebe uma importância bastante diferente<sup>3</sup>.

A primeira função do *ethos* propriamente retórico está ligada à enunciação e não a um saber extradiscursivo, acima do locutor. Esse é um ponto essencial na retórica aristotélica: “persuade-se pelo caráter quando o discurso

---

1 Dessa forma, o *ethos* é discursivo e decorre da enunciação, conforme comenta mais tarde Maingueneau.

2 *Phrónesis* pode ser entendida como a virtude intelectual e a faculdade da razão prática; *areté*, virtude de abrangência moral que acompanha a *phrónesis* nas decisões práticas; e *eunoia* refere-se à benevolência necessária que acompanha o comportamento respeitoso e a atitude do orador frente aos ouvintes (ARISTÓTELES, 2015, p. 116).

3 Aristóteles, s/d, p. 34.

é de natureza a tornar o orador digno de confiança (...), mas é necessário que esta confiança seja o efeito do discurso, não de uma suposição sobre o caráter do orador”<sup>4</sup>. Em outras palavras, para o filósofo, o *ethos* se constitui no e pelo discurso.

Na retórica de Cícero (106-43 a.C.), o orador romano também se refere ao *ethos* (orador), *pathos* (auditório) e *logos* (discurso), dos quais o primeiro seria o elemento mais importante. O caráter mostrado pelo orador é, assim, essencial para obter persuasão, mas está subordinado ao *pathos*, uma vez que sua função é emocionar o auditório. A preocupação de Cícero está em uma eloquência fundada em dois aspectos: ético, porque relacionado à conduta do orador; e patético, visto que busca a adesão pela emoção. [Meyer comenta que a retórica de Cícero “nos introduz em um universo de representação sensível onde as simulações do corpo e do discurso têm a sinceridade por condição e a emoção real por efeito”<sup>5</sup>.]

Cícero associa o *ethos* a manifestações físicas – gestos, tom e intensidade de voz, expressões faciais – que funcionam como reforço à imagem do orador. Essa postura desperta o *pathos* no auditório, que adere aos valores do orador. Dessa forma, o *ethos* seria mais do que textual. É importante mencionar que seu trabalho, publicado na época de ouro do Império Romano, levou os estudiosos romanos a se preocupar com o estilo, com finalidade de envolver plenamente o público. A figura do orador ideal – e aqui podemos pensar *ethos* ideal – deveria levar em conta o plano moral e intelectual (com sabedoria e virtude), além de também político (relacionado ao Estado) e religioso (o orador seria “divino” e pareceria “quase um deus”).

O *ethos* continua destacado em Quintiliano (35-95), que recupera Sócrates, pois está ligado aos atributos morais (integridade, coragem – *ethos*), intelectuais (conhecimento e capacidade de raciocínio – *logos*) e verbais (eloquência – *pathos*), necessários ao orador. A retórica volta a ser a arte do bem falar com preocupação moralizadora, ou seja, é construída pela reputação do orador que está mais relacionada ao *ethos* do que ao *pathos* e *logos*. Embora Aristóteles já comente sobre tais características, Quintiliano tem um viés educacional.

*Institutio Oratoria*, que pode ser traduzida como “A Educação de um Orador”, separa essa obra dos manuais restritos apenas à retórica, pois

---

4 Ibid., p. 122.

5 Meyer, 1994, p. 68.

o orador deveria ser mais do que alguém versado naquela arte, mas um homem dotado de:

uma vida reta e honrada [...] um cidadão ideal, apto a assumir sua parte na condução dos negócios públicos e particulares, capaz de governar cidades por meio do seu sábio conselho, de estabelecê-las sobre uma fundação segura de boas leis e de aprimorá-las através da administração imparcial da justiça<sup>6</sup>.

A partir de um aspecto educativo, o autor deixa entender que o orador precisa ter um *ethos* de pessoa íntegra (vida reta, honrada, justa) e corajosa (homem apto a assumir a condução dos negócios públicos e particulares).

Esses conceitos de retórica perduraram até o século XVI e o *ethos* ora se baseava na figura do orador (Isócrates, Cícero, Quintiliano), ora no discursivo (Aristóteles).

## Dificuldades relacionadas à concepção de *ethos*

Apesar de parecer que os conceitos são claros nos autores comentados, ou seja, o *ethos* é uma prova retórica que se constitui no ato retórico, mostra-se por meio do enunciado e está ligado ao caráter do orador, a modernidade trouxe questionamentos com novas dificuldades a seu entendimento. Enquanto na Antiguidade a fala estava restrita aos mesmos dispositivos de comunicação, a uma disciplina única – a retórica – hoje está dividida em várias disciplinas de ordem discursiva com interesses diversos, que observam o *ethos* sob perspectivas diferentes. Mesmo quando se pensa em *ethos* discursivo, não se pode reduzi-lo a traços verbais, uma vez que existem outras características que precisam ser levadas em

---

6 Quintiliano, 1936, p. 5.



conta, como vestuário, gestos e outros, principalmente quando se refere à oralidade e se encontram no âmbito da enunciação<sup>7</sup>.

Embora observado que o *ethos* está fundamentalmente ligado à enunciação, não se pode ignorar a construção das representações do orador antes que ele se pronuncie, ou seja, antes do falar, essas representações nascem de atributos exteriores, em função da hierarquização natural do dizer em sociedade. Nesse aspecto, a marca institucional marca o orador. Ferreira enfatiza que,

não importa, pois, se orador é ou não sincero: a eficácia do *ethos* é distinta dos atributos reais de quem assume o discurso. Como se infiltra na enunciação sem ser enunciado, são atributos do exterior que caracterizam o orador, mas há, no reconhecimento do *ethos* por um auditório, uma dinamicidade natural de confiança ou desconfiança que ganha corpo à medida que se desenvolve o movimento discursivo [...] Nessa perspectiva, as representações de mundo, a imagem prévia do locutor construída no imaginário social, a autoridade institucional angariada e a imagem de si projetada na construção discursiva contribuem para a consolidação do *ethos* do orador<sup>8</sup>.

Tais colocações suscitam novas perguntas: o *ethos*, então, está relacionado à imagem de si que o orador deixa transparecer no discurso? Tem a ver com estereótipos e representações sociais? Com imaginários sociodiscursivos?

Assim, considera-se importante para este trabalho estabelecer uma distinção entre o que Maingueneau<sup>9</sup> estabelece como *ethos* discursivo e pré-discursivo ou anterior, o que Amossy<sup>10</sup> denomina prévio e discursivo, e o que Meyer<sup>11</sup> chama de imanente/projetivo e efetivo. O quadro 1, a seguir, mostra a equivalência desses conceitos conforme esses autores.

---

7 Enunciação é uma instância anterior ao enunciado que, por sua vez, tem a capacidade de fundar a imagem do enunciadador concebido de modo similar à noção de *ethos* trazida da retórica aristotélica. A enunciação está no interior do discurso, ou seja, não é uma realidade da língua. É da enunciação que vêm as orientações para o sentido do enunciado. “Constitui a base da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado; por outro, constitui-se, por si mesma, um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). A compreensão do enunciado – oral, escrito ou organizado por meio de múltiplas linguagens – pressupõe sempre a situação de enunciação. Assim, enunciação pode ser vista como atividade social e interacional por meio da qual a língua é colocada em funcionamento por um enunciadador, aquele que fala ou escreve. No campo dos estudos da linguagem, o conceito de enunciação apresenta variações em seus conceitos, conforme a abordagem teórica. Sem enunciação não há enunciado (o dito).

8 Ferreira, 2010, p. 21.

9 Maingueneau, 1997; 2013.

10 Amossy, 2005.

11 Meyer, 2007.

Quadro 1 Equivalências de conceitos sobre *ethos*<sup>12</sup>

Maingueneau (1997, 2014a e 2014b)	Meyer (2007)	Amossy (2005)	Equivalência	Exemplo
<i>ethos</i> pré-discursivo; anterior	<i>ethos</i> imanente e/ou projetivo	<i>ethos</i> prévio	imagem prévia	o que o auditório imagina a respeito dos indivíduos ou instituições antes de suas manifestações discursivas
<i>ethos discursivo</i>	<i>ethos</i> efetivo	<i>ethos discursivo</i>	imagem discursiva	imagem que o auditório constrói dos indivíduos e instituições durante e após o discurso

Existem discursos ou circunstâncias em que não é necessário que o auditório esteja preparado para representações prévias do *ethos* do orador: avisos genéricos em uma escola, por exemplo. Porém o discurso, normalmente, apresenta complexidade. Pensemos no domínio político. Nele, grande parte dos locutores está associada a um *ethos* relacionado aos antecedentes morais, éticos e atribuições de caráter, que pode ser confirmado ou invalidado. Aqui nos referimos à existência de um *ethos* prévio, construído com base no histórico do sujeito, em sua posição social e institucional.

É possível que, em algumas situações, não seja necessária a distinção entre prévio e discursivo, pois cada discurso se desenvolve no tempo (alguém que retoma a palavra já adquiriu certa reputação que a continuação de sua fala pode confirmar ou não). Esse é um caso típico que reforça a existência de um *ethos* prévio que se efetiva ou é reconstruído discursivamente. Trata-se do empreendimento de um orador no ato de falar.

Outros problemas relativos à constituição do *ethos* derivam da interação de ordens de fatos muitos diversos: os índices sobre os quais se apoiam o orador vão da escolha do registro da língua e das palavras ao planejamento textual e passam pelo ritmo e fluxo. O *ethos* se constrói, assim, por meio de uma percepção complexa que mobiliza a afetividade do intérprete, que

12 Elaborado pela autora.

extraí suas informações do material linguístico e do meio. Além do mais, se o *ethos* é um efeito do discurso, supõe-se possível delimitar o que depende do discurso.

Nesse sentido é viável concordar que o *ethos* se mostra também em um texto escrito, se o considerarmos como ato retórico, embora se tenha dito há pouco que não há necessariamente um prévio ou imanente. Existem sempre elementos contingentes no ato de comunicação para os quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam na construção do *ethos*. Apesar de teórica, trata-se de decisão sobre observá-lo como material verbal, dar poder às palavras ou sobre integrar elementos externos na sua composição (vestimenta, gestos...). O problema é, sobretudo, mais delicado à medida que o *ethos* é, por natureza, um comportamento que articula verbal e não-verbal para provocar no auditório os efeitos que, em sua totalidade, não se devem somente às palavras.

Os conceitos atuais não são idênticos aos da retórica antiga (embora guardem semelhanças importantes) e a fala não está mais restrita pelos mesmos dispositivos; a retórica, que era disciplina única, explodiu em diversas outras teóricas e práticas<sup>13</sup>, com interesses distintos e captam o *ethos* de formas diversas:

- é uma noção discursiva (constrói-se por meio do discurso, não é uma imagem do orador, exterior à fala);
- está profundamente ligado a um processo interativo de influência do outro;
- é uma noção híbrida (sociodiscursiva), um comportamento julgado socialmente, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma em uma conjuntura sócio-histórica determinada.

É com esse espírito que Maingueneau apresenta sua concepção de *ethos* que se inscreve no quadro da análise do discurso: mesmo com problemática diferente, não está fundamentalmente distante das linhas da concepção aristotélica, ou seja, ele é construído: o orador não diz o que é ou como é, não descreve suas características, mas deixa entrever, discursivamente, uma imagem de si “não diz que é simples e honesto, mostra-o através de sua

---

13 Relações Públicas, Comunicação, Comunicação Social...

maneira de se exprimir (...) o *ethos* está vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso”<sup>14</sup>. Dessa forma, está integrado à discursividade, ou seja: implica “uma transversalidade à oposição entre oral e escrito”<sup>15</sup>, um modo de habitar o espaço social. Esse autor supõe que a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo geral da *adesão* dos sujeitos a certo posicionamento. Tal adesão fica mais evidente quando se trata de discursos publicitários, filosóficos, políticos. A partir de estereótipos determinados, encarna o que eles determinam.

Em qualquer caso, o conteúdo é indissociável do *ethos* de um corpo enunciativo e só tem existência intertextual. Em outras palavras, o conteúdo do discurso do indivíduo não tem existência separada da sua imagem. É veículo dela. Assim, a imagem perpassa o discurso e este constrói a imagem.

É preciso considerar ainda que existe uma separação entre o *ethos* desejado e o efetivo. Ou seja, o orador tem em mente determinado assunto que precisa elaborar, imagina o auditório e cria seu texto em função desse auditório. Tal fato não significa que (o auditório) vá compreender efetivamente e receber o assunto conforme desejado pelo orador, pois tal recepção depende da leitura que se faz e, também, do conhecimento de mundo daquele que recebe.

Quando se trabalha sobre textos associados a gêneros, há um apagamento do enunciador, que não impede caracterizar a fonte enunciativa em termos de *ethos* validado. Nos casos de textos científicos ou jurídicos, por exemplo, a validação, além do indivíduo que produziu materialmente o texto, é uma entidade coletiva (sábios, homens da lei...). Essa entidade coletiva representa entidades abstratas (a Ciência, a Lei) das quais é esperado que cada um de seus membros assuma o poder ao tomar a palavra. Uma vez que dentro de uma sociedade toda voz é socialmente avaliada (discurso científico ou jurídico, por exemplo), nesse caso, tal voz é inseparável de mundos bem caracterizados (juízes austeros em um tribunal). Haveria a possibilidade de se pensar em *ethos* prévio, porém existe um *ethos* institucional, que não é o do orador e que se impõe previamente sobre ele.

Maingueneau afirma que o *ethos*, “diferentemente dos dois outros polos da tríade *ethos-pathos-logos* é um estatuto instável: às vezes é dado um papel periférico no dispositivo retórico, às vezes somos tentados a dar-lhe um papel central”<sup>16</sup>. Reforça que, para os analistas do discurso, diferentemente dos retóricos, o *ethos* não pode ser reservado a certos usos, especialmente

---

14 Maingueneau, 1997, p. 138.

15 Ibid., p. 48.

16 Id., 2013, on-line.

em situações oratórias, sejam deliberativas, judiciais ou epidíticas. O orador liberaria, no momento da fala, uma representação de si e comprometeria seu domínio sobre sua própria palavra, por isso o autor concorda que não existe um conceito teórico claro.

O autor reforça que o *ethos* é uma interação entre vários fatores: o pré-discursivo, anterior; e o discursivo, aquele mostrado. Os dois refletem fragmentos do texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação e não existe um marco definido entre um e outro. Em outras palavras, o *ethos* não é dito, mas percebido. Existem pistas para que tal aconteça: no texto escrito, por exemplo, contam tipografia, escolha das palavras, ritmo, material linguístico, que auxiliam o leitor a compor uma imagem; na oralidade, o *ethos* pode ser resultado de uma visão física (caracteres do orador) ou abstrata (caráter, moral, ritmo, ar, tom). Pode ser concebido como singular (um indivíduo) ou compartilhado (grupos, instituições), mas parece estar sempre implícito, uma vez que não se diz: sou isso e não aquilo.

Se, em 2013, o autor retorça que o *ethos* não é dito, mas percebido pelo auditório por meio do discurso, em 2014 retoma, explora a questão e vai de encontro ao que havia explicado, ao reconhecer a existência de duas categorias *ethos* dito (informações sobre si que o enunciador explicita textualmente) e mostrado (o que o enunciatário percebe a partir de outros enunciados), em situações principalmente ligadas a comunicações via internet. Essas situações demandam três estratégias na relação entre *ethos* dito e mostrado: pode haver (1) uma ruptura, caso haja divergência entre um e outro; (2) uma convergência entre eles, quando o dito se sustenta pelo mostrado e (3) um “desaparecimento do dito, em proveito somente do *ethos* mostrado”<sup>17</sup>, mas não explica a terceira estratégia.

No mesmo ano, em outro artigo<sup>18</sup> (*Le Recours a l’Ethos dans l’analyse du discours littéraire*), Maingueneau mantém essas duas categorias, mas retoma a questão do pré-discursivo e passa a denominá-lo como *ethos anterior*, uma vez que ambos estão no interior do discurso, ou seja, esse *ethos* anterior seria elaborado a partir de discurso. O autor utiliza como exemplo, personalidades que ocupam a cena midiática ou escritores bem conhecidos, que teriam *ethos* anterior, mas aqui já teria havido manifestações que o construísem.

Para Amossy, assim como em Aristóteles, o *ethos* é distinto dos atributos “reais” do orador, embora ligado a ele na medida que esteja na fonte da

---

17 Id., 2014a, p. 18.

18 Id. 2014b.

enunciação. É do exterior que o *ethos* caracteriza esse orador. O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo traços que são, em realidade, intradiscursivos, uma vez que estão associados a uma maneira de dizer, pois interferem também na elaboração dos dados externos à fala propriamente dita (mímica, roupa e outros).

Em última instância, a questão do *ethos* estaria relacionada à da construção da identidade. Cada tomada de palavra, por sua vez, faz com que sejam levadas em conta as representações que o orador e o auditório elaboram um do outro e orientam o discurso de maneira que se crie identidade. Ao se falar sobre representações, o *ethos* se aproxima dos papéis sociais, porém não se limita a eles. O que se teorizou até o momento parece referir-se a pessoas, ao falante, porém é possível ampliar esses conceitos e aplicá-los a grupos de pessoas e mesmo a instituições.

Conforme a autora, a relação entre o *ethos* prévio (imagem preexistente do orador) e discursivo (imagem que ele constrói em seu discurso) influi nas estratégias do orador para produzir uma impressão favorável de si. É possível apagar uma impressão negativa e construir uma imagem positiva, ou seu contrário, por meio do discurso. Um exemplo conhecido é de John D. Rockefeller, magnata do petróleo no início do século XX, que possuía um *ethos* altamente negativo, de empresário predador. Era mostrado, por meio de caricaturas e mesmo nos noticiários, como vilão impiedoso. Após campanha de Relações Públicas, que incluiu mudança de discurso e postura, passou a ser tratado como pessoa venerável. O *ethos* que predominou tem sido o de empresário ético e filantropo.

Ainda segundo Amossy, porém em outra perspectiva, o *ethos* prévio seria aquele que precede à construção da imagem no discurso. Nesse caso, estaria ligado à noção de estereótipo, que desempenha papel essencial no estabelecimento do *ethos*.

A ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma *doxa*, isto é, que se indexem em representações partilhadas. [...] que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes<sup>19</sup>, mesmo se se tratar de modelos contestatórios<sup>20</sup>.

---

19 Pregnante: que causa uma impressão forte. A fraternidade é um exemplo de ideal pregnante. O Super Homem pode ser considerado um modelo cultural pregnante.

20 Amossy, 2005, p. 125.

O texto implica que a estereotipagem consiste em representações culturais cristalizadas que afetam a *doxa*: personalidades conhecidas normalmente são percebidas por meio de sua imagem pública divulgada nas mídias. Nesse sentido, a imprensa auxilia na construção de tais *ethé*. Assim, essas personalidades possuem um *ethos* prévio veiculado.

Para Meyer, “falar é levantar uma questão (...) é evocar uma questão, mesmo que seja a título e sob a forma de resolução”<sup>21</sup>, assim, tudo que é dito pode ser contradito:

[...] negação e interrogação mantém um certo tipo de pressuposto, enquanto outras implicações não resistem a esse duplo texto. Os subentendidos e também aquilo que é posto num enunciado, para retomar a terminologia de Ducrot<sup>22</sup>.

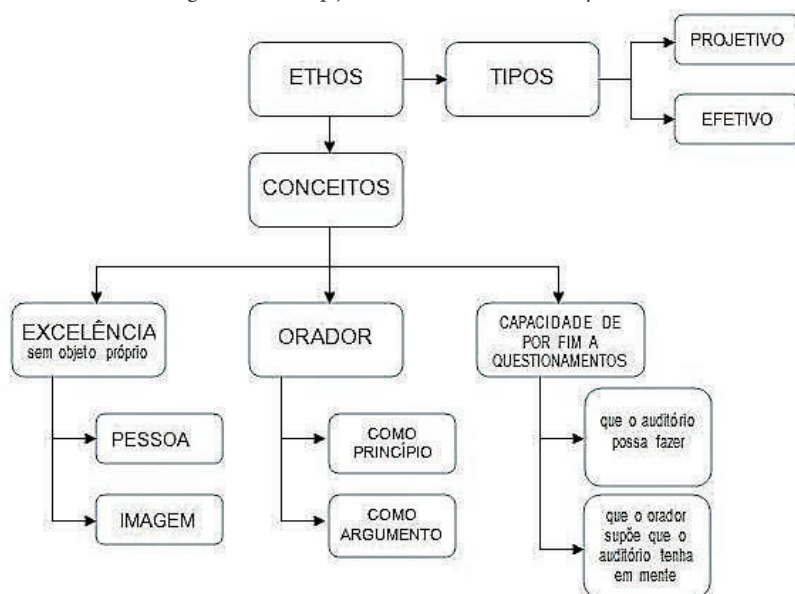
“A relação entre implícito e explícito define a argumentatividade da linguagem”<sup>23</sup> e, na alternância da palavra (enunciador/enunciatário), pergunta e resposta adquirem uma inferência dialética altamente argumentativa. A argumentatividade está, então, no cerne da problematologia da linguagem. A retórica, dessa forma, é vista como a integração de implícitos, subentendidos e pressupostos, uma vez que a linguagem é a representação factual e, por isso mesmo, perpassada pelo crivo pessoal. A existência de implícitos, subentendidos e pressupostos, pressupõe uma problematologia mostrada por meio de *ethos*, *pathos* e *logos*, dos quais nos interessa, para este trabalho, o primeiro. A figura 1 demonstra a complexidade do *ethos* segundo Meyer.

---

21 Meyer, 2009, p. 205.

22 Ibid., p. 208.

23 Ibid., p. 211.

Figura 1: Concepção de *ethos* conforme Meyer<sup>24</sup>

O autor afirma que o *ethos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si. Trata-se daquilo que o torna exemplar aos olhos do auditório que, então, se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. Quando Meyer reforça que “o *ethos* é o orador como princípio e também como argumento de autoridade”<sup>25</sup>, aprofunda o conceito em relação a outros estudiosos da retórica, que o associam ao caráter e à imagem do orador em relação ao auditório.

Assim, o *ethos* adquire uma dimensão não limitada ao enunciador que se dirige a um auditório, nem mesmo a um autor, mas leva em conta o processo discursivo. Nas palavras de Meyer, é um domínio, um nível, uma estrutura e se traduz em: “o *ethos* é o ponto final do questionamento”<sup>26</sup>.

Meyer distingue, então, duas categorias: (1) *ethos imanente* ou *projetivo*, aquele que o auditório imagina com base em informações prévias e (2) *ethos efetivo*, aquele que se constitui de fato (Quadro 1). Entre projetivo e efetivo, o discurso é elaborado e se consolida. Cabe ao orador, mais do que modificar seu discurso e adequá-lo ao que o auditório espera, responder todas as questões suscitadas, ou seja, o *ethos*, segundo o autor, é a capacidade do orador colocar

24 Elaborada pela autora.

25 Meyer, 2007, p. 34-35.

26 Ibid., p. 25.



fim a uma interrogação de desdobramentos potencialmente infinitos. Para isso, ele precisa conhecer as respostas às questões do discurso, não das que o auditório venha efetivamente a fazer, mas daquelas que o orador supõe que possam ser levantadas ou que possam ser pensadas.

Faz parte, portanto, da complexidade verificada, uma contradição ao propor a noção de *ethos* prévio, pré-discursivo/anterior, ou imanente e a afirmação de que o *ethos* é construído unicamente pelo discurso no sentido de ato retórico. Autores importantes como Maingueneau, Amossy e Meyer mencionam esse *ethos* anterior ao discurso, assumindo a contradição. Argumentar que o *ethos* anterior, prévio ou imanente também é discursivo seria fugir do ato retórico, ele, por si mesmo, argumentativo, ou seja, somente tem existência durante o discurso.

A título de ilustração, foi efetuada uma pergunta em instituição de ensino superior a 60 professores (idade entre 30 e 55 anos, ambos os sexos) e uma semelhante a 320 alunos (idade entre 20 e 50 anos, também ambos os sexos) que, creio, nos ajudar a esclarecer se “a imagem de um aluno tende a permanecer após ouvi-lo em sala” e “a imagem do professor se modifica após sua fala”. As respostas à primeira pergunta, aos professores, mostram que a imagem inicial, construída com base no que se ouviu falar a respeito do aluno, se modifica após o discurso em 100% das vezes, ou seja, o *ethos* se constrói no ato retórico. Quanto à segunda pergunta, aos alunos, a imagem do professor é modificada em 92% das respostas. A imagem anterior ao discurso é construída a partir das representações, dos estereótipos criados, do discurso do outro.

## Comentários finais

Embora Aristóteles tenha dedicado especial atenção ao *ethos* do orador, considere-o parte importante do triângulo retórico argumentativo e coloque foco nas qualidades morais e de caráter, o filósofo afirma textualmente que o discurso constrói o orador. O Estagirita não discorreu especificamente sobre a existência de *ethos* prévio. Cícero e Quintiliano também não mencionam *ethos* prévio. Fica uma pergunta: ao expor sobre caráter e esse último sobre vida reta, honrada e justa, indiretamente não estariam colocando tais características anteriores ao discurso?

Os autores da atualidade aqui estudados teorizam e defendem a existência do *ethos* prévio com exemplos retirados da política, da literatura, do discurso midiático. Maingueneau formulou seu conceito de *ethos* pré-discursivo na década de 1990 e passou a denominá-lo como *ethos* anterior a partir de 2014, com finalidade de evitar possíveis confusões inerentes ao termo discursivo.

A pergunta de pesquisa foi respondida: o *ethos* é moldado no discurso e por meio da linguagem, e a existência do *ethos* prévio foi teorizada nas colocações de Amossy (prévio), Maingueneau (pré-discursivo/anterior), Meyer (projetivo/imaneante).

É de se lembrar que Amossy e Maingueneau tratam o *ethos* sob o ponto de vista da Análise do Discurso, enquanto Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Meyer, teorizam sobre o *ethos* retórico, ou seja, há uma diferença importante entre os olhares.

Dessa forma, vemos que as perguntas foram respondidas: o *ethos prévio* está relacionado à imagem, mas não ao ato retórico e tem a ver, dessa forma, com estereótipos, com as representações sociais e com imaginários sociodiscursivos. Assim, o assunto está longe de ser esgotado, uma vez que, para cada um desses temas é necessário um aprofundamento devido à complexidade que comportam.

## Referências

AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso – A construção do *ethos***, São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_, **Apologia da Polêmica**, São Paulo: Contexto, 2017.

AristoteLES. **Arte Retórica e Arte Poética**. São Paulo: Ediouro Publicações, s/d.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**, São Paulo: Contexto, 2004.

CÍCERO, M. T. D. **De Oratore**. Dulles, USA: Intl Pub Marketing, 2003

FERREIRA, L.A. **Leitura e persuasão: princípios de anáise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

MAINGUENEAU, **Novas Tendências em Análise do Discurso**, (3ª edição). São Paulo: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_, **Discurso Literário**, São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_, **L'Éthos: um articuleur**, Contextes. 2013. <https://journals.openedition.org/contextes/5772>. Acesso em 2019.

\_\_\_\_\_, **Ethos: Algumas Ampliações e Aplicações Teórico-metodológicas**, In: Análise do Discurso: Entorno da Problemática do *Ethos*, do Político e de Discursos Constituintes, Artigo publicado originalmente com o título “Retour critique sur l’*ethos*, na Revista “Langage & Société – *Ethos* discursif”, nº 149. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2014a, p. 31-48.

\_\_\_\_\_, **Le Recours a l’*Ethos* dans l’analyse du discours littéraire**. Fabula – Lla Recherche en Littérature, 2014b. <https://www.fabula.org/colloques/document2424.php>. Acesso em 2019.

MEYER, M. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_, **Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.

\_\_\_\_\_, **Lógica, Linguagem e Argumentação**. Lisboa, Portugal: Editorial Teorema 70, 1982.

\_\_\_\_\_, **As Bases da Retórica. In: Retórica e Comunicação**. Porto, Portugal: Edições ASA, 1994.

QUINTILIANO, M. F. **Instituições Oratórias**. Tradução de Jeronymo Soares Barboza. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1836

# Em torno do *ethos* discursivo e de questões de identidade

Jarbas Vargas Nascimento

## Introdução

Como contribuição aos estudos Retóricos e, particularmente, às pesquisas em Análise do Discurso de linha francesa (AD), neste capítulo, faço uma reflexão sobre a noção de *ethos*, cuja primeira categorização remonta à herança grega clássica. Examino, sobretudo, como foco central deste trabalho, a noção de *ethos* discursivo, a complexidade dessa categoria e a dificuldade que alguns pesquisadores discursivistas revelam para operacionalizá-la como um atributo exclusivo do enunciador e não do locutor. Em seguida, reflito sobre a relação *ethos* dito e *ethos* mostrado e sobre as estratégias mobilizadas pelo enunciador para dizer-se, ou seja, apresentar-se a si mesmo ao co-enunciador e o seu modo de enunciar.

Com isso, procuro mostrar que a Retórica e a AD investem teoricamente, de modo diferenciado, na concepção e operacionalização do *ethos*. Como respaldo teórico-metodológico da abordagem de Maingueneau, o pioneiro na retomada do *ethos*, com base na AD, debruço-me sobre uma prática discursiva, produzida por Bianca Santana e empreendo uma análise elucidativa, objetivando evidenciar a emergência e a constituição inevitável de um *ethos*, na enunciação, contribuindo, dessa forma, para o debate que se instala, sobre essa categoria e a construção da identidade, no campo da linguagem, na atualidade.

## Situando o debate sobre o conceito de *ethos* discursivo

Este estudo, pelo que antecede, demanda-me revisitar, com brevidade, a noção de *ethos* veiculada na antiguidade grega, particularmente por Aristóteles, antes de considerar a noção de *ethos* discursivo de um ponto de vista da AD, no quadro em que Maingueneau inscreve essa categoria. Sem desconsiderar questões essenciais sobre a contribuição de Aristóteles a respeito dessa noção em estudo, faz-se necessário lembrar que discussão clara e detalhada sobre o *ethos* retórico encontra-se em Eggs<sup>1</sup> o que me autoriza a ser breve nesse tópico.

O supracitado autor, em sua explanação sobre o *ethos* retórico, adverte-nos que há, também, reflexões sobre o *ethos* em pesquisas de autores modernos, embora encobertos por outras problemáticas. Diante disso, Eggs explicita posicionamentos sobre *ethos* na Teoria dos Atos de Fala, como a questão da condição de sinceridade, em Searle<sup>2</sup> como componente do discurso direto e indireto e no princípio da cooperação e nas máximas de Grice<sup>3</sup>, além de máximas de polidez, de modéstia ou de generosidade em Leach<sup>4</sup> e, até mesmo, Perelman & Olbrechts-Tyteca<sup>5</sup>, quando tratam da pessoa e seus atos.

Por conta da relevância dessa categoria, é, na década de 1980, que Maingueneau<sup>6</sup> trouxe à baila novas configurações sobre o *ethos*, ao dar ao sujeito uma posição enunciativo-discursiva, distinguindo-o do indivíduo, sujeito empírico. Diante disso, Maingueneau procura responder, com base em uma perspectiva além da lógica da argumentação aristotélica, questões relacionadas ao sujeito, por meio de uma abordagem pragmático-enunciativa sobre o discurso, sobre a AD e sobre o *ethos*, uma vez que essa categoria contribui para a legitimação do próprio discurso, que revela uma voz e um corpo enunciantes. Essa tomada de posição particulariza a AD, embora alguns autores, entre eles Van Dijk, considerem essa disciplina um prolongamento da Retórica clássica, conforme nos lembra com a seguinte assertiva:

a análise do discurso é simultaneamente uma disciplina antiga e recente. Suas origens podem ser localizadas no estudo da linguagem,

---

1 Eggs, 2005, p. 29-56.

2 Searle, 1969.

3 Grice, 1989.

4 Leach, 1983.

5 Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996.

6 Maingueneau, 1984.

discurso público e literatura, remontando a mais de 2000 anos. Uma de suas mais importantes fontes históricas é indubitavelmente a retórica clássica, a arte de falar bem<sup>7</sup>.

Tomando como ousada essa afirmação de Van Dijk, o próprio Maingueneau adverte-nos sobre o perigo de aceitá-la como verdadeira, como se a Retórica,

ou, antes, as diferentes configurações da Retórica, não fossem solidárias de configurações do saber e de práticas irremediavelmente desaparecidas. A nosso ver, a análise do discurso implica também o reconhecimento de uma «ordem do discurso» irredutível ao dispositivo retórico. O que não a impede de reinvestir, não sem as reelaborar convenientemente, muitas categorias e problemáticas oriundas da Retórica ou de outras práticas<sup>8</sup>.

Na verdade, todo e qualquer pesquisador não deve descartar os vínculos entre as diferentes disciplinas, que operam com o discurso. Entretanto, ressalto que as interfaces que cada uma delas faz com os diversos campos do conhecimento, são positivas, ampliam esse espaço simbólico de investigação e, àqueles que pesquisam, possibilitam determinar e reconfigurar categorias como o *ethos*, desenvolvido primeiramente por Aristóteles, na Retórica clássica.

Ademais, na atualidade, a rapidez com que evoluem os meios de comunicação social, além da comunicação na mídia, e a necessidade de o homem se comunicar mais eficazmente, impulsiona Maingueneau a recorrer à noção de *ethos*, para a validação do dizer do sujeito na enunciação, reconfigurando, por conseguinte, uma estratégia discursiva de articulação garantidora da adesão do co-enunciador. Esta decisão, com efeito, parte da constatação de que a sociedade contemporânea tende a alterar constantemente suas práticas discursivas, fazendo com que o sujeito, antes passivo, se projete e invista em si mesmo, com base na ressignificação do conceito de interação, que lhe permite construir nova concepção de si e de mundo.

Desse ponto de vista, podemos dizer que acentualização no/do sujeito empírico é basilar para a Retórica, constituindo, por um lado, o *ethos* como uma estratégia de influência para a persuasão. Não posso negar que a Retórica aristotélica contribui, com eficácia, para a prática da persuasão, apreendendo o *ethos* como a imagem que orador revela de si como a prova

---

7 Van Dijk, 1985, p. 1.

8 Maingueneau, 2007, p. 16.

mais evidente e de credibilidade de seu caráter. Por outro lado, para a AD, a imagem e a identidade enunciativas são imprescindíveis à categorização do *ethos*, na medida em que essa categoria se constitui na cenografia e está ligada ao discurso. Nesse sentido, o fato de o *ethos* ligar-se a determinadas condições de emergência e circulação do discurso leva Maingueneau<sup>9</sup> a observar a forma como, na enunciação, o sujeito investe na imagem de si e como ele fica determinado pela percepção do Outro. Por isso, a imagem que o enunciador projeta de si e o movimento que o co-enunciador mobiliza para mostrar uma imagem do enunciador são determinados pela/na interação que o discurso estabelece.

Essa retomada da noção de *ethos* por Maingueneau<sup>10</sup> elucida a posição-sujeito como uma instância subjetiva, que emerge na enunciação, constrói-se discursivamente e opera efeitos de sentido, que investem sobre a materialidade linguística. A proposta, defendida por nosso autor, considera a distinção entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, aponta aspectos específicos da AD em relação ao *ethos* e faculto-me reiterar uma das formas como essa disciplina se afasta da Retórica aristotélica no tratamento dessa categoria. Maingueneau<sup>11</sup> assevera, ainda, que a maior dificuldade de compreensão do *ethos* é não diferenciar o enunciado como um evento comunicativo empírico concretizado, espaço de interação de atores sociais e a enunciação como um ato de produção do enunciado.

Embora Benveniste, em seu artigo “O aparelho formal da enunciação<sup>12</sup>”, assumo uma perspectiva estruturalista e reflita sobre os conceitos de enunciado e enunciação, vale retomá-lo, quando relaciona o emprego da língua à natureza conceitual de enunciação e de discurso. Para Benveniste, a enunciação é um processo, ou seja, um ato pelo qual o enunciador, por sua própria conta, mobiliza a língua. Nesse sentido, é o ato de apropriação da língua que introduz o sujeito no discurso. Por isso, o produto desse ato é o enunciado, e a enunciação é a tomada de posição do sujeito, que se apropria da língua, e dos recursos disponíveis nela para instaurar o Outro e colocar em funcionamento o discurso, constituindo a si próprio como referência essencial ao discurso. Desse modo, atualizando a proposta de Benveniste, posso afirmar que o *ethos* para a Retórica está na mobilização do sujeito locutor do enunciado enquanto para a AD, no sujeito da enunciação.

---

9 Id., 2005.

10 Id., 2016.

11 Id., 2009.

12 Benveniste, 1979.

Pelo que foi dito anteriormente, enunciado e enunciação são de duas ordens muito diferentes, pois que o enunciado impõe a fala imediata de um sujeito encarnado, enquanto a enunciação exige do co-enunciador um trabalho de elaboração imaginária, a partir de marcas textuais diversificadas. É possível distinguir que no caso específico dos estudos retóricos, o *ethos* do orador e o *pathos* do auditório coexistem no processo de persuasão e, na AD, o *ethos* se manifesta na cena enunciativa.

Acredito que ainda que complexa esta distinção, o ponto de vista acima faz com que as duas disciplinas se diferenciem na concepção dessa categoria. Assim, no entender de Maingueneau

o enunciado se opõe à enunciação da mesma forma que o produto se opõe ao ato de produzir; nesta perspectiva, o enunciado e a marca verbal do acontecimento que é a enunciação. Aqui, a extensão do enunciado não tem nenhuma importância: pode-se tratar de algumas palavras ou de um livro inteiro. Essa definição de enunciado é aceita universalmente<sup>13</sup>.

Penso que posso, ainda, retomar a reflexão de Charaudeau, que distingue o sujeito social do sujeito enunciador. Essa distinção me move a diferenciar a abordagem do *ethos* retórico e do *ethos* discursivo, na medida em que, para Charaudeau<sup>14</sup>, o locutor é um sujeito social que, por um lado, assume a palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel social que lhe são atribuídos pela situação de comunicação e, por outro, o sujeito enunciador é aquele que enuncia, uma unidade discursiva que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir.

Como a concepção de *ethos*, nas perspectivas linguístico-discursivas ora equivalem ao sujeito social, ora ao sujeito enunciador, ou ainda, ao enunciado e à enunciação, sou levado a reafirmar que essa categoria se tornou uma estratégia muito complexa, mas muito produtiva, inclusive pela quantidade de pesquisas significativas publicadas em torno dessa noção. Diante disso, posso dizer, de partida, que a noção de *ethos* é assumida diferentemente e muda de acordo com o aparato teórico-metodológico de que nos cercamos para concebê-lo. O mesmo acontece com o termo discurso e enunciado e

---

13 Maingueneau, 2013, p. 63.

14 Charaudeau, 2006, p. 115.



enunciação, que no interior da Linguística, desde o Estruturalismo até as recentes vertentes da Linguística contemporânea assumem concepções e tratamento diferenciados, resultando em investigações não idênticas. Estudos como o de Maingueneau<sup>15</sup> ratificam a afirmação que enfatizo acima e mudam as condições de exercício da pesquisa.

A perspectiva da Retórica aristotélica confirma a importância do *ethos*, do *pathos* e do *logos* como estratégias de persuasão pela ética, pela emoção e pela lógica, respectivamente, mas é o orador que as provoca no auditório. Nesse sentido, o orador, pelo olhar do auditório, recebe uma identidade social e psicológica, no mesmo instante em que constrói para si uma identidade. Em outras palavras, posso dizer que o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, na medida em que se relacionam ao orador e à situação na qual essas estratégias se manifestam, permitem ao auditório construir uma imagem daquele que fala no discurso. Na perspectiva da AD, a questão do *ethos* passa por representações sociais. Charaudeau esclarece que

quando Maingueneau retoma a noção de “tom” – proposta por Barthes a partir da noção de “ares” de Aristóteles – e propõe “uma concepção mais encarnada de *ethos*”, como atributo do que ele chama de fiador de um caráter e de uma corporalidade subjetiva, é, ainda, de representação social que se trata, uma vez que a visão que uma sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos que ela constrói para si. Diremos que o *ethos* apoia-se em um duplo imaginário corporal e moral ou que é um imaginário que, aqui, se “corporifica”<sup>16</sup>.

Assim, parece-me ficar mais evidente a compreensão de que a noção de *ethos* constrói-se na enunciação, ou seja, todo discurso exige um sujeito, que assume um corpo, que se diz no interior de uma comunidade imaginária (enunciativa) daqueles que adotam o mesmo discurso no relacionamento com o mundo. É preciso acentuar que, na AD, a imposição de um retorno crítico à categoria de *ethos*, conforme Maingueneau<sup>17</sup>, se fundamenta em questões contemporâneas relacionadas, in essentia, ao discurso e ao sujeito, nos campos da Linguística e da Comunicação.

Reforço ainda que o *ethos* se constitui na cenografia por meio de uma construção semântico-discursiva e não por marcas psicológicas ou morais

15 Maingueneau, 2007; 2015a.

16 Charaudeau, op.cit., p. 117.

17 Maingueneau, 2016.

do locutor, até por que, na AD, *ethos*, corporificado no discurso, se apresenta como uma categoria complexa. Entretanto, lembro Amossy<sup>18</sup>, quando postula que todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.

## Novas perspectivas sobre o *ethos* discursivo na trajetória de Maingueneau

Data de 1980, o início de uma atitude, configurada como pós-moderna pois que, naquele momento, se propôs um afastamento do objeto para estabelecer uma supervalorização do sujeito. Com isso, resgata-se e eleva-se a posição-sujeito e faz-se com que o *ethos* assuma amplo e total interesse em diferentes áreas do conhecimento. No caso específico dessa mudança de foco do objeto para o sujeito, fez surgir, na França, em 1984, as primeiras investigações sobre o *ethos*, com base em perspectivas pragmáticas ediscursivas. Exemplo disso, são os estudos de Ducrot, que integra o *ethos* em uma abordagem enunciativa e Maingueneau<sup>19</sup>, em uma abordagem enunciativo-discursiva. A respeito disso, Ducrot<sup>20</sup> afirma que o *ethos* evoca o sujeito responsável pela enunciação, por isso ele se projeta como fonte enunciativa. Entretanto, Ducrot, para tratar do *ethos*, distingue o locutor-L, uma entidade enunciativa, e o locutor-lambda, sujeito falante, empírico e postula uma diferença entre mostrar e dizer, para esclarecer que o *ethos* se mostra; ele não é dito.

Embora Maingueneau tenha se debruçado sobre a noção de *ethos* discursivo em diferentes ocasiões de sua vasta produção, por questão de espaço neste capítulo, lembro apenas que algumas de suas reflexões são pouco definidas, mas profundamente reflexivas, como as que se encontram em *Novas Tendências em Análise do Discurso*, em *Análise de Textos de Comunicação*, em *Gênese do discurso*, no capítulo intitulado *Ethos*, cenografia incorporação, publicado no livro de Amossy, em *Cenas de Enunciação*, *Gênese do Discurso*, no *Discurso Literário*<sup>21</sup>. Parece-me necessário informar, também, que essas constantes reformulações do conceito de *ethos* discursivo propostas por Maingueneau se justificam, na medida que qualquer novo entendimento

---

18 Amossy, 2005, p. 9.

19 Maingueneau, 1997; 2005.

20 Ducrot, 1987, p. 201.

21 Maingueneau, 1997, 2001, 2005, 2008a, 2008b, 2018.

se defronta com questões epistemológicas e outras decorrentes do desenvolvimento sociocultural e dos limites semânticos, pragmáticos, históricos e discursivos dessa categoria. É o próprio Maingueneau<sup>22</sup> quem diz que o *ethos* permanece uma categoria insuficientemente especificada para ser a medida da diversidade das situações de comunicação. Muitos desdobramentos poderão vir, resultantes de novos posicionamentos.

Em estudo mais recente, Maingueneau<sup>23</sup> retoma as reflexões feitas anteriormente e reafirma que o *ethos* fundamenta-se em uma perspectiva sociodiscursiva, constitui-se na enunciação e estabelece uma interação com o co-enunciador. Como se trata de uma atitude socialmente avaliada, sua manifestação somente pode ser compreendida na enunciação, isto é, em uma cenografia e em determinada condição sócio-histórico-cultural. Na verdade, o *ethos* discursivo é, pelo que antecede, uma manifestação subjetiva, emerge na enunciação e engloba o *ethos* dito, sinalizado por referências diretas, e o *ethos* mostrado, construído por pistas que o enunciador oferece, no funcionamento do discurso; mas que ele pode não estar explicitamente ali representado. Por esse tipo de comportamento do enunciador, abre-se ao co-enunciador a possibilidade de imaginar e atribuir traços físicos e de caráter, que ocorporificam, com base em representações sociais valorizadas ou não por estereótipos culturais, que são reforçados ou transformados<sup>24</sup>.

O posicionamento, aqui levantado, fica mais claro quando Maingueneau explica que

o 'caráter' corresponde a um conjunto de características psicológicas. A 'corporalidade', por sua vez, associa-se a uma compleição física e a uma maneira de se vestir. Além disso, o *ethos* implica uma maneira de se movimentar no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida mediante um comportamento global. O destinatário o identifica com base num conjunto difuso de representações sociais avaliadas de modo negativo ou positivo, de estereótipos que a enunciação contribui para confirmar ou modificar<sup>25</sup>.

Não obstante estudos anteriores, Maingueneau retoma, mais uma vez, de maneira mais crítica, o conceito de *ethos* discursivo. A pesquisa mais atual de

---

22 Id., 2016, p. 24.

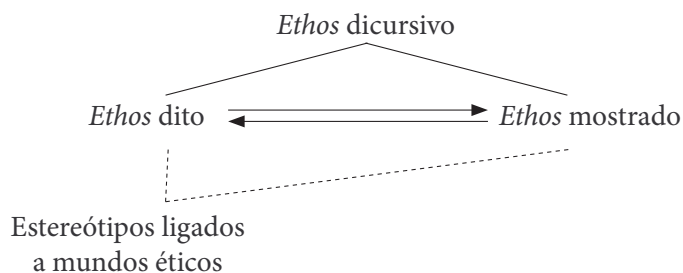
23 Id., 2016.

24 Id., 2016.

25 Id., 2018, p. 271-272.

Maingueneau retoma criticamente seus posicionamentos anteriores e revisita a noção de *ethos*, distinguindo três dimensões: a categorial, a experiencial e a ideológica em função de diferentes gêneros de discurso. Para ilustrar esse novo momento de pesquisa em torno da categoria *ethos* discursivo, Maingueneau recorre a corpora de anúncios de sites de relacionamento e finaliza trabalhando com textos em que as dimensões verbal e icônica estão estreitamente ligadas, para considerar os sites da Internet, nos quais estão implicados *ethos* verbal e *ethos* digital, e as publicidades.

Ainda que a noção de *ethos* discursivo seja, de certo modo, intuitiva, e resultante da interação entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado o esquema abaixo, formulado em condições bem didáticas com base em Maingueneau, é bastante claro, quando se quer propor uma categorização, que visa à reconstrução da identidade, resultante da interação entre o enunciador e o co-enunciador. O *ethos*, nesse sentido, organiza o discurso, na medida em que integra um componente identitário, que se explicita, por meio de estereótipos ligados ao mundo ético, de acordo com os efeitos de sentido objetivados pelo enunciador.



No meu entendimento, a constituição de uma imagem do sujeito no discurso se situa, como mostro na análise que se seguirá, entre o posicionamento do enunciador que se diz para propor uma condição a seu favor e uma dimensão ideológica, que exprime normas étnico-sociais, configuradas por eventos vivenciados. O discurso, nessa perspectiva, está ligado à prática e, em função disso, torna-se lugar de constituição de sujeitos com suas manifestações de vivências reflexivas e afetivas

Compreendida a noção de *ethos* discursivo, passo agora a operacionalizá-la e, para tal, selecionei um fragmento de um discurso produzido por Bianca Santana, jornalista e escritora negra brasileira, vencedora do Prêmio Jabuti, em 2016, na categoria ilustração. O discurso selecionado encontra-se na obra “Quando me descobri negra”, publicada em 2015, em que a autora relata a sua experiência de vida e relaciona-a a de outros negros, mostrando a dificuldade de autotransparência e a impossibilidade de rompimento das imposições sócio-histórico-culturais que incidem sobre sua condição de mulher negra. Desse modo, cada evento vivido impede-a de um olhar positivo sobre si mesma e sobre outros negros, até libertar-se, ressignificando-se. No relato que escolhi, apreendido aqui como discurso, Bianca Santana constitui um enunciador que cria uma cenografia na qual encena uma percepção do que passou ao longo da vida e que resultou na conscientização da cor de sua pele, estigma determinante de sua existência e de seus posicionamentos e fundamentais para a compreensão ética do ser humano.

De partida, posso afirmar que o título “Tenho 30 anos, mas sou negra há dez. Antes, era morena” propõe uma condição sócio-histórica problemática a ser explicitada, denunciada e avaliada concomitantemente, pois causa ao co-enunciador um efeito de sentido, que o leva a interessar-se e a aderir ao dito do enunciador. É um indício de que se constitui aqui um *ethos* dito, que afiança uma personalidade, uma imagem de si mesmo como enunciador, marcada pelo código linguageiro constitutivo dessa enunciação. Desse ponto de vista, o título funciona como uma estratégia que cumpre um contrato, determina uma condição em um tempo real, que pode ser compartilhado pelo co-enunciador, de forma a testemunhar uma questão problemática da sociedade brasileira, possível de enfrentamento, pois a discriminação étnico-racial se identifica como um comportamento social maligno. Além disso, levando em conta sua inserção sócio-histórico-cultural, esse título resume e incita o co-enunciador a compreender o alcance dessa questão, no funcionamento discursivo, em que o instaura e confere-lhe autoridade. A cenografia prevista pela enunciação do título desse discurso aponta para

um conjunto de topografias discursivas tensas, que constituirão espaços de enunciação testemunhal da vida do enunciador.

## **Recorte 1**

Se descobrir negro é desesperador e libertador ao mesmo tempo. Sempre soube que era mulher pelas limitações que me impuseram em casa, das coisas que meu irmão podia fazer e eu não podia por ser menina. Na escola descobri que eu era gorda, presente dos comentários e apelidos colocados pelas outras crianças. Mas crescendo na periferia, eu achava que racismo não existia. Claro que tinham pessoas negras e brancas, mas meus amigos brancos eram enquadrados pela polícia assim como meus amigos negros. Todos nós éramos pobres, para mim era isso que nos tornava iguais.

Nesse recorte, abordo, em primeiro lugar, as condições sócio-históricas e culturais de produção que dão origem a esse discurso testemunhal e autobiográfico. Ainda que se reduza o espaço e o tempo à atualidade, historicamente, a sociedade brasileira patenteia, também, um racismo estrutural, pois que quer tornar o país embranquecido, apagando os vestígios culturais da africanidade. A escravatura do negro, no Brasil, trouxe marcas que coexistem na sociedade brasileira contemporânea, por meio de situações de tensão sobre o indivíduo e a coletividade, proibindo ao negro condições dignas de vida e de convívio social.

Embora o enunciador não se dirija a um co-enunciador explícito, o discurso é essencialmente interativo e a forma como organiza esse discurso faz com que se depreenda uma cenografia de diálogo consigo mesmo. Tal fato força o enunciador a mostrar um comportamento próprio de uma sociedade preconceituosa, baseada na cor da pele, na discriminação de gênero, na gordofobia e na exclusão pela classe social. Como é a cenografia que revela as verdadeiras redes semânticas do discurso, nela o co-enunciador depreende os deslizamentos semânticos, as limitações, as rupturas e as transformações, que mostram a imagem daquele que denuncia. O *ethos* mostrado, nesse recorte, é de um sujeito marcado por sentimentos dolorosos, excluído e esmagado por preconceitos diversos, como se vê nos enunciados:

Se descobrir negro é desesperador e libertador.

Sempre soube que era mulher ... meu irmão podia fazer e eu não podia por ser menina.

Na escola, descobri que eu era gorda, Mas crescendo, na periferia, eu achava que racismo não existia.

Claro que tinham pessoas negras e brancas, mas meus amigos brancos eram enquadrados pela polícia assim como meus amigos negros.

Todos nós éramos pobres, para mim era isso que nos tornava iguais.

Como podemos observar nos enunciados acima, os sujeitos relatados trazem à tona outros co-enunciadores com marcas de inferioridade social, todos ancorados em uma condição sócio-histórica em que o corpo perturba e causa um silenciamento. O código linguageiro e os posicionamentos impõem, pela memória discursiva do enunciador, um efeito de sentido de interpelação. De fato, o *ethos* mostrado corresponde a valores ideológicos e sociais que o enunciador assume para denunciar e defender seu direito à vida digna.

Ainda, os itens lexicais negro, mulher, gorda, periferia, polícia, pobres são responsáveis pela sustentação do discurso, acionam cargas semânticas, que diagnosticam preconceitos sociais e permitem repensar a condição da negritude e do ser humano frente às instituições sociais, particularmente a escola, como espaço de descoberta. O *ethos* dito estabiliza e dá coerência ao *ethos* mostrado, ao mesmo tempo em que autoriza a emergência de um corpo, o do enunciador e o da comunidade imaginária daqueles que aderem a esse discurso. Assim, compreendemos melhor a eficácia de um discurso de denúncia, quando objetiva a adesão do co-enunciador.

## Recorte 2

Precisei sair da periferia para perceber que não éramos. Na minha certidão de nascimento eu sou branca. Meu pai é um homem negro, minha mãe não. Eu sempre tive a pele mais clara que meus irmãos, embora meu cabelo fosse mais crespo. Passei a vida ouvindo que meu cabelo era ruim, sendo chamado de juba, Bombril, vassoura e outros apelidos por causa dos fios que se recusavam a crescer escorridos como o cabelo da minha mãe crescia. Meu primeiro alisamento foi com oito anos de idade. Depois disso foi uma sequência de produtos mal cheirosos que me causavam dor, mas sentir os fios balançando compensavam. Para mim, meu cabelo crespo era só um cabelo crespo e não um sinal da minha negritude.

Nesse segundo recorte, o enunciador prossegue construindo uma cenografia de relato de si, como no recorte anterior, mas de modo mais realista, pois apresenta uma ocorrência norteadora; sair da periferia, como o lugar do negro e da pobreza, sem decisão própria, evidencia uma enunciação histórica, um *ethos* mostrado que faz o co-enunciador aderir. Nesse sentido, o *ethos* revela aspectos da identidade do enunciador, que inclui sua origem parda, cabelo crespo/ruim e os apelidos. De modo geral, os apelidos, como uma criatividade linguística, implicam uma dimensão social e outra intersubjetiva da linguagem, visto que juba, Bombril, vassoura impulsionam a construção de uma identidade particular, ou seja, uma relação direta do *ethos* mostrado e as referências impostas pelo código linguageiro no que se refere à denúncia instaurada no discurso. Por meio de recursos linguísticos com carga semântica negativa, esses apelidos criam uma realidade comunicativa que leva o co-enunciador a depreender um *ethos* dito, caracterizando a identidade do enunciador.

### Recorte 3

Só percebi que eu era negra na vida adulta, graças a um segurança do mercado que me seguiu pelos corredores, graças à senhora que achou que eu trabalhava no estabelecimento, mesmo eu não usando nenhum crachá ou uniforme que me identificasse como funcionária, graças à vendedora que me ignorou, mas atendeu prontamente à cliente loira que entrou na loja depois de mim.

Fundamentado por esse recorte, posso dizer que o discurso em análise, não apresenta somente uma reflexão subjetiva do enunciador, que nele se diz, mas avança, na medida em que sua identidade, seu *ethos* é mostrado pelo olhar do outro, o co-enunciador, em um processo de interação social, constitutivo do discurso, na perspectiva que abordamos. A cenografia engendrada, reforça as consequências da herança histórico-social do negro e permite que o co-enunciador, em meio a uma negociação de efeitos de sentido, marcado por mecanismos discursivo-ideológicos relacionados à história do Brasil, atribua um *ethos* ao enunciador. Na verdade, o *ethos* que se constrói para o enunciador, apoia-se no *ethos* mostrado.

### Recorte 4

Até eu ter meu próprio dinheiro eu não era negra, era morena. É triste que precisemos de um tapa na cara pra notar quem somos,



mas é libertador ainda assim. Sei que sou uma mulher negra, sei que o meu cabelo faz parte de quem eu sou, sei que não importa se vou usá-lo crespo ou alisado, eu continuo sendo uma mulher negra e agora sei o quanto isso é libertador.

Uma identidade discursiva de libertação é constituída pelo enunciador nesse recorte e faz com que ele explicita, por um imaginário sociocultural, um *ethos* de um sujeito que reatualiza a vivenciadas ações narradas e que, por isso, dá-se o direito de descrevê-las, mencioná-las, constituindo uma cenografia que, de seu ponto de vista, sustenta a verdade enunciada. Essa atitude do enunciador cria um efeito de adesão por meio do relato de situações sequenciadas em que o outro ativa sua consciência identitária. Constatamos aqui a forma como o discurso se marca por definir identidades: precisamos de um tapa na cara para notar quem somos.

Desse modo, a cenografia apresenta, em primeiro plano, um sujeito descrito por uma série de marcas estigmatizadas: Sei que sou uma mulher negra, sei que o meu cabelo faz parte de quem eu sou, sei que não importa se vou usá-lo crespo ou alisado, eu continuo sendo uma mulher negra e agora sei o quanto isso é libertador. Afinal, ser libertador é reconhecer sua própria identidade, dito por meio do *ethos* discursivo. Aliás, a esse respeito, parece-me necessário reafirmar que, na AD, o sujeito investe na imagem de si e ele se torna determinado pela percepção do co-enunciador.

## Recorte 5

Demorei pra entender que eu era negra, e demorei mais ainda pra aceitar que eu era negra. Nos livros que eu lia não haviam negros. Nos filmes que eu assistia eles estavam presentes como escravos, criados, bandidos, e eu não queria ser nada daquilo. Imagino se na minha juventude, nas mídias que eu consumia existissem super-heroínas, princesas, mulheres negras em cargo de chefia, que não estivessem lá para servir, mas para contar uma história, talvez esse reconhecimento não fosse tão tardio, ou a aceitação tão dramática.

Nesse recorte, o enunciador constrói uma cenografia em que, por meio de uma reflexão particular, se identifica como negro, recupera o entendimento de sua situação e apresenta, no funcionamento discursivo, a aceitação de

sua condição, conforme observamos em: Demorei pra entender que eu era negra, e demorei mais ainda pra aceitar que eu era negra.

Entretanto, é por meios de recursos outros que o enunciador, pelo apagamento, busca constituir sua identidade, na relação como observamos em: nos livros não haviam negros; nos filmes, os negros ocupavam ofícios inferiores; na mídia, os negros estavam ali para servir. Assim, na constituição do *ethos* discursivo, o enunciador interage com diferentes eventos, tais como aqueles internos ao discurso, como a opção pelo código linguageiro, passando por outros de diferentes ordens: livros, filmes, mídia etc. Para Maingueneau<sup>26</sup>, o *ethos* se elabora por meio de uma percepção complexa que mobiliza a afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico, que organiza o discurso e do ambiente.

## **À guisa de considerações finais**

A problemática aqui discutida é a do *ethos* discursivo, porém percebo que o processo analítico dessa categoria não está totalmente solucionado até mesmo pelo próprio Maingueneau que assume a dificuldade de análise do *ethos* em determinados discursos, como, por exemplo, no filosófico

No percurso que fizemos ao longo desse capítulo e na análise busquei, com apoio da AD, mais especificamente de Maingueneau, entender o *ethos* como caracterizador de uma subjetividade da linguagem que, por sua vez, está ligado ao discurso, constitui-se na cenografia e estabelece relações diretas com os estereótipos sociais, por ser uma imagem instituída por posicionamentos, crenças e valores. Essa construção enunciativa reflete um indivíduo socialmente corporificado, materializado nas estruturas sociais, mas que se torna parte do discurso, no instante em que a situação comunicativo-enunciativa é estabelecida

Refletir sobre o *ethos* discursivo é, portanto, pensar sobre a manifestação do sujeito no processo discursivo. Além disso, é pensar um sujeito que deixa suas marcas no discurso, porquanto é referência constitutiva no processo de interação e opera com recursos e mecanismos linguístico-discursivos, que lhe dão identidade social e discursiva necessárias ao diálogo com outros sujeitos. Por essa dinâmica discursiva o enunciador cria, recria e reatualiza a

---

26 Maingueneau, 2008, p. 60-61.

linguagem, que materializa posicionamentos sócio-histórico-culturais, como mostrei na análise. Na própria concepção de *ethos* discursivo, mostrei como a identidade humana está refletida na/pela linguagem e como ela constrói e desconstrói posicionamentos, ao instaurar o discurso.

## Referências

- AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso – a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BENVENISTE, E. (1970). O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas, Pontes, 1989. p. 81-90.
- BARONAS, R. L. **Ensaio em Análise do Discurso – questões analíticas-teóricas**. São Carlos: Edufscar, 2011.
- CARLOS, A. M. & ESTEVES, A. R. **Narrativas do eu: memórias através da escrita**. Assis: UNESP, 2009.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_, "Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional", In: PIETROLUONGO, M. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. 2009. Acesso em 5 out de 2019: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.
- EGGS, E. *Ethos* retórico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016b. p. 29-56.
- GRICE, P. **Studies in the Way of Words**. Boston, Harvard University Press, 1989.
- LEACH, E. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: LEACH, E. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 170-198.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Termos-chaves da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. (Org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 69-92.

- \_\_\_\_\_. **A Análise do Discurso e suas fronteiras**. Matruga, [S.l.], v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Gênese do discurso**. São Paulo: Parábola, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015a.
- \_\_\_\_\_. **O que pesquisam os analistas do discurso**. Revista da ABRA-LIN, v.14, n.2, p. 31-40, jul./dez. 2015b
- \_\_\_\_\_. Retorno crítico sobre o *ethos*. In: BARONA, R. L.; MESTI, P. C.; CARREON, R. de O. (org.). **Análise do discurso: entorno da problemática do *ethos*, do político e de discursos constituintes**. Campinas: Pontes, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2018.
- MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NASCIMENTO, J. V.; FERREIRA, A. (orgs.). **Discurso e Cultura**. Vol I. São Paulo: Blucher, 2018.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- SANTANA, B. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI, 2015.
- SEARLE, J. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SOUSA, M. W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. (org.). São Paulo: Brasiliense, 2002.
- SOUZA, OLÍMPIA M., SILVA, V., ALMEIDA, E.; BISINOTO, L. S. J. (orgs.). **Discurso, sujeito e memória**. Campinas: Pontes, 2012.
- SULLET-NYLLANDER, F. **Titres de presse et polyphonie**. Romansk Forum, no. 16 2002/2, XV, Skandinaviske, romantiatcongress, Oslo, 2002, pp 767-775.
- VAN DIJK, T. Discourse analysis as a new cross-discipline. In: VAN DIJK, T. (ed.) **Handbook of Discourse Analysis**, vol.1. New York: Academic Press, p. 1- 10, 1985.
- VOLOCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Trad. João Wanderley Geraldi, São Carlos: Pedro & João, 2013.

# O *ethos* em uma autobiografia poética

João Hilton Sayeg-Siqueira

Tiago Ramos e Mattos

## As provas retóricas

**T**odo discurso, linguagem disposta como prática social, atualiza-se em texto, tecido linguístico do discurso, visto, aqui, como a ação que fixa o discurso pela escrita. Segundo Quintiliano<sup>1</sup> (35-95), as palavras, após serem escolhidas, são organizadas de forma orgânica e arranjadas em uma trama, tecida por uma ação de natureza retórica, arte do bem dizer em busca de um enredamento sedutor, que compreende todas as virtudes do discurso e ao mesmo tempo as qualidades do orador.

Na retórica de Aristóteles<sup>2</sup> (384-322 a.C.), as qualidades do orador se consolidam como uma ação argumentativa, na tentativa de criar recursos persuasivos, no jogo enunciativo da intencionalidade proposta e da aceitabilidade prevista. O discurso retórico é cuidadosamente planejado para levar um determinado auditório, universal, particular ou de especialistas, a

---

1 Quintiliano, 1916, IX.4.3-23.

2 Aristóteles, 2005.

adquirir empatia com as emoções expostas pelo orador e por suas premissas, estimulando-o a reforçar ou alterar a opinião, caso necessário, reconhecendo-lhe, assim, uma condição de verdade, ou seja, nem verdadeiro nem falso, verossimilhante.

Pela ação argumentativa, a língua não é apenas um sistema de comunicação ou um simples sistema simbólico para expressar ideias, mas, muito mais, uma forma de ação<sup>3</sup>. É estabelecida, portanto, uma distinção entre expressão linguística e enunciado, importando para a análise de discurso muito mais este e menos aquela, que servirá de base para as perscrutações das peculiaridades organizacionais dos argumentos. As mais variadas formas de expressão linguística são organizadas em enunciados que são, de fato, unidades reais da comunicação verbal, realizadas em condições próprias, que possibilitem o cumprimento do certame interacional intencionalidade/aceitabilidade.

Cabe ao orador valer-se da habilidade retórica para conduzir o auditório à aceitação da tese defendida. O caráter do orador competente constrói-se na maneira como organiza seu discurso e de como discorre sobre temas a que se propõe, por meio das virtudes transmitidas ao auditório. Assim, consolida-se a autoridade do orador, em busca da adesão do auditório, por meio de estratégias persuasivas. Aristóteles realça que a persuasão advém do caráter construído pelo orador em seu discurso, de modo a suscitar a credibilidade do auditório.

O caráter, a personalidade e o comportamento manifestados no discurso, pelo orador, constituem-se, segundo Aristóteles, em uma das provas retóricas, chamada, por ele, de *ethos*. O *ethos* é estabelecido pelo papel social que o orador assume, no momento de elaboração de seu discurso, a fim de persuadir o outro. O *ethos* se liga à imagem que o orador transmite de si próprio e que o torna exemplo para o auditório, que, assim, deve respeitá-lo e segui-lo, porque ele inspira credibilidade, dada pela razão, pela virtude e pela benevolência.

Desde a retórica antiga, o *ethos* associa-se sempre ao orador, ou seja, àquele que profere o discurso. O *ethos* se mostra pelo discurso (*logos*), seja ele oral ou escrito e relaciona-se, de modo indiscutível, à questão das paixões (*pathos*), suscitadas no auditório, do qual se busca a adesão, por meio de recursos persuasivos. Por meio do discurso, o orador quer construir de si uma imagem (*ethos*), a fim de despertar emoções no auditório (*pathos*), pela

---

3 Wittgenstein, 2009.

consistência dos argumentos (*logos*), estabelecida não só pela constituição das expressões linguísticas, especificamente articuladas léxico-gramaticalmente, mas também pelo valor enunciativo que agregam.

Nessas três provas técnicas, *ethos*, *pathos* e *logos*, que dão sustentação aos estudos retóricos, o orador que as instaura é avaliado, linguística e enunciativamente, por sua capacidade de não ser breve demais nem de se perder em detalhes desnecessários. Assim, o discurso elaborado decorre de uma discursivização, ação sócio histórica de significar um termo ou expressão por meio das dimensões política, econômica e cultural que a exposição acede e que dão sustentação aos argumentos que alcançam a adesão de um auditório pela credibilidade imprimida pelo orador.

Na ação retórica, as expressões linguísticas assumem uma função não-gramatical e passam a cumprir uma função pragmática. Por a discursivização ser o processamento do discurso por unidades linguísticas, concebem-se variações semânticas por efeito dos contextos interacionais que se configuram em dois campos bem distintos, o campo das relações textuais, por meio dos articuladores de recorrência e de sequenciação, e o campo das relações entre o discurso e os indivíduos, por meio da interação coercitiva.

É estabelecida, portanto, uma distinção entre expressão linguística e enunciado, importando para a análise de discurso muito mais este e menos aquela, que servirá de base para as perscrutações das peculiaridades organizacionais dos argumentos como provas não técnicas, aquelas já existentes e que o orador usa em seu discurso como recurso argumentativo, como é o caso que nos interessa, particularmente, da confissão, ou, mais especificamente, da retratação, por meio dela.

A retratação é uma confissão de engano, de um equívoco cometido, revelado mediante uma declaração contrária a outra anteriormente feita; pode ser considerada um desmentido. Se na concepção de retratação está implicado um percurso actancial em uma ordem temporal, tem-se a constituição de uma narrativa. Não só por isso, mas também pela categoria superestrutural do conflito que traz, dialeticamente, um desequilíbrio a uma situação inicial e provoca um resultado alterado no desfecho.

Em retórica, pode-se estabelecer uma distinção entre ocorrências narrativas. Na obra “Retórica a Herênio<sup>4</sup>”, são apresentadas três gêneros narrativos, o que faz “a exposição dos fatos necessários para obter a vitória na causa”; outro, que apresenta uma “narração ocasional, inserida como digressão, com

---

4 Autor desconhecido, 1997.



o propósito de convencer, acusar, iniciar uma transição ou preparar algum ponto do discurso”; e um terceiro, dividido em duas classes: “a narração que dá ênfase aos fatos e a narração que se concentra nas pessoas<sup>5</sup>”.

## A ocorrência das provas retóricas

Um exemplo bastante peculiar e rico do entrelaçamento de narrativas, imbricadas com a presença de provas retóricas técnicas e não técnicas, está no poema “Palinódia”, de Manuel Bandeira<sup>6</sup>.

Quem te chamara prima  
Arruinaria em mim o conceito  
De teologias velhíssimas  
Todavia viscerais

Naquele inverno  
Tomaste banhos de mar  
Visitaste as igrejas  
(Como se temesses morrer sem conhecê-las todas)  
Tiraste retratos enormes  
Telefonavas telefonavas ...

Hoje em verdade te digo  
Que não és prima só  
Senão prima de prima  
Prima-dona de prima  
- Primeva.

Palinódia é uma palavra que designa uma retratação poética, uma correção no presente sobre algo dito no passado. Tem-se, portanto, pelo título do poema, a presença de uma prova não técnica, uma retratação, uma confissão reveladora de um engano passado, que é desdito. O equívoco pode ter sido cometido pelo orador, que irá se assumir, ou por outrem que será denun-

5 Ferraz, 2019, p. 82.

6 Bandeira, 1995, p. 216.

ciado. O que vai possibilitar o desvendamento é a análise da prova técnica de constituição do *ethos* e da análise argumentativa de discernimento dos meios de persuasão.

O primeiro verso é iniciado pelo pronome indefinido “quem”, que investe de imprecisão a referência discursiva e dificulta a identificação da prova técnica concernente ao *ethos*. Isso, em decorrência de, no segundo verso, aparecer o pronome pessoal oblíquo tônico de primeira pessoa “mim”, o que indica a implicação do orador como sujeito predominante no discurso, uma vez que caracterizado pela tonicidade do pronome.

Na primeira estrofe, também está presentificado o tu, pelo pronome pessoal oblíquo átono de segunda pessoa “te”, que configura o perfil de um auditório particular, inerte, dada a especificidade do pronome átono, que tem a ocorrência atrelada a um fazer alheio. O “tu” existe porque alguém o chama e lhe concede um atributo “prima”, que tem uma conotação ambígua, pela posição ou pelo parentesco. Seja por um ou por outro, o atributo é concessão de outrem, “quem”.

Há uma manifestação temporal por analepse, figura de construção, presente em narrativas, desencadeada por uma anacronia, que, pela etimologia, do grego, significa um processo que vai contra (*ana*) o tempo (*chronos*), ou seja, faz uma recuperação temporal do passado, a fim de que seja possível uma reparação. O verbo “chamara” está conjugado no pretérito mais que perfeito, assinalando que uma ação, no passado, ocorreu antes da outra, manifestada pelo verbo “arruinaria”, conjugado no futuro do pretérito do indicativo. A quebra temporal que indica uma recuperação pretérita é uma analepse, já, o deslocamento do passado para o futuro manifesta a figura de construção prolepse.

Essa narrativa inicial se caracteriza como “ocasional”, com a função de, por meio de uma digressão temporal, preparar uma posição discursiva que começa por questionar a designação “prima” com base em “conceito de teogonias”, que diz respeito à origem e à genealogia dos deuses, “velhíssimas todavia viscerais”. Se “viscerais”, ainda vivas, portanto, presentes no íntimo. A concepção teológica, assim, perpassa todo o poema, por um processamento enestotástico, que vai do passado mais remoto ao presente.

Na segunda estrofe, o tempo verbal permanece no passado, com um salto do remoto ao mais atual, por meio da conjugação no pretérito perfeito, indicativo de ação pontual e conclusa: “tomaste”, “visitaste” e “tiraste”; e da conjugação no pretérito imperfeito, indicativo de ação conclusa, no entanto, com certa duração: “telefonavas”; a duração é enfatizada pela repetição e pelas reticências. O afastamento está reforçado pelo pronome demonstrativo

“aquele”, indiciador de distanciamento do hoje, em uma circunstancialização temporal específica, “em aquele”, do “eu” e do “tu”, no passado.

Há a supressão total do “eu”, recaindo o foco no “tu” e em suas excêntricas procedimentais: tomar banho de mar no inverno, visitar todas as igrejas, tirar retratos enormes e telefonar insistentemente. Ocorre, sutil e discretamente, entre parênteses, uma observação especulativa do “eu”, que se anula, totalmente, diante da existência exuberante do “tu”. Essa presença incidental é registrada com o verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo, “temesses”, seguido por duas intercorrências da forma nominal do infinitivo impessoal: “morrer” e “conhecer”; pois está em destaque, na estrofe, a ação e não o agente. O “tu” ganha evidência pelo fazer impetuoso.

Até o início da terceira estrofe, não é possível estabelecer, com precisão, um perfil do *ethos* do orador. Porém, nesta etapa, o orador se presentifica, por meio da desinência número pessoal do verbo dizer, conjugado na primeira pessoa do presente do indicativo, “digo”, e, por meio, do advérbio temporal “hoje”. É a etapa da revelação, em que o orador se retrata e faz sua confissão de amor, prova não técnica.

Em primeiro lugar, ele se insere na genealogia teológica, por meio do resgate do dizer bíblico: “em verdade te digo” (no evangelho de João, aparece 25 vezes). Em seguida, vem a negação do que foi dito no passado, “chamar de prima”, e a afirmação que é mais que prima, seja quanto à posição, seja quanto ao nível de parentesco. Essa contradita está assinalada pelo paralelismo sintático “não ... só”, seguido da conjunção “senão”, que abre outras alternativas: “prima de prima”, prima-dona de prima” e “Primeva”.

Está traçado o percurso temporal narrativo. Parte de uma narração ocasional, que preparou um posicionamento discursivo, “Quem te chamara prima”, com o sujeito indefinido, mas o objeto determinado: “te ... prima”. O “tu” está configurado como objeto da atenção e do chamamento de alguém, isso, em um tempo longínquo, marcado pelo pretérito mais que perfeito do indicativo. Se houve futuro, ficou diluído no passado.

Na continuidade, tem-se a exposição de fatos selecionados, pertinentes para a obtenção da aceitabilidade apresentada na etapa seguinte. São apresentados fazeres profusos, que arrebatam os incautos, crédulos e inocentes, que se fascinam pela presença exótica de um “tu” que extrapola o bom senso. A marca temporal é trazida para um passado mais próximo, com predominância de verbos no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. Mesmo que o imperfeito tenha um valor durativo, já é conclusivo.

Finalmente, chega-se ao epílogo, com uma narração centrada na pessoa, por isso, define-se o caráter do orador. O *ethos* se configura pelo e no percurso

narrativo. Inicialmente, um orador imprudente, pela ingenuidade temerosa de assumir conscientemente uma paixão, por isso, se oculta no pronome indefinido “quem”. O percurso narrativo vai em direção à definição do orador e do desvelamento de seu caráter por meio de uma correção desse passado.

É construída uma intermediação feita pela revelação de um crescente encantamento por parte do orador que o leva a uma transformação, intensificada pelas circunstâncias inusitadas, que provocam um desequilíbrio, de uma convivência impensável, a partir da qual o orador assume um caráter de embevecimento. A visão da prima pode ser entendida como a essência de uma manifestação, um alumbramento capaz de permitir ao orador a descoberta de significados até então ocultos em sua vida.

Os significados são estabelecidos no próprio desenrolar da vida cotidiana, mesmo que de maneira inconscientes, presentes tanto na linguagem, quanto no pensamento e na ação. Cada ação de pensamento ou de linguagem, significativa da e na vida cotidiana, constitui-se em “expressão metafórica”, segundo Lakoff e Johnson<sup>7</sup>. Metáfora, assim, é entendida como extensão conceitual intermediadora do comunitário com o individual e vice-versa, e isso, por meio da configuração argumentativa presente no texto.

Nessa epifania de passagem de um tempo distante, de embaraço e constrangimento profanos para um tempo de redenção, de autonomia e de deliberação transcendental, as ações narradas se consolidam como argumentos. Consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>8</sup>, os argumentos são baseados na estrutura do real, por meio de ligações de coexistência, que se fundam em procedimentos consistentes para avaliar alguém a partir de uma articulação entre o caráter e os seus atos, para considerar a natureza de algo a partir das suas manifestações e para estabelecer uma relação de participação entre um símbolo ou um referente e uma determinada realidade.

Esse percurso leva a um desenlace, em que o orador se revela apaixonado, em busca do ajustamento do procedimento anteriormente realizado. Para tanto, os argumentos acima servem de escora para um argumento, também baseado na estrutura do real, mas por meio de ligações de sucessão, que consistem em aproximar dois processos recorrentes a uma relação causal, que parte de coisas reconhecidas para introduzir outras que se querem ver admitidas, no caso, conquistar o “tu”.

---

7 Lakoff; Johnson, 2002.

8 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996.

Em todo discurso manifesta-se uma atividade argumentativa, em que o orador expõe seu posicionamento, realizando uma apresentação de si. Trata-se da imagem do orador projetada de si, a fim de buscar, de maneira retórico-discursiva, a adesão do auditório pela persuasão. Na retórica, o *ethos* associa-se sempre ao orador, ou seja, àquele que profere o discurso.

## O *ethos* na autobiografia

Pelo discurso, o orador escolhe uma imagem para si e a desenvolve, sem desconsiderar o auditório e suas paixões. O orador move o auditório por meio do que ele mais ama e até mesmo pelo que mais odeia. Um orador astuto desperta em seu auditório riso e raiva, calma e alvoroço. O orador, pelo discurso, constrói sua imagem e também a destrói. No poema em questão, o orador inicia o discurso num clima de perplexidade diante da confrontação de seus valores religiosos viscerais, mas que são revistos e reconstruídos no desfecho, quando o orador assume o discurso sagrado.

Esse movimento está determinado pela distinção dos extremos das virtudes e pelo encontro da justa medida, feita pela escolha entre, no caso, ser covarde ou corajoso. A escolha pressupõe autoria, razão, e nunca um comportamento fixo. Autoria é escolha entre ser corajoso ou covarde, entre o dizer e o não dizer, entre ser honesto ou omissivo. Trata-se de ser singular, todavia plural nas ideias e apreciações. Estar diversificado favorece a possibilidade de mudar de opinião, a ponto de desdizer o que foi dito antes, isto é, acarretar uma palinódia.

A autoria depende, implícita ou explicitamente, da construção de uma imagem positiva do orador nos meandros do texto e do discurso. Ser autor não é apenas ser, é também parecer ser. Ser autor é ser orador e pensar em autoria como um construto discursivo de si mesmo, *ethos*, que pode fazer relatos de si ou de outrem. Quando o discurso se volta para o outro, tem-se a biografia, quando, se volta para o eu autor, tem-se a autobiografia. No poema, em pauta, o autor fala de si, por meio da construção de um discurso, em que o orador passe por um processo de transformação pessoal e discursiva, ou seja, deixa de se ocultar por intermédio de uma indefinição, para se particularizar pelo desvelamento produzido.

O “eu” deriva de um posicionamento discursivo mais óbvio na autobiografia canônica, ao ter a narração em primeira pessoa, relevante no estabelecimento do acordo entre o autor da autobiografia e seu leitor. Entretanto não

é o único posicionamento discursivo encontrado em tal tipo de produção, pois, segundo Lejeune<sup>9</sup>, existem autobiografias cuja referência se encontra registrada em primeira, segunda ou terceira pessoa.

A mais curiosa é a autobiografia em terceira pessoa, já que a terceira pessoa é constituinte, característica inata, do posicionamento discursivo da biografia, donde o autor conta relatos da vida de outra pessoa. Todavia o relato de si mesmo em terceira pessoa pode propiciar um efeito diferenciado e significativo, como é o caso do início do poema referido, em que o autor se camufla em um pronome indefinido “quem”.

Sobre a poliautoria na autobiografia, Arfuch considera:

escrever a vida, viver na escrita, assumir um eu de inúmeras facetas ou um ele que pode ser eu mesmo, convertido em ninguém, o outro convertido no outro de maneira que ali onde estou não possa me dirigir a mim. Não é fácil entrar no desconcerto das vozes de uma autobiografia, embora esta se nos ofereça com a aparente simplicidade da autorreferência, com a ilusão da unicidade do eu, ainda hoje, quando tanto a teoria como a prática nos convenceram de sua inexistência, ou pelo menos, de sua impossibilidade de manifestação<sup>10</sup>.

O outro tem uma importância significativa na atmosfera biográfica, ou seja, o “eu” só existe verdadeiramente diante de um “tu”. Para Mattos, “uma vez que não me desligo verdadeiramente do mundo dos outros, percebo a mim mesmo numa coletividade: na família, na narração, na humanidade culta; aqui a posição verdadeira do outro em mim tem autoridade e ele pode narrar minha vida<sup>11</sup>”.

Dessa relação dialógica entre o “eu” e os outros e da importância do “tu” na vida do “eu”, nascem duas consciências biográficas relatadas por Bakhtin<sup>12</sup>, uma, chamada de social de costumes e outra, de aventureSCO-heroica, que, para a abordagem adotada neste artigo, é na que recai o interesse, por basear-se na vontade de ser herói, de ter importância na vida do outro, na vontade de ser amado. Trata-se da aspiração à glória. Ao heroificar os outros, a personagem se familiarizará com ele e guiará sua desejada imagem futura, criada à semelhança dos outros, os possíveis heróis com os quais ela

---

9 Lejeune, 2008.

10 Arfuch, 2009, p. 113.

11 Mattos, 2015, p. 66.

12 Bakhtin, 1992.

se identifica. No caso, o orador se heroifica pela similitude com os deuses e, por isso, se investe do poder de mudar, no desenlace narrativo, sua identidade e seu dizer.

Outro aspecto, em relação a esse tipo de biografia, alusiva à consciência biográfica é o amor. A necessidade de se sentir amado no olhar do outro. É a sede de se sentir amado. A visão e a informação de si mesmo na consciência amorosa do outro. Enquanto os valores heroicos determinam a importância em um contexto em que os momentos fundamentais são os acontecimentos da vida privado-social, privado-cultural e privado-histórico, o amor determina a carga emocional. “No amor, o homem procura como que superar a si mesmo em determinado sentido axiológico na tensa possessão emocional pela consciência amorosa do outro<sup>13</sup>”. No poema, o orador supera seu sentido axiológico de homem e se insere no plano da teofania, para sedimentar seu amor.

Um novo elemento a considerar é a fabulação da personagem, que, ao vivenciar uma utopia que nada conclui e mantém tudo em aberto, vivencia a alegria que emana de devaneios da vida. Bakhtin, ao apresentar essa questão, traça uma compreensão estética da relevância do outro na vida do “eu”, no contexto histórico, cultural, ou em decorrência da necessidade, mesmo que inconsciente, de se sentir amado, aproximando-se dos heróis. Nessa forma aventureiro-heroica, o amor está sob a forma mais próxima do sonho. O amar e o sentir-se amado está glorificado. Assim, o orador do poema deifica a mulher amada, designando-a de “primeva”, neologismo flexional de gênero para Primevo, que é, na teogonia mitológica grega, o deus primeiro da criação. O autor é criado pelo amor despertado pela mulher que lhe dá existência discursiva pela assunção do dizer evangélico do orador.

É uma linda e transcendental declaração de amor!

## A autobiografia em poema

Segundo Lejeune, autobiografia é: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz da sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade<sup>14</sup>”. As anotações au-

13 Id., 1992, p.145

14 Lejeune, 2008, p. 16.

tobiográficas começaram a surgir com configurações e propósitos diferentes, dentre eles o confessional, o memorialista, o epistolar que se expandiram para romances, ensaios. Trata-se da vida particular de determinado indivíduo que se torna sujeito de uma aventura discursiva.

A construção da linguagem é narrativa e começou, essencialmente, em prosa, o conteúdo temático é a família, o trabalho, os relacionamentos interpessoais, os acontecimentos do dia a dia, especificamente a vida particular de determinado indivíduo. O posicionamento discursivo do orador, usualmente, é o mesmo da personagem principal e a narrativa se perspectiva pela retrospectiva. A situação do autor autobiográfico é de identidade com a personagem principal, que é ele mesmo.

Com o tempo, a constituição textual da autobiografia começou a ganhar peculiaridades, levando-se em conta a autoria que se configura em dois territórios, o do sentido e o da forma. O primeiro diz respeito à maneira como as reminiscências são resgatadas e, lexical e gramaticalmente, expostas; o segundo, à disposição arquitetônica do texto, potencialmente verbo-visual. Neste território, por tradição, os recursos verbo-visuais aparecem com maior visibilidade nos poemas, o que veio a ser explorado com maior afinco a partir do Modernismo, eclodindo em versatilidades com o Concretismo.

O objetivo principal não é se ater à composição arquitetônica do texto, pelo fato de se ter selecionado como objeto de análise o poema, mas a forma poética como retoma suas experiências amorosas que se consolidam por experiências visuais sobre a mulher amada: Naquele inverno/Tomaste banhos de mar/Visitaste as igrejas/(Como se temesses morrer sem conhecê-las todas)/Tiraste retratos enormes/Telefonavas telefonavas ...

Sobre as formas textuais, construtivas da autobiografia, Marguerite Grépon, poetisa francesa e fundadora da revista *Ariane*, ofertou prêmios a diários íntimos de 1957 a 1970, pois, ela própria escreveu um diário no decorrer de toda sua vida e “praticou uma poesia saborosa, próxima da vida<sup>15</sup>”, que tinha uma característica híbrida entre autobiografia e poesia. Em suas palavras, a poesia é o próprio retrato da vida:

no momento em que o hermetismo da poesia se acentua, ofereço ao leitor essas estrofes de versos livres e versos brancos ligados aos acontecimentos, logo, inseparáveis da vida. Mas, segundo uma célebre opinião, só se pode fazer boa poesia com antipoesia. Não

---

15 *Ibid.*, p. 100.



sei se a vida é antipoesia ou se o poeta a eleva; tudo o que sei é que não sei fazer de outro modo<sup>16</sup>.

Para Lejeune, a autobiografia tem importância significativa na escrita da vida, na trajetória literária da França. Para os intelectuais franceses a produção de autobiografias, de diários íntimos e a discussão teórica em torno do assunto ganharam sempre um destaque substancial, embora tenha sido encarada, a produção de autobiografia, por alguns escritores, erroneamente, como algo superficial. Essa observação de que a autobiografia é relevante na literatura francesa, pode-se estender para a produção literária brasileira, pelas produções expressivas de grandes autores, nesse campo.

## O acabamento

A autobiografia e a composição da personagem autobiográfica em romances, poemas, contos, geralmente, estão ligadas à ficção, pois possuem uma característica, que não está somente ligada à construção da personagem propriamente dita – que pode ser uma personagem de ficção, contando a história da sua própria vida –, mas sim a uma atmosfera mitológica, composta por uma curiosidade quase que epistemológica pela vida pessoal do autor.

A personagem autobiografada é como se, supostamente, explicasse o pensamento, o comportamento, a ação, a opinião e a predileção de determinado autor. Isso ocorre por intermédio da personalidade da personagem e da construção e tradução literária de sua gênese em consonância com a vida pessoal do autor. O autor é personagem de si mesmo e esse é o paradoxo, pois sendo a forma biográfica a mais realista, há nela menos elementos de isolamento (a presença do outro) e também de acabamento. O autor de autobiografia, mesmo narrando sua própria história, só vai coexistir diante de alguém, diante de um leitor, diante de si mesmo e das personagens que ajudam compor a sua história.

Segundo uma relação direta, o autor deve colocar-se à margem de si, vivenciar a si mesmo não no plano que efetivamente vivencia a vida; só sob essa condição ele pode completar a si mesmo, até atingir o todo, com valores que a partir da própria vida são transgredientes a ela e lhe dão acabamento.

---

16 Grepón, 1956 apud Lejeune, 2008, p. 101

O autor deve tornar-se outro em relação a si mesmo, olhar a si mesmo com os olhos do outro. É verdade que até na vida se procede assim, avaliando-se a partir do ponto de vista do outro. Por meio do outro procura-se compreender e levar em conta os momentos transgredientes à própria consciência: desse modo, leva-se em conta o valor da própria imagem, o *ethos*, do ponto de vista da possível impressão que ela venha a causar no outro, o *pathos*: as provas técnicas de Aristóteles.

## Referências

ARFUCH, L. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. e notas Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

AUTOR desconhecido. **Retórica a Herênio**. Madrid: Gredos, 1997.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANDEIRA, M. **Libertinagem**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

CÍCERO. **Acerca del Orador**. Intro., versão e notas Amparo Gaos Schmidt. 2 volume. Ciudad del México: UNAM, 1995.

FERRAZ, L. **É mentira, Chico?: o humor em um tributo à imaginação popular**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2019.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de trad.: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau a internet. Minas Gerais: EdUFMG, 2008.

MATTOS, T. R. **Biografia e autobiografia**: um estudo do estilo em ambos os gêneros do discurso. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

QUINTILIANO, M. **Instituciones oratorias**. Trad. Ignacio Sandier. Madrid: Perlado Paes e Cia, 1916.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

# O *ethos* do advogado. O que é mais significativo na conquista do acordo: *phrónesis*, *areté* ou *eúnoia*?

Acir de Matos Gomes

Márcia Silva Pituba Freitas

## Introdução

O advogado é, de fato, essencial à administração da Justiça para a harmonização da *Cyberpólis*<sup>1</sup>? Quais características são necessárias ao profissional do Direito contemporâneo, imerso em um mundo globalizado, polarizado e fluído, para bem desenvolver o seu mister? Quais nuances do *ethos* desse profissional são primordiais para que acordos sejam firmados e em que situações<sup>2</sup>?

---

1 Nome criado pelos autores pela junção das palavras Cyber e Pólis com a finalidade de mostrar que o advogado contemporâneo precisa estar inserido na rede mundial, no espaço da cyber-cultura, constituinte de uma sociedade, de uma “cidade”.

2 Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

A advocacia detém uma previsão constitucional de existência que a torna diferente das demais profissões particulares. Pode-se afirmar que, sem advogado não há justiça, embora, exista um movimento atual de desjudicialização que, de certo modo, diminui sensivelmente a importância do advogado e o torna dispensável, como nas conciliações e mediações e nos juizados especiais, nos quais a presença desse profissional não é obrigatória. No Brasil, os atos e manifestações do advogado gozam de inviolabilidade, como determina o artigo 133 da Constituição Federal.

O advogado, conhecedor ou não da teoria Retórica, dela se utiliza como instrumento do seu labor para persuadir o seu auditório por meio da “verdade” apresentada. O advogado é um construtor de verdades, é por meio do discurso apresentado, em que são utilizadas as provas éticas e patéticas, que a construção acontece, num contexto de negociação das diferenças de crenças e valores. A força do seu discurso – escrito ou falado – é revelada pela potência da língua e da linguagem, com a valorização da *doxa*, cujo resultado favorável ou não se dá pela aceitação ou recusa daquilo que foi apresentado para o auditório.

Em razão da sua indispensabilidade constitucional, por meio das palavras e dos discursos, esse profissional colabora para a manutenção da Democracia, do Estado Democrático de Direito, das liberdades individuais e da dignidade do ser humano. Logo, dele se exige uma atualizada e globalizada posição na revisão das leis, das doutrinas, das jurisprudências, das interpretações, pois é por meio da utilização adequada do Direito que se pode garantir a pacificação social, a Justiça.

Em retórica, o orador é avaliado pelo que do seu discurso se apreende. Discursivamente, a construção do *ethos* também se dá pela simbiose formada entre a essência e a aparência captada pelo auditório. No discurso, aqui entendido como as manifestações judiciais, o advogado revela e esconde seu caráter efetivo para construir a imagem social e judicial de si no discurso, pois, ao revelar-se ou não, sanções poderão advir.

Por isso, é sempre interessante que o advogado, visto como orador privilegiado da *Cyberpólis*, conheça as três principais finalidades de um discurso – *docere, movere e delectare* –, que também se fazem presente na lide judicial, ou seja, numa situação de conflito de interesses. Para que haja a aceitação de uma verdade, é preciso, na grande maioria dos casos e por tradição jurídica, que ela seja constituída pelos princípios da lógica formal – axiomas ou teoremas –, de natureza universal, e, pelo estabelecimento de provas de natureza ética ou patética, que, também por natureza, podem modificar a “verdade” demonstrada logicamente. Como basilares no princípio

de julgamento, essas verdades podem influenciar diretamente nos acordos, nos valores, nas crenças e nas proposições do auditório particular ou universal para, enfim, constituir “verdades” a partir de perspectivas oratórias ligadas ao razoável.

Nesse sentido, a Nova Retórica se apresenta como uma proposta de construção de argumentação capaz de encontrar soluções possíveis e plausíveis no campo do Direito, da moral, da política, por aceitar o valor do razoável como forma de decisão e exercer influência significativa na eficácia do discurso que não tem um valor constante. Tudo pode ser contestado com a alteração do ponto de vista, pois os sentidos podem ser simulados.

No mesmo plano, o advogado, ao atuar retoricamente no espaço do dissenso, precisa ressaltar uma ou mais características constitutivas do seu *ethos* – *phrónesis* (sabedoria), *areté* (virtude) e *eúnoia* (benevolência) –, a fim de imprimir verossimilhança nos argumentos escolhidos para compor o ato retórico de acusação ou de defesa. Para negociar as distâncias, o advogado realça seu *ethos* constituído pela exploração da afetividade, pela imposição do *logos*, mas também por acordos que resultem na eficácia da ação retórica.

Cada causa exige uma análise aprofundada das estratégias discursivas, pois ora pode se enfatizar a *areté*, ora a *phrónesis*, ora a *eúnoia*, já que as reações do auditório são captadas pela valoração expressiva de manifestações do *ethos* em cada causa, uma vez que, em razão das polêmicas, do dissenso e das teses conflitivas, a lógica pura, em alguns casos, mostra-se insuficiente para o assentimento da tese defendida. Assim, nessa hipótese, o *ethos* do advogado e suas nuances ligadas à *areté*, à *phrónesis* e à *eúnoia* são primordiais para obtenção da persuasão.

Entendemos que o advogado precisa explorar, como recurso retórico, o *docere* (ensinar), o lado argumentativo para convencer racionalmente o seu público. Ao transmitir conhecimento intelectual sobre os fatos e fundamentos da causa, dará ao auditório a segurança necessária para que a sua tese seja assentida. Ressalte-se que, embora muitos tentem negar o lado emotivo do discurso judicial, é inegável a sua presença.

Ousamos dizer que o *movere* (comover) é essencial nos discursos judiciais, pois os processos só existem em decorrência dos fatos sociais, das repercussões que os atos e fatos geram para os seres humanos. O Direito existe para ser aplicado na *pólis*, para dar contorno e segurança na vida em sociedade, já que o humano, movido pelas paixões, necessita de um controle externo, do grande outro – o Estado –, para controlar seus desejos, suas vontades e suas condutas. É também por meio das paixões despertadas no auditório que as

soluções dos conflitos, com as diferenças entre os indivíduos, podem ser resolvidas.

O *delectare* está ligado ao deleitar, o advogado precisa conquistar espaço por meio do agrado e da atenção do auditório, de forma a não causar aborrecimento. O advogado deve ser um mediador para dirimir conflitos e acalmar os ânimos. Ao desempenhar seu mister, é pertinente que ele aja com inteligência emocional – “a aptidão emocional é uma metacapacidade que determina até onde podemos usar bem quaisquer outras aptidões que tenhamos, incluindo o intelecto bruto”<sup>3</sup> – o que pode ocorrer quando juntamos duas características do *ethos*: a *phrónesis* e a *eúnoia* ou a *phrónesis* e a *areté*. É necessário, pois, competência e cortesia ou competência e confiabilidade.

Assim, ressaltamos que não é suficiente possuir as três características do *ethos* e usá-las de modo avulso, é preciso querer/fazer, saber/fazer, fazer/fazer para fazer/crer. Pois, para se alcançar um resultado satisfatório, é necessário realizar a combinação exata de pelo menos dois elementos e que não se dá de forma aleatória como o produto obtido de uma operação de análise combinatória. Por isso, chamamos mais uma vez a atenção que, é preciso transpor o previsível no uso/destaque de uma característica isolada: racionalidade prática, ou moralidade ou passionalidade. A inteligência emocional que nossos dias requer passa pela racionalidade prática aliada à moralidade ou à passionalidade.

## O advogado é realmente essencial à administração da Justiça?

Pelo discurso escrito, contido na Constituição Federal, é, em razão de possuir o advogado status de profissional essencial à administração da Justiça por força do artigo 133. O Código de Processo Civil, ao tratar dos pressupostos processuais, exige a presença do advogado, pessoa dotada de capacidade postulatória, só dispensada em alguns casos, como nos Juizados Especiais e no *Habeas Corpus*.

Mesmo assim, ainda pode-se exigir a presença do advogado em razão de uma determinada fase processual, por exemplo, quando há recurso nos Juizados Especiais, ou para melhor adequação do fato à norma jurídica,

---

3 Goleman, 1995, p. 48.

como em *Habeas Corpus*, uma vez que alguns Tribunais têm determinado que a interposição se dê por meio de advogado, com base nos fundamentos apresentados pelo impetrante do *Habeas Corpus*.

Na mediação e na conciliação, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, decidiu que a presença do advogado não é obrigatória, conforme julgamento da 281ª sessão ordinária de recurso administrativo apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. No julgamento, por maioria de votos, com base na Resolução 125/2010 do CNJ, entendeu-se que o artigo 11, ao prever a atuação de advogados e outros membros do Sistema da Justiça, não obriga a presença desses atores na solução dos conflitos.

Dessa forma, de acordo com o CNJ, a norma criou a Política Judiciária Nacional, com o intuito de dar tratamento adequado aos conflitos de interesses. Para isso, definiu a instalação de Cejuscs<sup>4</sup> (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) e o incentivo ao treinamento permanente de magistrados, servidores, mediadores e conciliadores nos métodos consensuais de solução de conflito. Para o Presidente do CNJ, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli<sup>5</sup>,

não existe monopólio para mediação ou conciliação. A rigor, os Cejuscs, que todos nós defendemos, deveriam estar fora do Poder Judiciário. É a sociedade resolvendo seus conflitos e o Judiciário sendo apenas um instrumento de pacificação social daqueles conflitos que a própria sociedade, através da sua ciência e consciência, não conseguiu resolver com seus mediadores.

No confronto entre as normas Constitucional e infraconstitucional prevalece, como forma de resolução, a Constitucional. Contudo, como toda norma permite interpretação, por mais clara que seja, somando-se a isso a decisão do CNJ, é possível dispensar a presença do advogado sob o argumento de que é a sociedade quem deve solver os seus conflitos. Ao judiciário, cabe

---

4 Os CEJUSCs são unidades do Poder Judiciário às quais compete, preferencialmente, a realização das sessões e audiências de conciliação e de mediação a cargo de conciliadores e mediadores, bem como o atendimento e a orientação aos cidadãos que possuem dúvidas e questões jurídicas (artigo 8º da Resolução CNJ n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/perguntas-frequentes/politica-judiciaria-nacional-nupemecs-e-cejuscs/85641-quais-sao-as-atribuicoes-dos-cejuscs>> Acesso em 02 set 2019.

5 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87969-plenario-decide-nao-obrigar-presenca-de-advogados-em-mediacao-ou-conciliacao>> . Acesso em 17 ago 2019.



atuar apenas como última *ratio* nos casos em que a sociedade não conseguiu resolver seus litígios.

No Brasil, o exercício da advocacia depende da graduação em curso de bacharelado em Direito, da aprovação na prova da Ordem dos Advogados do Brasil e da inscrição no respectivo Conselho de Classe, responsável por fiscalizar e regulamentar o exercício profissional. No julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade, do § 1.º, do artigo 79, da Lei n.º 8.902, o Supremo Tribunal Federal declara que:

[...] a OAB não é uma entidade da Administração Indireta da União. A Ordem é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro. 4. A OAB não está incluída na categoria na qual se inserem essas que se tem referido como "autarquias especiais" para pretender-se afirmar equivocada independência das hoje chamadas "agências". 5. Por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas partes está vinculada. Essa não-vinculação é formal e materialmente necessária. 6. A OAB ocupa-se de atividades atinentes aos advogados, que exercem função constitucionalmente privilegiada, na medida em que são indispensáveis à administração da Justiça [artigo 133 da CB/88]. É entidade cuja finalidade é afeita a atribuições, interesses e seleção de advogados. Não há ordem de relação ou dependência entre a OAB e qualquer órgão público. 7. A Ordem dos Advogados do Brasil, cujas características são autonomia e independência, não pode ser tida como congênera dos demais órgãos de fiscalização profissional. A OAB não está voltada exclusivamente a finalidades corporativas. Possui finalidade institucional<sup>6</sup>.

A partir do exposto, constata-se que, para o efetivo exercício da advocacia é necessário muito estudo. Esse estudo vai além da graduação, pois é também necessário ser aprovado no Exame Nacional da OAB, para ter deferida a inscrição no mencionado Conselho de Classe. Ser aprovado nesse exame não é tarefa fácil, pois, a média de reprovação é de oito candidatos a cada dez que realizam as provas<sup>7</sup>.

---

6 Ementa – ADIN 3026 – DESTE, 2006.

7 De cada 10 candidatos, 8 são reprovados no Exame da Ordem. Disponível em: <<https://www.editoraforum.com.br/noticias/de-cada-10-candidatos-8-sao-reprovados-no-exame-de-ordem/>> Acesso em: 17 ago 2019.

Esse exame, embora controversa a sua finalidade, é entendido e defendido como instrumento de aferição de mínima condição técnica e de aptidão profissional, como também de qualidade educacional, já que, de forma complementar, ajuda ao Ministério da Educação – MEC – no aperfeiçoamento pedagógico da formação do profissional. Durante o período da faculdade, em que a teoria da sala de aula – o Direito propriamente dito – deve se coadunar à prática do estágio obrigatório, não há tempo hábil para que o estudante aprenda, de fato, todas as nuances que a advocacia propõe, uma vez que é no exercício diário e consciente da profissão, que se amalgama o estudo e se dá o acúmulo de experiência, para que se forme o advogado militante.

A manutenção ou não do Exame não é o objeto desse texto, apenas entendemos necessário trazer à baila alguns dados que compõem o percurso de construção de trajetória acadêmica do advogado, para contextualizar o espaço retórico em que se inscreve a atuação e o exercício de atividade habitual desse profissional. Entendemos que esse fato também compõe o *ethos* do advogado, um *ethos* marcado indelevelmente pela *phrónesis*.

No Brasil, há uma proliferação de cursos de Direito com qualidade duvidosa, que contribui negativamente para a manutenção da *phrónesis* do advogado, contudo, o Exame da OAB atua como um instrumento de tentativa de manter o status de outrora da advocacia e age também como revelador da qualidade de cada um desses cursos, tanto que existe um “Selo OAB Recomenda”, que reconhece e premia as instituições de ensino superior e os cursos de Direito e Ciências Jurídicas que atendam aos critérios de excelência, regularidade e qualidade mínima compatíveis com as expectativas da OAB e da sociedade brasileira (FGV Projetos/Conselho Federal da OAB)<sup>8</sup>.

No Exame da Ordem dos Advogados, matérias como Ética, Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Civil possuem peso maior. Chama-nos a atenção, para efeito desse artigo, o peso que se dá para a Ética, por se entender que ela está diretamente ligada ao *ethos* do advogado, em que pese a *areté*. Assim, além de conhecer as normas para o exercício do seu mister – a Constituição Federal, que é a Lei maior do país, o Direito do Trabalho e o Direito Civil, que tratam do trabalho, da vida, dos bens, das pessoas e as orientações jurisprudenciais –, o advogado precisa conhecer e entender de Ética, pois um advogado sem ética pode se “transformar num corpo sem alma, prestando assim, um desserviço para a sociedade” e,

---

8 Exame da Ordem em números. Disponível em: <<https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/exame-de-ordem-em-numeros>> Acesso em: 17 ago 2019.

“quando um advogado comete uma grave falha ética, todas essas garantias fundamentais são violadas. Todos perdemos”<sup>9</sup>.

Importante destacar que a advocacia não se confunde com o Direito – conjunto de regras –, já que o advogado pode, por vezes, na defesa de seu cliente, desconsiderar as normas jurídicas e embasar os seus argumentos em outros meios para alcançar o objetivo pretendido e, para isso, ele pode se valer da lógica e do bom senso, como também usar da persuasão e agir por meio de apelos emocionais, isto é, ele precisa saber utilizar não só da *phrónesis*, mas também da *areté* e da *eúnoia*.

Embora o Direito seja “a própria razão da existência dos advogados<sup>10</sup>”, esse profissional só é capaz de exercer a sua atividade em um país no qual impera um conjunto de regras, um ordenamento jurídico. Pois, da mesma forma que a Democracia é amiga do Direito, uma vez que no regime totalitarista, pouca valia o advogado tem, porque não há espaço para o diálogo e nem para a busca de resolução de conflitos pautados pelo discurso; a Democracia é também mãe da Retórica, que só encontra possibilidade de inserção onde não há violência física e há maior liberdade, segurança e paz, uma vez que é na democracia que se frutifica a contradição – base da Retórica<sup>11</sup>.

Outro fato que justifica a reflexão quanto ao *ethos* do advogado reside no fato de que, com a Inteligência Artificial, robôs já começam a fazer o trabalho desse profissional. Será que a *phrónesis* inerente ao *ethos* da profissão deixa de ser constitutiva do advogado? Uma matéria intrigante, publicada no Valor Econômico<sup>12</sup>, informa que os robôs estão atuando como mediadores. É a priorização da “justiça orientada pelos dados”, tema em destaque nos Estados Unidos. As empresas especializadas em análise de dados em grande escala se utilizam da Inteligência Artificial para “ler o pensamento” dos juízes, árbitros e mediadores. Abre-se aqui uma discussão ética centrada na influência que essas análises de dados poderão exercer nos julgadores ou facilitadores como os mediadores e os conciliadores.

Parece-nos que, se essa tentativa de inserção dos robôs como mediadores, conciliadores, advogados e até mesmo magistrados se tornar realidade, os julgamentos podem estar pautados no *logos*, apenas, na lógica da matemática, dos raciocínios apodícticos, nos fatos, na razão e nas provas com desprezo do *pathos*, do juízo de valores, de crenças, do provável e do verossímil que

9 Neves, 2018, p. 26/27.

10 Id., 2018, p. 23-26.

11 Fiorin, 2015.

12 Beioley, 2019.

são inerentes aos seres humanos. A aplicação da justiça, porém, nem sempre se dá com um julgamento puramente racional, pois o ser humano é um ser complexo dotado tanto de razão quanto de emoção. A linguagem do humano, então, não é somente a linguagem da lógica racional, uma linguagem de dados e de números.

Quando a sociedade espera que seus advogados ajam com cortesia, amabilidade e simpatia, que é o dever de urbanidade, percebemos que a *eúnoia* é a característica do *ethos* que deve sobressair. Por isso, citamos o artigo 44 do Código de Ética e Disciplina da OAB, que bem ilustra a afirmação: “Deve o advogado tratar o público, os colegas, as autoridades e os funcionários do Juízo com respeito, discrição e independência, exigindo igual tratamento e zelando pelas prerrogativas a que tem direito”.

Dessa forma, é pela empatia, capacidade de se colocar no lugar do outro, “de sentir o que o outro sente”, ou também, pela alteridade que, além de se colocar no lugar do outro, preceitua que isso ocorra nas relações interpessoais, por meio do diálogo, da consideração e da identificação, que o advogado exibe a *eúnoia*, “este tipo de compreensão emocional”<sup>13</sup>, que é uma característica capaz de diferenciar os profissionais em suas individualidades.

A *areté* emerge quando o advogado age com honestidade e sinceridade com o seu cliente e torna-se, por conseguinte, um porto seguro para ele. É necessário que o tribuno o alerte dos possíveis resultados da ação judicial pretendida, pois, a partir da franqueza exposta, nesse diálogo necessário, estreita-se uma relação de confiabilidade. É preciso ter e demonstrar a *areté* para ser a personificação da virtude, um valor pessoal que exige racionalidade, experiência e tempo, uma vez que pode ser considerada produto de hábitos e de costumes, ou seja, é no exercício constante de honestidade e de integridade que o advogado se torna honesto e íntegro.

A *phrónesis* é condição *sine qua non* para se exercer a militância da advocacia, pois, o advogado deve estar atento ao devido cumprimento da ordem processual, isto é, observar prazos, acumular provas e recorrer, quando necessário, a partir de alguma inobservância. Tudo isso para resguardar o bem maior, a regularidade formal do processo. Esse compromisso é parte das obrigações pertinentes e regular ao bom exercício da profissão.

O advogado, pela sua essencialidade e indispensabilidade à ministração da justiça, traz estabilidade e paz sociais, uma vez que, por meio de sua ação, todo cidadão tem assegurado o direito à ampla defesa, independentemente

---

13 Gottman; DeClaire, 2001, p. 71.

de ser ele inocente ou culpado. Assim, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, dispõe que todos são iguais perante a lei, tendo todos o direito a reconhecida plenitude de defesa – o devido processo legal<sup>14</sup>.

## **Quais características são necessárias ao advogado contemporâneo, imerso em um mundo globalizado, polarizado e fluído, para bem desenvolver o seu mister?**

Partimos da etimologia da palavra advogado para respaldarmos a força constitutiva presente nesse *ethos*. Advogado vem da contração do termo latino *ad vocatus* (para ser chamado – *vocare*) e origina-se do verbo advogar, do latim *avocar*, que é defender e interceder em favor de alguém. O mister do advogado está em auxiliar à Justiça por meio da assistência e representação dos cidadãos que buscam a defesa dos seus interesses diante das diversas jurisdições. Por isso, dependendo do foro, as características presentes nesse *ethos* podem modificar-se.

O advogado é forjado por desafios e reflexões cotidianas. É necessária uma dedicação diária à leitura de códigos, de artigos, de súmulas, de livros, para se manter atualizado, com isso, estudar não é uma faculdade, é uma condição para o bem exercício do mister. A *phrónesis* é uma característica indispensável para a prática profissional que deve ser bem planejada e bem executada.

Assim, o advogado de defesa é aquele que intercede pelo réu em determinado processo penal, que além da *phrónesis*, precisa expor de uma forma mais contundente a *areté*, uma vez que influenciar seu *pathos* é o desafio dessa atuação. Da mesma forma, ocorre com o advogado tributarista, ele necessita ser preciso, exato com números e cálculos devido aos montantes manipulados, por isso, a *phrónesis* e a *areté* devem, mais uma vez, extrapolar nesse momento, pois a sua competência, por meio da razoabilidade, precisa preponderar, o que não o exime de mostrar também de honestidade e integridade.

---

14 [https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=5589](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5589). acesso em 01 set. 2019.

O advogado que milita em Juizados Especiais, por exemplo, além da *phrónesis*, necessária para garantir os direitos dos litigantes, necessita deixar fluir a *eúnoia*, já que os seus clientes são pessoas que necessitam encontrar, de forma mais específica, em seu mandatário, a cortesia e a solidariedade. Do mesmo modo, o advogado que atua junto às Varas de Família e Sucessões precisa usar generosamente da *eúnoia*, pois, é comum, principalmente em um divórcio litigioso, a necessidade de estabelecer a guarda de filhos e a pensão alimentícia, o que causa nos litigantes um grande desconforto. Nesse momento, como seres humanos, os sentimentos acabam aflorados para todos, o que pode parecer que a *phrónesis* esteja diminuída, mas é a sensatez que direciona a busca do causídico por uma melhor solução para a lide, para que as distâncias possam ser negociadas com êxito.

Apresentamos exemplos de como o *ethos* pode variar em suas características, a partir de situações reais, apenas para ilustrar, com fins didáticos voltados a esse estudo, pois entendemos que o advogado precisa saber trabalhar e conjugar essas três características para ter um *ethos* competente.

Ao advogado é concedida liberdade de expressão, em princípio, absoluta, sob a condição, lembrada em seu juramento, de não dizer nada contrário às leis e aos regulamentos, aos bons costumes, à segurança do Estado e à paz pública, e de nunca desprezar os tribunais e autoridades públicas. É também conhecido por ser defensor da sociedade, questionador da ordem vigente, e, dessa forma, acaba criando as suas próprias verdades para fazer justiça.

Como em todas as searas da sociedade, deparamo-nos tanto com profissionais dignos de devido respeito, por agirem de acordo com a Ética, o decoro e a honestidade, quanto com aqueles que percorrem o caminho da desonra e da indignidade. Afinal de contas, para se agir em desacordo com o ético, basta sermos humanos, não, propriamente, advogados. Por isso, por conta desse tipo de profissional, é que cada instituição de classe profissional se viu obrigada a criar um Código de Ética e Disciplina<sup>15</sup> e a OAB não se furtou a esse fim. Assim, esse manual deve ser obedecido à risca, sob a pena de sanções àqueles que não seguirem.

Retomamos o *ethos* do advogado, com a necessidade de destacar que identidade precisa ter um profissional que, além de conhecer tecnicamente o ordenamento jurídico (*phrónesis*), precisa também ser dotado de humanidade (*eúnoia*) e carregar uma bandeira que represente igualdade, segurança,

---

15 Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

felicidade e amor (*areté*), para que seja reconhecido como garantidor de valores e de crenças sociais e individuais. Se outros profissionais poderiam realizar satisfatoriamente a mesma função do advogado com razoável satisfação e custo mais baixo, por que defender essa profissão que se coloca como indispensável à administração da Justiça?

A retórica renasce sempre que as ideologias se desmoronam. Aquilo que era objeto de certeza torna-se, então, problemático e é submetido à discussão. O *ethos* do advogado é forjado em movimentos discursivos, utilizados e refletidos sobre a problematicidade retórica e jurídica. A importância e o prestígio do advogado numa sociedade dependem da sua atuação para fins de encontrar o justo, o correto e o razoável, que podem garantir a vida em sociedade com harmonia e equilíbrio, mas, sobretudo, de um auditório que reconheça, no exercício da advocacia, essa capacidade, caso contrário, esse profissional poderá ser substituído por qualquer outro que consiga solucionar os problemas da *pólis*. Por isso, o advogado deve buscar e estabelecer com equilíbrio a simetria, o equânime e a igualdade entre as diversas formas de interação social<sup>16</sup>.

A indispensabilidade do advogado deve ultrapassar o texto legal para estar ligada à indispensabilidade pelas razões e paixões da sociedade que são constituídas pela heterogeneidade, pela separação de classes e funções, mas que estão fundidas na busca da igualdade. O instrumento poderoso que o advogado deve conhecer, dominar e saber utilizar é a linguagem, que é composta por: língua, signos, significados, significantes e efeitos de sentido que todo discurso produz, de forma a bem aplicá-la no “jurídico” na pacificação da *pólis*. Essa linguagem deve ser capaz de exprimir a consciência de uma sociedade com o sentimento de sua existência como unidade política.

Por isso, trazemos à baila, a *Ágora*, a representação de um espaço comum e público, na Grécia Antiga, sede da *Hestia Koine*, em que eram debatidos os problemas de interesse geral, que envolviam a vida na cidade – a *pólis*. Atualmente, vivemos na *Cyberpólis*, que se compõe a partir de novos elementos e forma o cosmos do agora. A virtualidade trouxe para os nossos dias, novas formas de *agón*, uma “disputa oratória, um combate de argumentos”, conforme afirma Vernant<sup>17</sup>. Assim, entendemos que a *Ágora* de outrora é a *Cyberpólis* do agora, contudo, com ênfase na linguagem como forma de igualdade, pois,

---

16 Amossy, 2017.

17 Vernant, 2015, p. 48-51.

“os que se medem pelas palavras, que opõem discurso a discurso, formam nessa sociedade hierarquizada um grupo de iguais<sup>18</sup>”.

A Ágora contemporânea é o espaço comum da *Cybercultura*, local no qual os problemas sociais são debatidos por meio de chats, mídias sociais, plataformas, aplicativos, enfim, um local no qual os muros e as muralhas que protegiam as pessoas, deixam de existir. Sem fronteiras e sem impedimentos físicos, as barreiras passam a ser a da ética e da moral, valores que o advogado deve ter e ser.

A linguagem da *Cyberpólis* é fruto de uma construção social, por isso, o advogado precisa conhecê-la para apropriar-se dela, uma vez que essa linguagem é a chave para interpretar fatos. É no ato retórico que o causídico vai poder trabalhar com o dito e o não dito, revelar ou esconder, utilizar metáforas, enfim, usar a linguagem jurídica como um conjunto de códigos, regras e normas, sem desconhecer ou negar que o sistema jurídico não é o único dispositivo capaz de gerar persuasão judicial, uma vez que há ambiguidade nas palavras, alternâncias e polissemias. O advogado precisa, ainda, conhecer que a mente humana é dotada de flexibilidade e tem “capacidade de inverter enquadramentos, fazer mudanças gestálticas ou reinterpretar fatos<sup>19</sup>”.

O Zeus da mitologia grega, na *Cyberpólis*, tem o nome de Google, o qual pode ser acessado de/em qualquer lugar por meio da internet. Ele está aí, nas “nuvens” e disponibiliza modelos de atos processuais inerentes à advocacia, como elaboração de peças processuais, a partir de uma simples pesquisa. Assim, tanto o acesso aos processos quanto às decisões judiciais estão disponíveis também para o público em geral. Com isso, o advogado, para manter o seu *ethos* de bom profissional, precisa conhecer não só a linguagem jurídica, mas a linguagem de toda a *Cyberpólis*. Da mesma forma que, além de saber do mundo jurídico, que alimenta a sua *phrónesis*, precisa saber também do mundo da *Cyberpólis* ao qual está inserido, sob pena de perder a credibilidade e o respeito que angariou no decorrer de sua carreira profissional.

O julgamento, aquilo que se perquire ao se propor uma contenda, entendido como manifestação do auditório, revela não só a solução da lide – caso concreto –, mas, como afirma Gomes<sup>20</sup>, é um modo de dizer a verdade, uma verdade institucional, construída retoricamente, uma verdade mutável por ser produto da historicidade e de um contexto multicultural e espacial pau-

---

18 Ibid., p. 49-50.

19 Pinker, 2008, p. 69

20 Gomes, 2018.



tado na globalização e na sociedade em redes, com linguagem digital, virtual que abre possibilidades de múltiplas produções pautadas em uma cultura considerada de virtualidade real.

## Quais nuances do *ethos* desse profissional do Direito são primordiais para que acordos sejam firmados e em que situações?

Na *Cyberpólis*, há a predominância da palavra sobre os outros instrumentos de poder, pois, “instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade” a “*peithó* – a força da persuasão<sup>21</sup>” – marca o debate e a polêmica, pela argumentação, uma valoração do *logos*, imbricado pelo *ethos* e pelo *pathos* – enfatizados pela publicidade ampla das discussões judiciais.

Fato é que as palavras e os seus significados, dentro de determinado contexto histórico, social e discursivo, buscam uma negociação como afirma Meyer<sup>22</sup>. Por isso mesmo que, na retórica, existe uma negociação entre a identidade e a diferença, o social e o político, o psicológico e a moral em que elas flutuam.

No momento das contendas, o auditório passa a conhecer os operadores do direito – juízes, promotores, delegados, procuradores, advogados, conciliadores e mediadores – como também as leis, a doutrina, a jurisprudência, enfim, todo o entorno do ordenamento jurídico e passa a ter algum conhecimento, ainda que na qualidade de leigo, mas com possibilidade de emitir opiniões e influenciar outros cidadãos, é um direito acessível a todos.

A *sophia* jurídica deixa de ser um argumento de poder e de autoridade, pois, com simples acesso à internet se tem as informações necessárias. Essas informações são adequadas e estudadas e transformam-se em conhecimento e esse poder difuso na *Cyberpólis* pode tornar o advogado função dispensável, exceto se ele se reinventar e, por meio das provas retóricas, justificar a sua indispensabilidade para que haja Justiça.

Entendemos que o termo advogado nos remete a nuance da *phrónesis* – termo ligado ao reconhecimento de uma verdade nascida e cultivada no seio social, produto da sabedoria ou conhecimento necessários para permitir

21 Vernant, 2015, p. 54-55.

22 Meyer, 2007.

escolhas sobre questões que afetam a comunidade e a sociedade em geral, por meio de um universo das verdades contingentes<sup>23</sup>, aquelas dependentes de valores culturais, da situação ou do contexto imediato, ligadas à natureza da questão.

Para instaurar uma verdade contingente, a sociedade estabelece associação com lugares da qualidade, valoriza ou vilipendia um estado, em função de um intervalo que é criado entre o ideal e o real, entre o que a maioria pensa que deve ser – questão de valores – e o que efetivamente é na representação da realidade, quando são eximidos os valores no processo de julgamento de uma questão<sup>24</sup>.

Na *Cyberpólis*, mundo globalizado, há divulgação massiva de informações, que impõem novos dizeres e valores sociais. Essa realidade possibilita viver, talvez, o real sentido da democracia, uma vez que, sem “as verdades institucionais”, é a própria *pólis*, pelos seus próprios cidadãos, e não por seus representantes, que estabelecem por meio das condutas e falas, as verdades, a justiça, o que de fato é o bem comum. Há necessidade de fazer laços, alianças e conexões nesse movimento que é contínuo e, também, disruptivo.

A inteligência humana conectada com a inteligência artificial influencia na inteligência retórica e é determinante para a constituição do *ethos* do advogado. A persuasão criada pelo liame subjetivo formado pelo *ethos*, pelo *logos* e pelo *pathos*, durante o ato retórico, exige do orador muita habilidade discursiva para fazer o entrelaçamento das provas retóricas com as formas de inteligências.

Diante desse quadro, ou o advogado se torna efetivamente indispensável à Justiça ou será dispensável e a ele restará apenas ajudar aquelas pessoas que não conseguiram resolver suas lides, nem por meio próprio e nem com o auxílio de recursos tecnológicos e técnicas de resolução de conflitos alternativas. Essa indispensabilidade está atrelada ao universo dos incultos da *Cyberpólis* jurídica.

Um percurso que pode ajudar a reforçar a indispensabilidade do advogado é a criação de inimigos, aqui considerados como todo e qualquer discurso que afaste a presença desse profissional dos assuntos da *Cyberpólis*, pois sempre haverá pessoas com conhecimentos escassos do universo e contexto jurídicos, diante da sua complexidade, alcance e relevo social, torna-se, assim, impossível afastar a presença do advogado.

---

23 Aristóteles, s/d.

24 Gomes, 2018.

Acreditamos que a indispensabilidade está ligada aos argumentos da qualidade, no fato de o advogado ser detentor de capacidade postulatória, isto é, capacidade de postular em juízo o conflito de interesses de partes envolvidas. Dessa forma, o advogado ao representar a parte, busca não os seus próprios interesses, mas o interesse de um “eu” que lhe escolheu como representante. Nessa seara, o “eu” é sempre retórico na sociedade: “ele se apresenta, representando-se<sup>25</sup>”. É ilusão pensar que sem advogado se faz justiça e a própria História é um argumento de autoridade, pois revela que nos principais momentos de transformações sociais o advogado esteve presente.

No processo discursivo, o orador deve apresentar, ao enunciar e em seu enunciado, prudência/sabedoria prática que é a parte do discurso que se liga ao *logos*; seu processo de enunciação também deve conter a virtude – honestidade/sinceridade –, que se liga ao *ethos*; e não pode ainda deixar de apresentar a benevolência – e ser solidário/amável –, que se liga a dimensão do *pathos*.

## Conclusão

É possível que haja um retorno às origens caso o advogado não se torne efetivamente função essencial à Justiça, não por força da lei, da Constituição Federal, mas por necessidade e por exigência da sociedade, do auditório. Em um mundo em que a sociedade é globalizada – a *Cyberpólis* –, as distâncias são diminuídas pelo avanço tecnológico. Da mesma forma, as informações chegam com mais rapidez e facilidade às pessoas comuns.

É preciso que o advogado, consciente da sua função social e lúcido em relação ao Direito, como “a arte do bom e do equitativo, separando o justo do injusto, distinguindo o lícito do ilícito (...) esforçando-nos para alcançar a verdade<sup>26</sup>”, esteja também em consonância com a sabedoria (*phrónesis*), demonstre virtude (*areté*) e benevolência (*eúnoia*) partes que compõem seu *ethos*, mas que se manifestam de formas distintas a depender de cada caso. O exercício da advocacia deve ser a busca da justiça, origem da palavra direito, do latim *jus*.

---

25 Meyer, 2007, p. 95.

26 Cf. Celso (texto de Ulpiano [150-223 jurista romano no Digesto, Livro I, Título I, 1]).

“A paz é o fim que o direito tem em vista, a luta é o meio do qual se serve para atingir esse fim (...) A vida dos direitos é uma luta: luta dos povos, do Estados, das classes, dos indivíduos<sup>27</sup>”. A finalidade do advogado em meio aos tribunais é garantir a estabilidade e a justiça, pois, sem o advogado, o sistema se fragiliza. Os advogados sempre ocupam posição de proeminência nos movimentos revolucionários, para derrubar um regime e para garantir a harmonia de um movimento que chegava ao poder<sup>28</sup>.

É necessária a presença de um advogado para que os julgamentos sejam os mais justos possíveis, pois, sem referenciais de valores, quem comete um ato infracional fica sem um parâmetro para enxergar a profundidade do seu crime. Assim, seja em um processo criminal, tributário ou cível, o *ethos* do advogado estará preenchido das três características, que devem se manifestar em duplas. A experiência e os estudos é que possibilitarão que transbordem as características necessárias no momento preciso.

---

27 Rudolf von Ihering, 1872 apud Neves, 2018, p. 233.

28 Neves, 2018.

## Referências

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Coordenação de tradução por Mônica Magalhaes Cavalcante; tradução de Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto [et al]. São Paulo: Contexto, 2017.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s.d.].

BEIOLEY, K. **Robôs já começam a atuar como mediadores**. Valor Econômico. Carreira. 22 ago 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994. **Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8906.htm#targetText=O%20C%C3%B3digo%20de%20C3%89tica%20e,e%20os%20respectivos%20procedimentos%20disciplinares.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm#targetText=O%20C%C3%B3digo%20de%20C3%89tica%20e,e%20os%20respectivos%20procedimentos%20disciplinares.)> Acesso em: 02 set. 2019.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Tradução de Marcos Santarrita. 83ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, p. 48.

GOMES, A. de M. **União Homoafetiva: análise retórica e jurídica**. Franca: São Paulo. Lemos & Cruz, 2018.

GOTTMAN, J.; DeCLAIRE, J. **Inteligência Emocional e a arte de educar nossos filhos**. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. 46ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 77.

MEYER, M. **A retórica**. Revisão Técnica de Lineide Salvador Mosca. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

NEVES, J. R. de C. **Como os advogados salvaram o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

PINKER, S. **Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana**. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VERNANT, J.-P. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. 22ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2015.

# Educação e violência verbal: o *ethos* do professor diante desse impasse

Cláudia Borragini Abuchaim

Claudia Rodrigues da Silva Nascimento

*A violência, seja qual for a maneira como se manifesta,  
é sempre uma derrota.*

*Jean Paul Sartre*

A exposição intensiva a dados violentos relatados pelas diversas mídias, na contemporaneidade, nos mostra um panorama do terror instaurado em nossa sociedade. A violência ameaça o equilíbrio das instituições nacionais, pois envolve questões sociais, políticas e econômicas.

Este texto se propõe a lançar um olhar sobre a violência verbal em sala de aula. O objeto principal de nosso estudo acercou-se da seguinte reflexão: “Como o *ethos* do professor se apresenta em situações de violência verbal?”. Para a realização desse propósito, constituíram a base analítica a Retórica de

Aristóteles<sup>1</sup>, a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>2</sup> que inspiraram os estudos de Reboul<sup>3</sup>, Meyer<sup>4</sup>, e Ferreira<sup>5</sup>.

Aristóteles, em sua Retórica, reflete sobre a posição do *ethos* no ato retórico. Mas como podemos perscrutar o *ethos* do professor?

## ***Ethos*: traços de comportamento**

A palavra ética liga-se ao *ethos*, que para os gregos é a imagem de si, o caráter, a personalidade, os traços de comportamento, a escolha de vida e dos fins. Identifica-se o *ethos* ao papel do orador porque é alguém que deve ser capaz de responder às perguntas que suscitam debate e que são aquilo sobre o que se negocia. O *ethos* se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, podendo tornar-se exemplar aos olhos do auditório, que poderá segui-lo ou refutá-lo. Afirma-se que o *ethos* é o orador como princípio (e também como argumento) de autoridade; é o ponto final do questionamento<sup>6</sup>.

Meyer afirma que “o *ethos* se refere ao *pathos* e ao *logos*, atestando valor moral em uma relação com o outro, ou em sua gestão das coisas, mas também no modo de conduzir a própria vida pela escolha dos meios e dos fins<sup>7</sup>”.

O *ethos* (o orador), o *pathos* (o auditório) e o *logos* (a linguagem) são igualmente essenciais. Se nada fosse questionável, as pessoas não se comunicariam, portanto, a retórica é a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada. É a análise dos questionamentos que são feitos na comunicação interpessoal e que as suscitam ou nela se encontram. Negocia-se pela retórica a identidade e a diferença entre indivíduos, e é desse tema que ela trata, por meio de questões particulares, pontuais, que concretizam sua distância. O insulto, por exemplo, é um procedimento retórico que tem por função assinalar ao outro que não haverá negociação<sup>8</sup>.

Afirma Meyer:

---

1 Aristóteles, 2015.

2 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005.

3 Reboul, 2004.

4 Meyer, 2007.

5 Ferreira, 2010.

6 Meyer, 2007.

7 Id., 2007, p. 36.

8 Id.

quando a negociamos a partir da questão, do que constitui uma questão, estamos no ad REM (res = “coisa”, em latim, portanto, a causa, o que está em causa), e quando o fazemos a partir da intersubjetividade dos protagonistas, estamos no ad hominem, pois nos dirigimos aos homens, ao que eles são, ao que acreditamos que eles sejam, ao que gostaríamos de acreditar que eles fossem, ou ao que recusamos que eles sejam. Todavia, não pode haver uma real separação entre o ad rem e o ad hominem; além disso, frequentemente ofendemos as pessoas, quando não aderimos ao que elas dizem ou propõe, prova de que elas se identificam com o que dizem. Assim sendo, uma boa retórica passa muitas vezes de um plano ao outro, do ad rem ao ad hominem, sobretudo se os argumentos acabam por faltar<sup>9</sup>.

O *ethos* está sempre presente como realidade problemática de todo ato retórico, não é dito explicitamente, mas mostrado. O lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o ato retórico, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele. É preciso que a credibilidade do orador “seja o efeito do seu discurso”<sup>10</sup>.

Como explica Aristóteles, no livro I da Retórica:

persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão<sup>11</sup>.

Retomemos nosso questionamento inicial: “Como o *ethos* do professor se apresenta em situações de violência verbal?”. Aristóteles afirma

três são as causas que tornam persuasivos os oradores, e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações: são elas a prudência [*phrónesis*], a virtude

---

9 Ibid., p.27.

10 Eggs, 2005, p. 30.

11 Aristóteles, 2015, p. 63.



[*areté*] e a benevolência [*eúnoia*]. Quando os oradores recorrem à mentira nas coisas que dizem ou sobre aquelas que dão conselhos, fazem-no por todas essas causas ou por algumas delas. Ou é por falta de prudência que emitem opiniões erradas ou então, embora dando uma opinião correta, não dizem o que pensam por malícia; ou sendo prudentes e honestos não são benevolentes; por isso, é admissível que, embora sabendo eles o que é melhor, não o aconselhem. Para além destas, não há nenhuma outra causa. Forçoso é, pois, que aquele que aparenta possuir todas estas qualidades inspire confiança nos que o ouvem<sup>12</sup>.

O pensamento de Aristóteles nos conduz à hipótese de que a violência verbal ocorra em sala de aula pela perda de credibilidade do orador (professor). Mas como identificar a violência?

## Violência

O vocábulo violência vem do latim *violentia*, que significa caráter violento ou bravo, força. O verbo violare significa tratar com violência, profanar, transgredir. O Minidicionário da Língua Portuguesa apresenta o significado de “emprego agressivo e ilegítimo da força ou de processos de coação; força ou poder de uma ação ou de um fenômeno natural”<sup>13</sup>. A violência se manifesta quando viola os limites impostos pela sociedade.

Afirma Amossy<sup>14</sup> que traduzir em termos linguísticos o que seja a violência verbal é tarefa difícil. Descreve alguns parâmetros que podem identificá-la, dentre os quais encontramos o uso do insulto, que desqualifica, hostiliza e provoca uma reação daquele a quem se dirige.

A violência em ambiente educacional é uma questão multicausal, complexa, não circunscrita a fatores socioeconômicos. Demanda estudos aprofundados que busquem as causas para melhor compreensão e busca de maneiras eficazes para num futuro próximo erradicá-la de nossa sociedade, e assim, conseqüentemente, das escolas e universidades. Vários estudos buscam tipificar a violência com o objetivo de implantar políticas públicas para mitigar sua expansão.

---

12 Ibid., p. 116.

13 Bechara, 2009, p. 910.

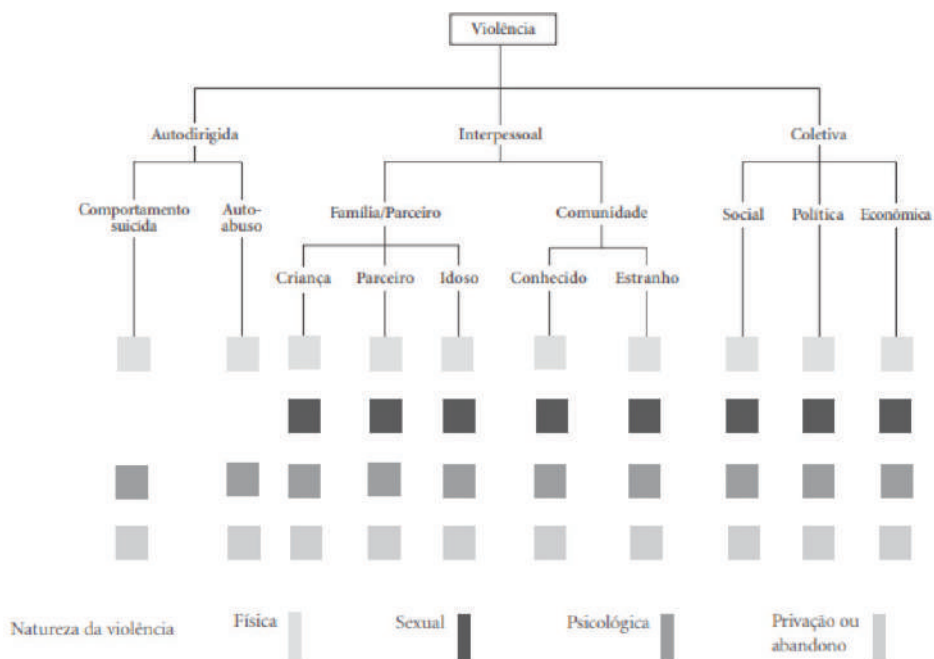
14 Amossy, 2017.

## Tipos de violência

A Organização Mundial de Saúde propôs a divisão da violência em três categorias, segundo as características daqueles que cometem o ato violento: a) violência autodirigida; b) violência interpessoal; c) violência coletiva<sup>15</sup>. A violência verbal em ambiente escolar se enquadra na violência interpessoal, subcategoria violência na comunidade.

Reproduzimos o gráfico de Dahlberg e Krug que ilustra a natureza dos atos violentos, que podem ser: 1) física; 2) sexual; 3) psicológica; 4) relacionada à privação ou ao abandono. A série horizontal na ilustração indica quem é atingido, e a vertical descreve como a vítima é atingida. Esses quatro tipos de atos violentos ocorrem em cada uma das grandes categorias e suas subcategorias descritas acima, com exceção da violência autoinfligida.

Quadro 1 Natureza dos atos violentos<sup>16</sup>



15 WHO, 1996.

16 Dahlberg; Krug, 2007

No senso comum, a violência é tratada como algo irracional, ora o irracional delimita ausência de razão, mas podemos analisar a violência pelo viés do racional, *paradoxalmente*, o violento é possuído de uma racionalidade perigosa. As ideologias que legitimam a violência, amplificam os conflitos e reduzem as alternativas de conciliação a um impasse, onde o enfrentamento torna-se a única solução para legitimar a razão.

A violência ocorre de diferentes formas, embora a agressão física seja a mais dramática, as verbais podem se revelar mais perversas, pois atingem o homem no seu próprio ser e deixam marcas indeléveis.

## Violência verbal

Lembremos a célebre expressão de Thomas Hobbes<sup>17</sup> *homo homini lupus* (“o homem é lobo para o homem”), base fundamental de sua filosofia política no Leviathan (1651). Freud analisa o pensamento de Hobbes e conclui:

quem se atreveria a refutar este refrão após todas as experiências da vida e da História? Via de regra, esta cruel agressão só espera ser provocada para desencadear-se, quando não se põe a serviço de outros propósitos cujo objetivo poderia ser igualmente alcançado com meios menos violentos. Em condições favoráveis, quando desaparecem as forças psíquicas antagônicas que de forma geral a inibem, ela pode também manifestar-se espontaneamente, desmascarando o homem como besta selvagem que não conhece o menor respeito pelos seres da sua própria espécie<sup>18</sup>.

Freud classifica o homem como “besta selvagem” que desrespeita a própria espécie. A agressividade verbal é uma predisposição para atacar o autoconceito dos outros, pode se interligar com xingamentos, ameaças, chantagens, intimidações, ressentimento e suspeita. De qualquer maneira, a agressão verbal caracteriza uma negatividade destrutiva de comunicação e está intimamente ligada aos problemas das relações sociais. Talvez seja essa uma das explicações de ocorrer cotidianamente em salas de aula.

---

17 Hobbes, 2003.

18 Freud, 1968, p. 37-38.

## A sala de aula

O ambiente escolar alicerça-se em turmas de alunos que são tratados erroneamente como coletivo. A estrutura educacional brasileira cobra do professor a matéria dada em sala de aula, automatiza o ensino sem se importar com as idiossincrasias do aluno, o que torna o aprendizado cada vez mais desestimulante ao educando. Prioriza-se o conteúdo em detrimento da relação professor-aluno.

O processo educativo requer acordos prévios de sociabilidade, o professor precisa ouvir o aluno e o aluno também necessita ser ouvido por seus pares. Infelizmente esse princípio básico de convivência não é unanimidade nas práticas educativas. Na sociedade atual, manifesta-se a intolerância, o desrespeito, a apatia que geram a violência verbal e física nas instituições escolares.

Segundo Halliday,

somos seres retóricos: usamos a linguagem como instrumento de mudança ou reforço de percepções, sentimentos, valores, posicionamentos e ações. Quando agimos como seres retóricos, geralmente estamos respondendo aos ditames de uma situação<sup>19</sup>.

A linguagem (*logos*) é a principal ferramenta do docente, a priori, questão fundamental para interagir com seus alunos em sala de aula. A argumentação que envolve auditórios particulares requer do orador o conhecimento prévio das disposições do auditório (*pathos*) ao qual se dirige, pois do contrário seu ato retórico poderá ser refutado. É necessário que haja um acordo pré-estabelecido de interação entre professor e aluno.

Reboul afirma

orador, auditório: é impossível que um se dirija ao outro se não houver entre ambos um acordo prévio. De fato, não há diálogo, nem mesmo argumentação, sem um entendimento mínimo entre os interlocutores, entendimento referente tanto aos fatos quanto aos valores. Pode-se dizer, sem paradoxo, que o desacordo só é possível no âmbito de um acordo comum<sup>20</sup>.

---

19 Halliday, 1988, p. 121.

20 Reboul, 2004, p. 142.

No Brasil, as salas de aula, do ensino básico às universidades, comportam um auditório heterogêneo nem sempre receptivo aos acordos prévios que se consolidam na dinâmica do aprender. Como afirma Reboul, o desacordo só existe porque algo foi acordado anteriormente. Negando o acordo, o discente resvala para a violência verbal, e o professor, nem sempre preparado para o confronto, pode tornar-se o elo fraco na interação, prejudicando assim, tanto a interação educacional quanto a interação social.

Alguns teóricos, como López Neto, ignoram a realidade escolar de auditórios heterogêneos e a grande dificuldade de comunicação que se estabelece quando a inclusão escolar é feita sem capacitar o professor.

Em um país como o Brasil, onde o incentivo à melhoria da educação de seu povo se tornou um instrumento socializador e de desenvolvimento, onde grande parte das políticas sociais é voltada para a inclusão escolar, as escolas passaram a ser o espaço próprio e mais adequado para a construção coletiva e permanente das condições favoráveis para o pleno exercício da cidadania, pois grande parte das políticas sociais é voltada para a inclusão escolar, passando a escola a ser o espaço propício da construção coletiva e permanente para o exercício da cidadania<sup>21</sup>.

A violência verbal pode nascer da inadequação de um professor (orador) perante uma sala (auditório). Assim como o orador precisa se adaptar a seu auditório, existem auditórios que não se adaptam a determinados oradores.

Nós não escolhemos os nossos alunos (nem eles a nós); porém, na sociedade moderna exige-se que ensinemos a todos eles. Temos que ser eficientes, ensinar a todos, no mesmo ritmo, e trabalhar para que eles aprendam tudo o que o programa determina, no mesmo ritmo<sup>22</sup>.

Questionamos nessa passagem a tarefa que recai sobre o professor: “Podemos ensinar os mesmos conteúdos e no mesmo ritmo a todos os alunos?”. Quando o aluno se desinteressa pela aprendizagem desperta paixões no professor nem sempre coerentes com a prática didática. A violência verbal poderá, nesse caso, partir do professor que se sentirá incapaz de ensinar.

O fundamento da autoridade tradicional dos professores, em sala de aula, residiria em seu estatuto intelectual e competência profissional para ensinar, os quais poderiam lhe conferir distinção e uma posição hierárquica superior em relação aos alunos. Mais recentemente, o processo de legitimação da autoridade dos professores passa a destacar o modo como estes interagem

---

21 López Neto, 2005, p. 170.

22 Mazzotti; Oliveira, 2000.

com os alunos. Assim, para exercer uma autoridade legítima, os professores precisam demonstrar uma competência para ensinar, bem como competência interpessoal em sala de aula<sup>23</sup>.

Nossa pretensão não é formular um manual de conduta para os docentes, nossa pesquisa propõe algumas reflexões sobre o tema, com o intuito de mostrar aos professores que a busca de soluções para a violência educacional precisa ser ponto crucial para o desenvolvimento didático e pedagógico em ambiente escolar. Como preservar o *ethos* do professor como mediador de conhecimento nos tempos atuais? Como demonstrar competência intelectual e interpessoal?

Contrapondo-se à necessidade de resgatar no professor o papel de educador, a cobrança para abranger todo o conteúdo programático com carga horária insuficiente, potencializa o distanciamento entre docentes e alunos. Em um estudo reflexivo sobre a violência no ambiente escolar, Rosa<sup>24</sup> relata que a desmotivação e o desinteresse pelo teor das aulas ministradas associam-se muitas vezes à indisciplina e insatisfação do estudante e podem resultar em comportamento agressivo. Compete ao professor assumir o papel de conciliador e administrar as diferentes situações de agressão verbal com equilíbrio e serenidade. Para que se modifique o panorama de violência no ambiente escolar, educadores e educandos devem desenvolver uma relação de respeito mútuo.

As instituições escolares, microcosmo da sociedade heterogênea, reúnem visões de mundo e de valores éticos antagônicos. Bauman<sup>25</sup> concebe a expressão “nós e os estranhos” para se referir às diferenças entre os seres que não se encaixam num padrão tido por normal ou desejável em determinada sociedade. Quando o discente passa a ser um “estranho” para o docente, a relação ensino-aprendizagem sofre um abalo que pode reverberar em violência verbal mútua.

Afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca, “os auditórios julgam-se uns aos outros<sup>26</sup>”. Na dinâmica escolar, o enfrentamento entre professor e aluno pode desaguar numa disputa erística, na qual a racionalidade fugirá do controle, e a retórica da guerra se instaurará não havendo vencedores nem vencidos, apenas “estranhos” que se suportam. O *ethos* do professor, nessa situação, não condiz com a conduta esperada de um orador que visa persuadir seu auditório, cativá-lo.

De acordo com Ferreira,

---

23 Garcia, 2009, p. 515-516.

24 Rosa, 2010.

25 Bauman, 1998.

26 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 39.

o *ethos* possui pelo menos duas faces: uma negativa, que se refere à reserva do território pessoal (nosso corpo, nossa intimidade, nossos pontos fortes ou fracos). Outra positiva, referente à fachada social: uma imagem valorizante, que solicita ao auditório aprovação e reconhecimento. Em muitas esferas específicas de interação, as relações entre orador e auditório são extremamente sensíveis e ameaçadoras à face dos participantes. A distração durante o ato retórico pode contribuir para a não preservação da face e as consequências retóricas são imperativas: ineficácia<sup>27</sup>.

Como afirma Ferreira, a imagem do professor em sala de aula é delineada pela projeção de seu *ethos*. Na retórica, Aristóteles apresenta dois campos semânticos opostos ligados ao termo *ethos*: um de sentido moral e fundado na *epieikeia*, engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade; outro de sentido neutro ou “objetivo” de *héxis*, que reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter. “Essas duas concepções não se excluem, mas, ao contrário, constituem as duas faces necessárias a qualquer atividade argumentativa<sup>28</sup>”. O orador que mostra em seu ato retórico um caráter honesto parecerá mais digno de crédito aos olhos de seu auditório<sup>29</sup>. Seria a imagem ideal do professor, mas como romper a tensão quando a violência verbal se instaura?

Caberá ao professor encerrar o enfrentamento, como tratamos aqui da violência verbal, encerrar a discussão seria a melhor artimanha retórica. O ato retórico não pode resvalar para o argumento *ad hominem*, em que se ataca a pessoa do adversário em vez de atacar sua tese. Mas é necessário possibilitar ao discente acordos posteriores, com retomada de discussões, não de enfrentamentos. Compete ao professor o papel de mediador em sala de aula, jamais de fomentador da violência verbal.

## O professor na atualidade

Meyer afirma que retórica “é a arte de bem falar, de mostrar eloquência diante de um público para o ganhar para a sua causa<sup>30</sup>”. O professor dirige-se

---

27 Ferreira, 2010, p. 101.

28 Eggs, 2005, p. 30.

29 Id., 2005.

30 Meyer, 2007, p. 17.

ao aluno com a intenção de ganhar a adesão a seu discurso. Diferente de um orador que pode apenas persuadir pela emoção (*movere*), o professor ensina, transmite noções intelectuais (*docere*) e precisa manter a atenção do auditório (*delectare*), caso contrário não terá o êxito pretendido no ato retórico.

Quem é o professor na atualidade? A lousa e o giz estão ultrapassados, a tecnologia faz parte do cotidiano educacional. Fica difícil imaginar uma sala de aula sem a existência de um projetor multimídia. Os alunos preferem as aulas de leitura com projeções da matéria em telas e já desenvolvem uma certa “preguiça” na hora de escrever, nas universidades, até os cadernos já foram abolidos e os laptops se instalaram nas carteiras. Frequentemente ouvimos o pedido para gravar a aula, assim fica mais “fácil” para estudar em casa. Diante disso, questionamos: o sucesso da aula ainda depende do conhecimento da matéria ou o professor também será avaliado pelo domínio tecnológico que apresenta? A falta de fluência tecnológica cria lacunas entre a interação professor-aluno que pode desencadear em violência verbal?

Percebemos que a violência pode instaurar-se por qualquer motivo ou também pode ser gratuita, como a que tem sido identificada por estudiosos em ambiente educacional, denominada *bullying* (termo inglês que se refere a uma forma específica de violência).

## ***Bullying***

O *bullying* foi definido pela Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas<sup>31</sup>”. O dia 7 de abril foi instituído pela Lei nº 13.277, em 2016, como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência nas Escolas<sup>32</sup>.

A gravidade da questão se confirma por meio de estudos recentes como Diagnóstico Participativo da Violência nas Escolas, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 2015, com apoio do

---

31 Brasil, 2015, on-line.

32 Brasil, 2016.



MEC, que revelou que 69,7% dos estudantes declaram ter presenciado alguma situação de violência dentro da escola.

Tognetta e Vinha<sup>33</sup> apresentam algumas características específicas do *bullying*: diferentes formas de ridicularização; os atos são sempre direcionados a um alvo, a uma vítima, por repetidas vezes; há a intenção de ferir; diferenças na aparência ou no comportamento são utilizadas para atingir a vítima; há um público que corresponde com as apelações de quem ironiza e age com sarcasmo. Os autores de *bullying* precisam sentir que lideram os expectadores e propagandeam seus lamentáveis atos para serem temidos e respeitados.

O *bullying* é um tipo de violência, na maior parte das vezes verbal, frequente nas escolas e universidades, tanto da rede pública quanto da privada, que provoca baixo rendimento intelectual. Mascarado por brincadeira ou acidente, pode se dar por meio de insulto, apelido pejorativo, gozação, ameaça, perseguição, intimidação, humilhação, acusação injusta, preconceito, hostilização, e desencadear em sua vítima graves consequências psíquicas, como fobias sociais e psicoses<sup>34</sup>.

Combater o *bullying* não é tarefa solitária, muitas vezes cabe ao professor diagnosticar atitudes que confirmem o *bullying*, porém são necessárias ações conjuntas envolvendo professores, alunos e seus familiares. O enfrentamento com quem pratica o *bullying* é desgastante, na maioria das vezes o agressor nega a violência, e quando confrontado pode inverter a situação e alegar perseguição por parte do professor, que deverá manter um *ethos* firme, de controle da situação. As instituições educacionais necessitam de professores que se envolvam também nas dinâmicas sociais, que se proponham a conscientizar seus alunos sobre a seriedade e a gravidade dessa prática perversa que se instaurou em nossas escolas, universidades e sociedade.

A abordagem interacional em sala de aula nos permitiu verificar várias manifestações de violência verbal que ocorrem em ambientes educacionais. O *ethos* do professor em sala de aula é construído diariamente, não apenas manifestado em determinada situação. A identidade profissional do educador precisa se pautar principalmente pelo equilíbrio, pela mediação.

No Livro II da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles nos ensina a ética, mas também a sermos mediadores:

---

33 Tognetta; Vinha, 2010.

34 Rosa, 2010.

ora, a excelência moral se relaciona com as emoções e as ações, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto; ser louvado e estar certo são características da excelência moral. A excelência moral, portanto, é algo como equidistância, pois, como já vimos, seu alvo é o meio termo. Ademais é possível errar de várias maneiras, ao passo que só é possível acertar de uma maneira (também por esta razão é fácil errar e difícil acertar – fácil errar o alvo, e difícil acertar nele); também é por isto que o excesso e a falta são características da deficiência moral, e o meio termo é uma característica da excelência moral, pois a bondade é uma só, mas a maldade é múltipla<sup>35</sup>.

O *ethos* do professor em situações de violência verbal deverá se pautar pelas “características de excelência moral” como afirma Aristóteles. Persuadir seus alunos por meio da prudência (*phrónesis*), da virtude (*areté*) e da benevolência (*eúnoia*) seria a melhor sugestão para os professores da educação básica até as universidades, assim ensinou o grande mestre da retórica.

---

35 Aristóteles, 2001, p. 42.

## Referências

AMOSSY, R. **Apologia da Polêmica**. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha, grandes nomes do pensamento, 1)

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. trad: Mário Gama Kury. 4ªed. Brasília: UNB, 2001.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECHARA, E. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 13.185/2015**. Acesso em 28 de agosto de 2019. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>

BRASIL, 2016 - **Lei nº 13.277** – Institui o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência nas Escolas. Acesso em 28 de agosto de 2019.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13277.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13277.htm)

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(Sup): 1163-1178, 2007.

EGGS, E. 2005. *Ethos* Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna. In: Amossy, R. (Org.) **Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Contexto: 29-56.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FREUD, S. El malestar en la civilización. In: FREUD, S. **Obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1968. p. 37-38.

GARCIA, J. Indisciplina e violência nas escolas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 511-523, set./dez. 2009.

HALLIDAY, T. L. **Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas**/Tereza Lúcia Halliday, org. – São Paulo: Summus, 1988.

HOBBS, T. **Leviatã** ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Trad. Rosina D'Angina. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2003.

LÓPEZ NETO, A. A. *Bullying*: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria. Sociedade Brasileira de Pediatria**. Rio de Janeiro. Vol 81 No 5, 18. 2005.

MAZZOTTI, T. B.; OLIVEIRA, R. J. **Ciência(s) da Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2000. v. 1. 158p.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSA, M. J. A. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. **Revista Fórum Identidades**. Ano 4, Volume 8 | jul-dez de 2010, p.143-158.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Até quando? Bullying** na escola que prega a inclusão social. *Educação*, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 449-464, set./dez. 2010.

WHO - World Health Organization. **Global consultation on violence and health**. Violence: a public health priority. Geneva: WHO; 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).



# A manifestação do *ethos* nos gêneros retóricos

Joelma Batista dos Santos Ribeiro

Mariano Magri

## Considerações iniciais

**E**m um processo argumentativo, as dimensões de *ethos*, *logos* e *pathos* aparecem de forma tão imbricada que nem sempre as estratégias utilizadas na argumentação são facilmente detectadas. O *logos* materializa o discurso por meio dos elementos linguísticos disponíveis e, erroneamente, pode ser entendido como o principal responsável pela persuasão, por ser o mais tangível. Todavia, simultaneamente à materialização do discurso, sempre haverá a revelação de um *ethos* e o acionamento do *pathos*. De acordo com Aristóteles (384-322 a.C.), o discurso precisa ser proferido de maneira que o orador seja digno de crédito e que determinados sentimentos sejam despertados para que o auditório concorde com as teses que lhe serão apresentadas. Contudo, embora a relação dessas dimensões argumentativas seja indissociável, o contexto retórico poderá exigir do orador uma acentuação no uso de determinada dimensão argumentativa.

Para se obter a persuasão, haverá contextos em que o uso de argumentos racionais serão mais eficazes do que os psicológicos. Em algumas situações, a credibilidade do orador valerá mais do que quaisquer argumentos racionais, ainda que estejam presentes. Na mesma linha de raciocínio, alguns contextos deverão tocar as paixões do auditório para mobilizá-los na direção

pretendida. A melhor alternativa nem sempre é fácil de ser encontrada, mas entender o funcionamento de cada uma dessas dimensões ajuda o analista do discurso na interpretação das intenções comunicativas. Este trabalho, entretanto, abordará somente com a dimensão do *ethos*.

Como o contexto sempre sugere qual dimensão é mais assertiva à persuasão, o objetivo será verificar as estratégias argumentativas que mais se ressaltam para a manifestação do *ethos* em cada gênero retórico, ou seja, em cada contexto e finalidade. Para se chegar a esse objetivo, verificamos quais as principais características psicológicas de uma pessoa que podem ser acionadas para formar uma imagem e, por meio de textos clássicos de cada gênero, analisamos a sobressalência dessas características.

## Características do *ethos*

O conceito de provas retóricas, cunhado por Aristóteles<sup>1</sup>, traz à tona as dimensões que contracenam ao longo de um processo argumentativo. Para esse autor, embora o discurso, representante do lado racional, seja o responsável por materializar os argumentos, a persuasão só é alcançada se outras duas dimensões, representantes do lado psicológico, forem caracterizadas e acessadas de forma efetiva. O discurso, portanto, além de construir sentido aos argumentos, precisa ser proferido de forma que caracterize a imagem do orador como digna de crédito e, além disso, precisa acessar as paixões do auditório com o objetivo de afetá-las e fazer com que os ouvintes experimentem sentimentos que os levem a concordar com os argumentos apresentados.

Na retórica de Aristóteles, o discurso é representado pelo termo *logos*; a imagem do orador, pelo termo *ethos*; e as paixões de quem ouve, pelo termo *pathos*. Para esse filósofo, um processo argumentativo justapõe *ethos*, *logos* e *pathos* e os torna indissociáveis para a obtenção da persuasão. O lado racional, *logos*, é o responsável por estimular o lado psicológico: *ethos* e *pathos*; e a persuasão será alcançada quanto mais efetiva for esta estimulação. Para isso, cada uma dessas dimensões conta com um número extenso de possibilidades de realização. O *logos*, por exemplo, coloca à disposição do orador os recursos de ordem lexical, sintática, semântica e estilística que, em cada caso concreto, podem ser usados para mobilizar combinações desses recursos com o objetivo

---

1 Aristóteles, 2013.

de criar efeitos linguísticos, tanto em partes isoladas do texto, para acentuar o que se entende como mais relevante, como no texto em sua íntegra, pelo encadeamento das ideias. O *pathos*, por sua vez, coloca o desafio ao orador para se antecipar no reconhecimento de crenças, costumes, grau de instrução, na medida em que discursar contra os valores de um auditório não se mostra uma forma efetiva de persuadir. O *ethos*, por fim, e não diferente das outras dimensões, tem o seu universo de estratégias para estimular a imagem do orador de forma efetiva e é sobre essas estratégias que passaremos a falar.

As teorias que versam sobre a construção do *ethos* ganharam significativas vertentes, em diversas áreas do saber, e apontam para diferentes caminhos, mas este trabalho tomará a teoria de Aristóteles<sup>2</sup> como referência. De acordo com esse autor, os seres humanos são inclinados a buscar uma verdade, mas “o verdadeiro e o verossímil são apreendidos pela mesma faculdade”<sup>3</sup> e, por isso, a construção da imagem não é o que se pensa sobre o orador antes de ele discursar, e sim a imagem que é construída ao longo do discurso, verdadeira ou não, pois o princípio é de que não temos acesso ao ser ontológico, e sim àquilo construído pela materialização do discurso. Ainda na linha desse autor, a confiança que o auditório depositará na imagem criada proverá de três causas: a prudência (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*). Abaixo, um quadro resumo das principais características do *ethos* que podem manifestar confiança em cada uma dessas causas.

Quadro 1 Características do *ethos*<sup>4</sup>

Phrónesis	Areté	Eúnoia
Competência	Confiabilidade	Amabilidade
Credibilidade	Determinação	Benevolência
Discernimento	Equanimidade	Cortesia
Ponderação	Franqueza	Delicadeza
Praticidade	Honestidade	Indulgência
Prudência	Integridade	Moralidade
Racionalidade	Simplicidade	Obsequiosidade
Razoabilidade	Sinceridade	Passionalidade
Sabedoria	Tolerância	Simpatia
Sensatez	Virtude	Solidariedade

2 Id., 2013.

3 Ibid., p. 42.

4 Elaborado pelo Grupo ERA, março de 2019.



De acordo com Eggs<sup>5</sup>, as características elencadas em cada coluna do quadro I<sup>6</sup> apontam para uma das provas retóricas. A *phrónesis*, por contar com características racionais, associa-se fortemente ao *logos*. *Areté*, por concentrar características que ressaltam a imagem do orador, associa-se ao *ethos*. *Eúnoia*, por coligar-se com o auditório e demonstrar boa intenção, associa-se ao *pathos*.

A possibilidade de analisarmos essas manifestações, contudo, estão ligadas aos gêneros retóricos. O discurso precisa ser contextualizado em sua finalidade para verificarmos o que ressalta em cada caso. Todavia, para não tornar este trabalho muito extenso, iremos nos limitar a uma das causas da manifestação do *ethos*: a *eúnoia*. Os objetivos deste trabalho, então, serão dois: a) verificar se a *eúnoia* se manifesta de forma mais sobressalente no gênero jurídico, político ou epidítico; e b) explicar, caso sobressaia em alguns dos gêneros, o porquê.

Vale ressaltar, conforme demonstra Mosca<sup>7</sup>, que dentro de uma mesma argumentação podem ocorrer traços dos três tipos de gêneros. As finalidades aparecem numa relação de dominância e não de exclusão. Passaremos, então, a verificar a relação do *ethos* com cada gênero retórico.

## ***Ethos* e gênero político**

No gênero político, os argumentos levarão em conta que a finalidade do auditório é aconselhar ou desaconselhar um ato futuro. Trata-se de tomar decisões em relação a fazer ou deixar de fazer determinadas coisas. Para verificarmos a potencialidade da manifestação da *eúnoia* nesse gênero, tomamos um de três clássicos textos do orador grego Demóstenes (384-322 a.C.), conhecido como “As três Filípicas”<sup>8</sup>, que foram discursos em que Demóstenes conclamou ao povo ateniense a lutar contra o rei Filipe II, da Macedônia, ou seja, aconselha os atenienses sobre o que considera útil fazer.

---

5 Eggs, 2019.

6 A afirmação de Eggs (2019) não é sobre cada característica, mas sim em relação à *phrónesis*, *areté* e *eúnoia*. Nós que relacionamos as características às três causas aristotélicas.

7 Mosca, 1997, p. 32.

8 Como as Filípicas são extensas, adotamos alguns trechos da terceira.

Embora, atenienses, muitos discursos se pronunciem em quase toda assembleia sobre os ataques injustos que Filipe, desde que concluiu a paz, comente não só contra vós, mas também com todos os demais gregos [...] é preciso falar e agir de maneira que ele ponha termo à violência e seja punido [...] <sup>9</sup>.

Peço, atenienses, que se algo de verdadeiro eu disser com franqueza, nenhum sentimento de cólera contra mim haja por isso de vossa parte <sup>10</sup>.

E o que disso vos resultou, então, foi que, enquanto nas assembleias vos deliciosos lisonjeados, ouvindo tudo o que visa prazer, na própria ocorrência dos fatos já estais em extremo perigo <sup>11</sup>.

E é talvez um paradoxo o que vou dizer, mas é verdade: o pior do passado é, para o futuro, o melhor. Mas o que isso significa? É que a situação é má, porque nada, nem pouco nem muito, fazíeis do que era preciso <sup>12</sup>.

Nesses excertos, que remontam as partes iniciais da Filípicas, é possível observar que o autor se colocou como parte da solução de um problema. Incitou a população a modificar a situação em que se encontravam. Embora tenha feito ostensivo apelo ao *pathos* e poderíamos dizer que a *eúnoia* se manifestou em todos os trechos, o objetivo não foi utilizar as características que remontam à *eúnoia*, e sim contrapor atitudes (o orador e auditório), em que a *areté* do orador se sobressai: determinado, por incitar ao longo dos excertos que é necessário fazer algo contra Filipe; franco, na medida em que sabe que seu discurso não agradaria. Sincero, ao ressaltar o paradoxo e dizer que a situação é ruim por nada ter sido feito.

Entretanto, o que lhe falta para chegar à extrema insolência? Além de destruir cidades, não preside os jogos píticos, o concurso pan-helênico? E, quando ele em pessoa não comparece, não envia seus escravos como agonotetas? Não é senhor das Termópilas e das passagens que levam à Grécia, ocupando esses lugares com guarnições e mercenários? <sup>13</sup>

---

9 Demóstenes, 2001, p. 71-72.

10 Ibid., p. 72-73.

11 Ibid., p. 73.

12 Ibid., p. 74.

13 Ibid., p. 83.

E não somente a seus ultrajes contra a Grécia que ninguém reage, mas nem mesmo aos atos injustos que contra cada um em particular ele comete<sup>14</sup>.

Qual é, pois, a causa do que aí está? Não, não é sem razão e justa causa que os gregos eram, outrora, tão propensos à liberdade e, agora, à escravidão<sup>15</sup>.

Nessa parte, repete-se a extensiva provocação das paixões, mas, da mesma forma, o orador não utiliza *eúnoia* como meio de manifestação do *ethos*. Há a construção de um embate por meio de argumentos *ad personam*<sup>16</sup>. Sobressai, também, o uso da *areté*, na medida em que o orador, para atacar a pessoa de Filipe, deixa se subentender como detentor de características opostas. Enquanto Filipe é caracterizado como má pessoa, o orador tenta criar a imagem de virtuoso.

Não devemos apensar conhecer esses fatos e daqueles nos defender com ações que sejam bélicas, mas ainda com o raciocínio e o pensamento odiar os que entre nós falam em favor dele<sup>17</sup>.

Por Zeus e por Apolo, eis o que temos que vos afete, quando a reflexão vos fizer ver que mais nada há em vós<sup>18</sup>.

E, se cada um fica inativo, buscando o que quer e procurando ver como não fazer nada, primeiro jamais encontrará os que façam [...] segundo, temo que nos seja forçoso fazer ao mesmo tempo tudo quanto não queremos<sup>19</sup>.

É isso que na verdade eu digo, é isso o que eu proponho. E creio que ainda agora se poderia corrigir a situação se isso fosse feito. Mas se alguém tem alguma proposta melhor que essa, que se pronuncie e aconselhe<sup>20</sup>.

---

14 Ibid., p. 84.

15 Ibid., p. 85.

16 Argumentos *ad personam* consistem na desvalorização do discurso do outro por meio de ataque à sua pessoa ou aos seus atos.

17 Ibid., p. 90.

18 Ibid., p. 93.

19 Ibid., p. 96.

20 Ibid., p. 96.

Novamente, o apelo às paixões foi ostensivo, mas, também novamente, não pela via da comunhão com o auditório. Os excertos mostraram uma tendência de repetição de comportamento em relação ao discurso. A estratégia desse orador foi acentuar o uso da *areté* com o objetivo de se colocar como virtuoso, franco, determinado e, ao mesmo tempo, incitar às paixões do auditório para mobilizar para as ações (*movere*).

No gênero político, portanto, a manifestação do *ethos* associa-se mais com *areté* do que *eúnoia*. Essa afirmação, obviamente, é verdadeira quanto menos mesclado for o gênero e quanto mais a finalidade de aconselhar se sobressair, pois para movimentar o auditório em decidir por uma ação futura, *areté* precisa se ressaltar, uma vez que ninguém toma uma ação com base em proposta alheia se o proponente não se inspirar digno de crédito.

## **Ethos e gênero jurídico**

No gênero jurídico, os argumentos levarão em conta que a finalidade do auditório é condenar ou absolver uma causa pretérita. Por se tratar de um julgamento, a intenção do orador será convencer o auditório de que a pessoa julgada é inocente ou culpada, dependendo do lado que se encontre. Para analisar um discurso jurídico e observar o grau de manifestação da *eúnoia*, tomamos alguns trechos do clássico texto de Cícero (106-43 a.C.), o qual ficou conhecido como “As Catilinárias”<sup>21</sup>, pois visaram, em sessão plenária no Senado e em praça pública para o povo, culpar o então senador Lúcio Sergio Catilina de uma conspiração para derrubar a república romana.

A seguir, alguns trechos e os nossos apontamentos sobre a sobressalência das características da *eúnoia* na primeira Catilinária.

E não apenas estes aqui presentes, cuja autoridade tens, pelos vistos, em grande estima, mas a vida em vil apreço; também aqueles cavaleiros romanos, homens da maior honestidade e excelência, e os restantes cidadãos tão valorosos que de pé circundam este Senado, e de quem tiveste ensejo, há momentos, de ver não só a afluência, mas até de reconhecer claramente as disposições e ouvir distintamente os clamores<sup>22</sup>.

---

21 “As Catilinárias” são compostas por quatro discursos de Cícero. Adotamos a primeira na qual o orador se dirige ao Senado Romano.

22 Cícero, 2006, p. 7.

A estes tão augustos clamores da República e ao pensamento daqueles homens que sentem desse mesmo modo responderei em poucas palavras<sup>23</sup>.

É que nós, venerandos senadores, vivemos desde há muito envolvidos nestes perigos e nas ciladas de uma conspiração, mas, não sei como, a maturação de todos os crimes e da antiga loucura e audácia veio a rebentar no tempo do nosso consulado. E se, de tamanho bando de salteadores, se suprimir apenas este, poderá parecer talvez que ficamos, por um pequeno espaço de tempo, aliviados da apreensão e do medo; o perigo, porém, há de permanecer e ficará profundamente inculcado nas veias e nas entranhas da República<sup>24</sup>.

A manifestação das características da *eúnoia* são reveladas nas partes do discurso que Cícero deixa de acusar diretamente Catilina e se dirige aos senadores, seu auditório, com objetivo de conquistar a adesão. O orador mostra-se passional ao revelar o desejo de ser clemente para com os acusados, também ao inculcar o temor no auditório, caso sua recomendação não fosse aceita. Ao colocar-se como porta-voz daqueles que compartilham de sua tese e, ainda, valorizar aqueles que, como ele, são homens valorosos que “circundam o Senado” constrói o *ethos* de solidariedade e amabilidade que propiciam a comunhão com o auditório.

É meu desejo, venerandos senadores, ser clemente; é meu desejo, no meio de tamanhos perigos da República, não parecer indolente; mas já eu próprio de inação e moleza me acuso<sup>25</sup>.

[...] numa palavra, todas as vezes que me atacaste [Catilina], foi por mim mesmo que te resisti, muito embora eu visse que a minha morte ficaria ligada a uma grande desgraça do Estado<sup>26</sup>.

Nesses excertos há a manifestação da sinceridade (*areté*) do orador que revela seus pensamentos e sentimentos.

Pois não é verdade que uma personagem tão notável, como era Públio Cipião, pontífice máximo, mandou, como simples particular,

---

23 Ibid., p. 9.

24 Ibid., p. 9.

25 Ibid., p. 2.

26 Ibid., p. 4.

matar Tibério Graco, que levemente perturbara a constituição do Estado? E Catilina. Que anseia por devastar a ferro e fogo a face da terra, haveremos nós, os cônsules, de o suportar toda a vida? [...]. Havia, havia outrora nesta República, uma tal disciplina moral que os homens de coragem puniam com mais severos castigos um cidadão perigoso do que o mais implacável dos inimigos<sup>27</sup>.

Recorda comigo (Catilina), por fim, aquela noite famigerada de anteontem e logo verás que eu velo com mais ardor pela segurança do Estado que tu pela sua ruína<sup>28</sup>.

Por isso mesmo, parte, como já tantas vezes te disse (Catilina), e, se pretendes, conforme apregoas, atear o ódio público contra mim, teu inimigo, avança já direito ao exílio; [...], refugia-te junto de Mânlio, convoca os cidadãos perversos, separa-te dos homens de bem, move guerra contra a Pátria, exulta com uma sacrílega revolta de bandidos, para que se veja que não foste expulso por mim para o meio de estranhos, mas, sim, convidado a partir para junto dos teus<sup>29</sup>.

Quando te rejeitei (Catilina) do consulado, uma coisa consegui pelo menos: que tu antes pudesses atacar a República como exilado do que maltratá-la como cônsul, e que a tua criminosa empresa mais se pudesse chamar uma arruaça de bandidos que uma guerra civil<sup>30</sup>.

Há, todavia, nesta Ordem de senadores, alguns que, ou não veem aquilo que nos ameaça, ou fingem ignorar aquilo que veem; estes, pela moleza das suas decisões, alimentaram a esperança de Catilina e deram força à conjuração nascente, não acreditando nela; e, por sua influência, muitos; [sic] não apenas os perversos, mas ainda os mal informados, diriam, se eu tivesse punido Catilina, que o tinha feito com crueldade e tirania<sup>31</sup>.

[...] penso que, se for condenado à morte apenas Catilina aqui presente, este flagelo que afecta o Estado pode reprimir-se por um pouco, não suprimir sem [sic] para sempre. Mas, se ele se desterrar a si mesmo e levar os seus partidários consigo, e se recolher, de toda a parte, os demais naufragados da vida e os congregar no mesmo

---

27 Ibid., p. 2.

28 Ibid., p. 4.

29 Ibid., p. 7.

30 Ibid., p. 8.

31 Ibid., p. 9.

lugar, ficará extinta e debelada não apenas esta já tão adiantada doença do Estado, mas até a raiz e o germe de todos os males<sup>32</sup>.

O orador romano mostra-se ponderado, seja ao aconselhar o acusado a deixar a cidade, seja ao dirigir-se ao Senado na tentativa de fazer o acusado culpado. Ressaltam-se as características que manifestam o *ethos* ligado a racionalidade (*phrónesis*) como a competência, prudência, ponderação e a sensatez. A credibilidade de Cícero é tecida no discurso à medida que descredita o *ethos* do acusado, afinal as evidências sobre a conspiração ainda não se encontravam nas mãos do orador. Era necessário persuadir o Senado e, para tanto, Cícero deveria parecer crível.

A *phrónesis* é a manifestação do *ethos* que mais se sobressai no discurso de acusação de Cícero que é favorecida pela dimensão lógica das provas. A *eúnoia*, embora manifeste-se na construção do *ethos* do orador, não é predominante.

## ***Ethos* e gênero laudatório**

No gênero laudatório, os argumentos levarão em conta que a finalidade do auditório é louvar ou censurar pessoas ou ações no presente. Por se tratar de um elogio ou vitupério, o auditório é colocado na posição de espectador. Para analisarmos a manifestação da *eúnoia* neste gênero, tomamos a apologia do apóstolo Paulo<sup>33</sup>, na qual defende sua autoridade de apóstolo diante da comunidade de Corinto, seu auditório.

Não quero dar impressão de incutir-vos medo por minhas cartas, “pois as cartas, dizem, são severas e enérgicas, mas ele [Paulo], uma vez presente, é homem fraco e sua linguagem é desprezível”<sup>34</sup>.

Experimento por vós um ciúme semelhante ao de Deus. Desposai-vos a esposo único, a Cristo, a quem devo apresentar-vos como virgem pura<sup>35</sup>.

---

32 Ibid., p. 9.

33 A apologia paulina que utilizamos se encontra na Segunda Carta aos Coríntios dos capítulos 10 ao 13.

34 2 Coríntios 10.9 e 10.

35 Ibid., 11.2.

Terá sido falta minha anunciar-vos gratuitamente o evangelho de Deus, humilhando-me a mim mesmo para vos exaltar? Despojei outras Igrejas, delas recebendo salário, a fim de vos servir. E, quando entre vós sofri necessidade, a ninguém fui pesado, pois os irmãos vindos da Macedônia supriram a minha penúria; em tudo evitei ser-vos pesado, e continuarei a evitá-lo<sup>36</sup>.

E isto sem contar o mais: a minha preocupação cotidiana, a solicitude que tenho por todas as Igrejas! Quem fraqueja, sem que eu também me sinta fraco? Quem tropeça, sem que eu também fique febril?<sup>37</sup>

Eis que estou pronto para ir ter convosco pela terceira vez, e não vos serei pesado; pois não procuro os vossos bens, mas a vós mesmos. Não são os filhos que devem acumular bens para os pais, mas sim os pais para os filhos. Quanto a mim, de bom grado despenderei, e me despenderei todo inteiro, em vosso favor. Será que, dedicando-vos mais amor, serei, por isto, menos amado<sup>38</sup>?

Tenho receio de que, quando voltar a ter convosco, o meu Deus me humilhe em relação a vós e eu tenha de prantear muitos daqueles que pecaram anteriormente e não se terão convertido da impureza, da fornicção e da dissolução que cometeram<sup>39</sup>.

Paulo constrói seu *ethos* por meio da comunhão que estabelece com o auditório ao mostrar-se obsequioso, solidário, benevolente e amável para com os fiéis. A dimensão do *pathos* é ativada à medida que o orador apresenta os sacrifícios que fez e suas constantes preocupações (passionalidade). A *eúnoia* permeia toda a apologia, inclusive, coaduna-se aos argumentos lógicos como os de comparação e de sacrifício.

Todavia, julgo não ser inferior, em coisa alguma, a esses “einentes apóstolos”! Ainda que seja imperito no falar, não o sou no saber. Em tudo e de todos os modos, vo-lo mostramos<sup>40</sup>.

---

36 Ibid., 11.7-9.

37 Ibid., 11.28-29.

38 Ibid., 12.14-15.

39 Ibid., 12.21.

40 Ibid., 11.6.



Conheço um homem em Cristo que, há quatorze anos, foi arrebatado ao terceiro céu – se em seu corpo, não sei; se fora do corpo, não sei; Deus o sabe! E sei que esse homem – se no corpo ou fora do corpo não sei; Deus o sabe! – foi arrebatado até o paraíso e ouviu palavras inefáveis, que não é lícito ao homem repetir. No tocante a esse homem, eu me gloriarei; mas, no tocante a mim, só me gloriarei das minhas fraquezas<sup>41</sup>.

Nesses excertos são ressaltados a competência, a ponderação e sensatez do apóstolo, características éticas da *phrónesis*. Diferentemente de seus oponentes, Paulo procura não se gloriar da sua autoridade apostólica e de suas experiências espirituais, antes, pondera sobre e admite que se gloriará, porém na fraqueza, pois essa o identifica com o Cristo. A racionalidade com que expressa seu posicionamento revela o discernimento com que realiza as ações.

Não nos gloriamos desmedidamente, apoiados em trabalhos alheios; e temos a esperança de que como progresso da vossa fé, cresceremos mais e mais segundo a nossa regra, levando mesmo o evangelho para além dos limites da vossa região, sem, porém, entrarem campo alheio para nos gloriarmos de trabalhos lá realizados por outros<sup>42</sup>.

Se quisesse gloriar-me, não seria louco, pois só diria a verdade. Mas não o faço, a fim de que ninguém tenha a meu respeito conceito superior àquilo que vê em mim ou me ouve dizer<sup>43</sup>.

A preocupação do apóstolo de revelar-se íntegro, franco e sincero são ressaltados nesses excertos que caracterizam a manifestação da *areté*. O principal desafio do apóstolo na apologia é resgatar sua credibilidade que fora questionada pelos seus oponentes, dessa forma, sua estratégia consiste em fazê-la por meio da construção de *ethos* de confiança.

No gênero laudatório, no nosso caso representado por uma apologia, a manifestação da *eúnoia* ocorre mais potentemente se comparada às demais manifestações, uma vez que o orador se utiliza da dimensão patética da argumentação para levar o auditório a louvar ou censurar.

---

41 Ibid., 12.2-5.

42 Ibid., 10.15 e 16.

43 Ibid., 12.6.

## Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar as estratégias argumentativas que mais se ressaltam para a manifestação do *ethos* em cada gênero retórico. Para tanto, verificamos quais as principais características de um orador são possíveis para a criação de uma imagem e, auxiliados pelo quadro classificatório elaborado pelo Grupo ERA e, ainda pesquisas bibliográficas, relacionamos essas características com as três causas aristotélicas para a manifestação do *ethos*, quais sejam, a prudência (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*).

Uma vez mapeadas, fizemos um cruzamento das causas com os gêneros retóricos. Embora seja difícil encontrar um gênero puro, optamos por textos clássicos, os quais tenderam a ressaltar as finalidades de gênero retórico. A partir da análise de trechos dos textos, concluímos que a manifestação do *ethos* se deu conforme abaixo:

- Para o gênero político, a *areté* foi o que mais se destacou. Como a finalidade do político é aconselhar ou desaconselhar, o orador acentuou as próprias características pessoais para tornar-se digno de crédito.
- Para o gênero jurídico, a *phrónesis* apareceu com maior incidência. Como a finalidade é destruir o argumento do opositor, o uso de provas racionais foi preponderante para manifestação de um *ethos*.
- Para o gênero laudatório, a *eúnoia* foi a que mais se sobressaiu. Como a finalidade é elogiar ou censurar, o orador acentuou o acesso às paixões para se conferir merecedor de crédito.

É importante ressaltar que os resultados levaram em consideração uma relação de preponderância. O uso de provas racionais e psicológicas é entrelaçado e quase sempre será possível encontrar *areté*, *phrónesis* e *eúnoia* em algum grau dentro de um processo argumentativo.

## Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2013.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

CÍCERO, M. T. **As Catilinárias**. Tradução de Maximiano Augusto Gonçalves. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DEMÓSTENES. **As três Filípicas**: oração sobre as questões da Queroneso. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EGGS, E. *Ethos* Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna. In: Amossy, R. (Org.) **Imagens de si no Discurso**: a Construção do *Ethos*. São

Paulo: Contexto: 29-56.

MOSCA, L. do L. S. **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1997.

ZAMA, C. **Os três grandes oradores da antiguidade**. Bahia: Wilcke Picard, 1896.

Parte 2

# **A inteligência persuasiva do *ethos***



# Liberdade de expressão *versus* limites do humor: a constituição do *ethos* na polêmica

Ana Cristina Carmelino

## Retórica, dissenso e liberdade de expressão

A retórica, nos moldes aristotélicos, se apresenta como a arte de negociar as diferenças para se chegar a um acordo. Logo, se instaura onde se tem uma questão controversa ou onde há mais de um ponto de vista sobre um assunto. Nessa proposta, aqueles que deliberam sobre um tema controverso devem apresentar argumentos racionais que permitam pesar sobre os prós e contras de cada tese, a fim de resolver o conflito e alcançar uma resposta comumente aceita. Embora a deliberação deva obedecer aos ditames da razão e, portanto, o trabalho com o *logos*, o *ethos* (a imagem que o orador constrói de si) e o *pathos* (a capacidade de despertar as emoções no auditório) têm sua contribuição.

Considerando-se que uma questão controversa pode gerar debate ou polêmica e que nem sempre é possível superar o conflito, Amossy<sup>1</sup> reflete sobre como avançar os pressupostos da tradição aristotélica, levando-se em conta os casos em que não há acordo ou consenso. Para a autora, o espaço público consiste num campo de competição de interesses que tomam forma de conflitos que podem não levar a um acordo, ou seja, à constituição de

---

1 Amossy, 2017.

um debate arrazoado como ideal de razão e de harmonia social, um meio prático de gestão democrática. Nesse sentido, propõe rever a polêmica na perspectiva da retórica, mostrando o impacto das concepções de conflito alicerçado no debate público.

O dissenso, conforme Amossy, nasce de situações tidas como polêmicas, aquelas oriundas do choque entre opiniões antagônicas, ligadas sobretudo ao desacordo. As situações polêmicas, vistas como modalidades argumentativas, devem configurar-se, no entanto, num ambiente democrático, em que o *ethos* dos oradores se ressalta sobremaneira para infundir conformações patéticas no interior de um auditório, quer seja ele particular quer seja ele universal. Partindo dessas considerações, neste texto pretendemos refletir sobre como o *ethos* é constituído na polêmica, mais precisamente sobre como a retórica do dissenso contribui para a consolidação do *ethos*.

A reflexão – fundamentada tanto por pressupostos da Retórica e da Nova Retórica, no que diz respeito ao conceito de *ethos*, quanto pelas modernas teorias argumentativas no que tange à noção de polêmica – toma como base, em termos metodológicos, um caso específico de situação polêmica ocorrido em abril de 2019 no Brasil: a condenação do humorista Danilo Gentili à prisão por ofensa a uma deputada. A ação traz em cena os limites do humor e coloca em discussão se deve ou não haver liberdade de expressão.

Para os propósitos deste texto, é, pois, na circulação de discursos que se constrói a polêmica como conjunto de confrontos verbais sobre uma questão social. No caso dos limites do humor, a questão é antiga. Cícero<sup>2</sup>, na arte da oratória em que discutia o uso do humor (ou ridículo, termo empregado pelo autor) nos discursos públicos da antiguidade, já ressaltara que se o humor fosse malicioso, cruel com as deficiências alheias e não sopesasse o alvo da zombaria, o auditório e as circunstâncias do discurso, acabaria sendo desfavorável.

## **Contextualização da polêmica: o caso Danilo Gentili**

Nascido em Santo André, SP, em 1979, Danilo Gentili Jr. tornou-se conhecido como humorista e apresentador de TV, mas também é ator,

---

2 Citemos aqui o capítulo que Cícero dedica ao riso e ao risível, que consta do segundo livro do *De Oratore* (55 a.C.), uma das principais fontes dos estudos sobre humor (cf. CICERÓN, 2002).

escritor, cartunista, fotógrafo, repórter, publicitário e empresário brasileiro. Faz parte da considerada “nova geração do humor” e é reconhecido como um dos precursores e idealizadores do movimento do *Stand-up Comedy* no Brasil. Dentre os vários trabalhos exercidos por Gentili, destacam-se: nos palcos, os shows *Danilo Gentili - Volume 1* e *Politicamente Incorreto*; na televisão, ganhou projeção nacional como repórter do programa humorístico CQC, exibido pela Band, apresentou *Agora É Tarde* (entre 2011 e 2013) e atualmente apresenta *The Noite* no SBT; no cinema, participou dos filmes *Mato sem cachorro* (2013), *Superpai* (2015) e em *Como se tornar o pior aluno da escola* (2017); como escritor, lançou os livros *Como se tornar o pior aluno da escola* (2009), *Politicamente incorreto* (2010), *A vida e outros detalhes insignificantes* (2012) e *Doodles* (2015), no qual incluiu os desenhos (*doodles*) que faz em um quadro de seu programa no SBT. Ainda atuou como cartunista e colunista da edição brasileira da revista humorística Mad, além de ter sido colunista do *Metro Jornal* (publicação impressa gratuita do Grupo Bandeirantes de Comunicação) e do *Jornal da Manhã*, noticiário matinal da rádio Jovem Pan<sup>3</sup>.

Conhecido também como um dos defensores ferrenhos de que o humor não deve ter limites – “O humor não tem limite. O que tem limite é a chaticice, pessoa ficar magoadinha com piada é mau humor. Isso que deveria ter limite, não humor<sup>4</sup>”; “O limite do humor é quando o alvo da piada tira sua própria vida”; “Minha intenção com a comédia não é denunciar... é destruir mesmo<sup>5</sup>”, “Se você não aguenta uma piada, foda-se” –, Gentili frequentemente envolve-se em polêmicas por conta do teor provocativo de seu humor, seja por frases ditas em seu programa ou shows de comédia, seja por opiniões ou piadas postadas em suas redes sociais<sup>6</sup>. Para muitos, no entanto, a sua forma de fazer humor esbarra entre o engraçado e o ofensivo.

Em 10 de abril de 2019, Gentili foi condenado, em primeira instância, a seis meses e 28 dias de prisão em regime semiaberto por crime de injúria contra a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS)<sup>7</sup>. O caso teve início em março de 2016, quando o apresentador publicara em sua conta no Twitter

---

3 As informações constam no Facebook de Danilo Gentili ([https://www.facebook.com/pg/Danilo.Gentili.Oficial/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/Danilo.Gentili.Oficial/about/?ref=page_internal)) e na Wikipédia ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Danilo\\_Gentili](https://pt.wikipedia.org/wiki/Danilo_Gentili)).

4 Gentili, Facebook, 17 dez. 2012.

5 O riso dos outros, 2012.

6 Para ilustrar algumas das polêmicas em que Gentili esteve envolvido, veja-se: <https://www.desafiomundial.com/as-vezes-que-danilo-gentili-exagerou-nas-piadas-e-causou-muita-polemica/?view-all&chrome=1>.

7 A sentença sobre a condenação de Danilo Gentili pode ser consultada, na íntegra, em: <http://www.jfsp.jus.br/documentos/administrativo/NUCS/decisoes/2019/2019-04-10-condenacaodanilogentili.pdf>.



mensagens em que chamava a parlamentar de “cínica, falsa e nojenta”, por conta de acusar Gentili de fazer piadas machistas, mas aprovar a atitude do ator José de Abreu de cuspir em casal que jantava em um restaurante em São Paulo por criticá-lo por causa da Lei Rouanet<sup>8</sup>.

Após receber uma notificação extrajudicial enviada por advogados da deputada pedindo que as mensagens ofensivas fossem apagadas, Gentili gravou um vídeo em que abre a notificação, esconde com os dedos o início e o fim da palavra “deputada”, deixando apenas o meio, “puta”, visível. Em seguida, rasga o documento, esfrega os pedaços de papel dentro de sua calça e dá a entender que os remeteria de volta à Câmara dos Deputados<sup>9</sup>. Tal atitude levou Maria do Rosário a requerer a condenação dele por injúria, a qual foi acatada pela juíza federal Maria Isabel do Prado, da 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo.

A principal linha de argumentação da defesa de Gentili, segundo seu advogado, Rogério Cury, é que ele não teve a intenção de humilhar a deputada e, portanto, deveria ser absolvido do crime de injúria. Na fala de Cury, “ele quis fazer um comentário humorado. Temos que diferenciar humor mais ácido de crime [...]. A fala do Danilo é de cunho humorístico e crítico, mas ele nunca teve a intenção de praticar crime. Ela [Maria do Rosário] pode não ter gostado, mas daí a dizer que ele cometeu um crime, a distância é muito grande<sup>10</sup>”. A defesa de Gentili sustenta que a decisão atinge a liberdade de expressão e criminaliza o humor.

Na decisão que condenou Gentili, a juíza considerou que o humorista ultrapassou os limites da ética e da liberdade de expressão e, por isso, tratou-se de um crime de injúria. Na sentença, ressalta o direito à liberdade de expressão, mas pontua que quando alguém ultrapassa a linha da ética, “surge no Estado de Direito a tutela penal como legítimo instrumento de contenção contra o uso abusivo da liberdade de expressão<sup>11</sup>”. A magistrada não acatou os argumentos de Gentili de que não houve dolo em ofender a honra ou a dignidade por se tratar de uma peça humorística, ao contrário; “não contente com a injúria propalada, resolveu gravar um vídeo com conteúdo altamente ofensivo e reprovável, deixando muito clara a sua intenção de ofender<sup>12</sup>”.

---

8 Maiores informações sobre o caso, confira Maynard (23 abr. 2016).

9 O vídeo, divulgado por Gentili em junho de 2017, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kaLZaRRvxE>.

10 Cf. Tavares, 12 abr. 2019.

11 Pereira, 16 abr. 2019.

12 Mazzoco, 10 abr. 2019.

A notícia da condenação levou a opinião pública, constituída de discursos autorizados ou correntes sobre o assunto (advogados, humoristas e leitores de textos sobre o ocorrido), a opinar e a se posicionar sobre o caso – seja quanto à atitude de Gentili (saudada ou criticada), seja quanto à pena aplicada (vista como adequada ou indevida). Como observa Amossy<sup>13</sup>, as polêmicas invadem o espaço público, ocupam, portanto, posição privilegiada as mídias das quais se nutre a opinião. O ocorrido não apenas disparou uma discussão nas redes sociais, onde o apresentador é bastante ativo, mas, também, retomou o debate sobre censura *versus* liberdade de expressão quanto à questão da produção de humor. Nesse sentido, o questionamento que esteve no cerne do dissenso foi: o que vem primeiro, liberdade de expressão ou o respeito à honra de uma pessoa?

## **O humor e o dissenso: censura *versus* liberdade de expressão**

O olhar sobre o humor, especialmente no que diz respeito a sua expressão e função, sempre dividiu opiniões. Skinner, em resumo sobre como o humor/riso foi entendido e apreciado por diferentes pensadores ao longo da história, registra que é possível depreender pontos de vista positivos e negativos sobre o tema. No primeiro caso, o fenômeno é tido como “expressão pura de alegria e prazer<sup>14</sup>”, elemento leve da vida; forma de preservar a saúde (discurso médico, baseado na teoria dos humores), de evitar a melancolia; um meio de ser civilizado; algo digno de ser encorajado, mesmo como expressão de escárnio, para reprovar vícios. É pelo humor que críticas veementes conseguem ser feitas (quem podia fazer gracejos e indicar defeitos do rei? – o bobo da corte). No segundo caso, o humor é visto como objeto de reprovação; logo, algo que deve ser evitado. As razões para isso são várias: escarnecer dos outros (em especial das fraquezas alheias, dos defeitos naturais que não podem ser corrigidos) é algo indigno, sinal de pusilanimidade; zombar em demasia é agir de forma ilícita; rir é antissocial, deselegante, grosseiro (tanto no sentido de incivilidade quanto de indelicadeza), indecoroso, “é algo baixo e inconveniente<sup>15</sup>”.

---

13 Amossy, 2017.

14 Skinner, 2002, p. 65.

15 Ibid., p. 74.

Enfim, se a crítica social feita pelo humorista pode tocar em assuntos difíceis, é algo que deve ser valorizado. Por outro lado, não é fácil a tarefa de se constatar se/quando o humorista age de forma adequada ou ultrapassa a barreira do aceitável. Há uma linha tênue, vista muitas vezes de forma subjetiva, entre arte (legal) e ofensa (ilegal), que faz com que as pessoas divirjam sobre a questão. Como usar o humor na medida certa? É possível? É preciso? Qual seria o limite da respeitabilidade? Trata-se, portanto, de assunto controverso, polêmico, que põe em xeque os limites do humor.

Concebida como “um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura<sup>16</sup>”, a polêmica tem como marca a oposição de discursos. Nesse sentido, uma situação de dissensão, de confrontação, coloca dois discursos em presença e, portanto, em relação, permitindo assim uma apreciação por comparação. Na verdade, como assevera a autora, a polêmica significa “um debate que permite a cada um expor e defender seu ponto de vista, frente aos pontos de vista comparados dos outros participantes<sup>17</sup>”.

Tomando como base os pressupostos de Amossy<sup>18</sup> sobre o dissenso, que funciona no nível discursivo-argumentativo, para refletir sobre a polêmica instaurada quanto aos limites do humor, é possível considerar no choque de opiniões contraditórias “uma dicotomização na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente”, seriam dois modos de ver: a posição de que o “humor deve ser livre” (caracterizado pelo discurso sobre “liberdade”, direito de falar o que quiser, mesmo que se trate de discursos agressivos) e o posicionamento de que o “humor deve ter limites” (caracterizado pelo discurso sobre “limite”, deve ter censura, podendo-se punir quem os ultrapasse). Desse modo, os defensores da “liberdade de expressão” leem qualquer argumento que proponha qualquer restrição ao discurso não como limite, mas como “censura”. Já os defensores do “limite” leem qualquer argumento do outro discurso não como “liberdade”, mas como “abuso” (que se configura como “desrespeito”, “grosseria”, “falta de educação”, “falta de sensibilidade”).

---

16 Amossy, 2017, p. 49.

17 Ibid., p. 49.

18 Ibid., p. 53.

## A constituição do *ethos* na polêmica

O conceito de *ethos*, visto especialmente no campo da retórica, suscita uma discussão que perpassa séculos, considerando-se como o termo era visto e trabalhado na Filosofia antiga até frequentes releituras feitas em décadas mais recentes. Embora Aristóteles não tenha sido o primeiro a cunhar a noção na retórica, pode-se dizer que foi quem delineou as premissas nucleares de como o *ethos* viria a ser trabalhado. Para Aristóteles<sup>19</sup>, os discursos acionam um tripé de elementos constituintes. O primeiro seria o do orador, que mobilizaria a dimensão do *ethos*. Este seria a imagem que o orador projeta de si, em seu discurso, para convencer e persuadir seu auditório, seja ela verdadeira ou não. O segundo elemento seria o *pathos*, aspecto centrado no auditório e nas emoções por ele manifestadas (mas que são incitadas pelo orador). O terceiro diz respeito ao *logos*, que se centra na argumentação utilizada (na produção do discurso em si).

De acordo com os pressupostos aristotélicos, o *ethos* – uma das provas que tornam o discurso persuasivo – liga-se a um conjunto de traços de caráter que o orador mostra ao auditório para dar boa impressão. Os traços fundamentais (ou disposições) para inspirar a confiança no orador seriam: a) a prudência (*phrónesis*), b) a virtude (*areté*), c) a benevolência (*eúnoia*). A esse respeito, Fiorin ressalta, com base nos escritos aristotélicos, que os três casos conotariam, respectivamente:

a) a *phrónesis*, que significa o bom senso, a prudência, a ponderação, ou seja, que indica se o orador exprime opiniões competentes e razoáveis; b) a *areté*, que denota a virtude, mas virtude tomada no seu sentido primeiro de “qualidades distintivas” do homem (latim uir, uiri), portanto, a coragem, a sinceridade; nesse caso, o orador apresenta-se como alguém simples e sincero, franco ao expor seus pontos de vista; c) a *eúnoia*, que significa a benevolência e a solidariedade; nesse caso, o orador dá uma imagem agradável de si, porque mostra simpatia pelo auditório. O orador que se utiliza da *phrónesis* se apresenta como sensato, ponderado e constrói suas provas muito mais com recursos do *lógos* do que com os do *páthos* ou do *éthos* (em outras palavras, com os recursos discursivos); o que se vale da *areté* se apresenta como desbocado, franco, temerário e constrói suas provas muito mais com os recursos do *éthos*; o que usa a *eúnoia* apresenta-se como alguém solidário com seu enun-

---

19 Aristóteles, 2015.

ciatário, como um igual, cheio de benevolência e de benquerença e erige suas provas muito mais com base no *páthos*<sup>20</sup>.

Revisitado contemporaneamente pela corrente teórica da Nova Retórica, o conceito de *ethos* passa a ser visto de forma ampliada e ressignificada. Quanto à definição, trata-se da “imagem que o orador constrói de si e dos outros no interior do discurso<sup>21</sup>”. Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>22</sup> inserem a atividade discursiva, e seus integrantes, na equação definidora do *ethos*. Desse modo, o orador passa a moldar sua fala conforme os valores que ele crê valorizados por seu auditório.

Para Meyer<sup>23</sup>, não se pode identificar o uso da palavra *ethos*, pura e simplesmente, ao orador, visto que se trata de algo mais complexo: “*ethos* é um domínio, nível, uma estrutura”. Nesse sentido, “não se limita àquele que fala pessoalmente a um auditório, nem mesmo a um autor que se esconde atrás de um texto”. Segundo o filósofo belga, que vê a noção sob a ótica da problematologia, o *ethos* se apresenta “como aquele ou aquela com que o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas”. O teórico ainda propõe uma distinção entre o que chama de *ethos* projetivo e *ethos* efetivo: o *ethos* imanente ou projetivo corresponde à “projeção da imagem que deve ter o *ethos* aos olhos do *pathos*<sup>24</sup>”, ou seja, é a imagem que, a priori, tanto o orador quanto o auditório projetam entre si; já o *ethos* efetivo, ou não-imanente, diz respeito à imagem realmente construída pelo orador, visando persuadir o auditório, a que seria, portanto, efetiva.

Ao retomarmos o caso Danilo Gentili – mais precisamente a notícia de sua condenação, que mobilizou diferentes posicionamentos não só sobre a pena aplicada ao humorista (que gera o debate sobre censura e liberdade de expressão), mas também sobre o seu comportamento –, verificamos que a constituição do *ethos* do humorista mostra-se polemizada. Levando-se em conta que a polêmica permite a cada um expor e defender seu ponto de vista, frente aos pontos de vista comparados dos outros, vejamos alguns comentários que circularam na Internet após a decisão judicial, para mostrar a instauração do dissenso.

---

20 Fiorin, 2015, p. 71.

21 Ferreira, 2010, p. 90.

22 Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996)

23 Meyer, 2007, p. 35.

24 Meyer, 2007, p. 35.

## **1) Danilo Gentili, dois dias após a notícia da condenação, em entrevista no Pânico (12 abr. 2019)<sup>25</sup>**

“É praticamente impossível que eu seja preso, porque cabe recurso e tudo mais, mas há uma semana atrás, se você me perguntasse se eu seria condenado por protestar, eu diria que seria praticamente impossível... então vai saber...”

“Ainda que eu vá preso, eu prefiro ir preso a me ajoelhar para a patrulha [...] Eu não acho que fiz nada de errado. Às vezes é uma obrigação desrespeitar a patrulha e o autoritarismo [...] Essa classe política é autoritária e usa a máquina estatal para esmagar o cidadão [...] Eles falam o que querem, quando a gente responde, é condenado à prisão”

Os enunciados partem de um orador que tem discurso autorizado, já que se trata um humorista reconhecido falando sobre o ocorrido em programa de rádio com certa repercussão nacional. Do *logos*, é possível depreender diferentes *ethé* construídos pelo próprio orador em sua enunciação, como é o caso de conhecedor da situação (“praticamente impossível que eu seja preso... cabe recurso”), convicto/rebelde (“prefiro ir preso a me ajoelhar para a patrulha”), inocente (“não fiz nada de errado”), crítico/provocador (“é uma obrigação desrespeitar a patrulha e o autoritarismo”) e indignado (“quando a gente responde, é condenado à prisão”).

No que concerne às disposições, vistas em Aristóteles e Fiorin, que tornam os oradores persuasivos a partir das imagens que exibem, verificamos que Gentili manifesta um *ethos* de *areté*, uma vez que se mostra franco ao expor seus pontos de vista, apresentando-se como desbocado e temerário. Ao se pronunciar, visando justiça, busca incitar no auditório a compaixão, manifestando impudência e indignação<sup>26</sup>.

---

25 As informações podem ser conferidas em: <https://www.youtube.com/watch?v=5tHBnMZRmPk>

26 Para maior aprofundamento das paixões mencionadas, pode-se consultar Aristóteles (2003).

## 2) Maria do Rosário, no dia em que saiu a decisão da condenação, em seu Twitter<sup>27</sup>

“A condenação do Sr. Danilo Gentili deve ser lida como uma convocação à sociedade para retomar o respeito, o bom senso no debate público, nas redes sociais e na vida. Compartilho trecho da sentença. [...]. Considero a decisão um símbolo de que é possível preservar a liberdade de expressão e garantir a dignidade humana. Esta é uma vitória da democracia e da justiça”

O discurso da deputada, também autorizado, mostra Danilo Gentili culpado (“A condenação do Sr. Danilo Gentili... é uma vitória da democracia e da justiça”), logo, constrói para ele os *ethé* de desrespeitoso e de sem bom senso/provocador (“a condenação deve ser lida como uma convocação à sociedade para retomar o respeito, o bom senso no debate público”). Por valer-se da decisão judicial para manifestar sua opinião sobre o caso nas redes sociais, a oradora manifesta um *ethos* que ressalta a *phrónesis*, apresentando-se como sensato e ponderado a partir de recursos do *logos*.

## 3) Manifestantes diversos

Nesse caso, podemos depreender três posicionamentos sobre o acontecido:

a) contrários à condenação de Gentili (e a favor da liberdade de expressão), independentemente do comportamento do humorista

“Me solidarizo com o apresentador e comediante Danilo Gentili ao exercer seu direito de livre expressão e sua profissão, da qual, por vezes, eu mesmo sou alvo, mas compreendo que são piadas e faz parte do jogo, algo que infelizmente vale para uns e não para outros” – Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil<sup>28</sup>

“O que me preocupa é a questão de fundo, que é a liberdade de expressão e manifestação. Quando a Maria do Rosário interpela o

27 As informações podem ser conferidas em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/04/danilo-gentili-e-condenado-por-injuria-a-deputada-maria-do-rosario.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.

28 Tavares, 12 abr. 2019.

Danilo, ela está se manifestando contra esses valores. Ela tem que entender que é uma pessoa pública e que a piada ou chiste não foi por causa da pessoa física, mas da jurídica' [...] essa questão da injúria é relativa: você pode dar bom dia para mim e eu interpretar como sendo algo irônico, querendo me sacanear” – Marcelo Madureira, do grupo Casseta & Planeta<sup>29</sup>

“O político tem imunidade parlamentar, não pode ser processado, e o comediante ou jornalista fica numa posição muito desfavorável. Um episódio desse me deixa perplexo [...] A deputada teria razão em acionar Gentili na esfera civil (o que de fato fez), mas processá-lo na área criminal demonstra uma desproporção de uso da força que se torna intimidatória [...] Eu respeito o Danilo, mas, para mim, não é [fazer] a defesa de uma pessoa, é a defesa de um estado de coisas que quem preza pela liberdade não pode tolerar” – Marcelo Tas, trabalhou com Gentili no CQC, da Band<sup>30</sup>

“De um lado, uma ‘vítima’ que goza de imunidade parlamentar, e que pode falar o que bem entender (e inclusive ameaçar cidadãos fazendo uso da máquina pública) sem sofrer qualquer retaliação. Do outro lado, um ‘agressor’ agora submetido a uma penalidade flagrantemente desproporcional por ter simplesmente feito chacota ácida a uma parlamentar que o ameaçava de censura utilizando-se da máquina estatal. Pelo bem da liberdade de expressão, que essa condenação seja revertida!” – Christian Costa Batagelo, leitor<sup>31</sup>

Nos discursos acima, observa-se que os oradores, em geral, demonstram solidariedade a Gentili. Desse modo, valem-se – considerando-se os traços fundamentais para inspirar a confiança segundo Aristóteles – de um *ethos* que põe em relevo a *eúnoia*: apresentam-se como alguém solidários com o outro, como iguais (especialmente os humoristas), cheios de benevolência e tolerância, erigindo, portanto, suas provas muito mais com base no *pathos*; mostram-se preocupados em despertar no auditório a paixão da compaixão

---

29 Id.

30 Id.

31 D’Lírio, abr. 2019.



para com o humorista pelo ocorrido, isto é, um sentimento de pesar que recai sobre quem não o merece<sup>32</sup>.

A favor da liberdade de expressão, os oradores ressaltam o *ethos* profissional de Danilo Gentili, de humorista, que tem a prática do humor como um dos ofícios. O profissional do humor – visto como “aquele que, em seus ditos, escritos, desenhos, interpretações cênicas etc., manifesta humor” ou “pessoa que se dedica ao humor numa ou mais formas de expressão artística, como ofício” – pode lutar, como ressalta Possenti<sup>33</sup>, “permanentemente para que nenhuma proibição ou controle possa atingir suas produções” e tentar “fugir do controle do politicamente correto, justificando-se exatamente com base em certa concepção ou defesa de funções e práticas específicas que caracterizariam o campo humorístico”. Nesse caso, os oradores dos discursos acima trazem à cena o *ethos* projetivo ou imanente proposto por Meyer<sup>34</sup>, uma vez que buscam projetar a imagem que deve ter o *ethos* de Gentili (de profissional do humor, que defende que o humor não deve ter limites) aos olhos do *pathos* ou auditório.

b) contrários à condenação de Gentili, mas com ressalvas a seu comportamento

“Acho que o vídeo do Danilo é de péssimo gosto, agressivo, desrespeitoso, infantil, sem graça, equivocado. Mas daí a ele ser preso por mandar uma pessoa enfiar um papel no cu, acho bastante autoritário e arbitrário, perigoso inclusive [...] todo mundo tem o direito de acionar a Justiça se se sentir ofendido com uma piada, mas a decisão abre um precedente grave, que pode atingir outros artistas, e estabelece uma pena exagerada” – Fábio Porchat, humorista, foi apresentador na Globo e Record e hoje está no canal GNT<sup>35</sup>

“Acho lamentável essa decisão. É uma pena que a Justiça legisle sobre a honra. Não acredito que ofensa seja crime nem que dê para legislar sobre o que ofende ou fere a honra de alguém ou não [...] Isso me lembra aquela antiga lei da legítima defesa da honra, que

32 Cf. Aristóteles, 2003.

33 Possenti, 2014, p. 27.

34 Meyer, 2007.

35 Tavares, 12 abr. 2019.

era quando o homem matava a mulher adúltera e achava-se que ele tinha esse direito [...] Acho lamentáveis também as piadas que o Danilo fez com a Maria do Rosário, com a [deputada] Sâmia Bomfim, com as mulheres de um modo geral. Isso é extremamente deselegante e muito pouco engraçado mesmo. Mas falta de graça, para mim, não é crime. Falta de talento tampouco” – Gregorio Duvivier, apresentador do "Greg News", na HBO, e integrante do Porta dos Fundos, canal no YouTube<sup>36</sup>

Ao se manifestarem sobre o caso, os oradores com discurso autorizado revelam tanto os aspectos da *eúnoia* na constituição do *ethos* quanto características conceituais ligadas à *areté*, uma vez que se mostram solidários no que diz respeito à aplicação indevida da pena a Gentili – “a decisão abre um precedente grave, que pode atingir outros artistas, e estabelece uma pena exagerada” (Porchat); “Acho lamentável essa decisão. É uma pena que a Justiça legisle sobre a honra. Não acredito que ofensa seja crime nem que dê para legislar sobre o que ofende ou fere a honra de alguém ou não” (Duvivier) – bem como francos ao exporem seus pontos de vista sobre a atitude de Danilo Gentili, considerada lastimável. Neste caso, ao transpormos as características do vídeo ou das piadas (destacadas por Porchat e Duvivier) a seu responsável (Danilo Gentili), as imagens desveladas para o humorista seriam, no geral, negativas, visto que o mostram como agressivo, desrespeitoso, infantil, sem graça, equivocados e deselegantes.

c) favoráveis à condenação de Gentili e contrários a seu comportamento

“A sentença está tecnicamente correta e apenas faz valer a previsão legal de que abusos da liberdade de expressão sejam punidos a posteriori. A liberdade de expressão foi garantida ao Danilo, tanto que ele fez o que fez. Não concordo com o discurso de que uma decisão como essa cria autocensura, censura futura para outros casos. Todos têm que ser responsabilizados por seus atos” – Marina Pinhão Coelho Araújo, advogada e doutora em direito penal pela Faculdade de Direito da USP e professora do Insper<sup>37</sup>

---

36 Id.

37 Id.

“Sinceramente, acho que essa decisão fez muito bem em condenar e demonstrar que não se deve aceitar, numa sociedade minimamente civilizada, esse tipo de barbárie verborrágica [...] Ninguém pode, a título de fazer piada, se especializar na arte de ofender pessoas” – Fernando Castelo Branco, professor consultado pela *Folha*<sup>38</sup>

“Ele não tem talento nem pra ator nem humorista. Suas piadas de péssimo gosto e ofensas cotidianas agradam a uma faixa de público que por vários motivos são como ele e pensam como ele. Acho que a pena é justíssima e deveria ser agravada com uma multa financeira de 500 mil reais pela falta de talento, de humor e oportunismo” – Robson Jose de Oliveira, comentário de leitor<sup>39</sup>

Os discursos dos oradores que compõem este grupo defendem a aplicação da pena a Danilo Gentili: “A sentença está tecnicamente correta e apenas faz valer a previsão legal de que abusos da liberdade de expressão sejam punidos a posteriori “, “essa decisão fez muito bem em condenar” e “a pena é justíssima”. Desse modo, além de culpado, alguém que deve pagar pelos seus atos inadequados ou excessivos, desvelam para o humorista os *ethé* de grosseiro (“não se deve aceitar ... esse tipo de barbárie verborrágica”) e ofensivo (“Ninguém pode, a título de fazer piada, se especializar na arte de ofender pessoas”). Respalando a opinião na decisão judicial, observa-se que tais oradores manifestam um *ethos* de *phrónesis* e *areté*, uma vez que se apresentam como sensatos (não questionam a lei) e francos.

Ainda que a noção de *ethos* esteja ligada a um conjunto de traços de caráter que o orador mostra ao auditório para dar boa impressão, é preciso ressaltar que, numa dependência direta dos valores do auditório, a impressão “boa/positiva” ou “má/negativa” pode sofrer oscilações de sentido. Em retórica, não importa se o orador é ou não sincero, pois a eficácia do *ethos* é distinta dos atributos reais de quem assume o discurso. Há, no reconhecimento do *ethos* por um auditório, uma dinamicidade natural de confiança ou desconfiança, que ganha corpo à medida que se desenvolve o movimento discursivo.

---

38 Id.

39 Id.

O auditório, durante um ato retórico, age estrategicamente para dirigir e autorregular o plano da credibilidade que pode atribuir ao orador. Nessa perspectiva, as representações de mundo, a imagem prévia do locutor construída no imaginário social, a autoridade institucional angariada e a imagem de si projetada na construção discursiva contribuem para a consolidação do *ethos* do orador<sup>40</sup>. Nas situações públicas e conflitivas, o *ethos* se infiltra pelos diversos discursos e se mostra de muitas formas, como pudemos ver. Visto na polêmica, consolida-se também como polêmico. Embora pareça óbvio dizer isso, o óbvio, às vezes, precisa ser explicitado.

Pode-se, contudo, dizer que a polêmica instaurada no caso em análise – ser favorável ou ser contrário à condenação de Danilo Gentili, que retoma o dissenso censura *versus* liberdade de expressão quanto à produção de humor – permite observar que os discursos se constroem em torno de “desacordos fundamentais”, seja quanto ao que é racional, evidente, demonstrável, cognoscível, seja quanto ao que é passional, porque não há como assegurar um modo de coexistência numa sociedade dividida entre posições e interesses divergentes. Nesse sentido, embora o consenso esteja longe de ser estabelecido, é preciso considerar que a polêmica tem um papel social importante: busca gerir o conflito e modelar a comunicação no nível discursivo argumentativo.

## Considerações finais

Partindo do pressuposto que para entender a constituição discursiva do *ethos* numa situação polêmica é preciso vê-la em casos concretos, este texto buscou observar a constituição do *ethos* de Danilo Gentili – não apenas a partir de seu discurso, mas, sobretudo, dos discursos dos outros (*pathos*) – após a notícia de sua condenação à prisão por ofensa a uma deputada, ação que trouxe em tela o debate sobre limites do humor e liberdade de expressão.

A proposta era refletir sobre como a retórica do dissenso contribui para a consolidação do *ethos*. No caso público e conflitivo em questão, observa-se que o *ethos* se mostra de muitas formas, consolidando-se, portanto, como polêmico. Desse modo, Danilo Gentili é mostrado ora como inocente (quando se leva em conta que usar do humor, mesmo que de forma ácida, grosseira,

---

40 Cf. Ferreira, 2010.

ofensiva, não é crime) ora como culpado (quando se entende que o abuso da liberdade de expressão, ou seja, a falta de limites no humor é crime). Os diferentes *ethé* desvelados pelo ou para o humorista são vários: de um lado, convicto, crítico, profissional; do outro, desrespeitoso/ofensivo, provocador, equivocado, infantil, deselegante, agressivo.

A discussão que põe em xeque os limites do humor, como dito, é antiga e controversa. Grandes pensadores, como Cícero<sup>41</sup>, alertaram que o humor consiste num expediente que precisa ser ajustado à situação, à causa e ao auditório, sendo, assim, importante que o orador não ataque as pessoas que são caras aos ouvintes e que restrinja o uso do ridículo aos assuntos que não despertam intensa rejeição ou grande piedade. A condenação de Gentili mostra que sua fala e atitude de cunho humorístico e crítico, conforme ele mesmo alegou, foram interpretadas como fora da medida, do limite. Mas como falar em limite do humor para quem o humor não tem limite?

Embora a retórica, segundo os pressupostos aristotélicos, busque o consenso ou o acordo razoável, vemos que nas situações polêmicas, caracterizadas sobretudo num campo de competição de interesses, o acordo está longe de ser possível. No que tange ao debate incitado pela condenação de Gentili, observa-se uma dicotomização sobre o modo de ver a questão que se resume em “o humor deve ser livre” *versus* “o humor deve ter limites”. Ainda que não haja consenso, é preciso considerar, juntamente com Amossy<sup>42</sup>, que “a polêmica preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é em geral criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão”.

---

41 Cícero, 2002.

42 Amossy, 2017, p.12.

## Referências

- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Trad. de M. M. Cavalcante e R. B. W. S. Pinto. São Paulo: Contexto, 2017.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. de M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. N. Penal. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015.
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- O RISO dos outros. Direção e roteiro de Pedro Arantes. **Documentário**. São Paulo, TV Câmara 2012. (50 min.)
- CICERÓN, M. T. **Sobre el orador**. Madrid: Gredos, 2002.
- DANILO Gentili é condenado por injúria contra deputada Maria do Rosário. **Folha de S.Paulo**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/04/danilo-gentili-e-condenado-por-injuria-a-deputada-maria-do-rosario.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.
- D'LÍRIO, D. Danilo Gentili é condenado por injúria contra deputada Federal Maria do Rosário, **Jusbrasil**, abr. 2019. Disponível em: <https://davidlirio15.jusbrasil.com.br/noticias/697181891/danilo-gentili-e-condenado-por-injuria-contradeputada-federal-maria-do-rosario>. Acesso em: 20 set. 2019.
- FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- GENTILI, D. **Facebook**, 17 dez. 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/Danilo.Gentili.Oficial/posts/399460303463863/>
- MAYNARD, R. José de Abreu cospe na cara de casal após provocação. **Gazetaweb**, 23 abr. 2016. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=8531>. Acesso em: 20 set. 2019.
- MAZZOCO, H. Danilo Gentili é condenado à prisão por ofender a petista Maria do Rosário. **O tempo**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/o-tempo-contagem/danilo-gentili-e-condenado-a-prisao-por-ofender-petista-maria-do-rosario-1.2166444>. Acesso em: 20 set. 2019.
- MEYER, M. **A retórica**. Trad. de M. N. Pires. São Paulo: Ática, 2007.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PEREIRA, J. Gentili faz piada com prisão e pede a humoristas: 'Não me defendam', **Uol**, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2019/04/gentili-faz-piada-com-prisao-e-pede-a-humoristas-nao-me-defendam.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.
- POSSENTI, S. O humor é um campo. In: POSSENTI, Sírio. **Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 11-40.
- SKINNER, Q. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002. (Coleção Aldus).
- TAVARES, J. Caso Danilo Gentili mobiliza humoristas e gera debate sobre liberdade de expressão. **Folha de S.Paulo**, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/caso-danilo-gentili-mobiliza-humoristas-e-gera-debate-sobre-liberdade-de-expressao.shtml>. Acesso em: 20 set. 2019.



# A (des)constituição do *ethos* do professor pelas vias dos textos midiáticos

Andréia Honório da Cunha

Janete Ribeiro Nhoque

## Introdução

Às vezes, diante da figura do professor(a) sinto-me como se estivesse diante de um velho e apagado retrato de família. Com o tempo perderam-se cores, apagaram-se detalhes e traços. A imagem ficou desfigurada, perdeu a viveza, o interesse. Mas um retrato a guardar na gaveta de nossos sonhos perdidos, para revê-lo em tempos de saudade<sup>1</sup>.

Entendemos, como Arroyo, que as imagens e as autoimagens que emergem da atuação do profissional da educação são construídas e levam em consideração um ideal de professor, nem sempre condizente com a realidade ante a dinamicidade dos conflitos que emergem no exercício do cargo/função nos âmbitos sócio-políticos-pedagógicos. Fora o fato de a atuação docente passar por mutações exigidas ou impostas pela conjuntura histórica, que

---

1 Arroyo, 2001, p. 13.



acaba por afastar este profissional do ideário construído socialmente sobre “ser professor”.

A tensão entre o professor ideal/real se insere como conflito na constituição de seu *ethos*, o que fortalece, muitas vezes, sentimentos como os destacados por Arroyo e colocam-no num não-lugar sob a perspectiva de *ethos* aristotélico. Para TÜRCKE,

não ter lugar torna-se uma condição para a percepção. Ter um lugar deixa de ser óbvio quando o aqui e o agora passa a ser multiplicável ao bel-prazer, intercambiável, indiferente. A luta pela percepção converte-se também em uma luta contra tal indiferença. Dar um lugar para um aqui e agora significa dotá-lo de um pertencimento, um contexto e um significado, um sentido. E isso vale para pessoas<sup>2</sup>.

Esta situação de não-lugar que se reverte pelas vias do uso da percepção em sensacionalismo é característica principal da sociedade do espetáculo<sup>3</sup> na qual vivemos atualmente. E é nesta sociedade que “visa proclamar novos tipos de sociedade<sup>4</sup>” que se encontra o professor na busca do reconhecimento das qualidades que constituem sua imagem profissional de confiança, a saber, *phrónesis*, *areté* e *eúnoia*. Esta situação é muitas vezes agravada pela forma como as instâncias midiáticas de produção (des)constróem o *ethos* deste profissional, em especial, nos momentos de manifestações reivindicatórias dos seus direitos profissionais ou civis.

As instâncias midiáticas são aqui entendidas por seu duplo caráter comunicativo: uma instância de produção<sup>5</sup> e uma instância de recepção<sup>6</sup>. Estas instâncias têm um papel relevante, pois são formadoras de opinião e buscam persuadir seu público a consumir seus respectivos materiais produzidos sem, no entanto, considerar que se trata de fatos reconfigurados a *fatos jornalísticos*<sup>7</sup> – cuja natureza não deixa de ser um relato. Os relatos jornalísticos enquanto atos retóricos, isto é, “uma tentativa intencional, criada e trabalhada para superar os desafios em uma dada situação, com um público

2 TÜRCKE, 2014, p. 78.

3 Sociedade do espetáculo, segundo TÜRCKE (2014, p. 10) corresponde também ao termo sociedade da sensação como aquela que vive sob uma torrente de estímulos dos meios de comunicação de massa que competem para fazer parte dessas sensações.

4 TÜRCKE, 2014, p. 11.

5 Instância composta por vários atores com duplo papel: fornecer a informação e impulsionar o desejo de consumir (CHARAUDEAU, 2006).

6 Instância composta pelo público que manifesta seu interesse e/ou prazer em consumir as informações publicadas (CHARAUDEAU, 2006).

7 GOMES, 2003, p. 9.

específico, a respeito de determinada questão para se alcançar determinado fim<sup>8</sup>”, afetam o *ethos* do professor, já que este reflete uma cultura idealizada por um grupo e não as características pessoais dos indivíduos<sup>9</sup>.

Neste artigo, pautamo-nos em critérios de análise estabelecidos pela retórica aristotélica, seguidos pela Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, e apresentamos como tema a construção da confiança professor por meio de seu *ethos*. Partimos da hipótese de que a instância midiática de produção desconsidera, em seu discurso, as qualidades que inspiram confiança nesse profissional. Tal questão é acentuada pela verificação dos argumentos baseados na estrutura do real<sup>10</sup>.

Para tanto, temos como objetivo discutir a (des)constituição do *ethos* do professor sob o foco dos discursos midiáticos pelas seguintes verificações: a predominância do gênero retórico, seguida pelos argumentos baseados na estrutura do real noticiados a partir das manifestações dos professores da rede estadual de educação de São Paulo durante a greve geral dos professores em 2015.

Este trabalho é de natureza qualitativa quanto à forma de abordagem do problema, bibliográfica no que se refere aos seus procedimentos e exploratória quanto ao seu objetivo ante a tarefa de busca por respostas as seguintes questões: que noções de *ethos* estão vinculadas à notícia e como essas noções pretendem atuar na constituição da imagem do professor perante a instância de recepção? Quais qualidades aristotélicas do *ethos* (*phrónesis*, *areté* ou *eúnoia*) são ressaltadas na notícia analisada? Como ela contribui para o fortalecimento ou descrédito do *ethos* do professor?

Escolhemos como corpus um artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, doravante FSP, em 12 de junho de 2015 – a partir do seguinte critério de seleção: utilização da base de dados da FSP por meio do recurso de busca com filtro das seguintes palavras-chave: professores e greve – no respectivo período da greve iniciada em 13/03/2015 e terminada em 12/06/2015. Na sequência, priorizamos notícias publicadas nos cadernos “*Cotidiano*” e “*Educação*”. Descartamos as que não tratavam dos movimentos reivindicatórios, assim como as opiniões de colonistas, de leitores do jornal e atos de manifestações de professores de outros estados.

---

8 Campbell; Huxman; Burkholder, 2015, p. 11

9 Id., 2015.

10 Considerando o real “quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções” cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2019, p.298.

Chegamos a cinco artigos e selecionamos o publicado em 12 de junho de 2015 por revelar em seu relato o maior número de atores sociais envolvidos e reiterados em notícias anteriores. Quanto à instância midiática de produção, a FSP foi selecionada por ter divulgação nacional e a maior tiragem impressa de jornais do país, segundo dados de 2018 da Associação Nacional de Jornais (ANJ), sendo assim uma importante instância formadora de opinião.

## O *ethos* do professor, uma imagem desconstituída?

A retórica busca a persuasão por meio do discurso e, segundo Aristóteles (384-322 a.C.), esta é obtida por três meios: “o primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, da influência deste sobre o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar<sup>11</sup>”. O orador tem um papel importante na persuasão do auditório e se efetivará à medida que este for “digno de crédito”. Assim, inspirar confiança é seu atributo fundamental.

Estes atributos são denominados *ethos* - traços de caráter, “jeitos” dirá Barthes<sup>12</sup>, que o orador apresenta para causar boa impressão no auditório. Reboul seguirá um caminho semelhante e denominará este caráter de “etos” afirmando que “etos é um termo moral, ‘ético’, e que definido como o caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo que não tenha deveras<sup>13</sup>”.

Campbell, Huxman e Burkholder ampliam o uso do termo e consideram que o *ethos* não se refere apenas ao caráter de um orador, mas “à cultura distinta de um grupo étnico, e o etos do um indivíduo depende do modo como ele reflete as qualidades valorizadas em sua cultura<sup>14</sup>”. O *ethos* reflete assim “as características idealizadas por sua cultura ou por seu grupo”, em virtude disto, se constitui na relação com o outro e o espaço cultural que se insere.

Quanto às problemáticas propostas, adentramos o assunto a partir da discussão proposta por Oliveira e Cieri que apontam uma mudança no *ethos* do professor em função de medos constituídos pela contemporaneidade e desmotivação deste profissional decorrente das mudanças legais ocorridas

---

11 Aristóteles, 2011, p. 45.

12 Barthes, 2001.

13 Reboul, 2000, p. 48.

14 Campbell; Huxman; Burkholder, 2015, p. 212.

nos últimos anos e a uma “inversão de valores e de autoridade<sup>15</sup>” na sua atuação profissional.

Para Tardif a profissão docente é atingida por novas demandas da sociedade pós-moderna que acabam por modificar “as missões e os papéis tradicionais da escola em geral e do professor em particular<sup>16</sup>”. Para o autor, os professores não estão indiferentes a isso, apesar de não terem uma visão do conjunto das mudanças e perceberem e reagirem de diferentes maneiras.

Oliveira e Cieri, ao discutir o *ethos* do professor diante destas mudanças afirmam que este “pode representar caracteres reais de alguém efetivamente honesto, piedoso, religioso, modesto [...]”<sup>17</sup> e levou-nos a questionar: diante da realidade ora apresentada, este é um *ethos* ideal para os docentes? Nhoque, ao ouvir os professores de uma escola pública, aponta que uma imagem de professor respeitado e valorizado pela sociedade persegue seus discursos, como emerge do depoimento de uma das participantes da pesquisa:

... o sonho de toda mulher era chegar ao cargo de professora, porque era um cargo equiparado ao cargo de juiz de direito. Nosso salário naquela época era equiparado ao juiz de direito. Não só o respeito, mas como o salário. Então de repente quem tava lá e está aqui hoje vê como se o sonho fosse somente um sonho (profa. Solange – nome fictício)<sup>18</sup>.

Este *ethos* construído a partir de uma imagem idealizada do passado se quebra diante da realidade da profissão, como afirma outra professora:

... mas na nossa profissão a gente tem que idealizar o passado, né? [...] como professora eu não sei se o que a gente ensina serve para alguma coisa. O que a gente ensina, do jeito que ensinava é desde o começo do século, né? (Profa. Felícia- nome fictício)<sup>19</sup>.

Emerge nas palavras desta professora uma tensão entre *ethos* idealizado e a realidade vivida que a leva a um questionamento de sua competência profissional. Esta tensão é sentida por muitos professores, como apontam Arroyo<sup>20</sup>, Tardif e Lessard<sup>21</sup> dentre outros. Imerso neste conflito, o professor é impelido, por si ou pelo meio em que vive e trabalha, a manter um *ethos* que inspire confiança para persuadir seus alunos, familiares e a própria sociedade de sua competência na formação discente.

---

15 Oliveira; Cieri, 2015, p. 76.

16 Tardif, 2008, p. 143.

17 Oliveira; Cieri, op.cit. p. 77.

18 Nhoque, 2010, p.103-104.

19 Id., 2010, p. 103-104.

20 Arroyo, 2001.

21 Tardif; Lessard, 2008.

O aprofundamento dos estudos referentes às qualidades aristotélicas permite uma observação mais consistente de como o conflito pode ser compreendido em suas bases quanto à busca por soluções àquilo que, na atualidade, se coloca como elemento problematizador na constituição do *ethos* do professor. Para Barthes estas são as maneiras do orador continuamente dizer ao auditório: “sigam-me (*Phrónesis*), estimem-me (*Areté*) e gostem de mim (*Eúnoia*)<sup>22</sup>”. Entretanto, como o *ethos* é afetado por elementos do contexto retórico, não basta que o professor (sujeito ou coletivo) trabalhe na construção deste *ethos* se outras instâncias não colaborarem para seu fortalecimento.

Campbell, Huxman e Burkholder apontam que fontes com grande prestígio entre o público tem um efeito significativamente maior na constituição do *ethos* de um grupo ou um sujeito. Daí a importância de investigarmos a constituição do *ethos* do professor sob o foco dos discursos midiáticos.

## Os textos midiáticos como atos retóricos

Na retórica, um ato retórico busca convencer e persuadir um determinado auditório, e Reboul<sup>23</sup> destaca três gêneros discursivos para este fim: o judiciário ao acusar ou defender fatos passados, e nele o auditório atua como juiz; o deliberativo, que aconselha ou desaconselha e aponta para o tempo futuro, neste, o auditório se comporta com uma assembleia; e o epidíctico, que louva ou censura os fatos do presente e o auditório é, assim, seu espectador.

Deste modo, a adesão do interlocutor, do auditório, é fundamental e como destacam Perelman e Olbrechts-Tyteca, “não basta falar ou escrever, cumpre ainda ser ouvido, ser lido<sup>24</sup>”. Por consequência, o orador, para atingir seus objetivos, busca argumentos que encontre eco naqueles a quem se dirige, assim, para cada auditório haverá um argumento mais ou menos apropriado.

Este é um ponto importante na análise da constituição do *ethos* do professor sob o foco dos discursos midiáticos. Nesses discursos, espera-se encontrar instância de recepção apta a consumir informações atuais e imparciais reconstituídas sob a forma de notícias. No entanto, sabemos como estudiosos da retórica que a imparcialidade, para além de uma visão positivista, não passa de construções retóricas.

---

22 Barthes, 2001, p. 78.

23 Reboul, 2000.

24 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2019, p. 19.

O jornalista lê o fato e o transforma em fato informado por meio de um discurso que envolve seu repertório e sua visão de mundo<sup>25</sup>. Os fatos jornalísticos na condição de atos retóricos estão envoltos sob as perspectivas dos olhares a que se submetem à análise mais acurada. Ideologicamente, não estão livres dos espectros de perspectivas subjetivas de quem as detém sob domínios de poder, controle e acesso.

Analisamos, neste trabalho, os argumentos do artigo da FSP tanto como fato jornalístico quanto ato retórico, pautados, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, na estrutura do real, isto é, naqueles argumentos utilizados como instrumentos de transformação dos fatos em fatos noticiosos subdivididos em relações: de sucessão, que unem um fenômeno a suas consequências ou as suas causas; de coexistência, unem uma pessoa a seus atos, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte e, em geral, uma essência a suas manifestações; de hierarquia dupla, aqueles que podem servir de base dos dois argumentos anteriores, tendo em vista a união das relações de sucessão e coexistência como tentativa de sustentação de uma afirmação pelas vias do uso de símbolos.

Destacamos que os argumentos baseados na estrutura do real não se validam pelos aspectos racionais, e sim, nas próprias estruturas do real para estabelecer uma solidariedade entre os juízos admitidos e outros que se procura promover. Tais juízos estão ligados a fatos que se materializam no mundo real sob a forma discursiva e que permitem admitir, promover, ou não, acordos interacionais<sup>26</sup>.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, os argumentos encontrados no discurso midiático estruturam-se, quanto às ligações de coexistência, apoiados em dois pontos de vistas distintos: filosófico, na união de duas realidades de nível desigual, uma a essência, – no *corpus* em análise, a greve dos professores – e outra de ordem da manifestação da essência; o retórico, por meio da manifestação relativa às pessoas envolvidas e os atos provenientes delas que se concretizam em suas manifestações, e na relação entre a pessoa e seus atos.

A greve dos professores pelo olhar midiático: a “radicalização” e a fragmentação do grupo em cena

Apresentamos a seguir a análise do artigo “Radicais breçam o fim da greve de professores de São Paulo”, de Wálter Nunes, publicada no caderno

---

25 Ferreira, 2000.

26 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2019.

Educação do jornal Folha de S.Paulo do dia 12/06/2015, um dia antes da declaração do fim da greve pelos professores.

## **Radicais brecam fim da greve de professores em São Paulo**

Um grupo de jovens, sem vinculação sindical, que rejeita partidos e que participou das manifestações de junho de 2013 será o principal obstáculo para a direção do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp), que quer encerrar a greve da categoria na assembleia desta sexta (12).

Os professores vão se reunir às 14h no vão-livre do Museu de Artes de São Paulo (Masp) para decidir se continuam ou não com a mais longa paralisação da história da categoria, que nesta sexta completa 89 dias.

Os professores reivindicam, entre outras coisas, reajuste salarial de 75,33%.

O grupo de jovens professores independentes, apelidados de "autonomistas", está acampado na praça da República, no centro da capital, em frente à sede da Secretaria da Educação.

"Queremos que a greve vá até o fim. Depois de 90 dias ainda não conquistamos nada", diz Karina Barros, 35, que dá aulas na cidade de Várzea Paulista (a 54 km de São Paulo) desde 2010.

Karina veio para São Paulo com o marido, também professor da rede estadual, e deixou as duas filhas em Jundiaí aos cuidados de uma irmã. Os dois estão há três dias dormindo em uma barraca. Karina participou das manifestações de junho de 2013.

"Eles (os autonomistas) são muito aguerridos. Não está no horizonte deles acabar com a greve", reconhece o dirigente da Apeoesp Jorge Paz, filiado ao PSOL.

"Tudo aconteceu com a proposta do fim da paralisação. Como a greve estava esvaziada, esses grupos menores ganharam força", diz ele.

A Apeoesp, liderada pela petista Maria Izabel Noronha, a Bebel, quer o fim da greve, mas com um calendário de protestos. Um grupo de militantes do PSOL e do PSTU quer só o fim do movimento. Já os autonomistas não abrem mão da paralisação.

Fernando, que quer ter o sobrenome preservado por medo de represália, diz que não há organização hierárquica entre os autonomistas.

"A nossa estrutura é horizontal. Decidimos tudo de maneira conjunta", diz o professor de 25 anos, que há cinco dá aulas no extremo sul da capital. Ele não é sindicalizado e nem filiado a partido.

Os autonomistas rejeitam aliança, inclusive com o Partido da Causa Operária (PCO), opositor da direção da Apeoesp e contra o fim da greve.

Richard Araújo, dirigente do sindicato e filiado ao PSTU, resume o impasse. "Nós e os autonomistas temos diferenças em relação ao que é possível a greve conquistar", diz Araújo. "É importante decidir coletivamente o que fazer daqui para a frente."

A presidente da Apeoesp prevê discussões acaloradas. "Os autonomistas não querem negociação. Eles gritam para mim: radicaliza, Bebel!", diz. A autonomista Karina concorda que não será fácil. "Somos a resistência."

O discurso da notícia, pelo uso dos tempos verbais, aponta para o futuro da greve - gênero deliberativo. Tal gênero assume o caráter de valorizar o que parece ser útil ou nocivo a respeito do que discorre, a greve em questão. Ex.: será, quer encerrar, vão se reunir para decidir... Dentre os termos da manchete, destaca-se "radicais", foco da mídia tanto no posicionamento da palavra na manchete como no corpo da notícia.

O discurso em sua estrutura apresenta a predominância dos argumentos baseados na estrutura do real por ligações de coexistência - relação ato-pessoa<sup>27</sup>. O intento do uso desse argumento aliado à evidência do termo "radicais" foi o de estabelecer uma cisão da coletividade professores contingenciando-a a outros subgrupos em relação de oposição uns para com os outros. Ex. pessoa - ato: radicais - brecam; professores - vão se reunir; os autonomistas - rejeitam; Richard Araújo - resume; a presidente da APEO-ESP - prevê. Este argumento demonstra interesse em definir os atores em especial os "radicais" em relação aos demais membros da coletividade que assumem compromissos ante as reivindicações gerais da categoria que não mais funciona como uma totalidade coesa em busca de um fim comum.

"Radicais" corresponde a uma escolha lexical que se refere a sujeitos cujas atitudes evidenciam falta de qualidades específicas ao *ethos* do professor, a saber: figuras desprovidas de solidariedade (*eúnoia*) e comprometimento com o grupo (*areté*). Os atos retóricos impostos a esse subgrupo pelo dis-

---

27 Cf. Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2019.



curso utilizado é breca – atitude acelerada, desgovernada (manchete) com sentido de “encerrar” (também evidente no primeiro parágrafo) a greve e rejeitar organização sindical e partidária.

Há, entretanto, uma problemática acentuada no terceiro e no quinto parágrafos, o discurso jornalístico rompe com o contrato de informação midiático a respeito do uso entre aspas e parênteses em “autonomistas”. A mídia não sabe a proveniência da denominação, foi ela mesma quem apelidou ou não se dispôs a evidenciar o autor? Se Jorge Paz é o autor, por que colocar o termo entre parênteses? Por quais motivos ela adotaria essa postura? Tais escolhas feitas pela mídia desconstituem ainda mais a figura do professor pela *areté*, pois leva a supor que alguém do grupo tenha feito uso do termo, mas não esclarece quem. A dúvida cria confusões em relação ao contingenciamento da categoria do que esclarecimentos quanto ao fato exposto.

Evidenciamos de igual modo, a utilização de argumentos *ad ignorantiam*. O jornalista vale-se de apenas um exemplo para tentar explicar a totalidade de um grupo de professores tidos como radicais. O exemplo utilizado pela instância midiática de produção pauta-se em apenas um diálogo com um casal – a professora Karina e seu marido – ambos professores, moradores de Jundiaí que se manifestam há três dias dormindo em uma barraca. Segundo o enunciado, apenas Karina participou das manifestações de 2013. O aprofundamento do argumento *ad ignorantiam* ocorre nessa única exposição ao interlocutor-leitor, na condição de instância de recepção da informação, como fato que condiz a uma verdade em sua totalidade

O argumento *ad ignorantiam* pauta-se, portanto, na falta de profundidade dos argumentos expostos pela instância midiática de produção em supor que apenas um exemplo basta para a aceitação do interlocutor-leitor. Segundo Fiorin<sup>28</sup>, essa postura remete ao reconhecimento do exemplo dado como verdadeiro e suficiente para suprir as dúvidas do interlocutor-leitor a tal ponto de induzi-lo a aceitação e ao não questionamento.

Ademais, a instância midiática de produção não se preocupa em demonstrar as reivindicações da categoria e suas dificuldades em profundidade ao interlocutor-leitor. Ela se detém em determinar a quais partidos políticos vinculam-se os professores e quem ocupa qual função, sobretudo dentro do sindicato. Há, por parte da instância de produção, a preocupação em demonstrar a inserção das bandeiras – argumento por hierarquia dupla via símbolos – defendidas pelo grupo de professores. Por essa postura, ao se

---

28 Fiorin, 2015.

referir a APEOESP delimita o comando aos termos “liderada pela petista” termos seguidos mais adiante por “um grupo de militantes do PSOL e do PSTU” e seus anseios ante o fim da greve versus “os autonomistas que não abrem mão da paralisação... e rejeitam aliança, inclusive com o PCO”.

Notamos a presença de figura de linguagem em “não abrem mão” que determina pela escolha lexical feita pela mídia a noção de radicalização do movimento por parte do subgrupo “autonomistas”. “Não abrir mão” corresponde a uma relação de sinédoque do ato de não renunciar, do não ser passível de acordo, do radicalismo a que se sujeita o subgrupo exposto pela notícia – ao professor falta *eúnoia* em suas ponderações conforme fatos expostos pela mídia. Tais características acentuam a imagem do *ethos* do professor subdividido em grupos e não categoria unida ante seus propósitos e reivindicações. A instância midiática de produção, assim, colabora para que a imagem da pessoa em análise juntamente a seus atos tenham um aspecto negativo perante os a instância de recepção<sup>29</sup> que se informa do fato pela FSP.

Outro exemplo de argumento *ad ignorantiam* fundamentado em apenas uma fala corresponde ao enunciado por Fernando – nome fictício – que teme represálias. Represálias de quem? Do governo que seria um perseguidor dos manifestantes ou dos autonomistas? Não há preocupação da mídia em prezar pelo esclarecimento da origem das represálias.

A instância midiática recorre às vozes da presidente do sindicato *versus* e da considerada autonomista Karina para mostrar a suposta cisão dos grupos: nós *versus* eles. Dessa forma, fica evidente a fragmentação dos docentes em diversos subgrupos - radicais, autonomistas, sindicalizados, partidarizados.

Esta fragmentação versa mais para a moção por vias do sensacionalismo, por meio das relações de coexistência, que unem pessoas a seus atos, também por meio da sucessão do evento causa-consequência, permanência ou término da greve; atrelada às bandeiras, como argumentos de hierarquia dupla pelas vias da utilização de símbolos de cada subgrupo.

## Considerações finais

Na notícia analisada a constituição do *ethos* do professor se dá pela construção de argumentos baseados na estrutura do real tanto por ligações

---

29 Cf. Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005.

de coexistência como demonstrado nos exemplos nas correlações entre ato-pessoa; na ligação por sucessão causa-consequência, quanto a greve: permanência ou término e, por fim, aos argumentos de hierarquia dupla com a utilização das bandeiras, como símbolos atrelados ao movimento na condição de instrumentos contingenciados da categoria de professores a subgrupos.

Os atos dos professores aliados aos símbolos, prefigurados em sindicato, partidos políticos a pessoas não-partidarizadas classificadas - radicais e autonomistas - são meios de demonstrar a desunião da categoria. Entendemos que a FSP, na condição de instância midiática de produção vincula a seus interlocutores uma noção de *ethos* desconstituído de seus valores aristotélicos - *phrónesis*, *areté* e *eúnoia* - pautados nas qualidades que incidem, sobretudo na confiança desse profissional em suas atuações reivindicatórias.

Os professores subdivididos conforme exposto no discurso midiático via argumentos *ad ignorantiam* avaliam a categoria como sendo composta por inimigos uns dos outros, de modo que as qualidades de confiabilidade que deveriam ser características presentes na figura de um educador são desconstituídas pela ausência de sabedoria em lidar com os confrontos, *phrónesis*; pela ausência de sinceridade, *areté* ao não determinar a proveniência da classificação autonomistas e solidariedade para com os colegas, *eúnoia*.

Nenhuma dessas qualidades são ressaltadas em seus aspectos positivos na notícia analisada, pois o intento maior da mídia parece focar-se naquilo que TÜRCKE<sup>30</sup> e TARDIF e LESSARD<sup>31</sup> assinalaram em seus discursos: a pressão por proclamar novos tipos de sociedade. A comoção via *pathos* com argumentos *ad ignorantiam* buscam persuadir o auditório pela emoção, ante os respectivos interesses da mídia - a inversão do lícito que é a manifestação pública em ato ilícito com a demonstração da fragmentação do grupo. A instância midiática ao fazer a transformação do fato em de fato informado não demonstrou preocupação com os atos reivindicatórios da greve proposta pela categoria - posta em segundo plano na manchete e no texto da notícia.

Entendemos que a FSP acentuou a não-razão de confiabilidade, um não-lugar no âmbito da percepção que pode resultar em descrédito naquilo que o professor, enquanto grupo busca em seus movimentos reivindicatórios e não foi exposto no discurso midiático conforme visto no *corpus* analisado.

---

30 TÜRCKE, 2014.

31 TARDIF e LESSARD, 2008.

## Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS – ANJ. **Tiragem impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos**. 31/01/2018. Disponível em <<<https://www.anj.org.br/site/menagenda/97-midia-nacional/5251-tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos.html>>> Acessado em 20/07/2019.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ARROYO, M. I G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARTHES, R. **A aventura semiológica**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAMPBELL, K. K.; HUXMAN, S. S.; e BURKHOLDER, T. R. **Atos de retórica: para pensar, falar e escrever criticamente**. Trad. Marilene Santana do Santos Garcia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

CHARAUDEAU, **Discurso das mídias**. Tradução Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, L. Antonio. Intencionalidade, jornalismo opinativo e leitura. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 4, n. 6, p. 187-192, Feb. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832000000100026&lng=en&nm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000100026&lng=en&nm=iso)>. Acessado em 15 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832000000100026>.

FIORIN, José L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOMES, M. R. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

NHOQUE, J. R. **Processos de formação na escola e a constituição de matrizes pedagógicas coletivas**. 2010. 189f. Dissertação – Curso de Mestrado em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, W. Radicais brecam o fim da greve de professores em São Paulo. In: **Folha de São Paulo**, caderno Educação. São Paulo: 12/06/2015. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1641151-radicaais-brecam-fim-da-greve-de-professores-em-sao-paulo.shtml>> Acessado em 08/05/2019.

PERELMAN, C.; TYTECA, Lucie O.- **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3ª ed. 3ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. 1ª ed. 2ª tiragem. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Trad. João Batista Kreuch. 4ª ed. Petrópolis: 2008.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada**. Tradução de Antonio A.S. Zuin [et.al.]. Campinas. SP: Editora Unicamp, 2014.



# A igreja como espaço retórico para o ato da pregação e o fortalecimento do *ethos* do(a) pastor(a)

Elizabeth Rizzi Lyra

Fabiola Mirella Dias Roque da Silva

Com base nos pressupostos teóricos de Orlandi<sup>1</sup>, Citelli<sup>2</sup>, Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>3</sup> tem-se neste texto o objetivo de analisar quais lugares retóricos o orador do discurso religioso utiliza para fornecer as provas e, assim, construir o seu *ethos*. Inicialmente, são apresentadas algumas considerações a respeito das características do discurso religioso e o papel do orador, uma vez que ele fala pela voz da instituição a que pertence. Depois, tecemos algumas considerações acerca dos lugares retóricos como estratégias argumentativas em busca da adesão do auditório, para posteriormente aplicá-las à análise de um recorte do sermão da Pastora Damares Alves, que tematiza a ideologia de gênero.

Pensar em analisar a construção do *ethos* do pastor pode parecer desnecessário uma vez que ele, como representante religioso, fala por meio de uma instituição e é respeitado em seu meio, mas isso não quer dizer que não exista uma preocupação por parte do orador em legitimar a sua posição

---

1 Orlandi, 2006.

2 Citelli, 1997.

3 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014.

de prestígio. À medida que constrói o discurso durante os sermões, usa de estratégias persuasivas que buscam não só a adesão do auditório, mas também procura mostrar que argumenta por ter conhecimento de causa. É uma busca constante da manutenção de autoridade bem como da legitimidade no discurso.

Mas será que o orador tem autonomia nesse tipo de discurso? Para responder a essa pergunta devemos levar em consideração que há um vasto campo semântico, linguístico e estilístico a ser escolhido por cada orador e essas escolhas, além de construir o ato retórico, edificam o *ethos*. Ou seja, mesmo que o pastor fale por meio de uma instituição, há escolhas a serem feitas. É ele quem escolhe quais argumentos usará em seu discurso de acordo com a força que pretende designar a cada ideia proferida. No entanto, como já mencionado, isso não quer dizer que não exista uma preocupação com a imagem da Instituição religiosa e que não existam regras a serem seguidas. Toda Igreja, seja católica ou evangélica, tem seus dogmas muitos bem estabelecidos e o orador, mesmo que tenha liberdade na construção de seu discurso, deve ter em mente que esses dogmas precisam prevalecer acima de qualquer opinião individual.

O tema de análise deste trabalho também se justifica pelo fato de o discurso religioso ser atualmente objeto de estudo de várias áreas de conhecimento não só pela razão de sua complexidade, como pelo fascínio que exerce sobre as pessoas. Uma das explicações para esse fascínio está na constante busca por respostas aos dilemas sobre existência humana e, podemos dizer ainda pelos dilemas da vida moderna. Além disso, há ainda o fato de o número de igrejas, em especial as evangélicas, ter crescido muito nos últimos anos, impulsionadas, principalmente, pela facilidade burocrática, ao contrário do que acontece em outras atividades.

Segundo Mafra<sup>4</sup>, o segmento evangélico é identificado como um povo missionário e cristão. Assim, o trabalho exercido dentro da igreja tem como objetivo não só levar a palavra do evangelho, mas também expandir o seu domínio. Dessa forma, o discurso torna-se importante instrumento de propagação e expansão. E resta a pergunta: de que outra maneira as igrejas evangélicas conseguiriam expandir o seu domínio se não por meio do discurso? Embora o fator econômico seja apontado como justificativa principal para o crescimento das igrejas neopentecostais no Brasil, em meio a muitas

---

4 Mafra, 2001.

denominações religiosas, o discurso pode ser o diferencial na busca por fiéis e, muito mais importante, pela permanência deles.

Um outro motivo do interesse acadêmico pelo tema está relacionado ao cenário político. Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, uma das igrejas que mais crescem no Brasil, por exemplo, incentiva em seus sermões os fiéis a participarem da vida política como forma de manutenção da ordem moral. Escreveu o livro “Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política” para esclarecer aos irmãos os temas da política a partir de um ponto de vista bíblico e técnico. E assim o fizeram outras igrejas como, por exemplo, a Assembleia de Deus com o livro: “Irmão vota em Irmão”, do assembleiano Josué Sylvestre que segue a mesma linha do livro de Edir Macedo. E tudo isso implica uma mudança do discurso puramente evangelizador que se propõe a “salvar” não só a política, mas, conseqüentemente, a sociedade dos ataques aos valores da moralidade, da família tradicional e dos “bons costumes”.

Também impulsionados pela grade mídia, o discurso religioso precisou se modificar e isso fez com que as Igrejas buscassem alternativas para adequar-se aos aspectos da sociedade moderna. Uma dessas modificações está relacionada à mídia eletrônica, geradora de um fenômeno que Gomes<sup>5</sup> chama de Mídiatização, ou seja, à medida que os meios de comunicação foram se desenvolvendo as instituições religiosas foram se apropriando desses meios como extensão da igreja. A quantidade crescente de programas religiosos na mídia eletrônica evidencia uma grande disputa pelos espaços midiáticos entre algumas das principais denominações religiosas como a Igreja Universal do Reino de Deus, A Igreja Mundial do Poder de Deus, a Batista de Lagoinha, entre muitas outras. Para Klein, “ampliar a voz do evangelho pelos meios eletrônicos de comunicação é, antes de tudo, uma estratégia missionária, o falar com a finalidade de arrebatar novos fiéis”<sup>6</sup>.

Sabemos que o discurso religioso tem como finalidade a propagação dos textos bíblicos, no entanto, em meio a uma disputa por fiéis, os aspectos argumentativos ganham destaque maior a cada dia. Com as novas denominações religiosas que surgem, atrair o público e principalmente persuadir o auditório para que ele se torne fiel assíduo da Igreja torna-se o foco principal da instituição, tanto que a meta da Igreja Batista de Lagoinha, objeto de estudo deste trabalho, é alcançar até 2020, 10% da população de cada cidade em que estão localizadas.

---

5 Gomes (2008).

6 Klein, 2006, p. 143.



Enfim, o discurso religioso tem como característica a argumentação. Seus representantes, por meio de atos retóricos, levam multidões aos cultos e missas todos os dias. É, pois, interessante analisar de quais recursos retóricos argumentativos o orador utiliza para construir o seu discurso e conseqüentemente o seu *ethos*.

## O discurso religioso

Analisar a constituição do *ethos* do pastor implica necessariamente compreender como o discurso religioso se configura. Segundo Orlandi<sup>7</sup> o discurso religioso “é aquele que faz ouvir a voz de Deus ou de seus enviados”. Dessa forma, o orador, na figura do padre ou pastor, é visto como uma voz autorizada de Deus. No entanto, o ideal é que não o modifique e siga regras reguladas pelo texto sagrado. É um discurso que não permite mediações ou ponderações. O signo se fecha e irrompe a voz da “autoridade” sobre o assunto, trata-se, portanto, de um tipo de discurso em que a interação é estabelecida de forma a conter a reversibilidade e cujo sentido fica aprisionado pelo próprio dizer: único e inquestionável. Para Citelli<sup>8</sup> esse fato se dá porque há no discurso religioso predominância do autoritarismo: o orador fala para um auditório que não responde diretamente a suas indagações. O discurso autoritário faz com que as verdades de uma instituição sejam expressão da verdade de todos. Não há outra possibilidade de verdade ou, sequer, de contestação que não seja o que é dito pelo enunciador. Não há espaço no discurso religioso para a troca de informações e/ou opiniões entre os interlocutores.

O discurso autoritário, como característica principal, elimina qualquer possibilidade de interação entre as partes. Neste caso, instauram-se possibilidades de controle sobre o ouvinte. Esta relação entre quem fala e quem recebe o discurso autoritário apresenta o desnivelamento entre as partes. Se um é dotado de autoridade para falar em nome de Deus, ele fala de um plano superior e imortal, ao outro resta o plano comum e mortal. É interessante observar que muitos pastores ganharam destaque em seu meio exatamente por assumir esse lugar de superioridade em relação aos fiéis. É o caso do

---

7 Orlandi, 1996, p. 242-243.

8 Citelli, 2004.

pastor Valdomiro Santiago, fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus, que se autodeclarou apóstolo e essa denominação lhe assegura maior prestígio por “ser um discípulo de Jesus Cristo” e, como tal, representante legítimo de suas palavras e ensinamentos. Quem, então, pode contestar as suas palavras?

Dessa forma, segundo Orlandi<sup>9</sup>, o discurso religioso é marcado pela anulação da reversibilidade, ou seja, pela impossibilidade de interlocução, de dialogismo entre o pregador e seu auditório. Essa condição impõe grande distância entre o contexto da produção e o da recepção do discurso religioso, uma vez que estabelece de modo definido a separação entre os dois universos envolvidos.

Embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão de reversibilidade que sustenta esse discurso, “porque, quando esta é zero, esse se rompe, desfaz-se o contato e o objetivo do discurso fica comprometido. Daí a necessidade de se manter o desejo de torná-lo reversível<sup>10</sup>”. É essa ilusão de reversibilidade que se instala no discurso religioso. Durante os sermões, as indagações feitas pelo pastor passam a ilusão de que o auditório participa do ato retórico.

Não podemos negar que os textos bíblicos regem as instituições religiosas. No entanto, por mais que o discurso se mostre com estruturas rígidas, cada orador, mesmo sob o signo da instituição, constrói o seu discurso de maneira distinta para buscar um objetivo comum: convencer o auditório para a sua verdade. No caso do ato retórico da Pastora Damares, por exemplo, ao abordar o tema sobre ideologia de gênero, além de basear seus argumentos nos textos bíblicos, também expõe o seu ponto de vista sobre o assunto ao citar exemplos de sua vida particular para justificar sua tese. Não é à toa que os pastores mais conhecidos da mídia ganharam destaque pela maneira como constroem a argumentação em seus discursos.

## Os lugares retóricos

O que devemos entender por lugares retóricos? Segundo Reboul<sup>11</sup>, esse termo é tão corrente quanto obscuro. Na dúvida, pode-se sempre traduzir “lugar” por argumentos. Sendo assim, resumidamente, entende-se lugares retóricos por argumentação, ou seja, o orador vale-se de sua fala, de seu discurso rico e amplo para adquirir a confiança do seu auditório.

---

9 Orlandi, 2006.

10 Orlandi, 2006, p. 244.

11 Reboul, 2004.

Aristóteles (384-322 a.C.) distinguia os lugares-comuns e os lugares específicos. Os lugares-comuns se caracterizavam, primitivamente, por sua imensa generalidade, que os tornava utilizáveis nos três gêneros do discurso retórico (deliberativo, judicial e epidítico). Já os lugares específicos eram aqueles que tratavam de temas que são próprios de um determinado gênero retórico. Assim, o gênero deliberativo utiliza argumentos que se fundam na noção de utilidade, o gênero judicial argumentos que se fundam na noção de justiça e o gênero epidítico argumentos que fazem apelo a qualidades morais (virtude e vício) ou estéticas (belo e feio).

No entanto, para Cunha, “os lugares, sejam eles comuns ou específicos, têm uma função predominante nas premissas de qualquer argumentação uma vez que, por definição, são o tipo de argumentos relativamente aos quais o orador pode ter por assegurado o acordo do auditório<sup>12</sup>”. Esse acordo já anteriormente teria sido estabelecido, senão esses argumentos não seriam lugares (*topoi*).

Embora Aristóteles fundamentasse sua filosofia em vários lugares retóricos, Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>13</sup> conglobam itens de aspectos gerais: lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência, da pessoa.

Lugares de quantidade são entendidos pelos autores como os de lugares comuns que alguma coisa é melhor que a outra por valores quantitativos. A questão da superioridade é empregada tanto nos valores positivos quanto nos valores negativos. Segundo os autores, o lugar do quantitativo, do duradouro concede também a valorização da verdade, do seguro, do estável. Portanto, este lugar permeia ao que é concreto, estável, ou seja, do provável ao improvável, do fácil sobre o difícil, portanto, ao que não se corre o risco de escapar.

Em relação ao lugar de qualidade, Perelman e Olbrechts-Tyteca mencionam a respeito do habitual, o normal, utilizado com muita frequência e que, do normal à norma passa quase como sendo despercebida. Essa passagem é a dissociação dos dois e sua oposição mediante a afirmação da prioridade da norma sobre o normal, que necessita de uma argumentação que a justifique: essa argumentação tenderá à desvalorização do normal, o mais das vezes pelo uso de outros lugares que não os da quantidade. Mas tanto na quantidade quanto na qualidade, temos sempre um acordo sobre a situação de como

---

12 Cunha, 1998, p. 10.

13 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014.

cada um desses lugares é contextualizado e sobre a forma em que se dará o consenso entre auditório e orador.

Os lugares da ordem afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo; os lugares do existente afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível; o lugar da essência refere-se ao fato de conceder um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência; o lugar da pessoa vincula-se à sua dignidade, ao seu mérito, à sua autonomia.

Assim, são a partir dos lugares retóricos que o orador toma conhecimento daquilo que os integrantes do auditório entendem como já pré-estabelecido e aceitável durante a argumentação. Nesses termos, qualquer argumentação pressupõe uma infinidade de objetos de acordo para se tornar efetiva.

## **O discurso da Pastora Damares Alves**

O excerto a seguir faz parte do vídeo, originalmente publicado pelo perfil da comunidade católica Missão Maria de Nazaré, e mostra a Pastora Damares Alves em uma palestra, proferida em abril de 2018, sobre ideologia de gênero, intitulada: “A ideologia de gênero faz mal para a criança”. Com quase uma hora de duração, a pastora argumenta em seu ato retórico sobre o mal que a ideologia de gênero causa na vida de uma criança:

O desenho Frozen... A princesa Aurora vai voltar para acordar a Branca de Neve. O desenho Frozen eu assisti, é um desenho bonito, até cantei a música: “Livre estou, livre estou...”. Por que ela termina sozinha no castelo de areia (de gelo)? Porque é lésbica! Nada é por um acaso. Gente eles estão armados, articulados. O cão é muito bem articulado e nós estamos alienados. Agora a princesa de Frozen vai voltar para acordar a Bela Adormecida com um beijo gay. Isso é muito grave! Sabe por quê? Eu fui menina e sonhei em ser princesa. Eu sonhei com o meu príncipe encantado. A gente está abrindo uma brecha na cabecinha da menina de três anos parar de sonhar com princesa. Isso aqui é indução.

A pastora Damares Alves profere o discurso com a finalidade de obter a adesão do auditório para a sua causa. Falando alto e gesticulando o tempo inteiro, cria um ambiente favorável ao seu discurso ao mesmo tempo em

que constrói a sua imagem aos ouvintes. Como representante da Igreja, possui a legitimidade para falar em nome da Instituição religiosa e, assim, abordar temas polêmicos como a ideologia de gênero, homossexualidade, aborto, entre outros.

Pastora voluntária na Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte (MG), uma comunidade evangélica que reúne cerca de trinta mil pessoas na capital mineira, Damares reúne cerca de seis mil pessoas nos cultos que ministra na cidade. Em seus sermões, costuma repetir a ideia de que a política não vai salvar a nação, mas sim a igreja evangélica e, assim, demonstra o desejo de regular ações de ordem moral.

A questão da ideologia de gênero é pautada por Damares em exemplos do universo do auditório e do orador. Ao citar que o desenho Frozen pode ser uma influência negativa para as crianças, busca a adesão daqueles que são pais e que se preocupam com a formação moral de seus filhos. É uma espécie de alerta para que todos percebam que o mal está em todos os lugares e que todos devem ficar atentos.

Esse fato reforça os preceitos de que os homens que não seguem os ensinamentos bíblicos podem ser influenciados por forças malignas. A oradora vê o sujeito como um ser que sofre, a todo momento, assédio por parte dos demônios. Sendo assim, é necessário que o fiel aceite o Evangelho e entregue-se a Deus para poder resistir. Para eles, a vida fora da igreja está tomada pelo mal, e as pessoas devem ficar atentas as artimanhas do mal.

Seguindo as características do gênero, seu discurso é autoritário e revela um tom de verdade inquestionável. A argumentação se realiza com tal grau de fechamento que não resta ao receptor qualquer dúvida quanto à verdade do que é dito. Não há reversibilidade do discurso, ou seja, não há espaços para o auditório responder às indagações feitas ou mesmo para questionar os argumentos

Além disso, para o orador todas as práticas e crenças da igreja são justificadas pela Bíblia, considerada a verdade absoluta por ser a Palavra de Deus. Por esse motivo, todas as ideias que alguma forma a contrariam são consideradas heresia. Seus adeptos, além de aceitarem a Bíblia como guia incontestável, propõem uma volta à tradição dogmática e moral e o fortalecimento da comunidade e da autoridade da Igreja.

No caso da ideologia de gênero, o discurso de Damares Alves provavelmente se pautou na criação da humanidade, uma vez que não há nada específico sobre esse tema: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gn 1.27). E ainda: “Ele, porém, respondendo, disse-lhes: Não tendes lido que aquele que os fez no princípio

macho e fêmea os fez, e disse: Portanto, deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, e serão dois numa só carne?” (Mt 19.4,5). Não há, em nenhum dos 31.173 versículos da Bíblia, o reconhecimento da existência de outros sexos ou gêneros além de “homem” e “mulher”.

Assim, para a pastora, a Igreja deve confrontar esse tipo de ideologia a partir das Escrituras, que diz que Deus criou o homem à Sua imagem e semelhança. Homem e mulher os fez, ou seja, a determinação biológica, sexual e genérica é feita no nascimento. Nós nascemos homem ou mulher.

Para obter adesão a essa causa, move-se o auditório pelas paixões, ou seja, pelo sentimento de proteção de um pai para seu filho. E a escolha do filme *Frozen* para exemplificar a questão, está relacionada ao universo infantil. Qual criança não assistiu a esse filme? E qual pai não cantou com os filhos a trilha sonora? Assim como fez a pastora antes de associar a mensagem ao movimento ideológico. A música possui um grau de encantamento que pode enganar as pessoas e, por esse motivo, deve ser combatido. Mais uma vez reforça a ideia das forças malignas tentando corromper o homem.

Além disso, durante o discurso, a oradora mostra algumas fotos que comprovariam sua tese. No entanto, essa foto não faz parte do acervo da Disney. A ilustração está no livro “A bela e a adormecida”, escrito por Neil Gaiman, que tampouco é destinado ao público infantil. No entanto, a verdade dela prevalece e não há questionamentos sobre a veracidade dos fatos.

Neste trecho: “a princesa Aurora vai voltar para acordar a Branca de Neve. O desenho *Frozen* eu assisti, é um desenho bonito, até cantei a música: ‘Livre estou, livre estou...’”. Ela deixa claro o lugar do existente. Afirma a veracidade do retorno da princesa Aurora. Coloca sua opinião quando diz que o desenho é bonito e ainda comenta que até cantou o tema do referido desenho. Com relação ao trecho, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, persuade-se os ouvintes pelo *logos* quando por meio do discurso eles creem, quando mostramos o que é verdadeiro ou o que parece [verdadeiro] a partir das coisas que persuadem em relação a cada caso.

No trecho seguinte: “por que ela termina sozinha no castelo de areia (de gelo)? Porque é lésbica! Nada é por um acaso”. Nota-se o lugar da ordem, em que a causa é superior aos efeitos. A oradora também se vale das provas lógicas para a construção de seu *ethos*. Em “Gente eles estão armados, articulados. O cão é muito bem articulado e nós estamos alienados”, a oradora usou o que chamamos de silogismo dialético ou entimema, que se refere aos provável, não estabelece a certeza, mas a probabilidade e a opinião<sup>14</sup>. Na

parte seguinte, a oradora utiliza novamente o lugar do existente. Diz: “Agora a princesa de “Frozen” vai voltar para acordar a Bela Adormecida com um beijo gay”. E, por fim, vale-se de provas intrínsecas, divididas em lógicas (os silogismos, os entimemas e os exemplos) e psicológicas (éticas e patéticas). De modo simples, as provas lógicas pretendem convencer (mover pela razão) e as psicológicas, persuadir (mover pela emoção)<sup>15</sup>.

## Considerações finais

Com a clara finalidade de obter adesão de seu auditório, a pastora Damares Alves se vale de estratégias retóricas para criar um ambiente favorável ao seu discurso e ao mesmo tempo constrói sua imagem. Como oradora, Damares move o auditório pela constituição de um *ethos* confiável. Levar o auditório a aceitar o que é proposto é o foco central deste discurso estrategicamente elaborado de acordo com as características do gênero.

Há uma preocupação em se fazer entender pelo auditório. O orador valoriza o timbre; com o gestual; usa as pausas em momentos estratégicos. Enfim, todo esse conjunto não somente enriquece os recursos argumentativos no discurso, mas também coopera para atrair a atenção do ouvinte, que parece captar os argumentos de maneira mais viva e absorver as estruturas textuais de forma mais abrangente.

Percebeu-se que pela proximidade com o público, há no discurso proferido pela pastora testemunhos pessoais, que possuem força própria e espontaneamente fazem com que esse discurso se aproxime mais do auditório. Sendo assim, pudemos verificar que a aceitação dos conselhos que a oradora oferece ao auditório se ancora na caminhada conjunta de um sistema de técnicas detalhadas, modalidades argumentativo-persuasivas que são constitutivas desse discurso e reforçam ainda mais a persuasão por meio dos elementos retóricos analisados.

---

15 Id.

## Referências

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no discurso**, a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad, textos adicionais e notas Edso Bini. São Paulo: Edipro 1.ed. 2011, 1. Reimp, 2013.

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. (Orgs.) **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 173-213.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1997.

CUNHA, T. C. e. **A Nova Retórica de Perelman**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1998. 18 p. Disponível em [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acesso em Agosto de 2019.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010. (Coleção Linguagem e Ensino).

GOMES, P. G. **Midiatização e processos sociais na América Latina**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, Natal, set.2008. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0880-1.pdf>.

MACEDO, E.; OLIVEIRA, C. **Plano de poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MAFRA, C. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TORRESAN, J. L. **A Manipulação no Discurso Religioso**. Dialogia, São Paulo, v. 6. 2007.





# A virtude como parte do *ethos* da balbúrdia universitária

Nathalia Melati

## Internet: acesso e personalização

Há não muito tempo, a internet foi tida como marco da pluralidade e conexão da humanidade. Santaella<sup>1</sup> lembra como eufórico o momento em que o computador se tornou uma mídia comunicacional interativa e planetária. A internet tornou-se uma promessa que “iria democratizar o planeta, conectando-nos a informações melhores e nos dando a capacidade de interferir sobre elas<sup>2</sup>”. De fato, representa uma revolução na comunicação humana, especialmente se nos focarmos nas redes sociais, que sempre foram usadas para atrair novos usuários para a web. Essas redes, ou pelo menos as mais relevantes, são usadas para estabelecer laços entre famílias, amigos ou simplesmente conhecidos que compartilham interesses similares.

No Orkut, os usuários dividiam-se em comunidades com nomes que representavam opiniões compartilhadas pelos membros, como *Eu Odeio Acordar Cedo* ou *Não fui eu, foi meu eu-lírico*. No Facebook, é possível seguir páginas e perfis que postam inúmeros textos com opiniões validadas pelo

---

1 Santaella, 2018.

2 Pariser, 2012, p. 9.

número de curtidas, comentários e compartilhamentos. Já o Twitter apresenta tópicos que mostram a popularidade dos assuntos comentados. Com isso, os usuários são incitados a compartilhar pequenos textos com hashtags, ou palavras-chave, sobre o tema do momento. Até mesmo o WhatsApp, aplicativo de troca de mensagens em tempo real, possibilita que o usuário participe de grupos que replicam opiniões com as quais concordamos ou não.

A frequência de uso das redes sociais, visível pelo uso constante dos smartphones por todos, criou na internet um espaço em que “há sempre um alguém para mostrar um texto e um auditório à espreita, ávido por participar de uma polêmica, pois tem consciência de que todo discurso ou já é uma resposta ou aguarda uma resposta<sup>3</sup>”. Essa interação, que se dá a todo o instante, envolve não só a comunicação entre pessoas conhecidas, como também com agentes culturais, políticos e religiosos. É na internet que acontece parte dos debates sobre a organização da sociedade de maneira geral.

Apesar de parecer universal, nem toda a população possui internet. Percebe-se, no entanto, uma rápida evolução nessa área. Em 2016, 67,9% da população brasileira residia em domicílios com acesso à internet. No ano seguinte, essa proporção passou para 74,8%. Em relação aos mais pobres, o percentual da população residindo em domicílios com acesso à internet passou de 47,8%, em 2016, para 58,3%, em 2017<sup>4</sup>. Em 18 de julho de 2018, o WhatsApp, por exemplo, atingiu 127 milhões de usuários no país.

Ainda assim, devemos considerar que há discursos, oradores e auditórios que não estão em rede. Por isso, os textos on-line retratam o discurso de uma parte da sociedade e devem ser assim compreendidos. Outro ponto a ser considerado é a personalização da internet, utilizada como base produtos como Google, Facebook e Twitter. Cada uma dessas redes personaliza o conteúdo apresentado ao usuário, ou seja, há uma filtragem entre as publicações que de fato o público obtém acesso. Como explica o autor,

o código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de

---

3 Ferreira, 2019, p. 78.

4 IBGE, 2018.

bolhas dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações<sup>5</sup>.

Essas bolhas operam como câmaras de eco, ou seja, um “ecossistema individual e coletivo de informação viciadas na repetição de crenças inamovíveis<sup>6</sup>”. Os filtros são formados a partir de cada passo dado nos ambientes virtuais, como o histórico de busca, as compras realizadas on-line, os anúncios em que decidimos clicar e, até mesmo, as escolhas feitas por outros perfis com quem interagimos mais frequentemente. É por focalizarem sempre o que clicamos que há um desequilíbrio na busca por informação.

Ou seja, a personalização torna possível a diminuição do contato com determinados assuntos. Se não interagimos com notícias sobre a fome no mundo, por exemplo, os algoritmos compreendem isso como falta de interesse sobre o assunto e diminuem a frequência de aparecimento do tema. As redes sociais permitem uma interação com um mundo sob medida, “se nunca mais quisermos ouvir falar de reality shows (...), não precisaremos mais ouvir falar – e, se só estivermos interessados em saber de cada movimento de Reese Witherspoon, teremos essa possibilidade<sup>7</sup>”.

Para Pariser, as nossas telas passaram a nos mostrar um espelho que reflete aquilo que nos interessa com base nas nossas preferências. Cada clique que realizamos é observado pelo algoritmo que busca nos oferecer opções cada vez mais compatíveis. Esse movimento é visto como benéfico quando encontramos com mais rapidez um produto que estávamos procurando ou com a sugestão acertada de um filme, por exemplo. É possível, no entanto, que as redes sociais contribuam para nos cercar de discursos que reproduzem teses com as quais já concordamos.

## **Identidade: nós e o outro**

Segundo Wardle e Derakhsham<sup>8</sup>, as redes que permitem qualquer tipo de interação social incentivam um posicionamento individualista na nossa própria rotina diária. Dessa forma, elas sempre nos instigam a compartilhar a

---

5 Pariser, 2012, p. 14.

6 Santaella, 2018, p. 9.

7 Pariser, 2012, p. 16, grifo do autor

8 Wardle; Derakhsham, 2017a.

nossa própria identidade. Com base nas nossas preferências, as redes sociais podem extrapolar e buscar opções de conteúdo para oferecer em seguida. Se quem somos está, de alguma forma, espalhado pelas nossas redes, então os textos com os quais interagimos reforçam a imagem que queremos passar ao outro.

Para Meyer, as relações humanas derivam do jogo da identidade e da diferença, “a identidade dá conta das nossas simpatias, das nossas aproximações e de tudo o que, em geral, definiu o comunitário; a diferença, pelo contrário, demarca-se pela oposição e pela exclusão, pela distância e pelas relações de poder ou de estatuto”<sup>9</sup>. Se construímos a nossa identidade também nas redes sociais, então é nesse ambiente que fazemos uso dos discursos nos aproximando e nos afastando de textos que expressam opinião.

Sobre os textos que circulam em rede, Ferreira<sup>10</sup> os divide em três tipos de discurso: autoritário, polêmico e fluido. O primeiro veicula um discurso autorizado institucionalmente, como sites governamentais, científicos, pedagógicos ou religiosos, e é responsável por assegurar os pilares institucionais. O último, discurso fluido, produz mensagens dos mais variados tipos, desde autoajuda até pensamentos filosóficos.

É o discurso polêmico, no entanto, que triunfa nas redes sociais. Os oradores desses textos buscam defender posições diversas sobre a mesma questão retórica. É esse jogo entre discursos contrários que cria a polêmica. De acordo com o autor, o gênero predominante nesse campo é o deliberativo porque “o discurso polêmico toma como valores o útil e o nocivo em busca do bem comum, delibera sobre um fato futuro, aconselha ou desaconselha”<sup>11</sup>.

Acrescenta-se a esse discurso a visão de Meyer de que a retórica é capaz de anular as diferenças com o objetivo de criar a identidade. Isso acontece porque, apesar de existir um jogo discursivo de identidade e diferenças, o orador busca sempre reencontrar a sua identidade. Se adicionarmos a questão tecnológica, perceberemos que o próprio mecanismo das redes sociais nos oferece mais conteúdo com o qual simpatizamos. Reforçamos, então, a nossa identidade ao mesmo tempo em que nos distanciamos do diferente.

---

9 Meyer, 2018, p. 135.

10 Ferreira, 2019.

11 Id., 2019, p. 83.

Para Meyer, duas lógicas operam na negociação entre as aproximações e os distanciamentos: a violência e a sedução, o vencer e o convencer. A lógica da sedução objetiva diminuir as distâncias e, por isso, opera como se elas não existissem ou fossem irrelevantes. Já a lógica da violência, ou do predador, exclui o terceiro, vencendo-o.

Por conta da velocidade da internet e da facilidade da disseminação de textos nas redes sociais, compreendemos que o compartilhamento de textos, bem como outras interações on-line, contribui para a busca e a reafirmação da própria identidade do usuário. Com isso, tornou-se tão importante construir uma identidade tanto on-line como presencialmente. De acordo com Amossy,

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si<sup>12</sup>.

A retórica nomeia essa construção da imagem de si como *ethos*. Cada texto publicado on-line veicula em si mesmo a imagem do orador daquele discurso. Essa imagem, por sua vez, colabora para a persuasão do auditório porque contribui para a criação da identidade do leitor. Compartilhar ou curtir um texto on-line, ou mesmo deixar um comentário, é uma forma de propagar uma imagem de si aos outros usuários.

A partir dessas interações é possível compreender o engajamento daquele discurso perante a sociedade. Uma vez que, de acordo com Ferreira, a argumentação busca uma mudança, ou seja, almeja modificar a opinião do auditório. O resultado disso é que: “um texto, então, se bem estruturado e legível para um auditório particular, pode disseminar um discurso instituinte, que se introjeta no discurso dominante e transforma-se em instituído e socialmente aceito<sup>13</sup>”. A análise do *ethos* de um discurso on-line permite compreender, de certa forma, os elementos que compõem essa identidade compartilhada.

---

12 Amossy, 2018a, p. 9.

13 Ferreira, 2019, p. 77.

## ***Ethos*: a balbúrdia universitária**

Ao estudarmos um texto retoricamente, normalmente enfatiza-se uma das três perspectivas possíveis que a retórica apresenta a um texto. É possível analisar um texto com base na palavra em si ao enfatizar o *logos*. A maneira como esse texto move as paixões do auditório é examinado por meio da análise do *pathos*. O *ethos*, por fim, debruça-se sobre o caráter do orador visto que é essencial ao discurso que o auditório perceba esse orador como alguém digno de crédito. O estudo do orador, do auditório ou do discurso não possibilita, no entanto, uma cisão tão clara entre *logos*, *pathos* e *ethos*.

Para Aristóteles (384-322 a.C.), persuadir o auditório a partir do *ethos* “deve ser conseguido pelo que é dito pelo orador, e não pelo que as pessoas pensam acerca do seu caráter antes que ele inicie o discurso<sup>14</sup>”. Eggs, ao retomar os estudos aristotélicos, defende que o orador deve demonstrar pelo discurso um caráter honesto, para que esse discurso seja disseminado pelo seu auditório. É por isso que é necessário ao orador inspirar confiança no auditório por meio das três provas retóricas. O autor propõe, então, que: “os oradores inspiram confiança, (a) se seus argumentos e conselhos são sábios, razoáveis e conscientes, (b) se são sinceros, honestos e equânimes e (c) se mostram solidariedade, obsequiedade e amabilidade para com seus ouvintes<sup>15</sup>”.

Dentre os elementos que contribuem para a construção do caráter do orador, destacamos a virtude. De acordo com Aristóteles, “a virtude é, segundo a opinião geral, a faculdade responsável pela aquisição e preservação das coisas boas<sup>16</sup>”. Também os discursos polêmicos, que circulam nas redes sociais, buscam exaltar a virtuosidade do orador. Com isso, a identidade compartilhada pelo auditório será a de um homem que busca as partes da virtude: “a justiça, a coragem, a moderação, a magnificência, a magnanimidade (grande da alma) a generosidade, a brandura, a prudência e a sabedoria<sup>17</sup>”.

Para colaborar com os estudos retóricos, este capítulo escolheu um texto a partir de uma análise realizada pela Aos Fatos. Essa plataforma define a checagem de fatos como um método jornalístico por meio do qual é possível conferir se a informação apurada foi obtida por meio de fontes confiáveis e avaliar se é verdadeira ou falsa, se é sustentável ou não. Uma

---

14 Aristóteles, 2011, p. 45.

15 Eggs, 2018, p. 37, grifo do autor.

16 Aristóteles, 2011, p. 81.

17 Ibid., p. 81.

vez que a checagem jornalística foi prejudicada pelo dinamismo surgido na internet, torna-se agora uma segunda etapa da apuração após a publicação das reportagens mais relevantes ao contexto social.

O método empregado pela plataforma Aos Fatos consiste em sete etapas. A primeira é a seleção de uma informação pública a partir da sua relevância. Em seguida, com o objetivo de checar esse conteúdo, a plataforma consulta fonte original, fontes de origem confiável, fontes oficiais e fontes alternativas. Com esse levantamento em mãos, a informação é contextualizada e, posteriormente, classificada como: verdadeira, imprecisa, exagerada, contraditória, insustentável, distorcida ou falsa. Dessa forma, o texto analisado por este capítulo integra um episódio relevante para a informação pública e veicula, em algum espectro, uma *fake news*.

À época da circulação do texto, Abraham Weintraub, ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro (PSL), disse em entrevista para o jornal O Estado de S.Paulo que as universidades que fizerem balbúrdia em vez de melhorarem o desempenho acadêmico terão as verbas reduzidas. O ministro caracterizou balbúrdia como eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas que ocorrem dentro das instalações universitárias. Em seguida, a UFBA (Universidade Federal da Bahia), a UFF (Universidade Federal Fluminense) e a UnB (Universidade de Brasília) tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas. Ainda de acordo com a publicação:

ao Estado, em sua primeira entrevista no cargo, Weintraub reforçou a diretriz e disse que a política para universidades tem de respeitar “os pagadores de impostos”. “Quando vão na universidade federal fazer festa, arruaça, não ter aula ou fazer seminários absurdos que agregam nada à sociedade, é dinheiro suado que está sendo desperdiçado num país com 60 mil homicídios por ano e mil carências”<sup>18</sup>.

As despesas das universidades federais são divididas em obrigatórias e discricionárias. Entre as obrigatórias estão o salário dos servidores e as aposentadorias, que por lei são garantidas. Já as discricionárias, atingidas pelo bloqueio do Ministério da Educação (MEC), incluem despesas de custeio,



ou seja, contas de água e energia, serviços de limpeza e bolsas acadêmicas; e investimento e capital, gastos ligados a obras das universidades<sup>19</sup>.

No mesmo dia em que a entrevista do ministro Abraham Weintraub foi publicada pelo Estadão, o jornal Folha de S.Paulo<sup>20</sup> indicou que o bloqueio de 30% dos recursos seria realizado em todas as universidades federais. Após esse anúncio, entre os dias 1 e 2 de maio de 2019, o envio de imagens de estudantes nus cresceu cerca de 950% em 350 grupos abertos de WhatsApp. Esse levantamento foi realizado pela Aos Fatos a partir de uma ferramenta de monitoramento desenvolvida pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)<sup>21</sup>. As imagens compartilhadas criticavam as universidades e elogiavam o bloqueio orçamentário. O texto abaixo foi compartilhado ao menos 105 mil vezes e, por isso, chegou pela plataforma Aos Fatos<sup>22</sup>:



O texto, composto por foto e texto, é meme. Esse gênero digital, criado para circulação em redes sociais via internet, é formado “por imagens, figu-

19 Aos Fatos, 2019.

20 Cf. Saldaña, 2019.

21 Cf. Ribeiro, 2019a.

22 Id., 2019a.

ras, fotografias, frases ou qualquer elemento que transmita uma mensagem irônica ou humorística<sup>23</sup>. De acordo com o texto, o dinheiro investido em universidades federais fomenta situações em que alunos caminham nus livremente entre outros estudantes. Esse dinheiro seria, por isso, retirado e investido em educação básica para evitar esse comportamento pelos futuros universitários. Este meme se pauta no compartilhamento de valores de um grupo que considera qualquer tipo de manifestação do nu como algo negativo. Como a concepção de que o nu é ofensivo faz parte do senso comum, a possibilidade de compartilhamento é ampliada.

Primeiramente, conforme checagem apresentada por Ribeiro, a primeira imagem registra um protesto realizado na UnB, em 2009<sup>24</sup>. O ato apoiava a estudante Geisy Arruda, hostilizada na Uniban (Universidade Bandeirante de São Paulo), em São Bernardo do Campo, por usar roupas consideradas muito curtas. Depois, apesar de a montagem sugerir, por conclusão lógica, um investimento na educação básica da rede pública, a foto escolhida para ilustrar esse setor é de alunos vestidos com uniforme do sistema de ensino Objetivo, pertencente à rede privada.

Com a ampliação do debate sobre a presença de notícias falsas on-line, é ainda necessário analisar o texto sob o ponto de vista da desordem informativa, apresentado por Wardle e Deraksham<sup>25</sup>. Podemos classificar a imagem circulada pelo WhatsApp como uma informação falsificada, ou seja, uma informação falsa criada deliberadamente com o objetivo de prejudicar um grupo social, delimitado como participantes da esfera da educação universitária federal. Nesse caso, a estratégia usada para gerar informação falsa compreende um contexto falso. Assim, apesar de a foto ser genuína, o meme não apresenta informação contextual adequada: falha em explicar que o nu representava um protesto e, portanto, a situação não faz parte do cotidiano universitário. Há ainda uma conexão falsa na imagem quando analisamos que a foto que representa a rede pública de educação básica retrata, é, na verdade, uma instituição privada.

No campo retórico, esse texto é um discurso polêmico que obteve a adesão do auditório, uma vez que foi compartilhado por, pelo menos, 105 mil usuários. É polêmico porque reforça a concepção de que o investimento em educação básica é preferível ao em educação superior. A educação básica é, assim, mais útil ao bem comum. Mais grave é pensar que o texto

---

23 Ribeiro; Freitas, 2018, p. 99.

24 Também confirma essa informação matéria publicada pela Agência Estado (2009).

25 Wardle; Deraksham, p. 2017b.

opera como uma promessa de educação de qualidade apesar de não fazer parte de um discurso autorizado institucionalmente.

Sem a autoria real do autor do discurso, devemos classificá-lo como autor apócrifo, uma vez que “o criador primeiro e efetivo se esvanece e o texto fica à mercê dos interesses de um pseudoautor, incerto, colateral, sem vínculo com a referência primeira<sup>26</sup>”. O texto, que parece ter como objetivo explicar os bloqueios envolvendo a educação superior, é uma *fake news* porque induz o leitor a uma concepção errada acerca da realidade. Mas, justamente por ter um autor apócrifo, o texto não representa um discurso autorizado institucionalmente.

Além disso, ao retomar Meyer<sup>27</sup>, compreendemos que a lógica utilizada por esse orador é a do predador, pois exclui o terceiro. A universidade, nesse contexto, não é parte da discussão sobre o uso de verbas públicas. Tal exclusão é feita com a desqualificação da identidade dos estudantes dessas instituições. Assim, os estudantes não apresentam as três qualidades que inspiram confiança no auditório: a *phrónesis*, a *areté* e a *eúnoia*. Por optarem por protestar nus, apesar de a prática não ser considerada instituída e socialmente aceita, os estudantes não inspiram a confiança do auditório.

Justamente por se apresentar na posição oposta, o orador desse texto inspira, por sua vez, confiança. O seu conselho – ampliar o investimento público no ensino básico do país – é prudente, virtuoso e benevolente<sup>28</sup>. Ao interagir com esse texto, o leitor reafirma para si as qualidades apresentadas pelo *ethos* do orador. Assim, apesar de optar pela exclusão do ensino superior, o discurso também reafirma que tanto orador quanto auditório estão “juntos, mas ao mesmo tempo existe outro que constitui o lado de fora e que é verdadeiramente o outro<sup>29</sup>”. Com isso, o texto reforça a identidade do leitor e do autor, que compartilham a mesma virtude, e ainda reforça a diferença com o verdadeiro outro: o terceiro.

---

26 Ferreira, 2019, p. 86.

27 Meyer, 2018.

28 *Phrónesis, areté e eúnoia*, cf. Eggs, 2018.

29 Meyer, 2018, p. 136.

## Considerações finais

Podemos crer que quem compartilhou o texto analisado compreende o *ethos* estabelecido como parte de sua identidade. Observar o orador, nesse caso, é também tentar compreender o que move o auditório e impulsiona a sua interação digital. Conforme delimitado por Eggs, o orador do meme apresenta-se como honesto e sincero. É honesto na escolha da educação básica em razão do ensino superior ao mesmo tempo em que é sincero em relação à consequência de sua ação: “o dinheiro será retirado”. Com isso, também segundo o autor, o que é verdadeiro e justo se impõe. O auditório acredita que o dinheiro será retirado e reinvestido (ao invés de bloqueado) em uma área de uma educação mais justa.

É curioso que uma *fake news* se apoie justamente no caráter do orador para construir a sua argumentação. Principalmente porque esse caráter é marcado pela honestidade e sinceridade, características essas questionáveis, uma vez que o discurso falha na contextualização das imagens e faz uma conexão errada entre a educação básica pública e privada.

Apesar de a busca pelo bem da comunidade aparecer em primeiro plano, há também uma imposição de que as universidades não fazem mais parte da identidade de um auditório online. Desvaloriza-se, assim, parte de um discurso institucional científico. É também necessário explorar, a partir de pesquisas acadêmicas, de que forma as novas tecnologias da internet influenciam a comunicação digital e como as *fake news* contribuem para esse cenário.

## Referências

AGÊNCIA ESTADO. **Alunos da UnB ficam pelados em defesa de Geisy.** 2009. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/jovem/noticias/alunos-da-unb-ficam-pelados-em-defesa-de-geisy-20091112.html>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

AGOSTINI, R. **MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA.** 2019.

Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*.** 2ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

\_\_\_\_\_, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*.** 2ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

AOS FATOS. **O que é checagem de fatos — ou fact-checking?** s/d. Disponível em: <<https://aosfatos.org/checagem-de-fatos-ou-fact-checking/>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Nosso Método** s/d. Disponível em: <<https://aosfatos.org/nosso-m%C3%A9todo/>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Desenhamos fatos sobre o orçamento das universidades federais.** 2019a. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-o-orcamento-das-universidades-federais/>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

EGGS, E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos*.** 2ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

FERREIRA, L. A. A retórica dos vigilantes: autorias online. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 18, p. 74-89, abr.2019. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-18-2314](https://doi.org/10.17648/eidea-18-2314).

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MEYER, M. **Questões de retórica: linguagem, razão, sedução.** Lisboa/Portugal: EDIÇÕES 70, 2018.

PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RIBEIRO, A. **Após cortes no MEC, envio de imagens de estudantes nus cresce 950% em grupos de WhatsApp em 24 horas**. 2019. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/apos-cortes-no-mec-envio-de-imagens-de-estudantes-nus-cresce-950-em-grupos-de-whatsapp-em-24-horas/>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

RIBEIRO, J.; FREITAS, M. Desvendando os memes: uma proposta para o ensino da leitura e escrita. In: FERREIRA, L. A. (org.). **Retórica, escrita e autoria na escola**. São Paulo: Blucher, 2018.

SALDAÑA, P. **MEC estende corte de 30% de verbas a todas universidades federais**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbas-a-todas-universidades-federais.shtml>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **How did the news go “fake”? When the media went social**. 2017b. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/nov/10/fake-news-social-media-current-affairs-approval>> Acesso em: 25 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_, C.; \_\_\_\_\_, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe, Out., 2017b.



# ***Ethos* institucional e *phrónesis* na construção de discursos**

**Elioenai dos Santos Piovezan**

**Roberta Maria de Souza Piovezan**

## **De artesãos e publicitários**

O saber prático permite a um artesão construir com competência qualquer objeto que ele queira, como um banco de madeira, por exemplo. Esse saber vem da experiência adquirida ao longo de sua vida, com a observação do trabalho de outro artesão, a construção de uma teoria e a produção de seus próprios objetos. Para confeccionar o banco, ele precisará de ferramentas adequadas e um plano de ação. Com o devido tempo e condições de trabalho, nosso artesão deverá seguir procedimentos corretos e tomar as melhores decisões para atingir seu objetivo. Logo, a imaginação que revelou o desenho do banco e a ação que o concretizou resultarão no objeto novo, fruto de uma inteligência humana prática, de um saber empírico.

Esse saber prático, que Aristóteles (384-322 a.C.) chama de *phrónesis*, também pode contribuir para a construção do discurso retórico. Além de considerar a importância da virtude (*areté*) e da benevolência (*eúnoia*), relacionadas respectivamente ao *ethos* e ao *pathos*, o orador deverá focar a construção do seu discurso no *logos*, pois trata da razão ou do raciocínio



lógico, em que precisa mobilizar seus conhecimentos prévios e considerar todas as variáveis presentes em um contexto retórico.

Imaginemos como orador um jovem publicitário. Ele precisará decidir, a partir de uma demanda, portanto uma necessidade, quais os procedimentos que melhor levarão à persuasão um determinado público-alvo. Para além das técnicas de redação publicitária, nosso jovem deverá utilizar de *phrónesis*, como saber prático, para construir um discurso completo, que considere fatores internos (características do produto associadas às necessidades reais ou potencialmente desejadas pelo interlocutor, histórico do produto e sua evolução de acordo com o perfil socioeconômico e cultural do público) e externos (conjuntura econômica favorável, histórico de recepção de produtos similares da própria empresa e dos concorrentes). Munido de todas as variáveis possíveis, o redator publicitário deverá elaborar seu discurso (verbal, verbovisual ou audiovisual) em que a sua experiência de vida o ajudará na constituição do *ethos* retórico, representando a imagem de uma empresa confiável, competente e responsável. Para isso, procurará evidenciar um *ethos* institucional fundamentado na *phrónesis*, com foco no modo lógico, ponderado, sensato, prudente, razoável e prático do discurso ou ato retórico.

A fim de compreender melhor as relações existentes entre as qualidades do orador, notadamente a *phrónesis*, e a construção do discurso, devemos revisitar o próprio conceito de *phrónesis*, apresentado por Aristóteles, Aubenque e Angioni; de *logos*, abordado por Ferreira e Mateus; de *ethos* institucional, explicado por Ferreira e Guimarães. Após essas breves reflexões, buscaremos identificar em dois textos antagônicos que circulam na mídia digital a forma como os oradores lidam com o saber prático na construção de seus atos retóricos. A questão polêmica é a implantação do programa Future-se, do Ministério da Educação, que interessa tanto aos gestores quanto aos professores e estudantes universitários, uma vez que afeta a vida administrativa e acadêmica das instituições de ensino em nível federal.

Por fim, é interessante observar que dois profissionais tão distintos no modo de produção e separados pelo tempo de existência de suas artes, o antigo artesão e o contemporâneo publicitário, partem de teorias que embasam o seu trabalho, mas que cotidianamente precisam mobilizar o saber prático para realizá-lo. Ambos movidos pela necessidade de conhecer o seu público e de persuadi-lo quanto à qualidade de seus produtos.

## *Phrónesis, logos e elocutio*

Em uma perspectiva filosófica, a *phrónesis* é compreendida por Aubenque<sup>1</sup> como “prudência”, “virtude da boa deliberação” que, “após exame refletido das diferentes opções, se inclina, embora não necessite fazê-lo, e, nessa medida, se esforça por conduzir os homens e o mundo na direção do melhor<sup>2</sup>”. O autor, em sua obra “A prudência de Aristóteles”, contribui para a redescoberta, em meados do século XX, dessa virtude e defende que “a *phrónesis* aristotélica é que melhor cumpria o programa de uma hermenêutica da existência humana voltada para a *práxis*”<sup>3</sup>.

Para Aubenque, a *phrónesis* aristotélica é usada para “designar o saber imutável do ser imutável, por oposição à opinião ou à sensação que mudam conforme seus objetos<sup>4</sup>”. Isso porque, segundo Aristóteles, na obra “De caelo” (Sobre o Céu), “sem a existência de naturezas imóveis não se pode ter conhecimento ou saber<sup>5</sup>”. De início, com Platão (428-348 a.C.), não havia uma distinção clara entre *sophia* e *phrónesis*, sendo que ambas podiam designar “a ciência do imutável” ou “o saber verdadeiro, filosófico”. Mas é Aristóteles quem mais tarde designaria *phrónesis* como “virtude da parte calculativa ou opinativa da alma”. Assim, temos *sophia* (sabedoria) que se refere ao necessário, “ignora o que nasce e perece”, “imutável como o seu objeto”, tratando-se de “uma forma de saber que ultrapassa a condição humana”; enquanto *phrónesis* (prudência, saber prático) refere-se ao contingente, “é variável segundo os indivíduos e as circunstâncias”, possui um “caráter humano<sup>6</sup>”.

Entre as diferentes interpretações dadas ao termo no período pós-aristotélico, Aubenque destaca a do Padre Gauthier<sup>7</sup> que, contrapondo uma visão anti-intelectualista, afirma que mesmo sendo a prudência um conhecimento de “tipo especial requerido por seu caráter prático, ainda assim é um conhecimento”, uma vez que “na medida em que é ‘prática’, ou seja, imperativa, inclui o desejo e a virtude; mas enquanto ‘intelectual’, é determinação do fim e não somente dos meios: a escolha dos meios é apenas um dos momentos, o da eficácia, no interior de sua função total, indissolúvelmente teórica e prática<sup>8</sup>”.

---

1 Aubenque, 2003.

2 Id., 2003, p. 8.

3 Id.

4 Ibid., p. 21.

5 Aristóteles, 1936 apud Aubenque, 2003, p. 21.

6 Aubenque, op.cit., p. 23-24.

7 Gauthier, 1958 apud Aubenque, 2003.

8 Aubenque, op.cit., p. 52-53.

Outra abordagem, agora feita por Angioni, também considera a *phrónesis* “uma virtude intelectual que, acolhendo o fim correto adotado pela virtude do caráter, determina as condições efetivamente apropriadas para a realização desse fim (...), para além do propósito ou da intenção de agir bem<sup>9</sup>”. Nota-se que em seu estudo acerca do Livro VI da “Ética a Nicômaco”, Aristóteles ressalta como traço relevante da *phrónesis* a consideração correta sobre as condições específicas de produção. Obviamente que não podemos esquecer “o caráter efetivo e eficaz da *phrónesis*”, que, por sua vez, “não pode ser separado da compreensão dos fins moralmente bons<sup>10</sup>”.

Em sua tradução e comentários, Angioni afirma que *phrónesis*, definida como “sensatez”, envolve o fim correto adotado pelo caráter virtuoso e, portanto, não pode ocorrer separadamente da virtude do caráter. Por outro lado, sua tarefa propriamente intelectual (determinar a mediedade em atenção aos fatores singulares relevantes em cada ação) parece envolver duas camadas: “a boa deliberação, pela qual se formulam propósitos ainda gerais, e a percepção dos extremos, dos quais depende imediatamente a realização da ação moral<sup>11</sup>”. Dessa forma, o saber prático, prudência ou sensatez chega à contemporaneidade como uma virtude, portanto associada à constituição do *ethos* do orador, que deverá fazer as melhores escolhas na elaboração de um discurso.

Outro aspecto observado em Aristóteles é o tratamento do “bem” como “alvo” (*skopos*) e este se atinge pela ação moral. Ora, partindo-se do pressuposto que um discurso visa ao bem, temos aí a busca de uma verdade. Esta se materializa no discurso ou ato retórico, que, na contemporaneidade, encontramos na forma de enunciados concretos, também consubstanciados em gêneros discursivos (ou, didaticamente, textuais) que apresentam relativa estabilidade notadamente em sua forma composicional, estilo de linguagem e conteúdo temático<sup>12</sup>. Mas esses enunciados concretos também resultam de uma relação dialética entre necessidade (ou desejo), criação de meios para satisfazê-la e sua execução, que no final das contas, representará uma verdade naquele momento.

Ainda na “Ética a Nicômaco”, Angioni apresenta a prohairesis como “princípio motivador que leva a agir<sup>13</sup>” e que “envolve apenas uma deter-

9 Angioni, 2011, p. 306.

10 Ibid.

11 Aubenque, 2003, p. 306.

12 Bakhtin, 2011.

13 Angioni, 2011, p. 306.

minação genérica sobre o que fazer em geral, a qual, para a realização de cada ação, será completada ou preenchida pelo cômputo correto dos fatores singulares envolvidos nas circunstâncias da ação – cômputo correto que é da alçada da *phrónesis*<sup>14</sup>. Mais uma vez tem-se a ideia de que *phrónesis* está na construção do discurso e o que se espera, ao fim e ao cabo, de um discurso eficaz é a razão correta ou *orthos logos*, ficando a construção e expressão, ou seja, a *dispositio* e a *elocutio* por conta da estruturação e rede de sentidos dali possíveis de serem criadas.

Segundo Aristóteles, o desejo por um fim representado pela prohairesis também envolve pensamento. Estaríamos assim, de um lado, diante de um “bem realizável pelo agente”; de outro, de um “raciocínio deliberativo” que, “assumindo como ponto de partida o fim eleito pelo desejo, calcula o modo pelo qual tal fim poderia vir a ser realizado<sup>15</sup>”. Da mesma forma como é apontado por Bazerman<sup>16</sup>, para quem a necessidade de mudar a paisagem associa-se a *kairós* (momento oportuno), gerando um fato social pela ação letrada e que “esse desejo mais determinado é motivo que leva à ação<sup>17</sup>”.

Na contrapartida à *phrónesis*, está a *hybris*, que, de acordo com Aubenque, é a “desmesura”, que “quase se poderia traduzir por imprudência, atribuindo a esta palavra toda a sua força” e que “era para os gregos a falta por excelência, causa de todas as infelicidades privadas e públicas<sup>18</sup>”. Alçando a *hybris* ao posto da irresponsabilidade humana, o autor reconhece traços desse fenômeno em discursos e práticas atuais, como “a insistência ideológica, a obstinação axiológica, a arrogância tecnológica e mesmo a boa consciência moralista<sup>19</sup>”. Assim, “a *hybris* não nasce da falta mas do excesso de teoria, mais exatamente da inadequação entre a teoria e a prática<sup>20</sup>”.

A partir desse breve e incompleto recorte, poderíamos, por ora, concluir que, quando um orador estrutura sua argumentação na *phrónesis*, está fundamentando seu discurso no *logos*. É preciso ponderar, entretanto, que, se a *actio* é a execução derradeira do discurso, é preciso separá-la da *elocutio*, que carrega a expressão, os modos de dizer, a construção de singularidades, o estilo de linguagem do autor e cujo propósito é a eficácia pela ação.

---

14 Ibid., p. 311.

15 Ibid.

16 Bazerman, 2015.

17 Angioni, op.cit., p. 311.

18 Aubenque, 2003, p. 7.

19 Ibid., p. 8.

20 Ibid.

Nesse sentido, arriscaríamos dizer que na oralidade é possível separar teoricamente *actio* de *elocutio*, dadas as características inerentes à oratória, como proxêmica, gestualidade e eloquência, porém, na escrita, diríamos se tratar de algo difícil, senão quase impossível, de se verificar, uma vez que a distância entre os sujeitos do discurso, orador e auditório, é totalmente assimétrica, e a eficácia discursiva não pode ser verificada *pari passu* à sua proferição. Cabe ao orador, nesse caso, a capacidade comunicativa de delimitar seu auditório e o alcance de seu discurso.

Desse modo, alguns fatores que poderiam ser considerados na escrita são os elementos paratextuais previstos como recursos formais e linguísticos que cooperam para a eficácia do ato retórico, como a localização na página, a tipografia, a legibilidade, leiturabilidade, imagens, gráficos, diagramação etc. Enfim, se a *phrónesis* pode ser compreendida como uma “habilitação racional para agir<sup>21</sup>”, é possível considerar que ela também “envolve o entendimento verdadeiro dos fins moralmente corretos, mas sua tarefa essencial não é justificar esses fins, mas sim delimitá-los pela avaliação correta dos fatores singulares<sup>22</sup>”, pois, em última análise, a virtude é o valor máximo a ser alcançado pelo orador.

Enfim, quando pensamos na eficácia de um discurso, e nos meios para obtê-la, estamos diante do *logos*, que permite a atuação tanto na sintaxe como na semântica. A primeira, que atua na linguagem em seus aspectos formais (como dizer o que se quer dizer), e a segunda, em seus aspectos discursivos (como adequar o que se quer dizer com o como se quer dizer).

## O *ethos* institucional

A construção do discurso ou ato retórico parte da ideia de que existem dois tipos de provas que ajudam “a enquadrar o modelo da argumentação<sup>23</sup>”: as provas extrínsecas e as provas intrínsecas. Segundo Ferreira, as provas extrínsecas (ou extra-artísticas) “têm sua fonte numa circunstância externa”, “são colhidas no mundo exterior e utilizadas em benefício dos propósitos do orador” e, enfim, “são eventuais e variáveis e dependem, sempre, de outras

---

21 Angioni, 2011, p. 315.

22 Ibid., p. 331.

23 Mateus, 2018, p. 104.

esferas do conhecimento<sup>24</sup>). Desse modo, evidências concretas, como mancha de sangue, impressão digital, termos da lei, testemunhas, contratos, citação de autoridade, entre outros, podem ser utilizadas para compor um discurso retórico, desde que a serviço da persuasão por meio da argumentação. Mateus explica que “no gênero epidítico, utilizam-se provas extra-artísticas para enaltecer o indivíduo em causa referindo os seus feitos, os objetos simbólicos que alcançou (ex.: medalhas, troféus, diplomas etc.) ou a sua carreira política (ex.: o currículo dos cargos políticos ocupados)<sup>25</sup>”.

Já as provas intrínsecas (ou artísticas) são “internas à retórica<sup>26</sup>”, são raciocínios que podem ser dedutivos (silogismos, entimemas), mas sem compromisso com a Lógica Formal, ou indutivos (exemplos). No sistema aristotélico, segundo Mateus,

as provas artísticas consistem no *logos*, *pathos* e *ethos* e definem uma argumentação orientada pelo raciocínio rigoroso (*logos*), dirigida às emoções humanas (*pathos*) e baseada no carácter e probidade humanos (*ethos*). (...) O orador possui assim a capacidade de confeccionar e trabalhar a dimensão racional, afetiva e íntegra dos seus discursos retóricos. A racionalidade, a afetividade e a probidade formam, deste modo, os registos ou timbres da argumentação<sup>27</sup>.

Da combinação dessas três provas podem ser elaborados discursos retóricos que circularão em diferentes contextos e para variados públicos, mas que visam sempre a mesma finalidade: a adesão do auditório. Para Mateus, “os discursos retóricos mais complexos combinam estas diferentes provas de forma minuciosa, com vista a oferecer ao auditório uma argumentação racionalmente convincente mas também emocionalmente interpeladora, capaz de despertar respeitabilidade<sup>28</sup>”.

Nesse sentido, é possível constatar a existência desses elementos retóricos nas diversas manifestações humanas de linguagem e em diferentes esferas sociais de comunicação, concretizados no discurso, que, segundo Bakhtin<sup>29</sup>, apenas é possível existir efetivamente na forma de enunciados concretos de certos usuários da língua, concebidos como sujeitos do discurso. Tais enun-

---

24 Ferreira, 2010, p. 79.

25 Mateus, 2018, p. 104.

26 Ferreira, 2010, p. 80.

27 Mateus, op.cit., p. 105.

28 Ibid., p. 106.

29 Bakhtin, 2011.

ciações concretas são os gêneros discursivos que Bakhtin divide em gêneros primários e secundários do discurso, em que os primários são produzidos de forma oral ou escrita, em realizações concretas de comunicação mais simples, conversacionais e cotidianas, como cartas familiares, *diálogos* argumentativos informais, mensagens em redes sociais, e-mails, textos prescritivos e instrucionais básicos, anedotas.

Já os gêneros secundários apresentam maior complexidade em sua composição, conteúdo temático e estilo de linguagem, como romances, peças teatrais, discursos científicos, discursos ideológicos, reportagens, artigos assinados, e surgem, segundo Bakhtin, “nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente mais desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito – artístico, científico, sociopolítico)<sup>30</sup>”. Em sua formação, os gêneros secundários “incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata<sup>31</sup>”.

Os gêneros primários transformam-se dentro dos secundários, perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios, e servem de matéria-prima para produtores de discursos mais complexos que se valerão de *phrónesis* para manipular as diferentes estruturas, linguagem, nuances, timbres, que se efetivarão nas interações sociais.

A essa altura, é preciso esclarecer que compreendemos por ato retórico todo discurso que se utilize de argumentos para atingir um propósito. E que “todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso<sup>32</sup>”. Isso nos permite afirmar que a retórica opera na interação social num mundo de contingências, em que as coisas nem sempre são o que parecem e a verdade é relativa e multifacetada. Logo, a construção de atos retóricos pode ser observada cotidianamente nas diferentes esferas da comunicação humana e por meio de variados gêneros discursivos, com maior ou menor grau de persuasão, por meio de argumentos nem sempre explícitos, mas sempre com argumentatividade.

De qualquer modo, mesmo havendo a combinação das três provas para o discurso retórico, o *ethos* é considerado, tradicionalmente, “a mais eficaz das provas porque contra a honradez, integridade e nobreza do caráter pouco se pode argumentar<sup>33</sup>”. O *ethos* é definido como a imagem de si, “instância

---

30 Ibid., p. 263.

31 Ibid.

32 Fiorin, 2014, p. 69.

33 Mateus, 2018, p. 111.

subjetiva do próprio enunciador<sup>34</sup>”, construída no e a partir do discurso e que “opera no registro da credibilidade e por isso o orador deve mostrar-se sincero, franco e verdadeiro<sup>35</sup>”.

Mais modernamente, o *ethos*, segundo Ferreira, “é a imagem que o orador constrói de si e dos outros no interior no discurso<sup>36</sup>”. Para adentrarmos no campo do *ethos* moderno, consideramos ainda o entendimento de Meyer, para quem o *ethos* é “um domínio, um nível, uma estrutura”, que não se limita ao sujeito empírico, ao orador diante de um auditório nem ao autor criador que age por meio da linguagem literária ou não literária, mas o *ethos* que “se apresenta de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório se identifica<sup>37</sup>”. Conforme Ferreira, há diferentes abordagens que admitem o *ethos* institucional a partir de uma perspectiva linguística (Ducrot) e outra sociológica (Bordieu), “formado pela articulação de um *ethos* puramente discursivo e de outro, exterior ao discurso<sup>38</sup>”.

A despeito das diferentes posições contemporâneas, Ferreira afirma que, em uma análise retórica é possível “encontrar um orador que constrói, sobretudo, o *ethos* de outras personagens ou de classes sociais e de instituições. Nesse caso, pode-se ressaltar a função do orador efetivo (é jornalista, é político, é publicitário) e, depois, analisar o *ethos* ‘alheio’ que se instaura no interior do discurso<sup>39</sup>”. Assim, para a elaboração de um “discurso autorizado”, ou seja, que reflete as posições de uma autoridade, aceitamos o fato de que “qualquer discurso revela marcas das instituições de onde derivam e os representantes da instituição, que possuem discurso autorizado, criam seus discursos a partir dessa base institucional que os torna ‘competentes’<sup>40</sup>”. A mesma posição é compartilhada por Guimarães ao afirmar que

não se pode divorciar a figura do falante dos liames institucionais aos quais ele está ligado. Não se distancia o sujeito do discurso do seu campo de atuação profissional. Assim, não se pode conceber o espírito dos discursos didático e político, por exemplo, fora das propostas das instituições por eles representados<sup>41</sup>.

---

34 Ferreira, 2010, p. 90.

35 Mateus, 2018, loc.cit.

36 Ferreira, 2010, loc.cit.

37 Meyer, 2007, p. 35.

38 Ferreira, op.cit., p. 90.

39 Ibid., p. 92.

40 Ibid., p. 95.

41 Guimarães, 2008, p. 2.



O problema do discurso institucional é sua natureza autoritária e prescritiva, pois precisa fixar leis, regras, normas, convenções, geralmente acompanhadas de valores e crenças nem sempre aceitos por todos os segmentos sociais. O orador, privilegiado pelas condições próprias desse tipo de discurso, tem a seu favor não só a credibilidade, mas a força da autoridade da instituição que ele representa. Entretanto, diante da exacerbação do discurso autorizado quando se torna autoritário, não há espaço para a retórica, apenas para a violência verbal ou física.

Se o *ethos* institucional produz um discurso autorizado ou mesmo autoritário, que, segundo Ferreira, “alimenta e configura o chamado discurso dominante”, por outro lado, há o discurso instituinte, que resulta da negação do auditório em partilhar da crença ou valores dominantes, por meio de um “processo de desconstrução do que é dominante<sup>42</sup>”. Disso podemos depreender que um jornalista ou um publicitário, por exemplo, podem assumir papéis conflitantes com as instituições que representam, pois constroem discursos limítrofes daquilo que é dominante ou instituinte. A começar pela forma textual, que passa por “manuais de redação e estilo”, até pela forma discursiva, que deve atender a uma pauta preestabelecida pelo editor-chefe. Nesse sentido, talvez o ombudsman seja o único orador admitido pela instituição para questionar suas próprias posições.

Finalmente, “a posição do *ethos* institucional do orador marca sua vinculação com o saber, com uma dada filosofia – simulação que se ajusta também à maneira como o orador passa a se comunicar com seu auditório<sup>43</sup>”, por isso, o saber prático de um profissional de comunicação, por exemplo, está ligado à sua experiência de produtor de discursos. Para tanto, na condição de autor de um discurso autorizado, ele precisará focar o discurso no próprio discurso, portanto no *logos*.

## Discursos à luz do saber prático

O advento das tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDIC) ampliou sobremaneira as possibilidades comunicativas, encurtou a distâncias entre as pessoas e abriu uma infinidade de modos de aquisição de

---

42 Ferreira, op.cit., p. 98.

43 Guimarães, op.cit., p. 2.

serviços e produtos. O acesso a essa tecnologia, ainda que não seja possível para milhões de desempregados, desalentados e miseráveis, de alguma forma interfere na vida de todos os brasileiros. Em alguns minutos, por exemplo, uma pessoa pode arrecadar na internet dinheiro para uma causa humanitária em poucas horas e vindo de todas as partes do Brasil e do mundo. Pessoas criam aplicativos para alertar sobre pontos da cidade com maior risco de assaltos. Boas ações para bons propósitos. Infelizmente, a bondade e a honestidade, duas virtudes tão caras a um cidadão de bem, nem sempre são colocadas em primeiro plano.

Sob outro aspecto, a internet e as redes sociais propiciam espaços para trocas de mensagens e debates sobre as mais variadas questões. Nesses novos cenários, a lógica formal perde a vez e abre-se espaço para a retórica ou para a erística<sup>44</sup>, em que os sujeitos debatem ideias ou se digladiam em defesa de seus pontos de vista. Na primeira, pela persuasão com argumentos válidos; na segunda, pela agressão com ofensas ou incitação à violência.

Apesar dessa possibilidade, para nossa análise e no plano do conteúdo oficial com viés informativo, selecionamos dois textos com conteúdos antagônicos. O primeiro é intitulado “MEC lança programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos”, artigo publicado no Portal MEC, em 17 de julho de 2019, assinado por Guilherme Pera e Dyelle Menezes, com a finalidade de apresentar o programa “Future-se”, que propõe mudanças na gestão das universidades e institutos federais. O segundo texto é intitulado “Docentes de todo o país se mobilizam contra o Future-se e em defesa da Educação Pública e Gratuita”, artigo publicado no site oficial do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), em 24 de julho de 2019, sem autoria explícita, com a finalidade de informar sobre a mobilização contra o programa “Future-se”, apresentado pelo MEC.

Embora o texto do MEC seja assinado por dois autores, o conteúdo aparentemente informativo traz diversos posicionamentos oficiais que justificam o programa ora anunciado. Assim, o *ethos* institucional, apesar da fala autorizada do orador, é construído a partir de termos que buscam amenizar o impacto das “novas” propostas do governo. O texto possui 5.470 caracteres (cerca de três laudas) e, logo no primeiro parágrafo, afirma:

---

44 Erística é, etimologicamente, “a disputa argumentativa, a contenda, a alteração de motivos e uma logomaquia, ou debate de razões, exacerbada” (MATEUS, 2011, p. 52).

Inédito e inovador, o programa propõe uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior: maior autonomia financeira a universidades e institutos federais<sup>45</sup>. (grifos nossos)

Os qualificadores “inédito” e “inovador” dão o tom da proposta oficial e justificam o discurso subsequente. Há um cuidado, outra acepção para *phrónesis*<sup>46</sup>, em apresentar um programa confiável em que só pelo fato de ser “inédito” ou “inovador” já seria bom e justo, recursos retóricos que buscam a confiabilidade do auditório. O termo “mudança na cultura” pressupõe uma necessidade que contrapõe algo velho ou ultrapassado. Obviamente que se tratam de valores existentes em um contexto da administração da educação pública, cujas decisões importantes são tomadas por um colegiado formado por gestores, professores e comunidade universitária.

Nesse sentido, o *ethos* institucional que representa o discurso do MEC parece se distanciar das posições públicas assumidas pelo ministro da Educação que, em diversos momentos por meio do Twitter e de entrevistas, havia acusado universidades federais de serem espaços ocupados por “reitores (ditos) de esquerda”<sup>47</sup>, e professores e estudantes como promotores de “balbúrdia”<sup>48</sup> devido a manifestações contrárias a políticas de sua pasta.

Obviamente, o texto informativo opera nos limites da impessoalidade e o autor, valendo-se do saber prático ou prudência, constrói o discurso de modo objetivo. Assim, o termo “maior autonomia financeira” vem contrapor a ideia de que o governo corta gastos por mero capricho ou perseguição a universidades dispostas ao enfrentamento. Nesse sentido, “mais autonomia” conota uma promessa e incute um desejo, tendo prohairesis como “ponto de partida” e “princípio motivador que leva a agir”<sup>49</sup> e *phrónesis* como elemento de prudência na construção do discurso.

No segundo parágrafo, o orador revela seu alinhamento com o discurso oficial que extrapola a Educação:

45 Brasil. MEC, 17 jul. 2019.

46 Cf. DIDEROT, 1751.

47 Cf. “Ministro da Educação ironiza reitores ‘de esquerda’ de universidades”, notícia publicada na revista Veja, em 1º de maio de 2019. Disponível em <https://veja.abril.com.br/educacao/ministro-da-educacao-ironiza-reitores-de-esquerda-de-universidades/>. Acessado em 12ago.2019.

48 Cf. “MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA”, notícia publicada no portal Estadão, em 30 de abril de 2019. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-umb-uff-e-ufba,70002809579>. Acessado em 12ago2019.

49 Angioni, 2011, p. 306.

Assim como ocorre na reforma da Previdência, sustentabilidade financeira e responsabilidade com o futuro são pilares do projeto. O fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo são algumas das propostas<sup>50</sup>. (grifos nossos)

O discurso retórico, com foco no *logos*, utiliza argumento por comparação para justificar os conceitos de “sustentabilidade financeira” e “responsabilidade com o futuro” da reforma da Previdência, política também questionada pela comunidade universitária. Ora, uma afirmação pressupõe também uma negação, assim, de forma sutil e prudente, pode-se inferir que as universidades seriam “insustentáveis” financeiramente e se não aderirem às mudanças anunciadas estariam sendo “irresponsáveis”, pois não se preocupam com o futuro. Essa sutileza do dizer pertence ao domínio da *phrónesis*, perceptível no jogo de palavras na superfície do texto (*logos*) e na semântica verificada em camadas mais profundas, pelos sentidos da expressão (*elocutio*). Assim, temos a ideia de solidez e equilíbrio acentuada pelo termo “pilares”, e de incentivo, suporte e iniciativa, respectivamente, por termos como “fomento”, “recursos próprios” e “empreendedorismo”.

Nos parágrafos seguintes, o discurso identifica o seu oponente, reveste-se de princípios democráticos e participativos e, novamente, contrapõe o discurso do oponente:

(...) o programa retira algumas barreiras burocráticas que as universidades enfrentam.

O processo respeitará o princípio da publicidade. A proposta do MEC vai passar por consulta pública até o dia 15 de agosto. A população poderá colaborar com o programa. As contribuições serão compiladas e uma proposta de mudança na legislação, apresentada posteriormente.

A adesão ao Future-se será voluntária. As universidades e os institutos federais não serão privatizados. O governo continuará a ter um orçamento anual destinado para as instituições<sup>51</sup>. (grifos nossos)

50 Brasil. MEC, 17 jul. 2019.

51 Brasil. MEC, 17 jul. 2019.

Sempre apresentando sutilezas, o orador escolhe cuidadosamente as palavras, com metáforas e eufemismos, como “barreiras burocráticas” para referir-se àquilo que causaria o suposto mau funcionamento das universidades federais. Dessa forma, o *ethos* institucional, mesmo tendo a prerrogativa de autoridade, revela uma imagem de si democrática e que respeita a opinião pública (diferentemente das declarações de membros do governo e do próprio presidente da República, repercutidas largamente na grande mídia). Isso é verificado pela escolha de expressões como “publicidade”, “consulta pública”, “colaborar”, “contribuições” e “proposta” e que permite ao orador construir uma imagem positiva do governo. E, como resposta a possíveis críticas, o orador procura afastar a ideia de privatização e informa que a adesão ao programa “Future-se” é voluntária.

De forma sintética, o texto apresenta três eixos complementares ao programa: “Gestão, Governança e Empreendedorismo”, “Pesquisa e Inovação” e “Internacionalização”. Para nossa análise, debruçar-nos-emos sobre o primeiro eixo. Pois bem, como lista de ações pretendidas, o texto utiliza verbos na forma infinitiva e apresenta informações que dão margem a diferentes interpretações, mas que não deixam de revelar a ideologia liberal que pauta o atual governo, embora este afirme governar sem ideologia.

- Promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos – hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso. Para a administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece percentual máximo de 60%;
- estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e compliance;
- criar ranking das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;
- gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);
- propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades;

- autorizar *naming rights* (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com ajuda do setor privado. (grifos nossos)

Vemos que o discurso autorizado, que constrói o *ethos* institucional do MEC em busca de adesão de seu auditório, apresenta de forma sucinta algumas práticas típicas da administração de empresas do setor privado: “*compliance*” (conjunto de disciplinas a fim de cumprir normas e regulamentos), “*ranking*” e premiação (meritocracia), “contratos de cessão de uso”, “concessão”, “competição”, “*naming rights*”. O tom do discurso é de certa forma didático, explicativo, denotando naturalidade que condiz com a ideia inicial de ser “inédito” e “inovador”.

Já o discurso da ANDES, embora expresse um *ethos* da entidade sindical, apresenta um discurso instituinte, no sentido de levar o auditório não só a negar a crença no discurso dominante, mas também a desconstruí-lo<sup>52</sup>. Por isso, em seus 6.680 caracteres, prevalecem no texto termos relacionados à mobilização do auditório. Assim, a deliberação é uma premissa que surge como consenso supostamente partilhado entre orador e interlocutores.

Nos dois primeiros parágrafos, o orador classifica o programa “Future-se” como projeto de “privatização da Educação Pública e Gratuita” e conclama o leitor a “aprofundar o debate sobre o desmonte da Educação Pública Federal” que precisa ser barrado. Nesse sentido, existe um forte apelo ao *pathos* pela ação, elencando doze instituições de ensino superior que já programaram atos contrários ao programa do MEC. Somente após informar sobre a organização dos atos, o texto traz contra-argumentos ao “Future-se”, cedendo a fala a um dos membros do sindicato:

O Future-se para nós representa um ataque à autonomia universitária e uma proposta clara de desmonte e privatização das universidades, não só no contexto da questão de contratação de docentes e técnicos-administrativos, mas também uma forma, inclusive, das instituições federais serem subordinadas a empresas e a entidade, que querem lucrar com a produção do conhecimento na universidade pública. Isso fica bem evidenciado nesse programa (...) <sup>53</sup>. (grifos nossos)

---

52 Ferreira, 2010.

53 ANDES, 24 jul. 2019.

O discurso autorizado assume um tom de denúncia e necessidade de ação contra “um ataque à autonomia universitária”. Note que o termo “autonomia” possui aqui um sentido mais amplo do que o utilizado pelo MEC (“autonomia financeira”), pois, para a entidade de classe, a autonomia deve ser mantida em todos os aspectos no interior da administração pública. Em seguida, considera a proposta como “um desmonte e privatização das universidades”, ações jamais assumidas pelo discurso oficial.

Para além de uma questão semântica acerca do termo “privatização”, pois existem formas diretas e indiretas de o setor privado participar da gestão pública, o discurso do sindicato justifica sua crítica a partir dos “cortes” de verba para as instituições de ensino superior, ao passo que o governo afirma se tratar de “contingenciamento” de verbas discricionárias. O argumento é construído como causa e consequência em que o corte de verbas deverá “forçar” os gestores a aderirem ao “Future-se”, não de forma voluntária, mas pela “situação de penúria”, consequência do corte ou contingenciamento.

Nesse contexto, o sindicato, legitimado pelos trabalhadores para representá-los, goza de um saber prático e de prudência no sentido de conhecer e vivenciar os meandros da luta por direitos conquistados. Nota-se, pois, que o discurso institucional da ANDES estrutura-se na *phrónesis* e fundamenta-se no *logos*, primeiro porque busca uma “habilitação racional para agir”; segundo, porque “envolve o entendimento verdadeiro dos fins moralmente corretos”<sup>54</sup>; terceiro, porque a *phrónesis* é contingente, logo, a tarefa essencial é delimitar os fins pela análise correta dos fatores peculiares que cercam o tema.

Enfim, no mundo da *doxa* e na contingência “calculativa” e “opinativa” da *phrónesis*, os discursos do MEC e da ANDES representam discursos autorizados, com *ethos* institucional e *ethos* instituinte, respectivamente, fundamentados no *logos*. Por isso, a sintaxe e a semântica são privilegiadas como parte do sistema retórico que se demonstra na *elocutio*, pela força e propriedade da expressão linguística e discursiva.

## Considerações finais

A argumentação estruturada na *phrónesis* fundamenta seu discurso no *logos*. Além disso, atua na *elocutio* como construção expressiva do estilo, do

---

54 Angioni, 2011, p. 311.

timbre, do como dizer o que se quer dizer. O *ethos* institucional – e instituinte –, por sua vez, aposta no próprio discurso e na posição privilegiada de fala autorizada. Ainda que se dirija ao mesmo auditório particular, o discurso é construído com criteriosa escolha lexical e razões ligadas ao contexto retórico dentro do mundo da *doxa*.

A *phrónesis*, como vimos, é contingente, por isso comporta diferentes pontos de vista e as verdades daí decorrentes. Os discursos autorizados, dessa forma, utilizam com maior frequência a *phrónesis* que expressa a prudência, a sensatez, a credibilidade, a racionalidade, a razoabilidade, a competência, a ponderação e o discernimento, qualidades mais presentes no *logos*.

Por fim, o velho artesão e seu banco, o jovem publicitário e sua peça propagandística e os autores de discursos institucionais utilizam-se de sabedoria prática, de prudência e cuidado, o que lhes exige a mobilização de diferentes formas de saberes: conhecimento prévio ou enciclopédico, experiência de vida e domínio técnico-discursivo em seu campo de atuação profissional, que certamente o auxiliarão nas melhores escolhas para atingir seus objetivos.



## Referências

ANDES (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR). **Docentes de todo o país se mobilizam contra o Future-se e em defesa da Educação Pública e Gratuita**. Publicado em 24 de jul. de 2019. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/docentes-de-todo-o-paise-mobilizam-contr-o-future-se-e-em-defesa-da-educacao-publica-e-gratuita1>. Acesso em 10 ago.2019.

ANGIONI, L. **Phronesis e virtude do caráter em Aristóteles**: comentários a Ética a Nicômaco VI. Dissertatio, UFPel [34, 2011] 303 – 345. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8706/5749>. Acesso em 19 fev. 2019.

ARISTÓTELES [384-322 a.C.]. **Retórica**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse e Abel do Nascimento Pena.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Trad. Eudoro de Souza.

\_\_\_\_\_. **De caelo**. Edição D. J. Allan. Oxford: Oxford University Press, 1936. (Oxford Classical Texts).

AUBENQUE, P. [1963]. **A prudência em Aristóteles**. São Paulo: Discurso Editorial, 2003. Trad. Marisa Lopes.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. Trad. do russo Paulo Bezerra.

BAZERMAN, C. **Retórica da ação letrada**. São Paulo: Parábola editorial, 2015.

BRASIL. MEC. **MEC lança programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos**. Escrito por Guilherme Pera e Dyelle Menezes e publicado em 17 de jul. de 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/78211-mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financieira-de-universidades-e-institutos>. Acesso em 10 ago.2019.

DIDEROT, D. **L'Encyclopédie**, 1re éd. 1751 (Tome 13, p. 527-528) – Tradução livre. Disponível em [https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re\\_%C3%A9dition/PRUDENCE](https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/PRUDENCE). Acesso em 12 ago.2019.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. **Argumentação e discurso**. Bakhtiniana, São Paulo, n. 9 (1), p. 53-70, Jan./Jul. 2014.

GAUTHIER, R. **La morale d'Aristote**. Paris: PUF, 1958.

GUIMARÃES, E. **O ethos na argumentação**. SIMELP – I Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (São Paulo), 2008.

MATEUS, S. **Introdução à Retórica no século XXI**. Covilhã (Portugal): Labcom.IFP/Universidade da Beira Interior, 2018.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

# O *ethos* do orador na mídia virtual: o razoável e o honesto postos à prova

Kathrine Butieri

Ricardo Ugeda Mesquita

A retórica é capaz de resolver uma pendência, por meio da persuasão, nas sociedades civilizadas, sem necessitar da violência. A confrontação de discursos que precisam ser elaborados com muita engenhosidade e avaliados livremente pelo auditório é um recurso muito eficaz na arte de convencer.

Ao buscar a persuasão, três grandes fatores da argumentação são necessários, de acordo com as lições aristotélicas: o *ethos* (caráter moral do orador), o *pathos* (forma pela qual o auditório recebe os argumentos do orador) e, por fim, o *logos* (a forma pela qual se expressam os argumentos).

Neste texto, vamos nos deter à análise do *ethos*, sob a perspectiva aristotélica, certos de que o caráter, equivalente à palavra “ético”, originária do grego *ethos*, é um recurso que certamente leva à persuasão.

Na primeira parte, levantaremos alguns aspectos pertinentes à questão teórica do *ethos* e da ideia de honestidade no contexto retórico. Na segunda parte, analisaremos de forma pontual o *ethos* na materialidade discursiva da mídia virtual, de modo a diferenciar os elementos principais dos *ethé* da mídia dita séria e da chamada sensacionalista.

## O *ethos* como recurso do orador

O *ethos* corresponde à imagem que se constrói do orador (ou enunciador) no próprio ato de dizer. Equivale ao caráter, à imagem construída de si no ato da enunciação. Importa ao orador assumir o caráter apropriado ao auditório e àquilo que alega, uma vez que assumir o caráter certo em determinado contexto discursivo permite-lhe inspirar a confiança necessária para que o auditório acredite nele e, assim, escute, com atenção redobrada, aquilo que lhe comunica por meio de seu texto, falado ou escrito.

O conceito de *ethos*, portanto, não diz respeito àquilo que o orador diz de si explicitamente

é esse dizer sem ter dito que possibilita a eficácia do *ethos*, seu poder de despertar a crença, a adesão: o leitor é levado a identificar-se com a fala do enunciador, a incorporar um certo modo de ver o mundo; é levado a habitar o mesmo “mundo ético”<sup>1</sup>.

A ideia de *ethos* surgiu na Grécia com Aristóteles (384-322 a.C.) e, em Roma, com Cícero (106-43 a.C.) e Quintiliano (35-95), com perspectivas diferentes. Para os gregos, a imagem que o orador criava e mostrava no momento da enunciação, a fim de convencer o auditório, não correspondia, necessariamente, à identidade dele; enquanto para os romanos, o *ethos* estava ligado aos atributos reais do orador, à sua moral, e não incidia na imagem discursiva criada pelo orador.

De acordo com Heine<sup>2</sup>, o pensamento romano baseava-se nas ideias de Quintiliano e Cícero, famosos oradores da época, para os quais a reputação de um homem pesava mais do que suas palavras. No entanto, conforme a autora, é o pensamento grego e não o romano que lançou as bases para a construção teórica da noção de *ethos* nos estudos linguísticos.

O *ethos* pode levar o auditório a ouvir o orador, contudo não é suficiente para cativá-lo e persuadi-lo, como bem lembra Matheus<sup>3</sup>. É por isso que Aristóteles aponta para três tipos de provas que representam técnicas capazes de melhor atingir efeito quando utilizadas de forma complementar e interdependente. À credibilidade (*ethos*) que “obriga” o auditório a ponderar as palavras do orador, segue-se a capacidade, por parte do orador, de gerir

---

1 Cavalcanti, 2008, p. 173.

2 Heine, 2011.

3 Matheus, 2018.

as emoções (*pathos*) e assim cativar o auditório; a seguir, é necessário que a presença e o interesse do auditório sejam transformados em adesão “lógica” às teses propostas (*logos*).

Utilizar essas três técnicas no mesmo discurso é alargar o campo da persuasão desde o caráter moral, passando pelo despertar das emoções, até à racionalidade daquilo que se apresenta perante o auditório.

De acordo com Aristóteles,

é o *ethos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador<sup>4</sup>.

Diante de tal lição, fica clara a força daquilo que o enunciador explicita na enunciação. É o discurso que tem a força necessária para fazer o auditório apreender um orador constituído pelo discurso e não um ente subjetivo que seria a fonte de onde emanaria o discurso. O *ethos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, implícito. Diante disso, o *ethos* é construído discursivamente e não por meio de uma valoração prévia do caráter do orador.

Para Aristóteles, o *ethos* é a principal prova retórica, ou seja, o maior recurso de que deve o orador lançar mão ao caminhar pelas veredas da persuasão. Assim, entendido o *ethos* como um dos mais importantes fatores da argumentação, fonte que inspira confiança no orador, interessa-nos destacar as grandes qualidades procuradas pelo auditório no discurso apresentado. Nesse sentido, o grande filósofo preconiza

três são as causas que tornam persuasivos os oradores, e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações: são elas a prudência (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*). Quando os oradores recorrem à mentira nas coisas que dizem ou sobre aquelas que dão conselhos, fazem-no por todas essas causas ou por algumas delas. Ou é por falta de prudência que emitem opiniões erradas ou então, embora dando uma opinião correta, não dizem o que pensam por malícia; ou sendo prudentes e honestos não são benevolentes; por isso, é

---

4 Aristóteles, 2015.

admissível que, embora sabendo eles o que é melhor, não o aconselhem. Para além destas, não há nenhuma outra causa. Forçoso é, pois, que aquele que aparenta possuir todas estas qualidades inspire confiança nos que o ouvem<sup>5</sup>.

O *ethos* está ligado à própria enunciação ou discurso, e não a um saber extra discursivo sobre o orador ou locutor. Então, para dar a imagem positiva de si mesmo, de acordo com Aristóteles, o orador deve se valer de três qualidades: a prudência, a virtude e a benevolência, porque contra essas três virtudes pouco se pode contra-argumentar.

A prudência (*phrónesis*) refere-se à capacidade de calcular os meios necessários para atingir um fim. Ela é invocada quando se julga ser característico de um homem dotado de sabedoria, prática e prudência, o poder de deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, mas sob um prisma que contribua para a vida boa em geral.

A virtude (*areté*), por sua vez, é uma disposição de caráter. Aristóteles distingue duas formas de virtudes: uma “natural”, inata e da qual não se pode ter mérito, porque exclui a capacidade racional do cálculo e da escolha, sendo fruto do bom nascimento e da boa educação; outra, virtude propriamente dita, que se adquire por meio do hábito e do agir bem. Apresenta uma imagem agradável de si, porque apresenta simpatia e conexão com o auditório.

A benevolência (*eúnoia*), a seu turno, é pouco individualizada por Aristóteles e está vinculada ao desejar o bem ao outro de maneira direta e imediata. Automaticamente, a benevolência aparece quando alguém provoca no outro o espírito da amizade com a relação de causalidade em ser prazeroso e ser útil.

Assim, cabe ao orador valer-se desses recursos para garantir sua eficácia discursiva. Nesse sentido, Fiorin<sup>6</sup> destaca que o orador que se utiliza mais de *phrónesis* apresenta-se como ponderado, sensato e constrói suas provas muito mais com os recursos do *logos* do que do *pathos* ou do *ethos*; já, o que se vale mais da *areté* mostra-se como desbocado, franco, temerário e constrói suas provas muito mais com os recursos do *ethos*; aquele que, a seu turno, prioriza a *eúnoia* apresenta-se como solidário, um igual, e erige suas provas muito mais com base no *pathos*, cheio de benevolência.

---

5 Ibid., p. 116.

6 Fiorin, 2016.

## O *ethos* na mídia virtual

Como lembra Aristóteles, tendemos mais a acreditar em alguém honesto do que desonesto, em alguém sensato do que sem critérios, em alguém franco, do que alguém que parece mentiroso, escorregadio. Assim, acreditamos mais facilmente nas pessoas que transmitem a imagem de ponderação, de honestidade e de coragem. É, novamente, a ideia do *ethos* que se impõe no contexto persuasivo.

Ainda assim, estudiosos da retórica na contemporaneidade, como Eggs, ampliam esse entendimento e conectam o *ethos* e o *logos*, atribuindo grande força às escolhas linguísticas que apontarão para o caráter do orador, fator que poderá conferir maior ou menor eficácia discursiva. Vejamos sua lição:

o lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele. De fato, ‘toda forma de se expressar’ resulta de uma escolha entre várias possibilidades linguísticas e estilísticas<sup>7</sup>.

Diante de tal realidade, Eggs nos lembra uma passagem de Aristóteles, que afirma que “os meios que nos permitem parecer razoáveis (*phrónimos*) e honestos (*spoudaios*) devem ser tirados de nossas distinções que concernem às virtudes<sup>8</sup>”. Tal colocação serve como base para uma indagação frente à questão da honestidade e da razoabilidade no discurso sobre a mídia virtual<sup>9</sup>.

Eggs, nesse sentido, complementa tal ideia e esclarece que não é preciso “se dar a aparência” de ser honesto e sincero, mas “apresentar-se” honesto e sincero para que o verdadeiro e o justo se imponham e, para isso, é preciso mostrar-se crível e ser percebido como competente, razoável, equânime, sincero e solidário, e, assim, adquirir uma integridade discursiva e retórica.

Na mídia virtual, é possível analisar a integridade discursiva e retórica que inspira confiança a partir de um *ethos* institucional, relacionado ao modo de dizer que a instituição deseja construir. Nesse percurso, legitima-se o *ethos*, conforme a lição de Amossy, “(...) ao mesmo tempo, o *ethos* está ligado ao

7 Eggs, 2008, p. 31.

8 Aristóteles, 2015, 1378a6c.

9 A mídia virtual refere-se ao conjunto de meios de comunicação que necessita de recursos eletrônicos ou eletromecânicos para que o usuário final (audiência ou público) tenha acesso aos conteúdos – de vídeo ou áudio, gravados ou transmitidos em tempo real. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=o+que+%C3%A9+m%C3%ADdia+virtual>. Acesso em: 30 ago. 2019.

estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala<sup>10</sup>.

No caso em tela, em que refletimos sobre a mídia virtual, baseamo-nos em dois sites: o site TV Foco e o site de notícias Uol. Em ambos os sites, identificamos, claramente, jornalistas que assumem a função de orador, e quando isso ocorre

o jornalista vale-se, previamente, de uma imagem positiva de si, de um *ethos* institucional, sustentado na crença da existência de uma competente responsabilidade profissional e goza de um status, reconhecido socialmente, que lhe assegura o dizer e reveste esse dizer de credibilidade<sup>11</sup>.

Eggs, apoiado nos estudos aristotélicos, afirma que toda a ação se realiza pela *phrónesis* e pela virtude. Complementa, ainda, que a fórmula *phrónesis*, *areté*, *eúnoia* são o mesmo que *epieíkeia* (honestidade) e mostram-se pelas escolhas deliberadas feitas pelo orador.

Ambas as características poderiam ser inseridas no campo da *areté* ao refletirmos sobre as características do *ethos* e substituídas por “honestidade”. Ainda assim, ao tratarmos da mídia virtual, questionamos essa imagem, que deve ser encontrada nas recorrências enunciativas de uma totalidade: a obra de um autor, os discursos de um político etc.

Eggs nos apresenta a fala de Aristóteles em que emprega *epieíkeia* (honestidade) como sinônimo de *ethos*:

persuadimos pelo *ethos*, se o discurso é tal que torna o orador digno de crédito, pois as pessoas honestas (*epieíkeia*) nos convencem mais e mais rapidamente sobre todas as questões em geral (...). Não é preciso admitir (...) que a *epieíkeia* do orador não contribui em nada para a persuasão; muito ao contrário, o *ethos* constitui praticamente a mais importante das provas<sup>12</sup>.

Nesse contexto, é válido destacar que o orador deve encontrar argumentos apropriados à noção comum para que o verdadeiro e o justo se imponham. Por isso, é preciso respeitar os *topói*<sup>13</sup> em que o orador mostre

10 Amossy, 2008, p. 17.

11 Ferreira, 2015, p. 20.

12 Aristóteles apud Eggs, 2008, p. 36.

13 O termo *topói* significa o lugar comum de onde se originam as provas (FERREIRA, 2015, p.70).

um *ethos* apropriado à sua idade e à sua situação social e adapte seu discurso ao costume de seu auditório.

Vale lembrar que na retórica de Aristóteles há dois campos semânticos opostos ligados ao termo *ethos* que representaremos com o seguinte quadro:

Quadro 1<sup>14</sup>

<i>Ethos</i> →	moral	Neutro/objetivo
Fundado →	<i>epieikeia</i>	<i>héxis</i>
Engloba →	Atitude e virtude	hábitos, modos e costumes ou caráter

Para Eggs, entretanto, essas duas concepções não se excluem, mas constituem as duas faces necessárias a qualquer atividade argumentativa. O autor estimula a reflexão dessa temática por meio das seguintes perguntas retóricas:

encontrar-se-iam aqui duas concepções contrárias, ou mesmo contraditórias, da força persuasiva do *ethos*? Convencemos ao mostrar, no discurso, uma moral elevada ou, de modo contrário, ao usar uma expressão adequada ao caráter e ao tipo social<sup>15</sup>?

Nesse sentido, Campos<sup>16</sup> lembra que a totalidade em que se busca o caráter do enunciador é diferencial, construída para os propósitos da análise. Ao estabelecermos os *ethé* da chamada mídia digital séria<sup>17</sup> e da sensacionalista, por exemplo, verificamos que os sites de cada um dos tipos precisam ser vistos como constitutivos de uma totalidade distinta. Por exemplo, poderíamos pensar num site como TV Foco (repleto de chamadas sensacionalistas, notícias de artistas e sub celebridades) e compará-lo a um site de notícias como Uol.

Cada um desses sites representa uma totalidade e apresenta os *ethé* diferentes, conforme mostraremos a seguir:

14 Eggs, 2008, p. 30 (adaptado pelos autores).

15 Eggs, 2008, p. 30.

16 Campos, 2003.

17 A mídia digital considerada séria, em sentido amplo, é aquela que atua pautada em padrões de sinceridade e honestidade, de acordo com as regras morais impostas por uma sociedade.



## **Caso Neymar: Justiça pede acesso as 3 investigações que envolvem o jogador**

A justiça pediu que as Polícias Civil de São Paulo e do Rio de Janeiro encaminhem todas as informações que reuniram nas investigações que envolvem Neymar e Najila Trindade. A medida determina que sejam enviadas à Vara da Região Sul 2 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que fica em São Paulo, as apurações do suposto estupro, da suspeita de furto ao apartamento que a modelo morava e da exposição de fotos íntimas de Najila no Instagram do jogador. Este último corre no Rio de Janeiro.

A solicitação da Justiça foi feita em 12 de julho no despacho que concedeu mais 30 dias de prazo para investigação de estupro que corre na 6ª Delegacia de Defesa da Mulher. O caso segue em sigilo e os motivos que levaram ao pedido de acesso aos inquéritos policiais não foram revelados. A decisão também teve implicações nos laudos que a Polícia Científica elaborou.

O entendimento dos peritos foi que o resultado deveria ser entregue à Vara da Região Sul 2 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o que foi feito. A medida não atrapalhou o trabalho da 6ª Delegacia de Defesa da Mulher porque os investigadores podem acessar o laudo por meio eletrônico logo que eles chegam ao fórum.

Outro procedimento que passará pela Justiça é a inclusão no inquérito das imagens de Neymar no hotel em que Najila se hospedou em Paris entre os dias 15 e 17 de maio. As gravações dele chegando e saindo do Sofitel Arc de Triomphe foram apreendidas pela polícia judiciária de Paris. Acordos internacionais estabelecem que o compartilhamento dos vídeos às autoridades brasileiras só pode ser feito mediante solicitação judicial. Está burocracia pode consumir semanas.

Não há prazo para o inquérito de estupro ser concluído. Quase todo o trabalho foi feito, não há depoimentos a colher, mas são aguardados laudos e as imagens do hotel de Paris<sup>18</sup>.

Podemos observar nesse texto o *ethos* do orador apropriado e adaptado em seu discurso ao habitus de seu auditório, uma vez que a notícia foi publicada na página de esportes indicada aos leitores de notícias de esportes, de um site considerado sério.

Essa ideia se confirma quando o orador se vale do poder da instituição (notícias Uol) para informar na voz de outra instituição (Poder Judiciário), ainda mais soberana, seu discurso autorizado, para assim inspirar credibilidade e competência em seu discurso.

O orador apresenta uma integridade discursiva e retórica quando se mostra no apagamento da enunciação “A justiça pediu...” e utiliza, no decorrer do texto, termos relativos à justiça como uma totalidade incontestável de informação: investigações, medida, enviados à vara, apurações, decisão, laudos, procedimentos, solicitação, despacho, aprendidos, depoimentos etc.

Demonstra, também, o orador, isenção e parece razoável ao tratar dos crimes como “suposto estupro” e “suspeita de furto”. Assim, o *ethos* do orador assegura *epieikeia* (honestidade) ao adaptar os habitus éticos do auditório e inspirar um site digno de confiança, sério, com conhecimento dos fatos, linguagem técnica e informações precisas da norma padrão sem duplo sentido para um auditório que busca informações e que tem o costume de consultar a página de esportes.

Dessa forma, o processo argumentativo é dirigido ao auditório que aprova conclusões “verdadeiras” a partir da apresentação de um conjunto sólido de justificações que se baseiam nas teses reivindicadas.

Em contrapartida, o site TV Foco fundamenta-se no juízo de valor de seu auditório e não na evidência de provas de um raciocínio analítico, como visto anteriormente, conforme verificar-se-á a seguir:

### **Nájila Trindade põe pai de Neymar em caso de estupro e ridiculariza o craque: “O que o papai te orientou?”**

---

18 Pereira, 27 jul. 2019, on-line.

Caso de acusação de estupro movido por Nájila Trindade contra Neymar ganha novo capítulo e modelo ridiculariza situação do jogador.

Nájila Trindade, que acusa o jogador Neymar de estupro e que viu o caso dela virar uma novela exposta para todo o Brasil, decidiu literalmente quebrar o silêncio sobre o grave crime contra o jogador e revelar novas informações envolvendo a situação polêmica envolvendo o craque.

Em conversa com o site do canal pago ESPN, Nájila Trindade deixou claro que não vai desistir da forte acusação contra Neymar ridicularizou o jogador e acabou envolvendo até o pai do craque em todo o processo que segue correndo na justiça. “E aí, menino Ney? Bateu ou não bateu? O que o papai te orientou a falar?”, começou falando a moça, que segue isolada com familiares na Bahia.

“Sua molecagem está atrapalhando os lucros dele. Você não pode ser punido como qualquer pessoa normal, porque te educar pra virar homem faz mal aos negócios”, disparou ainda Nájila Trindade deixando claro seu ódio e revolta contra Neymar.

A moça ainda não parou com suas declarações polêmicas e desafiou Neymar a negar tudo olhando nos olhos dela. Nájila Trindade antecipou que pode até assumir que deu os tapas no jogador, como é possível ver no único vídeo que foi divulgado sobre o caso, mas que o craque vai precisar explicar o porquê ela teria tido tal atitude na ocasião.

Em outro trecho do desabafo de Nájila, ela afirma que Neymar precisa assumir os atos dele para que tenha respeito pelo próprio pai, que vive o chamando de menino por aí. “Assuma sua parcela de responsabilidade dessa tragédia pra que assim você comece a ter o respeito do seu próprio pai”, seguiu afirmando a moça de forma bastante polêmica. O staf de Neymar foi procurado para comentar o caso, mas até aqui não se pronunciou, segundo o site da emissora de TV.

Sobre o caso, para quem não sabe, Nájila veio à público acusar Neymar de estupro e agressões. Tudo teria acontecido em viagem para Paris, paga pelo craque para a Brasileira que foi até a Europa conhecer o rapaz. Lá eles tiveram relações sexuais, mas o craque, segundo o que alega Nájila Trindade, teria se descontrolado e cometido o abuso e as agressões. Após a história estourar no mundo todo, a modelo prometeu ter um vídeo de 7 minutos, que comprovaria tudo que estava dizendo. No entanto, o único vídeo divulgado de pouco mais de um minuto, apenas mostrou a moça batendo no jogador. A modelo, por sua vez, alegou que o tal vídeo acabou sendo roubado.

Vale dizer que recentemente o advogado de Nájila Trindade, Cosme Araújo alegou que vai entrar com o mesmo processo contra Neymar na França. Segundo ele, a ideia é iniciar o processo lá, caso a justiça Brasileira acabe por absolver o jogador em relação às acusações de estupro.

Ainda falando do caso, o ex-marido de Nájila Trindade também acabou se envolvendo no caso recentemente. Ele afirmou em entrevista que não acredita que o estupro tenha ocorrido, e que teria falado com a ex-esposa minutos depois, após o tal acontecimento, e que ela só fazia relatado que o jogador havia sido grosseiro com ela. Após as tais declarações, o advogado da modelo, contestou as alegações do ex-marido<sup>19</sup>.

Na notícia veiculada pelo site TV Foco, o orador, da mesma forma que o anterior, mostra um *ethos* apropriado e adaptado ao discurso que apresenta ao auditório, com argumentos adequados à noção comum. Observamos que o costume de seu auditório é o de acompanhar o cotidiano de notícias das novelas na TV, assunto recorrente nesse site.

Esse jornalismo, considerado sensacionalista, apresenta duplo sentido nas informações, com manchete gritante, ambígua, temática de crime e apelo sexual, por exemplo, “Nájila Trindade põe pai de Neymar em caso de estupro e ridiculariza o craque: ‘O que o papai te orientou?’”

---

19 Tura, 28 jul. 2019.

No decorrer do texto verificamos informações tendenciosas e irrelevância na informação, com o intuito de causar outros efeitos de sentido no interlocutor. Os termos como “ganha novo capítulo” e “viu o caso dela virar uma novela” fazem parte de um discurso adaptado ao habitus de seu auditório.

Como em um romance “realista”, as informações são narradas com personagens complexos, problemáticos e envolvidos em suas paixões, para construir uma situação polêmica. O orador mostra uma maneira de viver e de mostrar em seus “personagens” *ethé* diferentes.

Observamos, também, o uso de duplo sentido, exageros e adjetivações que nos levam a considerar o site sensacionalista. Vejamos algumas ocorrências nesse sentido:

- Duplo sentido: Nájila Trindade põe pai de Neymar em caso de estupro; o que o papai te orientou?
- Exagero: grave crime, forte acusação, desabafo, segue isolada, desafiou Neymar, deixa claro seu ódio.
- Adjetivação: ridiculariza, “menino”, molecagem.

A interpretação tendenciosa da entrevista feita a Nájila apresenta um argumento que não é lógico, visto que Nájila se vale do *pathos* para cativar seu auditório: “assuma sua parcela de responsabilidade dessa tragédia pra que assim você comece a ter o respeito do seu próprio pai”. É assim que Nájila encontrou, dentro do discurso dominante, virtuosidade para a construção de seu *ethos*.

A seu turno, o site TV Foco repetiu a mesma ideia com outras palavras e valeu-se da figura de presença para persuadir: “ela afirma que Neymar precisa assumir os atos dele para que tenha respeito pelo próprio pai, que vive o chamando de menino por aí”. É clara a artimanha da repetição persuasiva para criar uma presença na consciência do auditório.

Essas marcas composicionais permitem compor o *ethos* da mídia digital séria e da sensacionalista.

O sujeito do estilo, como *ethos* ou imagem de um orador colhida pelo auditório a partir daquilo que é dito, interpreta as coisas do mundo. Dessa interpretação decorre um princípio de julgamento ético (radicado no interior de um percurso gerativo do sentido). O mesmo sujeito experimenta emoções diante do mundo per-

cebido, e, nesse âmbito da experiência sensível do pensamento, desvelam-se os vividos<sup>20</sup>.

Os *ethé* das mídias digitais podem ser construídos pelo interlocutor e interpretados pelo auditório. De um lado, o tom sério, brando, a voz que não se eleva; do outro, o tom jocoso, rude, franco, que se exhibe sem “frescuras”, sem contenção. É um corpo (totalidade) avesso ao freio, de gestos abruptos. Ele não fala, grita.

Nesse momento, não importam os vários fazeres dos sujeitos reais, mas a apreensão da imagem do enunciador veiculada pelo texto. É como se esse sujeito, esse *ethos*, fosse o eu-lírico de uma poesia. É um todo, uma imagem produzida pelo discurso, que transmite por meio dos variados elementos composicionais capazes ou não de gerar adesão e a esperada eficácia do ato retórico.

## Considerações finais

O orador constrói seu *ethos* no momento do ato retórico e isso pudemos observar nos exemplos apresentados. Sabemos que a *areté* (benevolência, adaptação perfeita, excelência, virtude) é uma palavra grega que expressa o conceito de excelência, ligado à noção do cumprimento do propósito ou da função a que o indivíduo se destina e tal cumprimento foi amplamente apresentado pela análise dos textos selecionados da mídia digital.

Nesse contexto comunicativo, o jornalista almeja atingir seu público e comunicar sua ideia com eficácia, apoiado na fórmula *phrónesis*, *areté*, *eúnoia* que é sinônimo de *epieíkeia* (honestidade). Tal perspectiva é mostrada pelas escolhas deliberadas feitas pelo orador.

Para tanto, a honestidade do jornalista, aqui orador, é colocada à prova em textos como o extremamente sensacionalista por nós apresentado; entretanto, é possível afirmar que o enunciador está sendo fiel àquilo que quer comunicar, não à realidade, que, também, é relativa e sempre questionável.

Entendemos que a Nova Retórica, especialmente a partir da análise do segundo texto, não considera o apelo sensacionalista como defeito de linguagem, mas assume e compreende essa inexactidão na argumentação em

---

20 Discini, 2016, p. 25.

contextos cotidianos informais preocupada com o auditório e com a forma pela qual o orador coordena seus pensamentos e suas ações.

Nesse diapasão, uma análise retórica dos excertos objeto deste texto permite-nos afirmar que, habilmente, em ambos os contextos, os jornalistas, aqui oradores, consideraram as possibilidades de interação do auditório, desde a escolha da temática até à abordagem lexical e à forma de construção das ideias expostas e caminham por uma trilha comprometida com aquilo que querem veicular. Há uma linha tênue entre o que é e o que fazem parecer ser. Ainda assim, a efetividade retórica se concretiza, para diferentes auditórios, por meio de diferentes oradores, com diferentes *ethé*.

A lição aristotélica relaciona o parecer razoável e honesto ao campo das virtudes. A honestidade e o razoável aqui são questionados, mas, sobretudo, sob a égide da Nova Retórica, inter-relacionados no ato enunciativo jornalístico das mídias digitais, o momento maior de construção do *ethos* do orador.

Assim, o orador ou enunciador, nesse contexto, é o jornalista: não, necessariamente, o jornalista “de carne e osso”, mas a imagem que exara do *ethos* que construiu por meio de sua obra.

## Referências

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução do original em grego de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento, 1)

CAMPOS, N. D. de. **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o *ethos* do sujeito jornalista. In MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

DISCINI, N. Éthos e estilo. In: LIMA, E. S. de; GEBARA, A. E. L.; GUIMARÃES, T. F. (orgs.) **Estilo, éthos e enunciação**. Franca: Unifran, 2016.

EGGS, E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In AMOSSY, R. (Org) **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 29-44.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão** – princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

HEINE, P. V. B. A construção do *ethos* da garota adolescente na revista Capri-cho. In: HEINE, P. HEINE, L. (orgs). **Entre o texto e o discurso**. Simões Filho: Kalango, 2011:141-164.

MATEUS, S. **Introdução à retórica no século XXI**. Covilhã: Editora Lab-Com. IFP, 2018.





# Polêmica e o *ethos* do administrador público

João Pinheiro de Barros Neto

## Introdução

Nas últimas décadas, no Brasil, quer se credite o motivo à operação Lava-jato<sup>1</sup>, às mídias sociais ou mesmo a uma maior participação e cobrança da sociedade sobre os políticos que elege, o fato é que nosso País testemunhou um boom de escândalos de corrupção.

A corrupção, no entanto, não é um fenômeno recente, nem exclusividade brasileira, mas a sociedade, que vivia conformada com a corrupção endêmica no país do “rouba, mas faz”, e estava crente na impunidade dos corruptos, amadureceu, assim como as Instituições nacionais, o que levou a um recrudescimento das denúncias de corrupção com a consequente apuração e punição dos culpados<sup>2</sup>, ainda que para alguns, as sanções ainda sejam muito leves.

O fato é que a aversão à corrupção parece ter se disseminado em todos os níveis da sociedade que parece querer se dissociar do jeitinho brasileiro ou da famosa lei de Gerson de levar vantagem em tudo com a população, de forma geral, exigindo, cobrando e indo às ruas para exigir que seus

---

1 Netto, 2016.

2 Livianu, 2014.

governantes não roubem e façam e que conduzam os negócios públicos pautados por princípios éticos.

Os eleitores estão se acostumando a cobrar resultados de seus políticos e querem que os gestores públicos sejam eficientes oferecendo e garantindo saúde, educação, segurança e qualidade de vida.

De fato, existe um clamor geral que o Estado não tem satisfeito as necessidades da população e, diante desse cenário, os governos tomam medidas polêmicas, as quais não são exclusividade de uma única gestão e podemos citar, por exemplo: programa Mais Médicos, privatizações, contingenciamentos orçamentários, reforma da previdência, demissão de servidores públicos, aumento ou diminuição do Estado na economia, dentre outras, que acabam sendo criticadas ou defendidas por grandes segmentos da população que se colocam em lados opostos quanto ao acerto e legitimidade das ações adotadas.

A partir desse contexto, pode-se afirmar que o gestor público se encontra sempre na arena das polêmicas públicas<sup>3</sup> e diante da necessidade de construir e sustentar um *ethos* de bom caráter que se identifique com as expectativas da sociedade.

O quadro se agrava porque, no Brasil, há diversas situações gritantes de deficiências na infraestrutura, burocracia excessiva no atendimento ao cidadão, servidores mal qualificados ou desmotivados, má gestão, inércia política, falta de recursos para investimentos.

Tudo isso só contribui para o surgimento de polêmicas derivadas das ações dos gestores públicos que tentam ao mesmo tempo resolver os problemas e reafirmar um *ethos* que seja capaz de os legitimar a permanecer no poder.

Em face do exposto, neste capítulo, propõe-se uma breve recuperação histórica do desenvolvimento da retórica até a inclusão da polêmica como objeto de análise e a utilização de uma polêmica real e atual, para aplicar os conceitos que serão discutidos.

## Da retórica clássica à polêmica

O estudo e análise retórica exigem conhecimento de um vasto e complexo conjunto de disciplinas multidisciplinares, uma vez que argumentar está presente em todas as falas humanas em menor ou maior grau.

---

3 Blumen et al., 2015.

No espaço público isto é ainda mais presente pois, neste, sempre existe grande abertura para o debate, para a dúvida e para o conflito, o que é exacerbado porque ideologias em jogo permite haver muitas verdades aparentemente definitivas a respeito de um fato, dado, ou informação.

Tal ecletismo faz com que a Retórica seja do interesse de várias áreas das Ciências Sociais Aplicadas como Administração, Direito, Economia, Comunicação e das Ciências Sociais como Filosofia, Teologia, Sociologia e História, indo muito além da Linguística, Letras e Artes, pois a investigação linguística pode elucidar muitas questões de cunho prático da política atual entendida em seu sentido amplo, isto é, “tudo que diz respeito a assuntos públicos e ao bem da comunidade”<sup>4</sup>.

Considerando a amplitude e complexidade dos estudos retóricos e em face do escopo desta obra, selecionamos como objeto de estudo o *ethos* do gestor público diante da polêmica acerca da privatização dos Correios, um tema muito atual e que tem despertado muito interesse e que faz muito sentido, conforme nos esclarece Amossy:

no campo político, a polêmica se traduz em termos de construção de *ethos* e de poder, tornando-se, assim, um ritual de posicionamento, chama a atenção para o fato de que a polêmica põe sempre em jogo imagens de si, que se inserem nas estratégias de promoção da sua própria pessoa<sup>5</sup>.

Reboul<sup>6</sup> atribui o surgimento da retórica a Córax de Siracusa ainda no século V a.C., durante um período de transição de uma tirania para uma democracia, marcado por incontáveis pendengas jurídicas propostas por cidadãos que recorriam à justiça para reaver seus bens e direitos tirados pelos ditadores de então. Como não havia a profissão de advogado, os próprios cidadãos tinham que se defender e convencer os julgadores sobre seus direitos, o que elevou a retórica à uma arte extremamente valorizada e útil.

Ainda segundo conta Reboul, Córax com um discípulo chamado Tísias, por volta do ano de 465 a.C., aproveitaram o momento que demandava das pessoas a prática de discursos persuasivos, para escreverem o que é considerado o primeiro tratado sistemático sobre a arte de falar em público, isto

---

4 Amossy, 2017, p. 19.

5 Amossy, 2017, p. 216.

6 Reboul, 2004.

é, um verdadeiro guia didático com lições para defender uma tese em juízo, que prometia vencer qualquer discussão.

Na Antiguidade clássica, a retórica ganhou o status de uma arte de grande prestígio na Grécia, pois se tratava da ferramenta mor da democracia ateniense em contraponto à sofística cujo objetivo era persuadir o adversário a qualquer custo.

Quanto aos objetivos pretendidos, há similaridade entre a retórica e a sofística, uma vez que ambas buscam a persuasão, porém, vale ressaltar que para os sofistas vale tudo e até desconsidera a verossimilhança para atingir sua finalidade última que é vencer o debate, o que valeu muitas críticas e terminou por contaminar com certo descrédito também a retórica<sup>7</sup>.

Lima relaciona a atribui a Aristóteles (384 a.C-322 a.C) o mérito de ser o pioneiro no estudo dos meios de persuasão, os quais segmentou em quatro dimensões argumentativas: a demonstração, a retórica, a sofística e a dialética.

A importância da retórica na interpretação de Aristóteles consiste na capacidade de persuadir o ouvinte, fazendo com que ele formule um juízo sobre a situação que a ele se apresenta. Neste sentido, a retórica esteve e estará sempre ligada a política e a ética, tendo as suas bases fincadas na psicologia e na lógica<sup>8</sup>.

Retomando Reboul, ele advoga que há consonância entre a retórica e a dialética, embora não se confundam, pois ambas são técnicas que objetivam persuadir pela argumentação, porém, a dialética é “apenas um jogo intelectual que, entre suas possíveis aplicações, comporta a retórica” e completa que a retórica é “a técnica do discurso persuasivo que, entre outros meios de convencer, utiliza a dialética como instrumento intelectual<sup>9</sup>”.

Conforme Aristóteles<sup>10</sup>, a retórica usa estratégias para persuadir o auditório baseadas e, três elementos: no *logos* (argumentos que apelam à razão com raciocínio lógico), no *pathos* (recursos que buscam acender as paixões do auditório) e no *ethos* (o caráter moral do orador).

Continuando com Aristóteles, ele classifica os discursos em três gêneros oratórios, quais sejam, deliberativo, judiciário e epidítico, conforme os papéis

---

7 Id., 2004.

8 Lima, 2011, p. 11.

9 Reboul, op.cit., p. 39.

10 Aristóteles, 2013.

que o auditório, isto é, os ouvintes, têm de desempenhar, respectivamente, em cada um deles: deliberação, julgamento ou simplesmente apreciação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>11</sup> inovaram com a Nova Retórica inspirada no pensamento de Aristóteles porque eles dão toda a importância para o auditório, qualquer que seja a argumentação, pois o foco é a adesão das pessoas às quais se dirige o retórico e ressaltam que há muitas outras formas possíveis e válidas de pensamento além do raciocínio lógico para sustentar uma argumentação baseada no que chamam de verossímil, isto é, do que é plausível ou provável e não necessariamente do que é verdadeiro e real.

Tudo que, na argumentação, supostamente assenta no real caracteriza-se por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que assenta no preferível, o que determina nossas escolhas e não é conforme a uma realidade preexistente, estará ligado a um ponto de vista determinado que só se pode identificar com a ajuda de um auditório particular, por mais vasto que seja<sup>12</sup>

Assim, para os autores, um debate só é possível se houver interesse do auditório na discussão do assunto, isto é, precisa haver interesse mútuo na polêmica, além disso, o argumentante deve demonstrar autoridade ser considerado orador ao tempo em que o auditório precisa estar disposto a formar uma opinião sobre o tema, pois se uma das partes entender a questão como fora de discussão, não há como se argumentar, porque “com efeito, tanto o desenrolar como o ponto de partida da argumentação pressupõem o acordo do auditório<sup>13</sup>”.

Destarte, o ponto inicial de toda argumentação é um acordo prévio entre o orador e o auditório para que seja possível entabular a argumentação, uma vez que o argumentante só consegue desenvolver suas estratégias persuasivas ao conectar seus argumentos com o que é, de alguma forma, admitido pelos ouvintes que compõem o auditório, pois do contrário, será imediatamente rejeitado.

Assim, os valores podem ser considerados os mais importantes elementos para fomentar um acordo entre o argumentador e o auditório, uma vez que valores comuns predispõem as pessoas a serem receptivas às ideias defendidas pelo orador.

---

11 Perelman, Olbrechts-Tyteca, 2006.

12 Id., 2006, p.76.

13 Ibid., p. 75.

Estar de acordo relativamente a um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal, deve exercer sobre a ação e as disposições para a ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem que se considere, no entanto, que esse ponto de vista de impõe a toda a gente<sup>14</sup>.

Para Amossy, a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca “não se interessa pelo raciocínio que se desenvolveria de modo autônomo na mente de um sujeito pensante, mas pelo raciocínio verbal em uma situação de comunicação que visa ao acordo<sup>15</sup>”. Nessa linha, a autora expande o objeto da retórica e da análise do discurso para situações em que não há acordo possível, isto é, situações de dissensão explícita, em que há dois lados que não chegarão a um acordo, pois na verdade se tratam de oponentes. Estamos aqui nos referindo à polêmica pública.

A polêmica pública, em sua virulência e em seus excessos, não é um lugar de negociações de diferenças, mas é, em vez disso, o sustentáculo de uma fala em combate. Estamos longe do ideal do diálogo em busca de solução entre duas partes opostas<sup>16</sup>.

Portanto, enquanto a Retórica e a Nova Retórica objetivam construir discursos persuasivos por meio de técnicas argumentativas, a análise do discurso, conforme Amossy, contempla situações sociais mais diversas, incluindo todos os discursos no contexto em que se desenvolvem, sendo a polêmica, nesse caso, um interessante objeto de estudo.

Para o analista do discurso, assim como para o sociólogo e para o historiador, a polêmica se mostra, ao contrário, rica em ensinamentos na medida em que ela revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso polêmico circula no espaço público.

A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes em uma dada cultura<sup>17</sup>.

---

14 Ibid., p. 84.

15 Amossy, 2017, p. 17.

16 Ibid., p. 118.

17 Ibid., p. 49.

A autora define polêmica “a manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público<sup>18</sup>” e defende que ela “não é um gênero do discurso (ela atravessa os tipos e os gêneros de discurso), mas uma modalidade argumentativa, entre outras<sup>19</sup>”. Trata-se, na realidade, de um confronto verbal muito corriqueiro na sociedade.

Na vida pública, assim como em nosso dia a dia, os confrontos verbais são numerosos e suas denominações diversas. Fala-se sobre debate, discussão, disputa, briga, altercação, controvérsia e, evidentemente, sobre polêmica – para criar apenas os nomes mais correntes<sup>20</sup>.

Importante, desde já, destacar que uma polêmica não é uma simples discussão sobre interesses particulares, mas, ainda segundo Amossy, é “preciso que a polêmica aborde um assunto de interesse público para que ela não seja uma simples discussão, uma disputa entre particulares<sup>21</sup>”.

Dessa maneira, permite-se, neste capítulo, articular os conceitos da retórica, Nova Retórica e Análise do Discurso, para realizar análise de uma questão polêmica – privatização dos Correios – mediante a utilização de diversos meios de expressão e considerando várias estratégias argumentativas.

## **O *ethos* do administrador público**

Por trás das falcatruas com o dinheiro do contribuinte encontra-se uma figura denominada genericamente de administrador, gestor ou agente público, que seria, grosso modo, uma pessoa responsável por administrar os bens públicos.

Podem exercer esse papel desde indivíduos altamente gabaritados em termos acadêmicos e profissionais, quanto qualquer um que seja eleito ou indicado por alguém que tenha sido eleito para exercer a gestão em um órgão público. A lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, assim trata do agente público.

---

18 Ibid., p. 53.

19 Ibid., p. 67.

20 Ibid., p. 44.

21 Ibid., p. 46.



Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiros, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

De toda a forma, qualquer cidadão ocupando função pública, isto é, um agente público, deve submeter-se “aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência<sup>22</sup>”, e, para tanto, precisa alinhar seu discurso e ações, pois, conforme Amossy não “se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica<sup>23</sup>”.

De fato, todos temos o desejo que nossos gestores públicos sejam profissionais competentes e especializados, capazes de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar o uso dos recursos do Estado, sejam eles financeiros, materiais, operacionais ou humanos de tal forma que atendam demandas da coletividade.

Diferentemente de profissionais empregados no setor privado, o objetivo do agente público não é, nem deve ser, o lucro puro e simples, mas a obtenção de resultados de impacto social, por meio de decisões e de ações que contribuam não só para o desenvolvimento econômico nacional em médio e longo prazo, mas também que ajudem a atender necessidades mais imediatas da população, como o combate à fome, por exemplo.

Qualquer que seja o nível hierárquico do agente público, está sob a sua responsabilidade zelar pelo patrimônio público, evitar gastos desnecessários, excedente ou falta de recursos, falhas e desperdício, além de trabalhar com real dedicação para atender os cidadãos.

Destarte, se o habitat físico do administrador público são ministérios e órgãos governamentais, seu *locus* de ação está na permanente busca de conciliar os interesses dos cidadãos com os limitados recursos públicos e, assim, gasta-se muito tempo e energia tentando convencer e persuadir os diferentes públicos do acerto das medidas adotadas e desta forma, não se dissocia a Política da ação e dos objetivos que devem nortear o agente público, conforme Amaral:

o termo política e a realidade que representa possui um paradeiro helénico, produto de um momento singular da história grega, no qual se cruzam uma nova forma de pensar surgida por volta do séc. VI a.C., que assentava na interrogação sobre os fundamentos da realidade, e também uma nova experiência existencial, emergente por volta do séc. VIII a. C. e configuradora de uma nova forma de vida em comum, a polis. Tal como a experiência logóica, a experiência política constitui um pilar da experiência humana

---

22 Cf. artigo 37 da Constituição Federal (BRASIL, p. 1988.

23 Amossy, 2018, p. 136.

na Grécia clássica. Falar, portanto, de política no período em que se circunscreve o pensamento de Aristóteles, é ter em conta que essa realidade se inscreve na encruzilhada de dois planos: o plano da experiência cívica realizada na consciência, e o plano da investigação teórica aplicada à realidade designada de polis. É nesse duplo pressuposto, realista e ao mesmo tempo especulativo, que a política, entendida como dimensão estruturante do humano, adquire, a partir do impulso decisivo do gênio aristotélico, o estatuto de ciência, isto é, de um saber com um objeto e um método específicos<sup>24</sup>.

Abbagnano detalha a evolução do conceito de Política, explicando que esse “nome tornam designadas várias coisas, mais precisamente: 1ª a doutrina do direito e da moral; 2ª a teoria do Estado; 3ª a arte ou a ciência do governo; 4ª o estudo dos comportamentos intersubjetivos<sup>25</sup>”.

1ª O primeiro conceito foi exposto em *Ética*, de Aristóteles. A investigação em torno do que deve ser o bem e o bem supremo, segundo Aristóteles, parece pertencer à ciência mais importante e mais arquitetônica. (...)

2ª O segundo significado do termo foi exposto em *Política* de Aristóteles: "Está claro que existe uma ciência à qual cabe indagar qual deve ser a melhor constituição: qual a mais apta a satisfazer nossos ideais sempre que não haja impedimentos externos; e qual a que se adapta às diversas condições em que possa ser posta em prática. Como é quase impossível que muitas pessoas possam realizar a melhor forma de governo, o bom legislador e o bom político devem saber qual é a melhor forma de governo em sentido absoluto e qual é a melhor forma de governo em determinadas condições" (Pol., IV, 1, 1288 b 21). Neste sentido, segundo Aristóteles, a P. tem duas funções: descrever a forma de Estado ideal; 2ª determinar a forma do melhor Estado possível em relação a determinadas circunstâncias. (...)

3ª A P. como arte e ciência de governo é o conceito que Platão expôs e defendeu em *Político*, com o nome de "ciência regia" (Pol. 259 a-b), e que Aristóteles assumiu como terceira tarefa da ciência política. "Um terceiro ramo da investigação é aquele que considera de que maneira surgiu um governo e de que maneira, depois de surgir, pôde ser conservado durante o maior tempo possível" (*Ibid.*, IV. 1, 1288 b 27). (...)

24 Amaral, 2008, p. 19.

25 Abbagnano, 2007, p. 773.

4ª Finalmente, o quarto significado de P. começou a ser usado a partir de Comte, e identifica-se com o de sociologia. Comte deu o nome de Sistema de P. positiva (1851 -54) à sua obra máxima sobre sociologia, pois julgou que os fenômenos políticos, tanto em coexistência quanto em sucessão, estão sujeitos a leis invariáveis, cujo uso pode permitir influenciar esses mesmos fenômenos (...)<sup>26</sup>.

Em síntese, o trato da coisa pública exige do agente um *ethos* das melhores virtudes, de forma a conquistar e manter a credibilidade de suas ações e do desinteresse pessoal nos resultados, mas apenas e tão-somente do bem-estar público acima de tudo.

## **A polêmica da privatização dos Correios**

As polêmicas públicas rapidamente ganham espaço na mídia, não só porque geram interesse imediato de boa parte dos cidadãos, mas principalmente porque geram debates e discussões que trazem mais pessoas buscando informações.

Com a privatização dos Correios, não foi diferente, de fato, desde a manhã do dia 21/08/2019 já havia grande expectativa para a divulgação de uma lista de 17 privatizações e pouco depois do meio dia O Globo anunciava a esperada lista em seus canais digitais.

## **Governo anunciou 17 privatizações. Veja a lista**

BRASÍLIA — O governo do presidente Jair Bolsonaro anunciou na quarta-feira uma lista de 17 empresas estatais que serão privatizadas. Ainda não há informações, por exemplo, sobre quando as privatizações serão concluídas ou qual é a expectativa de faturamento do Executivo. O anúncio foi feito no fim da tarde, no Palácio do Planalto.

Das 17, oito já estavam no programa de privatização e nove foram incluídas. Entre as novas estão, Correios, Serpro e Telebrás (que tem ações negociadas na Bolsa de Valores).

---

26 Abbagnano, 2007, p. 773-774.

Também estão na carteira empresas que já faziam parte da lista do governo, como Casa da Moeda, Lotex, Trensurb e Eletrobrás, cuja privatização precisa ser aprovada pelo Congresso.

Concessões: Vão somar R\$ 208 bi em investimentos até 2022. Saiba os projetos que vão a leilão

Na manhã de quarta-feira, Bolsonaro já havia informado que os Correios estariam na lista e reconheceu que o processo de venda será "bastante longo".

— Vão entrar no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) para começar o processo de privatização. Começa com os Correios. Essa aí eu tenho de cabeça — disse o presidente, na saída do Palácio da Alvorada.

Saneamento: Salários consomem mais recursos que expansão de redes de água e esgoto nas estatais do setor

Bolsonaro destacou, no entanto, que o Congresso terá que autorizar a privatização dos Correios:

— A privatização dos Correios passa também, segundo decisão do Supremo, pelo Congresso Nacional. Então é um processo longo, não é rápido. Bastante longo.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes voltou a sugerir a privatização da Petrobrás. Nesta quinta-feira, o governo disse que vai iniciar estudos para privatizar a Petrobras<sup>27</sup>.

O anúncio acima, das privatizações, se distancia do *ethos* esperado de um agente público que deve realizar uma gestão pública voltada aos interesses dos cidadãos, pois o redator personaliza o interesse do processo de privatização ao escrever que o fato foi anunciado pelo “governo do presidente Jair Bolsonaro”, isto é, não foi pelo governo do público, mas pelo governo do Jair, logo, é o Bolsonaro que quer privatizar.

Essa indicação de interesse pessoal e mercantil, se cristaliza na afirmação seguinte de que não se sabe qual é a “expectativa de faturamento do Executivo”. Ora, gestão pública não fatura, pois esta é uma palavra muito mais usada no mundo dos negócios com o significado de obter lucro, ganho, rendimento, dividendo, o que dá uma conotação de que se está vendendo algo como se fosse um produto qualquer.

---

27 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-anunciou-17-privatizacoes-veja-lis-ta-23892489>

Há que se considerar ainda, para fortalecer a conotação de uma transação comercial, a elisão da palavra Poder antes de Executivo, pois ao mencionar apenas Executivo, lembramo-nos de imediato da pessoa do executivo que chefia as operações de uma negócio privado, muitas vezes chamado de CEO (Chief Executive Officer) na sigla em inglês.

A polêmica, portanto, começa muito bem, pois visa desacatar o *ethos* de zelador da coisa pública que é imprescindível para um agente público ao indicar a privatização como uma decisão do Jair que quer apenas faturar e projeta um *ethos* de um pródigo no trato dos bens públicos.

As privatizações fazem parte do programa econômico idealizado pelo ministro Paulo Guedes para recuperar a economia brasileira e os Correios entraram na lista por indicação do próprio ministro.

## **Guedes: Governo ainda privatizará 17 estatais em 2019**

*Ministro diz que lista de empresas deve ser divulgada nesta quarta-feira 21. "Nós vamos acelerar e achamos que vamos surpreender", declarou*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nesta terça-feira 20, que o governo pretende anunciar na quarta-feira uma lista de 17 empresas públicas que devem ser privatizadas até o final do ano. Guedes não adiantou o nome das companhias, mas afirmou que o governo vai acelerar ainda mais as privatizações.

“As coisas estão acontecendo devagarzinho, vai uma BR Distribuidora aqui, daqui a pouco vem uma Eletrobrás, uma Telebrás, daqui a pouco vem também os Correios, está tudo na lista. Amanhã [quarta-feira 21] devem ser anunciadas umas 17 empresas só para completar o ano. Ano que vem tem mais”, disse o ministro em evento na capital paulista.

Guedes disse que o governo atingiu, em agosto, a meta de arrecadação de recursos com privatizações, de 80 bilhões de reais, estipulada para todo o ano de 2019. “Na privatização nós vamos acelerar. E nós achamos que vamos surpreender”, declarou.

No início de agosto, o presidente Jair Bolsonaro declarou que a privatização dos Correios “está no radar”. “Vocês sabem o que foi feito com os Correios. O mensalão começou com eles. Sempre foi um local de aparelhamento político e que foi saqueado, como

no fundo de pensão. Os funcionários perderam muito, tiveram que aumentar a contribuição para honrar”, disse o presidente.

Em maio, Bolsonaro já havia afirmado a VEJA que deu sinal verde para a privatização dos Correios. “Vamos partir para a reforma tributária e para as privatizações. Já dei sinal verde para privatizar os Correios. A orientação é que a gente explique por que é necessário privatizar”, disse ele, na ocasião.

O governo enxerga a privatização da estatal com urgência. Em julho, VEJA teve acesso a cálculos preliminares feitos pela equipe do governo. As primeiras conclusões mostram que o tempo de vida útil para concretizar a venda dos Correios está em torno de cinco anos. Desde o início de 2018, a principal fonte de receita da estatal deixou de ser o monopólio postal — a entrega de cartas, largamente substituídas por várias formas de mensagem eletrônica — e passou a ser a entrega de encomendas, mudança impulsionada, sobretudo, pelo crescimento do e-commerce. No prazo previsto pela equipe econômica, as transportadoras privadas ultrapassarão a estatal na prestação do serviço. O ponto de virada inviabilizaria por completo a sua venda.

Outra empresa que está no calendário de privatizações do governo é a Eletrobrás. Na noite de quinta-feira, 1º, a estatal informou em fato relevante que Bolsonaro autorizou que sejam aprofundados estudos para a desestatização da companhia.

Os estudos, informou a companhia, serão para que o processo ocorra por “aumento de capital social, mediante subscrição pública de ações ordinárias da Eletrobrás ou de eventual empresa resultante de processo de reestruturação”. De acordo com fato relevante, o processo de desestatização da companhia também deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional<sup>28</sup>.

Em sua fala acima transcrita, o ministro projeta um *ethos* bem de acordo com o senso comum sobre o agente público (“As coisas estão acontecendo devagarzinho...”) que é o *ethos* do burocrata, pejorativamente caracterizado principalmente por um funcionário de repartição pública in-

---

28 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/guedes-governo-anunciara-17-estatais-a-serem-privatizadas-em-2019/>

dolente muito bem pago para lidar apenas com excesso de documentos, criar exigências estapafúrdias, demorar no atendimento, atuar com ineficiência e agir com muita lentidão.

Mas sendo o ministro um economista ultraliberal com doutorado pela Universidade de Chicago e oriundo da iniciativa privada onde fundou o Instituto Millenium e o banco de investimentos BTG Pactual, além de ter sido sócio da Bozano Investimentos, Guedes que foi apelidado de Posto Ipiranga pelo então candidato à presidência, por saber e resolver tudo sobre economia, diz que “... vamos acelerar... vamos surpreender...”, que é uma forma de projetar um *ethos* de administrador eficaz que obtém resultados rápidos e acima das expectativas.

Este é o *ethos* que se espera de um gestor público voltado a resultados, como é atualmente exigido de forma mais explícita pela sociedade, como revela Barros Neto e Silva.

Cada vez mais a administração pública está sendo obrigada a obter qualidade no gasto público mediante a simplificação de estruturas e diminuição da burocracia em função dos orçamentos decrescentes, dos cidadãos mais esclarecidos e exigentes. Esta situação é retratada em recorrentes manifestações espontâneas em diversos meios canais<sup>29</sup>.

Paulo Roberto Nunes Guedes foi professor da PUC-RJ da Fundação Getúlio Vargas e é um crítico mordaz dos governos social-democratas do Partido dos Trabalhadores - PT e do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, conquistou fama como um excelente administrador no mercado financeiro e tem como mote a privatização sem limites tudo que for possível vender e defende o slogan “mais Brasil e menos Brasília<sup>30</sup>”.

O programa liberal e as privatizações com a finalidade de se obter o equilíbrio fiscal das contas públicas brasileiras e a descentralização do poder para estados e municípios mediante a redistribuição de recursos, coaduna-se com a visão de um Estado eficiente e eficaz que deve devolver à sociedade os recursos que consome, como explica Barros Neto

O Estado tem o dever de criar valor em termos sociais, ou seja, é o responsável pela eficiência da produção para um nível de vida melhor. No entanto, uma análise nos mostra que os governos

---

29 Barros Neto; Silva, 2014, p. 9.

30 Melo, 2018.



se assemelham a organizações no sentido de competirem por recursos humanos, investimentos, impostos, etc. Isto é ainda mais válido quando nos referimos às organizações estatais, que de forma incisiva encontram-se no mercado competindo, nem sempre de igual para igual, com as demais organizações não estatais<sup>31</sup>.

A escolha dos Correios como uma das primeiras empresas a serem privatizadas, segundo o site O Antagonista, deveu-se a oito razões estruturais apresentadas

### **As razões do governo para privatizar os Correios**

O Antagonista obteve em primeira mão cópia de uma apresentação elaborada pela Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento para justificar a privatização dos Correios.

A apresentação começa com uma linha do tempo dos escândalos de corrupção na estatal, de 2003 a 2019.

Cita a CPI dos Correios, o Mensalão, as operações Custo Brasil e Greenfield. Avança para o rombo de R\$ 11 bilhões no Postalis e de R\$ 4 bilhões no Postal Saúde.

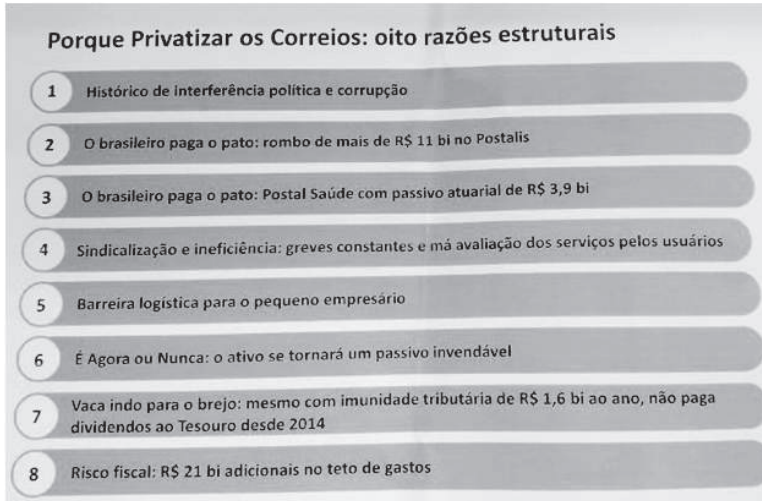
Ressalta o impacto da sindicalização na ineficiência da empresa – que sofreu 10 greves em 11 anos –, e a redução de sua relevância no e-commerce.

Relembra o prejuízo de R\$ 2,7 bilhões em 2018 e alerta para um risco fiscal de R\$ 21 bilhões.

---

31 Barros Neto, 2004, p. 90.

Figura 1 Slide Razões para privatizar os Correios<sup>32</sup>



Interessante notar que o Power Point (programa da Microsoft utilizado para criar e exibir de apresentações gráficas especialmente durante reuniões) transformou-se em uma estratégia argumentativa que reforça ideias durante o discurso, e dá credibilidade ao apresentador, fortalecendo seu *ethos*, pois mostra que se trata de uma argumentação planejada.

Realmente, apresentações em Power Point costumeiramente começam com um slide que descreve as qualidades, experiências e expertise do orador como a reforçar a construção de sua representação realizada no discurso propriamente dito, implicando em um reforço à imagem ou autorretrato expresso pelo ato de tomar a palavra, como esclarece Amossy.

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa

32 Dantas, 2019.

realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências<sup>33</sup>.

Na verdade, apresentações em Power Point são um instrumento de apoio ao discurso muito utilizado no mundo dos negócios e da gestão pública porque permitem contemplar a trilogia retórica.

...a trilogia retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) é fundamental para a criação do verossímil e da construção do discurso persuasivo, pois são considerados por Aristóteles como instrumentos de persuadir (pisteis). O *logos* é de ordem racional. *Ethos* e *pathos* são de ordem afetiva<sup>34</sup>.

O título do slide publicado pelo O Antagonista apela para o *logos* “oito razões” e para o afetivo com termos poucos ortodoxos em uma apresentação sobre assunto tão relevante, mas que fazem parte do dia a dia do cidadão comum, como “pagar o pato”, “vaca indo para o brejo” que são ditados populares, próprios de uma conversa mais informal e afetiva.

No âmbito da Administração, para se contrapor a um Power Point, só outro Power Point, assim, durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ocorrida na Câmara dos Deputados em Brasília em 08/08/2019, o Vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP, Marcos César Alves Silva, preparou uma apresentação com trinta e cinco slides divididos em partes nas quais é facilmente identificável a trilogia retórica.

- *Ethos* - ele inicia a sequência de slides com uma apresentação pessoal: Administrador, 37 anos de empresa, atuação em vários cargos gerenciais e executivos, 5 anos no Conselho de Administração dos Correios etc.
- *Logos* - seguem diversos slides com fatos, dados e números denominados “conhecendo a empresa” – *logos* -- Correios existem para cumprir mandado constitucional, índice de confiança, presença em todos os municípios, participação de mercado, qualidade operacional, qualidade internacional, valor comparativo de tarifas

33 Amossy, 2018, p. 9.

34 Ferreira, 2018, p. 31.

entre vários correios e operadores. Essa sequência ainda responde cada uma das razões para privatizar os Correios.

- *Pathos* - com depoimentos de pessoas a favor dos Correios públicos, vantagens e benefícios de um correio público, necessidade de cuidar bem da empresa, benefício dos brasileiros, enxergar os Correios como uma peça fundamental para o desenvolvimento do país, dentro outros argumentos afetivos.

Convém exemplificar com um dos slides reproduzindo o slide publicado no site O Antagonista, que apresenta um título bem destacado se sobrepondo ao slide original, como mostra a figura seguinte.

Merece atenção o título do slide, pois “caso a ser estudado” entre aspas, formalmente um sinal gráfico que delimita uma citação, aqui realça uma expressão que quer dizer, tenha atenção, uma vez que casos são estudados para descobrir coisas que não estão claras ou que foram propositadamente escondidas.


A expressão “tentar justificar” faz um contraponto ao título do slide original que menciona “razões” que indicam causas, isto é, os porquês, situa-se fortemente na seara do *logos*.

Por sua vez, a palavra “justificar” significa alegar, esclarecer, expor e, com a adição preposta da palavra “tentativa de” tem uma forte conotação de dúvida, o que enfraquece o *logos* do slide original e abre caminho para questionar também o *ethos* do apresentador do primeiro slide.

De fato, no slide 25 da apresentação há a afirmação de que os argumentos apresentados para “tentar justificar a privatização dos Correios parecem um conjunto de enunciados falaciosos, construídos para tentar justificar uma decisão que não tem a necessária sustentação técnica”. Ora, se falácia pode ser entendida como falsidade, mentira ou engano, então que diz falácias é um fingido, um hipócrita, isto é, alguém cujo *ethos* não faz por merecer a credibilidade necessária para sustentar o *ethos* da trilogia retórica.

Nessa toada, o slide 29 prossegue “Desmistificando o monopólio postal”, ou seja, há um embuste na apresentação original que a apresentação atual está esclarecendo, portanto, ou existiu má fé do apresentador ou este não estava preparado para afirmar o que disse. Em qualquer situação, o que está se objetivando é projetar dúvidas sobre o *ethos* do apresentador original.


Figura 2 Slide da Reposta Às Razões da Privatização<sup>35</sup>

**O Brasil, porém, é um “caso a ser estudado”. Por aqui, o governo, para tentar justificar a intenção de privatizar, difama os Correios.** 

**Porque Privatizar os Correios: oito razões estruturais**

- 1 Histórico de interferência política e corrupção
- 2 O brasileiro paga o pato: rombo de mais de R\$ 11 bi no Postalis
- 3 O brasileiro paga o pato: Postal Saúde com passivo atuarial de R\$ 3,9 bi
- 4 Sindicalização e ineficiência: greves constantes e má avaliação dos serviços pelos usuários
- 5 Barreira logística para o pequeno empresário
- 6 É Agora ou Nunca: o ativo se tornará um passivo invendável
- 7 Vaca indo para o brejo: mesmo com imunidade tributária de R\$ 1,6 bi ao ano, não paga dividendos ao Tesouro desde 2014
- 8 Risco fiscal: R\$ 21 bi adicionais no teto de gastos

---

 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS** 16  
SCN QD. 01 BL. "E" Edifício Central Park - SL 1901/1913 - Brasília-DF 70711-903  
 Tel.: (61) 3327-3109 E-mail: adcap@adcap.org.br

Aberta uma polêmica, qualquer um sente-se convidado a participar dela, por qualquer meio possível e a própria mídia incentiva, por isso é de interesse analisar uma troca de opiniões de diversos auditórios sobre a polêmica privatização dos Correios.

Para tanto foi escolhido uma notícia da Gazeta Online do Espírito Santo que relata, dentre as privatizações anunciadas, ter sido os Correios a mais comentada, provavelmente por ser um “serviço que afeta diretamente a vida das pessoas”.

De fato, o que gera interesse das pessoas pela polêmica é sua proximidade com o tema, o que lhes dá o direito e o conhecimento necessário para exprimir opiniões com base em suas experiências, então consideradas suas verdades sobre o assunto.

Assim, entre a Codesa - Companhia Docas do Espírito Santo, uma empresa estadual e os Correios, os capixabas preferem, pois se sentem mais à vontade, para comentar sobre os Correios, afinal, poucos se sentem próximos de um porto, a não ser que trabalhem lá ou vivam perto dele.

35 Disponível em: [www.adcap.org.br](http://www.adcap.org.br)

Mas dos Correios, por outro lado, devido provavelmente à figura do carteiro que passa diariamente pelas ruas de todos os municípios brasileiros, as pessoas desfrutam de uma intimidade psicológica com a Empresa e, portanto, acreditam ter conhecimento de causa suficiente para expor com segurança seus comentários.

## **Leitores estão divididos sobre efeitos de privatizações de estatais**

*Governo federal anunciou nesta semana uma lista de empresas públicas que serão concedidas à iniciativa privada, entre elas os Correios e a Codesa, no Espírito Santo*

*Correios estão entre as empresas públicas que devem ser privatizadas*

Nas redes sociais do Gazeta Online, os leitores se manifestaram em grande número sobre o anúncio da lista de empresas públicas que deverão dar início ao processo de privatização de estatais no governo Bolsonaro. No Estado, a venda da Codesa foi confirmada.

Mas o que provocou mais comentários entre os internautas foi a privatização dos Correios, um serviço que afeta diretamente a vida das pessoas. Houve os que comemoraram a decisão, defendendo o ganho de eficiência, enquanto os que a criticaram mostraram-se desconfiados com os resultados da medida, especialmente em regiões periféricas.

Confira alguns comentários:

O correto seria abrir a concorrência. Os Correios prestam um serviço público que não deve ser privatizado. Cidades menores e de interior não serão economicamente viáveis para uma empresa privada atender. Todo país mantém um serviço de correios estatal, até os EUA, modelo capitalista, tem a USPS. (Alexandre Arrebola)

Quanto menor o Estado, menor a corrupção! Melhores serviços e mais baratos! (Bruno Falce)

Vai ficar tudo maravilhoso, igual à BR 101 sob concessão da Eco101! (Sorieldo Engelhardt)

Os Correios não fazem o que deveriam. Muitos funcionários enrolam, não cuidam das mercadorias. Privatizando, além de criarem novas opções nesse segmento, teremos mais serviço e empregos para muitos brasileiros. (Vinicius Souza)

E os “capitalistas” sem capital aplaudem... morrerão de trabalhar sem direitos, sem segurança, sem aposentadoria e com salários cada vez mais precários e, ainda assim, aplaudem. (Flávio Gonçalves)

Parabéns, brasileiros! Depois de privatizar os Correios, entraremos na seletíssima lista de países que não têm um serviço nacional de correios controlado em todo ou em sua maioria pelo Estado! Seremos nós e a Bósnia! Viva! (Lucas Magevski Boles)

Talvez as coisas melhorem! Duvido que os correios ainda vão fazer greve depois da privatização. (Marcos Antonio Strey)

A única solução para os desmandos e a corrupção dos governos. Parabéns, ministro Guedes, pelas decisões. (Janguito Alvarez Romero)

Para empresários receberem de graça o que o Estado construiu é fácil. Quero ver construir. Perfil do privatista brasileiro. (Alec Mendes)

Quando os empresários comemoram, é sinal que o povo está ferrado. (Fabricio Thomaz Zaban)

Correios em números: R\$ 21 bilhões em risco fiscal, prejuízo acumulado de R\$ 4 bilhões na Postal Saúde (plano de saúde dos funcionários - o dinheiro dos nossos impostos está pagando esse prejuízo), rombo de R\$ 11 bilhões na Postalís (previdência dos Correios), prejuízo operacional em 2018 de R\$ 2,7 bilhões (estamos cobrindo esse prejuízo com dinheiro dos impostos que poderiam estar indo para hospitais e escolas). Conclusão: temos que parar de pagar essa conta. Privatiza logo! (Eric Fuini Puggina)

Assim como a reforma trabalhista gerou milhões de empregos... A diminuição do Estado é o câncer do povo. Pena que tem um monte de gente que não consegue compreender que a única “saída” para uma nação decente é com o fortalecimento do Estado. (Leonardo Vasconcelos)

O governo quer fazer caixa vendendo as estatais. O Brasil tem 13 milhões de desempregados. Pergunta: Quando se vende uma estatal, gera emprego ou aumenta o desemprego? (Cesar Ferreira)

Vai acabar com o cabide de emprego, pois a empresa que comprar vai querer lucrar, e com isso acabam melhorando e ampliando o serviço, gerando mais empregos. (Carlos Alessandro Pazini)

Quem é sensato no país sabe da necessidade de privatizar tudo, uma vez que essas estatais servem apenas de cabides de emprego para aliados e parentes de políticos. (Lety Victor)<sup>36</sup>

No debate público em que as pessoas, no caso os internautas, envolvem-se apresentando apenas seus nomes, perde a importância o *ethos*, pois a princípio, são todos oradores com a mesma credibilidade, porque nenhum se conhece nem se apresenta.

Assim, a imagem construída pelos oradores, embora não anônimos, pois se trata de um jornal que identifica os assinantes comentaristas, carece de subsídios que permitam de fato identificar um *ethos* significativo.

Até são citados números e estatísticas (Correios em números, 13 milhões de desempregados etc.), mas não citam fontes nem é possível aferir a veracidade do que dizem, de tal maneira que a única possibilidade de imprimir um *ethos*, para os internautas, é pelas palavras escritas que dificilmente garantem “um conjunto de traços de caráter que o orador mostra ao auditório para dar uma boa impressão<sup>37</sup>”.

Deste modo, no debate exemplificado pelo jornal digital, está-se na arena das opiniões, ou seja, são pontos de vista fundamentados em posições, convicções, crenças, ideias ou simplesmente em preconceitos, não se tem exatamente o objetivo de convencer usando o *logos*, mas quando muito persuadir por meio das paixões, ou simplesmente publicar uma opinião pessoal.

Observa-se que os internautas abusam das frases afirmativas e imperativas, exprimindo juízos de valor e todos parecem muito seguros, com certeza mesmo, das afirmações que fazem: "Os Correios prestam um serviço público que não deve ser privatizado", "Quanto menor o Estado, menor a corrupção!", "Muitos funcionários enrolam, não cuidam das mercadorias", "morrerão de trabalhar sem direitos", "governo quer fazer caixa vendendo as estatais", "Vai acabar com o cabide de emprego".

Alguns até procuram imprimir emoções com pontuações de exclamações ("Seremos nós e a Bósnia!") ou efusivas congratulações ("Parabéns, brasileiros!"), como se estivessem em uma conversa, sem obrigação de comprovar nada, pois a própria experiência parece-lhes ser suficiente para

---

36 Disponível em: <[https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/fala\\_leitor/2019/08/leitores-estao-divididos-sobre-efeitos-de-privatizacoes-de-estatais-1014195534.html](https://www.gazetaonline.com.br/opiniao/fala_leitor/2019/08/leitores-estao-divididos-sobre-efeitos-de-privatizacoes-de-estatais-1014195534.html)> Acesso em 01/09/1964.

37 Ferreira, 2015, p. 21.





Queremos receber nossas faturas e contas em dia o carteiro todos os dias em nossas residências em nossas casas fora este lixo de DDA demissão para quem inventou e distritos alternados manda quem inventou está merda ir entregar cartas na rua já

**Usuário 6** - Esse presidente só que ganhar tempo e ficar enrolando os trabalhadores sobre o assunto. Ele é inimigo dos trabalhadores. Até agora a nossa campanha salarial está sem uma definição. Quero só ver qual vai ser a orientação das federações quando chegar o dia 31 de agosto.

**Usuário 7** - Com governo de direita não tem diálogo

**Usuário 8** - O capeta leva o país pra o inferno isso sim. Esses caras são os verdadeiros diabos, os falsos profetas que usam o nome de Deus... ministro contou ainda no evento que costuma brincar que o governo está numa "travessia no deserto", na qual Bolsonaro é "meio Moisés" e conduz o País à terra prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. "Todos estamos acreditando piamente nisso, com essa proposta avançada (de agenda econômica) e tenho certeza que será a grande saída definitiva para que recessões como a última não ocorram no futuro", disse....

**Usuário 9** - Çerio ?

**Usuário 10** - Acho que teria que fazer é barrar qualquer privatização de empresas das quais o Paulo Guedes é investigado. Isso caracteriza obstrução da justiça, vender pra se safar do processo.

**Usuário 11** - Próxima eleição presidencial, tomara que saiam como candidatos Dória, Amoedo, Huck, Moro, Bolsonaro .....

**Usuário 12** - O que vc tá fazendo nos Correios, deveria ser empresário pq apoiando uns caras desse.

**Usuário 13** - Vou dar um tempo p vc ler ... releer.... pensar..... e entender o que eu quis dizer .....

Caso queira uma dica ... só pedir ...

**Usuário 14** - Esses pelegos puxa saco do bozo deviam ser os primeiros a levar um pé na bunda<sup>38</sup>.

Como se pode observar, na polêmica, só há espaço para o *pathos*, o *logos* e o *ethos* praticamente desaparecem dos textos e a estratégia é nomear um culpado, quer seja Guedes, Bolsonaro ou Governo, não importa, pois o objetivo é atacar o culpado para desmerecê-lo, como se ao atacar o responsável escolhido ("Ele é o inimigo"), de alguma forma, fosse possível atingir a questão polêmica com a qual não se concorda.

É como uma briga de rua ou de bar, em que a eficácia reside em ameaçar e intimidar em voz alta (as letras maiúsculas indicam gritos), derrubar o adversário, primeiro xinga-se depois se vai às vias de fato (“pé na bunda”) e sempre em grupo, isto é, nós contra eles (“esses pelegos”).

As questões do *ethos*, quando aparecem são com a intenção de projetar um *ethos* negativo no outro (“SAFADO OPORTUNISTA CORRUPTOS LADRÃO”, “capetas”) ou para indicar que é o outro que não tem a disposição de debater (“governo de direita não tem diálogo”).

Nas polêmicas, portanto, a emoção é que define os argumentos, tanto que as palavras chulas têm lugar de destaque (“VAI PRA PUTA QUE PARIU”, “QUERO QUE SE FODA”, “Que porra é essa e os trabalhadores? Foda a empresa...”), pois o palavrão é a emoção diretamente transformada em palavras.

Enquanto a linguagem comum e o pensamento consciente ficam a cargo da parte mais sofisticada da massa cinzenta, o neocórtex, os palavrões “moram” nos porões da cabeça. Mais exatamente no sistema límbico. É o fundo do cérebro, a parte que controla nossas emoções. Trata-se de uma zona primitiva: se o nosso neocórtex é mais avantajado que o dos outros mamíferos, o sistema límbico é bem parecido. Nossa parte animal fica lá<sup>39</sup>.

Nas polêmicas em ambientes virtuais prevalece a emoção e os palavrões que, conforme Pail “são classificados como tabus linguísticos<sup>40</sup>”, isto é, são linguagem emocional ofensiva e existe uma proibição social dizer qualquer expressão imoral ou grosseira, o que em certas situações, não se consegue evitar.

Mas apesar de no senso comum os palavrões serem considerados xingamentos, na prática nem sempre são usados com a finalidade de xingar. Assim, todos os palavrões são tabus linguísticos, alguns xingamentos são tabus linguísticos e alguns palavrões são, também, xingamentos<sup>41</sup>.

Como se vê nos trechos das conversas copiadas, os palavrões não são usados como xingamentos dos colegas, mas como um desabafo emocional (“Foda-se a empresa”), talvez porque mesmo não se conhecendo pessoalmente, os membros do grupo sabem que são colegas de empresa.

39 Burgos, 2008, on-line.

40 Pail, 2012, p. 78.

41 Ibid., p. 79.

Parece então haver certo respeito entre os participantes, o que não impede de ocorrerem manifestações grosseiras e preconceituosas (“Essa raça de gaúcho”) e carregadas de ideologia (“bolsominions”, “evangélicos”) discussões pessoais e até expulsões do grupo, como se ilustra nos excertos seguintes.

**Usuário 1** - Como EVITAR a privatização dos CORREIOS:

- Em torno de 70% dos funcionários dos Correios são EVANGÉLICOS.
- A BANCADA EVANGÉLICA possui em torno de 90 deputados;
- A bancada dos partidos de esquerda/oposição possuem em torno de 160 deputados. Estes já são contra a privatização.
- Se os funcionários evangélicos acionarem seus respectivos PASTORES para que acionem os deputados, conseguiremos barrar a privatização. Lembre que com a privatização dos Correios, além dos familiares dos funcionários dos Correios as igrejas também terão grandes PERDAS financeiras, pois funcionário dos Correios DESEMPREGADO não paga dízimo.

**Usuário 2** - Pra mostrar pra esse Bozo e através de manifestação..greve..e a luta só assim que ele entende....ex: e o caso do desmatamento na Amazônia que ele falava que não compensava colocar as forças armadas lá ...mas devido a grande repercussão e o povo na rua ele mudou o discurso..

**Usuário 3** - Rapaz eu sou evangélico, não votei no Bolsonaro como os líderes religiosos orientaram, se depender da bancada evangélica já era.

**Usuário 4** - Tá difícil por isso na cabeça deles pois são de opinião própria e não aceitam o que está acontecendo porém poderão perder seu sustento por falta de lógica e defender um verdadeiro ditador

**Usuário 5** - Evite termos impróprios e anedotas pesadas.

Lembre-se de que tudo o que dizemos permanece em nossa atmosfera mental, atraindo aqueles que pensam da mesma forma, e que passarão a formar o círculo comum em redor de nós.

Não ofenda com palavras baixas os Anjos de Deus, que se afastarão de você horrorizados.

A boa educação se manifesta também através das palavras que partem de nós

**Usuário 6** - Penso que não deveria caber discursos de ódio como fazem os bolsominions e outros inimigos sociais. Nem entre nós, nem para com eles, pois assim nos igualamos a essas pessoas que estão destruindo o país. Em nossas divergências, e até equívocos, deveríamos buscar a argumentação, não a ofensa.

Será que até aqui devemos nos calar por receio de má interpretação?

A luta contra esse "Império do Mal" ainda será longa e o ódio é uma arma deles, e só nos enfraquece enquanto movimento.

**Usuário 7** - Olá colegas do Correios. Peço cooperação de todos irmãos q orem por nossa empresa hoje haverá esta reunião. Que Deus venha interceder por nós e saia um resultado favorável pra ambos os lados. Creio no poder da oração, não importa onde vc estiver em qualquer lugar do Brasil; ore, abençoe seu trabalho de onde provém seu sustento. Vamos nos unir no poder da oração eu creio no milagre em nome de Jesus.

**Usuário 8** - Termos que mostrar para a empresa que somos fortes e unidos e dizer não a essa pilantragem que está aí com a terceirização e esses bandos de gestores achando que vão ter vantagem em ajudar a empresa a sucatear a empresa eles são os primeiros que vão si foder porque a empresa está pensando só nelas e vamos acabar com esses pessoal que querem si venderam para a empresa, vamos para cima dos pelegos e quem si meter no nosso caminho e dizer não a essa pilantragem que sempre houve na empresa que comprou alguns sindicalistas que só pensam neles. A hora é agora ,vamos fazer greve com inteligência e deixar a população a no favor

**Usuário 9** - Quanta falta de sabedoria, civilidade e respeito!

Sem contar que não tem a mínima noção do que é democracia.

Democraticamente, sejamos honrosos para com os que ganharam.

Os que ganharam, sejam democraticamente honrosos com os que perderam.

Chega de infantilidade nesse grupo de pessoas vividas e que se dizem maduras.

Que moral vcs têm em suas casas para aconselharam seus netos e filhos a terem boa convivência com os colegas na escola e respeitarem seus Professores? Se aqui, vcs conseguem mostrar a falta de civilidade que mora dentro de vcs, publicando uma mensagem horrenda dessa é selvagem, bruta d grotesca?

A hipocrisia reside naquele que quer dar lição de moral descrevendo o que ele realmente é e sua falta de civilidade.

Sem urbanidade essa sua mensagem, colega.

O respeito é o atrativo para a admiração.

Bom domingo, pessoal!

**Usuário 10** - Primeiramente, bom dia a você que só sabe julgar as pessoas e ofender. Mas suas palavras não me ofende. Devemos respeitar os colegas e suas opiniões. A empresa irá passar por grandes transformações. Sendo assim desejo um ótimo domingo para todos.

**Usuário 11** - Ainda bem que há pessoas de bom senso e sabedoria emocional no grupo, não fosse isto o grupo não existiria mais

Só por hoje

Se fosse pra elogiar as maldades do Bozo você seria a primeira a concordar,vá pedir a Deus pra te dar humildade.Boa noite

Não raro as discussões se particularizam e se transformam em bate-boca, com manifestações de apoio para um ou outro participante e o tema polêmico desaparece da discussão para dar lugar a questões mais pessoais, conforme exemplificado a seguir.

**Usuário 1** - Boa noite, eu não te conheço em primeiro lugar não estou defendendo presidente A ou B....este grupo foi criado para informar sobre assuntos relacionados a empresa, a qual eu e você trabalhamos. Ainda bem que somos pessoas com pensamos diferente um do outro...o que seria do branco se todos tivessem administração pelo azul. E não coloque Deus, no assunto, pois acaba se tornando uma falta de respeito independente de religião. Aliás, quem nos mantém é o cliente, pois no dia que deixarem de postar seus produtos pelos Correios, não haverá o motivo de existência desta empresa. Passar bem e tenha uma boa noite.

**Usuário 2** - Acabou a essência do grupo

**Usuário 3** - Minha querida eu também não te conheço, no entanto sou funcionário dos Correios a quase 23 anos, é de admirar eu ver você se manifestar contra as publicações que eu estou fazendo contra o presidente bolsonaro, o cara quer vender os Correios o cara tá destruindo as estatais e você vem para cá se mostrar no grupo querendo me dar lição de moral querendo calar minha boca!!! Eu peço por favor a você que me respeite e respeite minha opinião!!! como funcionário do correio eu estou triste com tudo isso mas eu acho que você está feliz porque você quer e pedir minha fala!!! não votei nele e não tenho nada a ver se você gostou ou não gostou não é problema meu!! Gostaria de saber por que as publicações que faz de mal tratamentos machucam tanto? você quer que eu vi elogiar o bolsonaro aqui no grupo depois dele anunciar que vai vender o meu emprego pelo amor de Deus querida abra seus olhos!!! Deus te abençoe a sua mente!

Como em qualquer discussão que começa a quebrar as regras da boa convivência, a turma do deixa disso intervém para manter a civilidade e, por se tratar de um grupo de funcionários diretamente interessados na polêmica surgem apelos emocionais (“familiares”, “encarecidamente”) para lembrar os envolvidos dos elos que os unem e, principalmente que há interesses comuns, isto é, mais semelhanças que diferenças.

**Usuário 1** - Boa noite ao pessoal do grupo

Vendo as postagens anteriores, percebo que entre nós familiares Ectetista está havendo estranhamento.

Peço a todos encarecidamente que se respeitem um ao outro.

As opiniões são divergentes, mas o respeito é comum a todos.  
 Vamos focar informações pertinentes aos CORREIOS, o que diz respeito ao nosso negócio.  
 Outros assuntos que não trazem valor nenhum para nós, peço aos integrantes do grupo não o postem.  
 Ok. Abraços a todos.

O grupo é informal, ou seja, não tem qualquer vinculação com a organização objeto da polêmica, mas a discussão não consegue se desvincular do *ethos* dos participantes como servidores da empresa, que chegam mesmo a querer impor que as regras e procedimentos organizacionais sejam aplicados ao grupo.

**Usuário 1** - proponho ao administrador do grupo, que use de seu poder discricionário de aplicar a pena devida da exclusão aos infratores por sua falta de tratamento com urbanidade e civilidade.

Afinal, há alguns meses, eu vi, circulando que o Administrador pode responder penalmente por situações conflituosas nos grupos, caso não tenha alertado ou exercido seu devido papel, se houver alguma queixa pelos maus tratos, agravos e agressões verbais por membros do grupo, uns aos outros. Isso imputa pena e em esfera judicial.

Pois, julgou o juiz que o Administrador bem como o empregador pode incluir e excluir as pessoas que não se adaptam às regras da boa convivência em grupo.

Creio que aqui tem muitos gestores. Imagina, é ou não passível de se aplicar o o Código de Conduta Disciplinar, pela postura e pelas agressões, se estivéssemos em ambiente de trabalho?

E, as boas maneiras só servem enquanto estamos no trabalho?

Administrador, seja mais presente. Fica a dica.

Embora a emoção (*pathos*) seja o principal elemento da tríade retórica presente em uma polêmica, o *ethos* dos participantes (“todos nós somos conhecedores do manual que conduza conduta do empregado”) e as normas de conduta social (“civilização de convívio social”), impõem-se levando o grupo a uma auto-regulamentação o que evita, de alguma forma, o clima de terra sem lei.

**Usuário 1** - Boa noite Usuário não tem nada a ver um grupo de amigos com punições iguais as de trabalho ou jurídicas na vdd trata se de um grupo de amigos e cada um tem suas próprias opiniões, porém concordo com vc e deveria ter um bom senso por parte de algumas pessoas do grupo sobre palavras de baixo calão e ofensas

a colegas do grupo vamos focar na empresa no postalis no postal saúde etc....menos em política A ou B.

Boa noite a todos.

**Usuário 2** - Corroboro do seu seu pensamento, já temos jurisprudência para casos semelhantes, porém no nosso caso ainda está prematuro para ajuizar uma petição envolvendo colegas de trabalho no grupo.

Lembramos que todos nós somos administradores.

Creio na preservação da paz, do amor e do respeito para com o próximo.

**Usuário 3** - Eu só trouxe à luz do ocorrido se fosse na empresa, uma vez que todos nós somos conhecedores do manual que conduza conduta do empregado.

E pontuei que a boa conduta não é só dentro da empresa.

Mas eu sei que não tem nada ver. Aqui é um grupo social.

O que espanta é que todos nós estamos contemplando agressões verbais, até palavras de baixo calão já foi proferida, aqui...e nada foi feito.

Por isso de eu expressar que se fosse na empresarial o Manual da Conduta. Aqui, aplica-se o quê para frear esta conduta sem civilização de convívio social?

Nas discussões de grupos de WhatsApp é bem comum o uso de imagens como elementos de apoio às teses defendidas e argumentações construídas e se tratando de polêmicas isto não é diferente como se vê nas figuras seguintes extraídas do mesmo grupo em análise.

Figura 3 O Bicho Pelego<sup>42</sup>



42 Grupo de WhatsApp.



A palavra pelego originalmente significa uma peça de montaria feita de lã de carneiro utilizada no estado do Rio Grande do Sul para dar mais conforto aos cavaleiros, porém, passou a designar, pejorativamente, o dirigente sindical apoiado pela empresa e qualquer empregado considerado traidor dos interesses dos trabalhadores.

A figura mostra um burro, como bicho pelego, sabemos que burro que sabemos ser um animal híbrido e estéril, nascido do cruzamento entre cavalos e jumentas, as depreciativamente indica uma pessoa ignorante, estúpida, enfim, sem inteligência nem vontade própria.

Portanto, a imagem é uma forma de xingar, sem palavrões, os colegas de trabalho que não concordam com a ideia de uma greve para se opor à privatização e é uma maneira de projetar um *ethos*, de maneira bem-humorada, de burro e de pelego ao mesmo tempo.

A figura também remete à uma retórica coercitiva descrita por Amossy como a “que se traduz em atos simbólicos (manifestações, greves, sit-in etc.)<sup>43</sup>”, sendo que tal retórica é por si só muito polêmica quando se trata de servidores públicos, uma vez que seus patrões são os governos, mas são remunerados pelos pagadores de impostos que são os que realmente sofrem com os impactos da paralisação.

Enfim, em paralelo com a erística que “busca de vitória a todo custo, e de meios que permitam chegar lá, sem qualquer consideração com a verdade<sup>44</sup>”, a polêmica também parece buscar a vitória de qualquer jeito, pois o que está em jogo não é propriamente o acordo e a razão, mas as emoções e as idiosincrasias.

## Considerações finais

Foi visto com Aristóteles que a retórica é um embate democrático sus-tendo na tríade *ethos*, *pathos* e *logos*, mas também entendemos com Reboul<sup>45</sup> que a argumentação só tem sentido para um auditório que aceitará teses não necessariamente verdadeiras, mas verossímeis e razoáveis e com Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>46</sup> compreendemos que a verdade absoluta não pode ser

43 Amossy, 2017, p. 206.

44 Ibid., p. 20.

45 Reboul, 2004.

46 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2006.

garantida, mas apenas sustentadas por raciocínios com padrões mínimos de racionalidade.

Amossy<sup>47</sup>, finalmente, propõe uma articulação dos conceitos propostos até a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca com uma análise mais discursiva que inclui a polêmica nos estudos retóricos, pois a livre expressão faz parte do ambiente democrático quer seja privado ou público.

Nesse contexto, o administrador público precisa projetar um *ethos* capaz de se transitar em uma arena pública na qual a polêmica é uma constante e a retórica seja por excelência o instrumento adequado para o pleno exercício da cidadania e da gestão, pois permite ao ser humano lidar com as controvérsias sem chegar às vias de fato.

Porém, no mundo das paixões, a busca da vitória a qualquer preço faz sentido para quem perdeu a razão e se desvincula da verdade, o que, é claro, irá gerar críticas e sanções da sociedade, mas não se pode deixar de reconhecer que frequentemente são as emoções que dominam os debates e impossibilitam comunicar-se com segurança relativa, garantida por normas mínimas de racionalidade.

Em face do exposto, este capítulo procurou analisar um caso polêmico real e atual em suas múltiplas arenas de discussão e diversas estratégias argumentativas, mostrando que se o tema é polêmico, então o *pathos* predomina dentre os elementos da tríade retórica e as pessoas se expressam mais com o coração do que com a cabeça.

---

47 Amossy, 2017; 2018.

## Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 2007.
- AMARAL, A C. **Cidadania e revolução na política de Aristóteles**. Coleção Teses LusoSofia Press. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.
- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. O *ethos* na interseção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**: São Paulo: Contexto, 2018 (p. 119-144).
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2013.
- BARROS NETO, J. P. de. **Administração pública no Brasil: uma breve história dos correios**. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARROS NETO, J. P. de; SILVA, J. C. da. **Gestão pública orientada a resultados: central funcional e centro de serviços compartilhados**. Lisboa/Portugal: Chiado, 2014.
- BLUMEN, A.; CAGGIANO, A. T. H. S; ARAÚJO, M. R. de; SOUZA, P. V. C. S. de; SILVA, V. L. da. **Questões polêmicas da administração pública**. Coleção Fórum Contas Públicas. Volume 2. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 14/08/2019.
- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. **Brasília**: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1992. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm)> Acesso em 22/08/2019.
- LIMA, M. A. de. **A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia**. Natal: IFRN, 2011.
- BURGOS, P. A ciência do palavrão: os xingamentos mostram a evolução da linguagem e os podres das sociedades, de quebra, ajudam a desvendar nosso cérebro. **Superinteressante**. (Online). São Paulo: Editora Abril, 31 jan 2008. Disponível em <<https://super.abril.com.br/ciencia/a-ciencia-do-palavrao/>>; Acesso em 03/09/2019.
- CÂNDIDO, I. S. **A importância do ethos no discurso político de José Sarney**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa (Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, 2015. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14367>>. Acesso em 28/08/2019.

DANTAS, C. **As razões do governo para privatizar os Correios**. O Antagonista. (Online). Disponível em <<https://www.ouantagonista.com/economia/as-razoes-do-governo-para-privatizar-os-correios/>>; Acesso em 01/09/2019.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, L. A. A dimensão da escrita na escola. In: FERREIRA, Luiz Antonio (org.). **Retórica, escrita e autoria na escola**. São Paulo: Bluncher, 2018. (p. 23-35).

LIVIANU, R. **Corrupção**: incluindo a nova lei anticorrupção. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MELO, D. Quem é Paulo Guedes, o posto Ipiranga de Jair Bolsonaro: Ultra-liberal, coordenador do programa de Bolsonaro para a economia tem dito que o candidato representa a ordem e ele, o progresso. **HuffPost**. (Online). POLÍTICA 23/08/2018 17:50 – 03; Atualizado 23/08/2018 22:20-03. Disponível em <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/23/quem-e-paulo-guedes-o-posto-ipiranga-de-jair-bolsonaro\\_a\\_23508192/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/23/quem-e-paulo-guedes-o-posto-ipiranga-de-jair-bolsonaro_a_23508192/)>; Acesso em 31/08/2019.

NETTO, V. **Lava Jato**: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

PAIL, D. B. **A retórica da polidez e dos palavrões nas redes sociais**: uma abordagem por interfaces. Dissertação de Mestrado (Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**. Lisboa: Instituto Piaget Divisão Editorial, 2006.



## Grupo ERA

O Grupo ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos, cadastrado pelo CNPq, foi criado em 2009. Os pesquisadores vinculados ao grupo objetivam abordar, a partir dos conceitos estudados pela retórica, os efeitos persuasivos obtidos por meio da articulação da linguagem no discurso. Paralelamente, cumpre ao grupo um processo de síntese e integração das ideias dos vários estudiosos da retórica contemporânea. O Grupo ERA é responsável por um colóquio anual, aberto a participação externa. Para conhecer as demais publicações acesse: [estudosretoricos.com.br](http://estudosretoricos.com.br)

## O organizador

### Luiz Antonio Ferreira

Pós-doutor em Letras Clássicas e Vernáculas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2015) e Doutor em Educação pela USP (1995). É professor titular do Departamento de Português da PUC-SP, coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP e coordenador do Grupo ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos, que possui sede na PUC-SP. Tem experiência na área de Letras e Ensino, com ênfase em Língua Portuguesa e suas pesquisas enfocam os seguintes temas: retórica, argumentação, metodologia de ensino de línguas, língua portuguesa, Linguística e ensino-aprendizagem. É autor do livro *Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica* (Editora Contexto, 2010). Com o Grupo ERA, organizou os livros “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018), “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017), “As mulheres que a gente canta” (vol. 2, 2016), “Retórica do risível” (2014), “A retórica do medo” (2012) e “Retórica do opressor” (2010).

## Os autores

### Acir de Matos Gomes

Pós-doutorado em andamento na PUC-SP (2019); Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1994). Mestrado em Linguística, com ênfase em análise do discurso de linha francesa (jurídico) pela UNIFRAN (2011). Doutor em Língua Portuguesa (com ênfase em retórica jurídica) pela PUC-SP (2017). Pós-graduado (especialista) em psicanálise contemporânea pela UNIFRAN (2013). Pós-graduação (especialista) em Processo Civil pela FACION (2017). Professor no programa de pós-graduação em Linguística na Unifran (2019). Professor de Direito Processual Civil II e IV na UNIFRAN. Professor da Escola Superior da Advocacia do núcleo de Franca-SP. Professor na escola Meta - preparatório para concurso público. Advoga nas áreas: cível, família e criminal. Mediador/Conciliador certificado pelo NUPEMEC/CNJ (2017). Articulista do Jornal Diário Verdade. Atualmente, é vice-presidente da 13.<sup>a</sup> subseção da OAB-SP e Procurador Jurídico da Federação das Apaes do Estado de São Paulo. Integrante do Grupo ERA, vinculado à PUC-SP, e do Grupo de Pesquisa PARE (Pesquisa em Argumentação e Retórica), vinculado à Unifran - São Paulo. Autor dos livros “Discurso Jurídico, Mulher e Ideologia: uma análise da Lei Maria da Penha” e “União Homoafetiva: análise retórica e jurídica”.

### Ana Cristina Carmelino

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/CAr (2004), com estágio pós-doutoral em Linguística pela Unicamp (2015) e em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Car (2017). É professora associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo, onde atua na área de Estudos da Linguagem, com ênfase em Texto, Discurso, Retórica e Argumentação, aplicados a produções humorísticas. Coordena o grupo de pesquisa GETHu – Grupo de Estudos de Textos Humorísticos (CNPq) e integra o Centro de Pesquisa Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise (FEsTA). Dentre outras publicações, é organizadora das obras Gêneros humorísticos em análise (2018), Humor: eis a questão (2015), Questões

Linguísticas: diferentes abordagens teóricas (2012) e A linguagem do humor: diferentes olhares teóricos (2009).

## **Ana Lúcia Magalhães**

Pós-doutora em Retórica e Argumentação, é Doutora e Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Atualmente trabalha em Consultoria em Gestão Empresarial e é Professora Titular de Comunicação Empresarial e Comunicação e Expressão na Faculdade de Tecnologia (FATEC) - Guaratinguetá. É responsável pela Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Eventos da Fatec-Cruzeiro e professora de projetos para esses cursos. É membro da ABC-Association for Business Communication (USA), da ISHR (International Society of the History of Rhetoric) e da SBR (Sociedade Brasileira de Retórica). Faz parte do Grupo ERA e do Grupo de Estudos de Leitura, ambos cadastrados no CNPq. É editora do International Journal on Active Learning e das revistas H-Tec (da Fatec de Cruzeiro), Tecnologia, Gestão e Humanismo (Fatec de Guaratinguetá) e revisora da revista Janus (Unifatea-Lorena). Com o Grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018), “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017), “As mulheres que a gente canta” (vol. 2, 2016), “Retórica do risível” (2014), “A retórica do medo” (2012) e “Retórica do opressor” (2010).

## **Andréia Honório da Cunha**

Doutoranda pela PUC-SP, Bolsista Capes/Prosuc; mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP, em 2017, bolsista Capes/Prosuc com dissertação tematizando o gênero de tiras e gramática do design visual e a produção de sentidos no gênero multimodal. Possui pós-graduação *latu sensu* em Língua Portuguesa pela faculdade D.Domênico em 1998. Possui graduação com licenciatura plena em Letras pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS - em 1996. Atualmente, é professora efetiva da rede estadual de São Paulo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras e Literatura Inglesa e Norte-americana. Atuou em cursos preparatórios para concurso e cursinhos pré-vestibulares. Sua área de atuação é a Teoria Social do Discurso, Análise do Discurso Crítica tendo por interesse específico a vertente da Sociosemiótica. Com o Grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018).



## **Cláudia Borragini Abuchaim**

Pós-Doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP. É doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP e mestra em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Atualmente é professora de Literaturas Portuguesa e Brasileira - Curso Pré-Vestibular e Colégio Objetivo - Pirassununga e Curso Pré-Vestibular Poliedro - Araras. Ministrou aulas de Literatura Norte-Americana no curso de Letras na Anhanguera Educacional. Tem experiência na área de Educação e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura portuguesa, literatura brasileira, leitura, escrita e retórica. Desenvolve no Colégio Objetivo projeto voltado para a literatura, leitura, escrita e compreensão textual, denominado A Iconografia na Sala de Aula como Dinâmica Lúdica de Aprendizagem. Ministra aulas de inteligência textual das obras literárias da FUVEST e Unicamp nos Cursos pré-vestibulares. Com o Grupo ERA, publicou “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017), “As mulheres que a gente canta – 1ª ed.” (2016), “A retórica do risível” (2014) e “A retórica do medo” (2012).

## **Claudia Rodrigues da Silva Nascimento**

Doutoranda em Língua Portuguesa pela PUC-SP. É mestre em Língua Portuguesa pela mesma instituição e graduada em Pedagogia pela Fundação Santo André. Tem experiência na área de educação, com ênfase em Orientação Educacional, atuando principalmente nas séries iniciais com os seguintes temas: leitura, escrita, alfabetização, tecnologia, recursos digitais. Atua eventualmente em cursos de Pós-graduação como palestrante. Trabalhou como Assistente Pedagógica e Orientadora de Estudos do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa no município de Santo André. Faz parte do Grupo ERA, cadastrado no CNPq. Atualmente, atua como Assistente Pedagógica em uma escola municipal de Santo André.

## **Elioenai Piovezan**

Doutorando em Língua Portuguesa (PUC-SP) e mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Estudos Pós-Graduados, da PUC-SP (2015-2017). Possui especialização em Língua Portuguesa, pela Unicamp-SP

(2012), e graduação em Comunicação Social - Jornalismo, pela PUC-SP (1995). Obteve licenciatura plena em Língua Portuguesa no Programa Especial de Formação Pedagógica das Faculdades Teresa Martin (1998) e é professor de Língua Portuguesa e Literatura na rede estadual de Educação de São Paulo desde 1992. Com o grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018) e “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017).

### **Elizabeth Rizzi Lyra**

Doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Pela mesma universidade, possui mestrado em Língua Portuguesa. É professora da Faculdade de Itapecerica da Serra (FIT) e, com o Grupo ERA, publicou “As mulheres que a gente canta” (2009).

### **Fabiola Mirella Dias Roque da Silva**

Mestranda em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Possui graduação em Licenciatura pela Unisantana e experiência na área de Artes, com ênfase em Música. Faz parte do Grupo ERA, cadastrado no CNPq.

### **Janete Ribeiro Nhoque**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo (2000), mestrado em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (2011), Doutorado em Educação pela Universidade do Vale de Itajaí (2019) e Pós-doutoramento em Língua Portuguesa em andamento na PUC-SP. Atuou por 30 anos na área de Educação da Rede Pública Municipal de São Paulo como professora e gestora escolar. Desenvolveu pesquisa no ambiente escolar principalmente nos seguintes temas: formação de professores, gestão escolar, cultura escolar, avaliações escolares. Sua tese voltou-se para a leitura do literário buscando compreendê-la como experiência que possibilita a constituição de um leitor encarnado. Faz parte do Grupo ERA, cadastrado no CNPq.

## **Jarbas Vargas Nascimento**

Pós-doutor na área de Letras, pela UNESP - Campus Assis. Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela USP. Mestre em Língua Português/Francês pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira - SP. É professor titular do Departamento de Português e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi professor efetivo na Rede Pública estadual de Ensino e na Rede Privada e, nos últimos anos, vem se dedicando ao magistério superior na graduação, na extensão e na pós-graduação, desenvolvendo pesquisas na área de Letras, relacionadas à História e Descrição do Português, à Análise do Discurso e ao ensino de língua portuguesa. Orientador de pesquisas de iniciação científica, monografias de conclusão de pós-graduação lato sensu, dissertações e teses na área de língua portuguesa e linguística. É líder do Grupo de Pesquisa Memória e Cultura na Língua Portuguesa escrita no Brasil, cadastrado no Diretório do CNPq; é membro pesquisador do Grupo de Pesquisa A escrita no Brasil Colonial e suas relações, cadastrado no CNPq. Ocupou vários cargos de gestão acadêmica. Na Unifec - Universidade de Formação, Educação e Cultura, atuou como Pró-Reitor Adjunto da Graduação. Na Universidade Braz Cubas, foi Chefe de Departamento, Coordenador de Curso de Graduação em Letras e em História, Diretor do Centro de Ciências Humanas e Saúde. Na PUC-SP, foi Chefe de Departamento, Vice-Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa e Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias, entre os anos de 2013 a 2016.

## **João Hilton Sayeg-Siqueira**

Graduado em Letras Português pela PUC-SP (1973), Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP (1980), Doutor em Linguística e Letras pela PUC-RS (1986), Doctor Honoris Causa de Iberoamerica pelo Consejo Iberoamericano en Honor a la Calidad Educativa, instituição chancelada pela Cátedra UNESCO (2007), Pós-Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, programa chancelado pela Cátedra UNESCO (2011-2012). Atualmente, é professor titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP, Coordenador do curso de Letras: Língua Portuguesa da PUC-SP e membro da Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Tem experiência

na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias sociais de linguagem, discurso, texto, leitura, redação, ensino da língua portuguesa. Líder do grupo de pesquisa, certificado pelo CNPq: Leitura, discurso e mídia (LeDiMi).

## **João Pinheiro de Barros Neto**

Pós-doutor pela Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC- SP. Doutor em Sociologia/Relações Internacionais e Mestre em Administração – Organização e Recursos Humanos pela PUC-SP. Especializado em Administração da Produção e Operações Industriais pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo FGV. Bacharel em Administração pelas Faculdades Associadas de São Paulo e administrador profissional há mais de 30 anos. Atua como professor de Administração há 20 anos. Publicou 26 livros como autor, coautor e organizador, além de vários artigos nacionais e internacionais. É coordenador do Curso de Liderança Aplicada da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão PUC-SP, e membro do Grupo de Excelência em Gestão de Instituições de Ensino Superior do CRA- SP. Membro da Banca Examinadora do Prêmio Nacional da Qualidade (2002, 2004, 2007, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016). Atualmente, é professor assistente doutor na PUC-SP no Departamento de Administração, na área epistemológica de Gestão de Pessoas. Atua em organizações públicas e privadas há 35 anos, tendo liderado e implementado projetos em diversas áreas da Administração.

## **Joelma Batista dos Santos Ribeiro**

Doutoranda e mestra em Língua Portuguesa pela PUC-SP (2010); especialista em Língua Inglesa pela USP (2005), cursou Inglês como Segunda Língua na Wilkes Community College (2001), em NC-USA. É também graduada em Letras pela UNIFIEO (1998) e em Pedagogia, pela UNIBAN (2000). Já atuou como gestora escolar, foi professora da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo e da Faculdade Mário Schenberg. Atualmente é professora de Português e coordenadora do grupo de linguagens do Instituto Tecnológico de Barueri (ITB). Com o grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018), “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017) e “As mulheres que a gente canta” (2009).

## **Kathrine Butieri**

Doutoranda em Língua Portuguesa pela PUC-SP. É também mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP; e bacharel em Direito pela Universidade São Francisco/SP; licenciada em Letras (Português/Inglês), com especialização em Linguagens da Arte (USP/SP). Atualmente, é bolsista CAPES e desenvolve pesquisa no âmbito do texto e discurso nas modalidades oral e escrita. Tem experiência em docência na área de Língua Portuguesa. Faz parte do Grupo ERA, cadastrado no CNPq.

## **Márcia Silva Pituba Freitas**

Doutoranda no Programa de Estudos Pós Graduated em Língua Portuguesa pela PUC-SP, Mestre pelo Programa de Estudos Pós Graduated em Língua Portuguesa pela PUC-SP (2017), Especialista em Linguagens da Infância pela UniÍtalo (2017), graduada em Letras - Português e Espanhol pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro (2014), graduada em Letras - Português e Inglês pela mesma instituição e graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (1999). Tem experiência na área de Língua Portuguesa e Literatura Infantil e Juvenil como professora universitária (em cursos de graduação e pós-graduação), aula particular e correção de textos. Com o grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018) e “Artimanhas do dizer” (2017).

## **Mariano Magri**

Doutorando em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Pela mesma universidade, possui mestrado em Língua Portuguesa e graduação na área de Letras, com habilitação em Português. Com o grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018) e “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017).

## **Nathalia Melati**

Doutoranda e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP, pesquisa retórica e argumentação e interessa-se, sobretudo, pelos papéis operados pela

linguagem na Internet, nas redes sociais e nas suas implicações no ambiente escolar. É graduada em Letras - Tradução Inglês e Português e Letras Português/Inglês pela PUC-SP. Com o Grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018).

## **Ricardo Ugeda Mesquita**

Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP (2018). Possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000), graduação em Letras: Português e Inglês pela Universidade de Guarulhos (2003), em Pedagogia pela Universidade de Guarulhos (2004) e extensão em Pedagogia - Supervisão - pela Universidade de Guarulhos (2005). Já atuou como advogado. Atuou e ainda atua como professor de Educação Infantil ao Ensino Superior. Atualmente, é coordenador pedagógico da educação básica. Tem experiência na área de Educação e Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação - gestão escolar. Com o grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018) e “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017).

## **Roberta Souza Piovezan**

Doutoranda em Língua Portuguesa pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP (2018-2021). É mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, da PUC-SP (2015-2017). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2006) e graduação em Letras pela Faculdade Associada de Cotia (2004). Atualmente é professora – Secretária de Educação do Estado de São Paulo – e estatutária da Prefeitura Municipal de Itapevi. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Administração e Orientação Educacional. Com o grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018) e “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017).

## **Tiago Ramos e Mattos**

Doutorando em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Dispõe de mestrado em Língua Portuguesa (2015) e graduação em Letras-Português (2012) pela mesma instituição. É membro integrante dos grupos de pesquisa LeDiMi -

Leitura Discurso e Mídia, coordenado pelo Prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira, e integra também o Grupo ERA - Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos, coordenado pelo Prof. Dr Luiz Antonio Ferreira, expandindo as pesquisas em torno da oratória, do texto e do discurso. Trabalha especificamente com gêneros do discurso que compõem o espaço biográfico sob a perspectiva das análises do discurso social e dialógica. Com o Grupo ERA, publicou “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018) e “Artimanhas do dizer” (2017).